



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



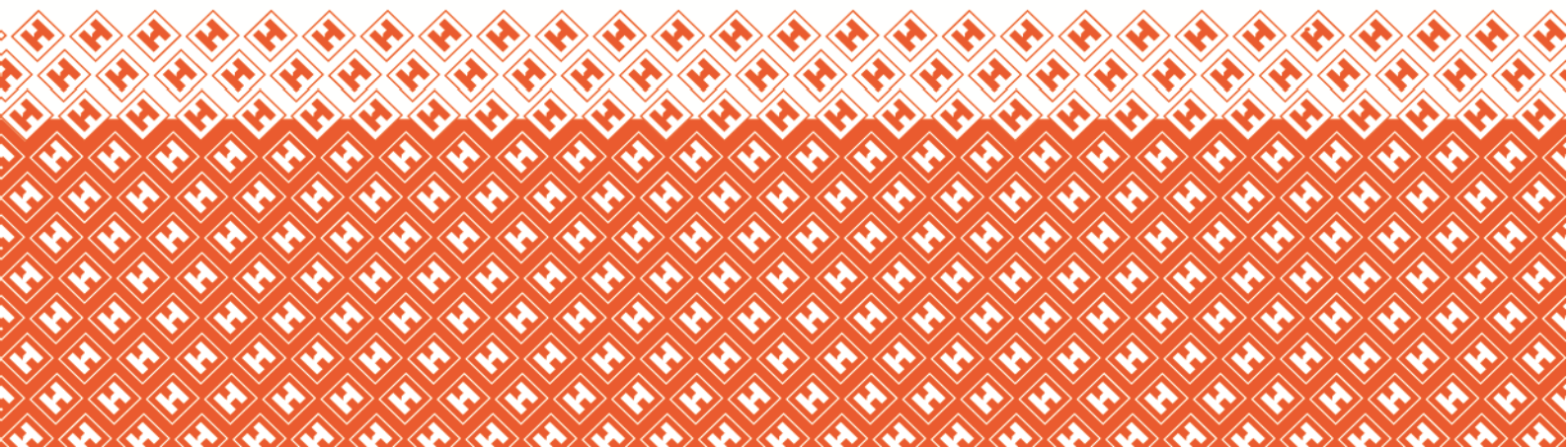
**UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
SERGIPE**

JOSÉ WILSON MOURA SANTOS

**A FEIRA E O ENSINO DE HISTÓRIA:
CADERNO DE SEQUÊNCIAS
DIDÁTICAS A PARTIR DA FEIRA DE
ITABAIANA/SE**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Maio/2021





JOSÉ WILSON MOURA SANTOS

**A FEIRA E O ENSINO DE HISTÓRIA:
CADERNO DE SEQUÊNCIAS
DIDÁTICAS A PARTIR DA FEIRA DE
ITABAIANA/SE**

**Dissertação apresentada à banca examinadora
como requisito parcial para a obtenção do
grau de Mestre em Ensino de História pela
Universidade Federal de Sergipe no Programa
do Núcleo de Mestrado Profissional em Ensino
de História, na linha de pesquisa “Saberes
Históricos no Espaço Escolar”.**

Orientador: Prof. Dr. Fábio Alves dos Santos.

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2021**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Santos, José Wilson Moura
S237f A feira e o ensino de história: caderno de sequências didáticas a partir da feira de Itabaiana/SE / José Wilson Moura Santos; orientador Fabio Alves dos Santos. – São Cristóvão, SE, 2021.
309 f.: il.

Dissertação (mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Sergipe, 2021.

1. História. 2. História – Estudo e ensino. 3. Feiras livres - Itabaiana. I. Santos, Fabio Alves dos. orient. II. Título.

CDU 930:37.012(813.7)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO (POSGRAP)
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE
HISTÓRIA
(PROFHISTÓRIA)**

JOSÉ WILSON MOURA SANTOS

**A FEIRA E O ENSINO DE HISTÓRIA: CADERNO DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS
A PARTIR DA FEIRA DE ITABAIANA/SE**

APROVADO EM ____/____/____

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca examinadora.

Prof. Dr. Fábio Alves dos Santos (Orientador)
Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História

Prof. Dra. Josefa Eliana Souza
Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS.

Prof. Dr. Itamar Freitas
Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2021**

AGRADECIMENTOS

Estou muito satisfeito e realizado com mais essa etapa da minha vida que foi concluída. Esta etapa não seria possível, como todas as outras e as que virão, sem a participação daqueles que de um modo ou de outro contribuíram para a sua realização. Por isso tenho muito a agradecer a todos os envolvidos que possibilitaram a concretude desse momento.

A princípio, quero agradecer àquele que me deu a vida e a possibilidade de fazer tudo o que fiz e vivi até o momento: Deus, um ser infinitamente bom, compassivo, paciente, amigo, incentivador, solidário e justo.

Em especial, à minha mãe, incentivadora, sempre positiva.

À minha esposa que me estimulou, participou e me incentivou a continuar nos momentos de tormento.

Meus agradecimentos ao meu orientador Prof. Dr. Fábio Alves dos Santos, que sempre com paciência e liderança, passava conhecimento, orientações, confiança e segurança na condução deste trabalho.

À Universidade Federal de Sergipe, pela implementação do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, à Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo incentivo a essa pesquisa e a Secretaria de Municipal de Educação de Itabaiana pela possibilidade de acesso à licença de qualificação.

Aos coordenadores do Programa do Núcleo de Mestrado Profissional em Ensino de História da UFS, à Profa. Dra. Janaína Cardoso de Mello e o Prof. Dr. Lucas Miranda Pinheiro.

Aos professores e colegas do mestrado que estiveram nessa caminhada e me ensinaram tanto. Estes, que têm como marca a resiliência, o compromisso de ensinar, formar, incentivar, motivar, dividir o seu conhecimento.

Aos membros da banca de qualificação e defesa: à Profa. Dra. Josefa Eliana Souza e o Prof. Dr. Itamar Freitas, pela participação e pelas importantes contribuições neste trabalho.

A todos, o meu muito obrigado!

RESUMO

O presente trabalho trata de apresentar um caderno de sequências didáticas sobre a feira com a finalidade de trabalhar a temática em conexão com os conteúdos/temas da disciplina de história na Educação Básica como modelo da cidade de Itabaiana/SE. Partimos do pressuposto de que relacionar o patrimônio cultural imaterial da feira, que faz parte da realidade do aluno, com os conteúdos/temas do currículo de História na Educação Básica, aprimora e serve de progressão para a aprendizagem histórica e na reelaboração da consciência histórica do aluno. Para tanto, metodologicamente, desenvolvemos um caderno de sequências didáticas (ZABALA, 1998; ROCHA, 2015), que visa, a partir da experiência do aluno, da sua vivência cultural e social do seu lugar - no nosso caso específico, a feira, desenvolvam uma relação presente-passado e a condição de projetar o seu futuro. A nossa proposta está ancorada na aprendizagem histórica (experiência, interpretação, orientação) que devem estar presentes nas aulas de história (RÜSEN, 2001, 2011, 2012, 2015) e na compreensão da noção de mudança e permanência relacionadas ao tempo histórico no que nos diz Circe Bittencourt (1998, 2018); Schmidt, Cainelli (2009) e Seffner (2019), produziremos novas narrativas históricas que, partindo da feira e de sua conexão com o conteúdo/tema do ensino de história, possam alcançar os objetivos do ensino de história.

Palavras-chave: Ensino de História. Feira. Tempo Histórico. Sequência Didática. Aprendizagem Histórica.

ABSTRACT

The present work is about presenting a notebook of didactic sequences about the fair with the purpose of working the theme in connection with the contents/subjects of the history discipline in Basic Education as a model of the city of Itabaiana/SE. We assume that relating the intangible cultural heritage of the fair, which is part of the student's reality, with the contents/subjects of the History curriculum in Basic Education improves and serves as a progression for the historical learning and for the re-elaboration of the student's historical consciousness. To this end, methodologically, we have developed a book of didactic sequences, which aim to develop a present-past relation and the condition to project their future, based on the student's experience, on their cultural and social experience of their place, in our specific case the fair. Our proposal is anchored in historical learning (experience, interpretation, orientation) that should be present in history classes (RÜSEN, 2001, 2011, 2012, 2015) and in the understanding of the notion of change and permanence related to historical time in what Circe Bittencourt (1998, 2018); Schmidt, Cainelli (2009) and Seffner (2019), tell us. Thus, we will produce new historical narratives that, starting from the fair and its connection with the content/theme of history teaching, can achieve the goals of history teaching.

Keywords: History Teaching. Fair. Historical Time. Didactic Sequence. Historical Learning.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. A FEIRA NA HISTÓRIA	25
1.1. A feira resiste ao tempo: das relações de troca ao mercado globalizado	26
2. FEIRA COMO OBJETO DE ESTUDO NO ENSINO DE HISTÓRIA	36
2.1. A aprendizagem histórica e o ensino de história	37
2.2. Os Parâmetros Curriculares Nacionais x Base Nacional Curricular Comum: apontamentos sobre o ensino de história	49
2.3. O ensino de história e a feira: um objeto de estudo	58
2.4. A sequência didática como opção para o Ensino de História	65
2.5. A sequência didática e o objeto de estudo: a feira	69
3. AQUISIÇÃO DA NOÇÃO DE TEMPO VIA FEIRA	72
3.1. Noções de mudança e permanência no tempo histórico	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	84
ANEXO	91

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como tema "A feira e o ensino de história: caderno de sequências didáticas a partir da feira de Itabaiana/SE" e a sua proposta é a produção desse recurso didático que usa como tema o patrimônio cultural imaterial da feira de modo a estabelecer conexões entre a mesma e os conteúdos/temas da disciplina história exigidos pelo currículo escolar. Destarte, utilizamos esse evento que reúne pessoas em determinados dias da semana fixos para compras e vendas de mercadorias e que também partilhar conhecimentos, costumes, culturas, sonhos, etc.

A feira faz parte do cotidiano dos alunos e pretendemos usá-la como objeto do ensino de história para o desenvolvimento de sua aprendizagem histórica com o propósito que estes entendam que o passado tem conexão com o seu presente e, em simultâneo, criem perspectivas de projeção do seu futuro, tendo em vista que “é fundamental para os homens se haverem com suas próprias vidas, enquanto a compreensão do presente e a projeção do futuro somente seriam possíveis com a recuperação do passado” (RÜSEN, 2001, p. 30).

A escolha da feira com objeto de estudo no ensino de história advém das possibilidades que o patrimônio cultural imaterial oferece para o desenvolvimento da identidade, fortalecimento do sentimento de pertencimento e o despertar do aluno em buscar o conhecimento da história local a geral. Ainda, a respeito do patrimônio e o ensino de história, Zarbato discorre que as potencialidades de ensino aprendizagem histórica sobre os diferentes patrimônios podem se permitir que no futuro as crianças e jovens compreendam muito de sua história e possam, além de conhecer o passado, a partir de monumentos, edificações, festas, costumes e hábitos, também aprimorar suas interpretações (2018, p.112).

Os patrimônios culturais, sejam eles materiais, imateriais, naturais ou vivos, representam toda a trajetória histórica de desenvolvimento de uma sociedade em seus diversos aspectos e revelam suas lutas, evolução, derrotas e vitórias e respondem muito às indagações do presente. Esses patrimônios dizem muito de cada povo, devendo ser preservados e cuidados, haja vista serem um dos definidores da identidade dos indivíduos e construtores do sentimento de pertencimento do indivíduo na sociedade em que vive.

Logo, o objetivo desta dissertação é estabelecer conexões dos conteúdos/temas do ensino de História com a realidade do aluno a partir do patrimônio cultural imaterial da feira. Para tanto, propomos a produção de um caderno com sequências didáticas intituladas

“Conexões com o Tempo Histórico: a feira e o Ensino de História”, tendo a feira de Itabaiana/SE como modelo nesse trabalho¹ para que ao tempo que possa contribuir para a aprendizagem histórica e a modelagem da consciência histórica, contribua também para fortalecer a relação entre o aluno e o patrimônio cultural imaterial que, conseqüentemente, venha a desenvolver o sentimento de pertencimento, preservação e de identidade do aluno com o objeto.

A feira é considerada uma das maiores do nordeste brasileiro e, em Sergipe, a mais importante do interior por atrair consumidores, visitantes, turistas e curiosos oriundos da zona urbana e rural do município, dos municípios circunvizinhos a Itabaiana e de cidades mais distantes do estado, como também da capital sergipana. Portanto, não só os sergipanos frequentam a feira serrana, mas também consumidores assíduos dos estados da Bahia e Alagoas, e visitantes de outras localidades do país. Também, por ter uma enorme variedade de produtos prontos à venda ao consumidor mais exigente.

Ela movimenta e mobiliza os demais setores da atividade comercial serrana. São nos dias das feiras, quarta-feira e principalmente aos sábados (o ápice da feira do município de Itabaiana/SE), onde o comércio itabaianense realiza as maiores transações comerciais de seus produtos. Entretanto, a atuação de muitos feirantes e a presença dos consumidores vão além dos dois dias citados, haja vista ocorrer comércio nas praças da feira durante toda a semana, exceto aos domingos. Esse evento comercial, cultural e social envolve os serranos de toda a faixa etária e gênero (homens, mulheres, idosos, jovens, adolescentes, crianças, etc.).

Este mercado ao ar livre não se constituiu apenas da atividade comercial — compra/venda —, mas também se constitui de relações pessoais, trocas culturais, aprendizados diversos, encontros e reencontros. Ainda, na feira se vivenciam “linguagens, os cheiros, os ruídos, as cores, os olhares, os sons, a relação cidade-campo, relação consumidor-feirante, transporte, histórias de vida e o trabalho (masculino, feminino e infantil), entre outros” (SANTOS, 2019, p. 2). Esses são, entre tantos outros, temas de estudo sobre a feira e poderem estabelecer conexões com conteúdo/temas exigidos pelo currículo da disciplina História que buscaremos evidenciar neste trabalho.

¹ O produto desta dissertação tem a feira de Itabaiana/SE como modelo para a elaboração das sequências didáticas. Isso em virtude de sermos da cidade onde a dita feira acontece. Entretanto, não impossibilita que o professor em qualquer parte do Brasil utilize o caderno de sequência didática e adeque as SD a sua realidade e a feira local.

A feira de Itabaiana/SE está localizada no centro do município serrano (localizado no centro do Estado de Sergipe, região agreste), ocupando ruas que estão ao entorno e próximas ao Largo Santo Antônio, onde se encontra o Mercado Zezé de Bevenuto, o mais antigo mercado de carne da cidade. Nele são comercializadas as carnes de porcos, galinhas, bois, carneiros, bodes. Além de charque e fato².



Mercado Zezé de Bevenuto
Fonte: José Wilson Moura Santos. 12/10/2019

No Largo José do Prado Franco, encontra-se o Mercado de carne João da Volta, erguido próximo ao Mercado Zezé de Bevenuto. Como o anterior, este também comercializa carnes de porcos, aves (frangos), bois, carneiros, bodes, charque e o fato.



Mercado de carne João da Volta
Fonte: José Wilson Moura Santos. 12/10/2019

² São as vísceras (fígado, língua, bucho, tripa, rabo, rim, coração, miolo) dos animais comercializados no mercado como o boi, o bode, o carneiro e o porco.

Próximo aos dois mercados de carne, erguido sobre o antigo Tanque do Povo³, está o Mercado Hortifrutigranjeiro José do Prado Franco, popularmente conhecido como “Mercadão”. Nele é depositado e comercializado em atacado e a varejo, durante praticamente todas as semanas (exceto aos domingos e feriados) diversas cargas de legumes, frutas, verduras e cereais, oriundos de Sergipe e de diversos estados do Brasil.



Mercado Hortifrutigranjeiro José do Prado Franco (Mercadão)
Fonte: José Wilson Moura Santos. 12/10/2019

Ao lado destes dois últimos, está a praça de alimentação “Maria das Graças Amorim” que reúne vários feirantes que cozinham as comidas típicas da região para os seus pares, consumidores e visitantes. Ela é composta por sete restaurantes e por um palco para apresentação dos artistas locais e/ou da região.



³ O Tanque do Povo foi reconstruído em 1857 com o propósito de amenizar a falta de água e abastecer a cidade que sofria. Medida tomada pela Câmara Municipal e sob o comando do Major da Guarda Nacional, Manuel da Cunha Mesquita (BISPO, 2013, p. 116).

Praça de Alimentação “Maria das Graças Amorim”
Fonte: José Wilson Moura Santos. 12/10/2019

Devido ao grande número de transações comerciais no Mercado, principalmente nas terças-feiras, quintas-feiras e as sextas-feiras, ocasionando os vai e vem intensos de caminhões e “mercedinhas” (caminhões leves e médios) com mercadorias para a feira e outros estabelecimentos mercantis local e externo, o trânsito na localidade fica extremamente caótico. A fim de melhorar o trânsito no entorno do Mercado e a estrutura de comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros em atacado e a varejo, foi construído um novo mercado e mais moderno, ou melhor, a Ceasa que foi inaugurada em 25 de fevereiro de 2021.

[...]

A Ceasa de Itabaiana foi construída através do Programa de Parcerias Público-Privadas de Sergipe com investimento na ordem de R\$ 36.060.925,64. A expectativa é de que possam ser gerados cerca de 600 postos de trabalho, além dos serviços remunerados indiretos relacionados à carga e descarga de alimentos e transporte e ampliação do escoamento da produção agrícola no Agreste sergipano⁴.



Central de Abastecimento de Itabaiana (Ceasa)

Fonte: <https://a8se.com/noticias/sergipe/ceasa-e-inaugurada-em-itabaiana/>

A localização do Centro de Abastecimento hortifrutigranjeiro de Itabaiana é estratégico por ficar às margens da BR — 235, facilitando tanto a chegada dos produtos hortifrutigranjeiros para a comercialização em atacado quanto o escoamento da produção serrana para outras cidades do estado sergipano, municípios circunvizinhos da Bahia e

⁴ Itabaiana inaugura Central de Abastecimento (Ceasa) nesta quinta-feira, 25. **Prefeitura Municipal de Itabaiana/SE**, 25 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://itabaiana.se.gov.br/noticia/7061/itabaiana-inaugura-central-de-abastecimento-ceasa-nesta-quinta-feira-25>>. Acesso em 12 de mar. de 2021.

Alagoas. Entretanto, até o momento não entrou em funcionamento por discordâncias dos comerciantes com a empresa que gerencia em função dos valores a serem cobrados para o uso do espaço.

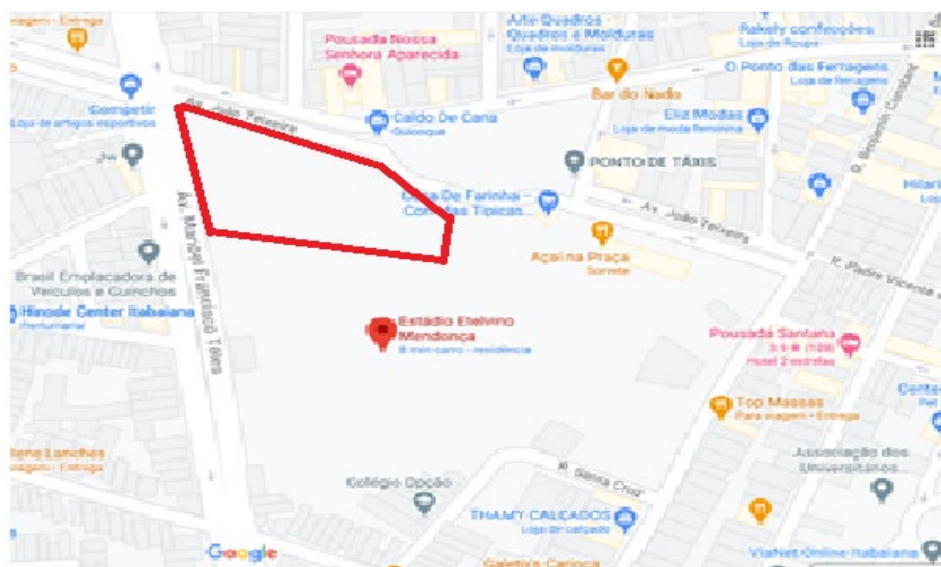
A partir do Decreto n.º 000/2017 de 26 de abril de 2017⁵, a feira de Itabaiana apresenta barracas padronizadas e setorizadas para facilitar a vida dos consumidores. As barracas devem apresentar cores diversificadas que indicam os produtos comercializados. A saber sobre os produtos comercializados segundo as cores das barracas: amarelo diz respeito ao setor 01 da feira onde são comercializadas as aves, pescados, vísceras e a concentração dessas mercadorias se dão no Mercado Zezé de Bevenuto e João do Voto; os locais onde passa a listra azul, refletem os espaços onde são vendidos calçados, roupas, tecidos e outros objetos expostos ao Largo Santo Antônio (em frente ao Supermercado G Barbosa), passando pela rua Benjamin Constant e a Esperidião Noronha; as listras de cor verde correspondem aos espaços onde são vendidas as frutas, verduras e legumes estão localizados a rua José da Cunha Melo com a Travessa Manoel Vieira; os traçados de cor vermelha são onde se comercializam os gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiro e se concentram no Largo José do Prado Franco e por fim, os traçados marrons do mapa expõem os bens variados como artesanato, bijuterias, acessórios de celulares, brinquedos, etc. distribuídos em vários pontos da feira (Decreto n.º 000/2017 de 26 de abril de 2017).



Mapa demonstrativo de distribuição dos produtos comercializados na feira central

Fonte: <http://itabaiana.se.gov.br/download/16614-z1j7y4e5v6u6m8n5.pdf>

A feira se divide noutras em seus dias de acontecimentos em locais afastados em vista de magnitude e diversidade de bens comercializados. Por isso, distantes dois quarteirões da feira principal que foi acima tratada, temos a “Feira das Trocas” que acontece em frente ao Estádio Etelvino Mendonça, localizado ao lado da Avenida João Teixeira, da avenida Manoel Francisco Teles e da Praça de Eventos Etelvino Mendonça. Nesta feira se vende ou se compra produtos usados, como: discos de vinil, ferramentas diversas, carros, bicicletas, motos, eletrodomésticos, eletrônicos, instrumentos de trabalho, calçados, etc. Também pode se dá a troca de bens por bens e caso uma das mercadorias seja de maior valor que a outra, o negociador do gênero de menor valor poderá repassar em moeda a diferença para que o negócio seja concretizado.

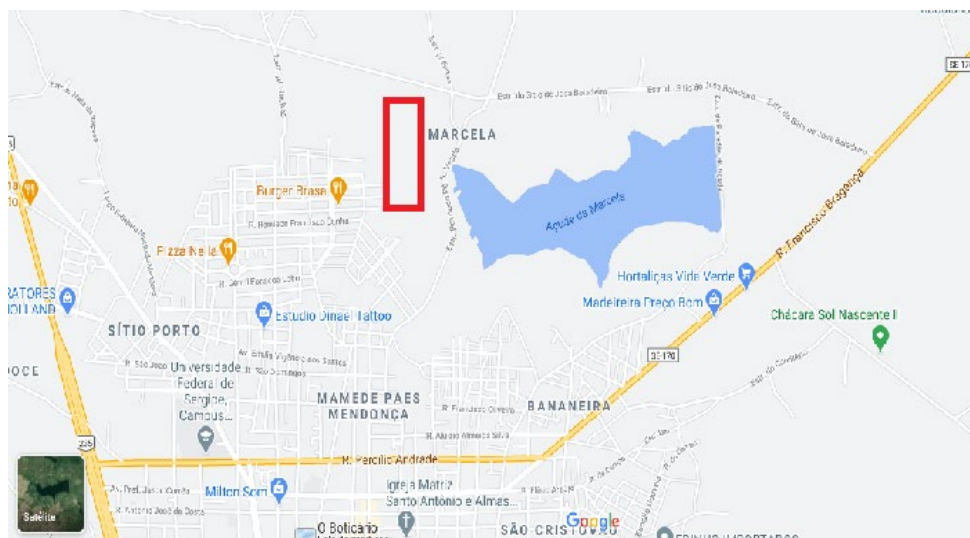


Localização da Feira das Trocas

Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@-10.6880186,-37.4326964,18z>

Elaboração: José Wilson Moura Santos, 2021.

Distante da principal feira e da “Feira das Trocas”, acontece em simultâneo, a “Feira do Gado”, onde se comercializam animais como os bovinos, equinos, caprinos e suínos. Ela está atualmente localizada entre o Bairro Bananeiras e o povoado Pé do Veado. Ela é de iniciativa privada, contudo, paga os impostos devidos sobre a atividade de compra e venda e tem a licença para o funcionamento concedido pela Prefeitura Municipal de Itabaiana.



Localização da Feira do Gado

Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@-10.6731894,-37.4165816,15z>

Elaboração: José Wilson Moura Santos, 2021.

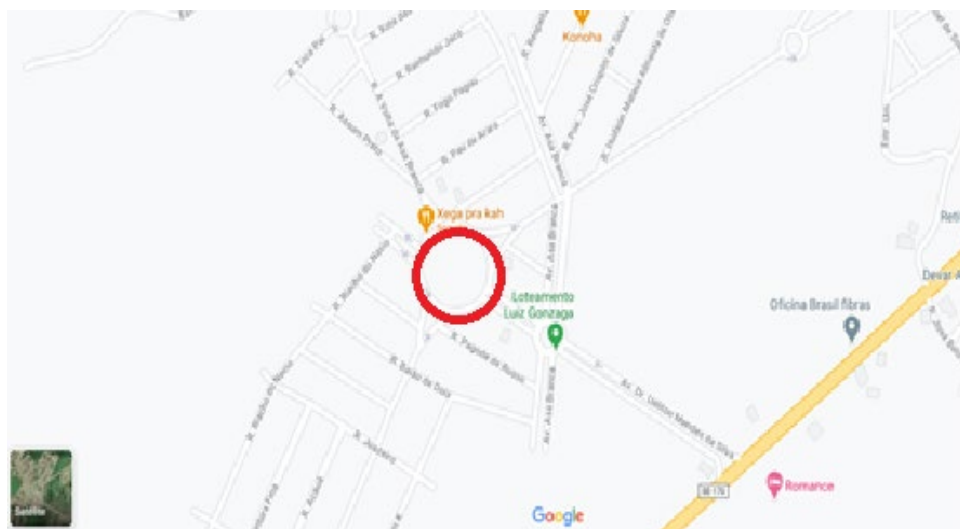
Nos últimos anos, despontou uma nova feira na cidade que se tornou conhecida em todo o estado sergipano e além-fronteiras. É a feira cultural do Loteamento Luiz Gonzaga, que funciona aos domingos, constituindo-se inicialmente da necessidade de comercialização dos produtos de pequenos agricultores locais e da população em adquirir as mercadorias oferecidas para suprir suas necessidades alimentícias, por exemplo. Contudo, impulsionados pelo que representa o patrono do loteamento para a cultura local a feira se tornou também um espaço de preservação e divulgação da cultura nordestina. O idealizador dessa feira foi José Vicente dos Santos (Vicente Capunga) e apoiado pelo arquiteto Edson Passos. Assim, a feira foi fundada em dezembro de 2016, mês do aniversário do Rei do Baião, Luiz Gonzaga.

Então, enquanto acontecem a venda de diversos produtos, sendo a pechincha (uma das marcas dos serranos) o moderador dessas transações comerciais, dá-se a degustação de pratos típicos da região e as apresentações culturais ligadas a cultura nordestina, como forrozeiros (oriundos de todo Sergipe, Bahia e Alagoas), violeiros, entoadores, aboiadores e danças folclóricas no palco da praça Luiz Gonzaga, onde se realiza a feira. Ainda, próxima à praça que homenageia o rei do Baião foi construída uma casa de taipa, onde guarda as lembranças da vida de muitos nordestinos no passado⁶.

⁶ BALBINO, Juliana. **Na feira de Itabaiana, no Sergipe, o visitante encontra um pouco de tudo: tomate, alface, batata, farinha, música e arte.** Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2017/07/na-feira-de-itabaiana-no-sergipe-o-visitante-encontra-um-pouco-de-tudo>> Acesso em 23 de jan. de 2021.

Feira Cultural de Itabaiana. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BeSk3bilA-A>> Acesso em: 23 de jan. de 2021.

Especial sobre a feira do Loteamento Luiz Gonzaga - parte 1. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7TuQvzQW7Qw>> Acesso em: 23 de jan. de 2021.



Feira Cultural do Loteamento Luiz Gonzaga

Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@-10.6975436,-37.4442546,17z>

Elaboração: José Wilson Moura Santos, 2021.

Na literatura, sobre a feira de Itabaiana — SE, temos uma produção sob múltiplos olhares, dentre eles economia, cultura e sociedade. Entre as tantas produções que tivemos acesso, nos reportamos a trabalhos exemplares.

A feira de Itabaiana tem sua origem no desenvolvimento econômico de Itabaiana, apoiada na atividade agrícola e na pecuária (principalmente a batata-doce e hortaliças), na abertura de estrada, no trabalho dos caminhoneiros e que gerou consequentemente o avanço e consolidação de centro de comercialização de produtos hortifrutigranjeiro. A dinamicidade da feira impulsionou de forma direta ou indireta o crescimento do comércio, a oferta de serviços diversos e o surgimento de indústrias locais, especialmente as voltadas as de carrocerias e cerâmicas. (FIRMINO, 2016).

Essa dinamicidade da feira, tornou-a principal fonte de comercialização dos produtos agrícolas do agricultor familiar, da produção interna, em geral, e externa. Sendo assim, faz-se necessário que seja posta em prática, novas políticas públicas (haja vista já terem no município beneficiado no século passado de um Açude da Marcela, os perímetros irrigados da Jacarecica I e Ribeira, e o Mercado Hortifrutigranjeiro localizado no Largo José do Prado Franco) que proporcione plantio, colheita, escoamento e comercialização dos produtos na feira, principalmente. Também que forneça produtos para todas as cidades do Estado como também os municípios vizinhos a Bahia (CARVALHO, 2010; 2019; GOIS et al., 2017).

Uma das constatações mais expressivas da feira de Itabaiana é a mudança do nível educacional dos feirantes. É perceptível que ao longo dos anos o perfil sócio educacional dos

feirantes de analfabetos ou que possuem apenas o Ensino Fundamental, tem alterado ao crescer o número de feirantes com Ensino Médio e Superior. Entretanto, estes feirantes, independentes do grau de instrução, em sua maioria, mantém-se na informalidade, desconhecendo ou pouco sabendo dos benefícios da Lei do MEI⁷, esquivam-se da formalidade devido a fatores, como: impostos e encargos, filiação ao sindicato dos trabalhadores rurais, falta de apoio governamental e de uma política pública de esclarecimento sobre a lei (SANTOS et. al., 2016).

Também, é notável que os feirantes analfabetos ou os de Ensino Fundamental são oriundos da zona rural enquanto que os do Ensino Médio da zona urbana, o que se pode deduzir a facilidade destes as instituições de ensino locais. Por fim, ficou evidente que os feirantes com um grau de educação escolar maior, têm gerado uma maior identidade com a feira. Além de expressarem satisfação e felicidade com sua atividade ao tempo que se orgulham tirar do mesmo o seu sustento e a da sua família e a de manter uma tradição familiar (SOUZA; SILVA, 2009).

Independente do grau de instrução do feirante serrano, é na feira que tanto ele como os itabaianenses expressam a sua identidade e sua cultura na sua mais pura essência. É o clímax da cultura e da identidade serrana por ser um espaço onde as tradições, os hábitos culturais, alimentares e sociais são manifestados na sua mais pura essência, naturalidade. Assim, o jeito de pensar, ser, comportar-se, exprimir suas ideais, o modo de falar, expressões locais são evidenciadas na feira (SILVA, 2014).

A feira diz muito do itabaianense e de sua história. É dela que se desenrola a vida política, econômica, cultural e social do ceboleiro. Sendo ela um atrativo de indivíduos e de transações comerciais, não só do Estado de Sergipe, mas também de Estados próximos e distantes como Minas Gerais, Alagoas, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul entre outros tantos na relação de compra quanto de venda de produtos e vice-versa, além de ser o berço dos grandes empresários serranos, como exemplo, os dos setores de supermercados, móveis e eletrodomésticos e carrocerias. (FERREIRA, 2002; MENDONÇA, 2015). Então, a pujança da feira, fez dela um lugar onde se evidencia a identidade e as

⁷ MEI significa Microempreendedor Individual, ou seja, um profissional autônomo. Quando você se cadastra como um, você passa a ter CNPJ, ou seja, tem facilidades com a abertura de conta bancária, no pedido de empréstimos e na emissão de notas fiscais, além de ter obrigações e direitos de uma pessoa jurídica (“O que significa MEI? ”, **SEBRAE**, 2019. Disponível em:< <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-mei,caa7d72060589710VgnVCM100000d701210aRCRD>>. Acesso em: 09 de jun. de 2021).

memórias desse povo que é reconhecido nacionalmente pelo seu ímpeto comercial (Idem, 2002).

Além dos feirantes, figura imprescindível na feira, os caminhoneiros serranos têm uma participação importante para o desenvolvimento e crescimento da feira por facilitar a chegada de diversos produtos e a viabilidade de sua negociação.

A predisposição do itabaianense para transportar e negociar produtos de sua cidade em outras localidades do país e vice-versa remonta ao século XIX, quando “o comércio volante, ainda em voga, era uma particularidade do itabaianista, que se dedicava a este gênero de vida” (LIMA JÚNIOR, 1914, p. 133). De lá para cá, os filhos de Itabaiana nunca deixaram de viajar levando do município ou trazendo produtos de diversas regiões brasileiras.

Da atividade tropeira⁸ para a de caminhoneiro, o serrano continuou a levar produtos de sua terra e comprar produtos ou transportar mercadorias de outras localidades do país para comercializar em Itabaiana. Essa atividade favoreceu o desenvolvimento do comércio e consequentemente da economia local.

Pode-se dizer que o comércio itabaianense começou a se expandir com a presença cada vez mais maciça de caminhoneiros na cidade. As viagens que estes faziam entre a cidade e outros estados e regiões do Brasil deram a possibilidade de ter acesso a outras mercadorias, sendo estas postas no mercado e vendidas a preço mais acessíveis (FIRMINO, 2016, p. 215).

Nas memórias dos serranos, a feira de Itabaiana nunca se apaga e as mudanças e permanências no acontecimento de cada feira a tornam especial para os serranos. Ela sempre é evocada para lembrar de feirantes daqui e doutros lugares que com o seu jeito único de convencer os clientes a adquirir seus gêneros ou aqueles que vendiam seus produtos inusitados, jogos e propagandas ao vivo, com animais ou sem, despertavam a curiosidade, o espanto e o fascínio dos transeuntes que paravam para vê-los e ouvi-los.

Muitos produtos comercializados já não se encontram mais em virtude do surgimento de novos gêneros que os substituíram, como a venda de água na feira em purrões ao lado da extinta indústria de beneficiamento de algodão e/ou pelos meninos ambulantes por toda a feira com moringas que aos gritos diziam “água fria” e ofertavam aos consumidores e feirantes. Segundo o cordel de Veríssimo José de Oliveira, apud Mendonça (2015, p. 65),

Pra beber água friinha
Só se desse num esbarro

⁸ Os tropeiros eram condutores de tropas de cavalo ou mulas, que atravessavam extensas áreas transportando gado e mercadorias (TROPEIROS. **Tropeiros das gerais**, s/d. Disponível em: <<http://www.tropeirosdasgerais.com.br/historia.htm>>. Acesso em: 09 de jun. de 2021.

Com os meninos da feira
 Com a moringa de barro
 Cheia d'água da Ribeira
 Enchidas lá na torneira
 Sem precisar vim de carro

Em contrapartida, outros resistem ao tempo e a modernidade, entre estes, a comercialização de ervas medicinais, fumo, cachaça com diversos e pedaços de madeira de determinadas árvores. Conforme o cordelista serrano, Mendonça (2011, p. 17):

Na feira de Itabaiana
 Sua pinga é de primeira
 Mais de quarenta mistura
 De braúna a quixabeira
 Porém se exagerar
 Você vai se embriagar
 E cair no meio da feira

Também, os meios de transporte que trazem os produtos e as pessoas de outras regiões para a feira ou vice-versa, tiveram as suas substituições e adaptações temporais. Do uso de outrora do cavalo ou mula para a utilização dos paus de arara que ainda que em desuso se utiliza ao lado de meios de transporte modernos como as motos, carros, caminhões e ônibus.

A feira não é um lugar apenas de compra e venda, ela é um local de diversão, bate-papo, namoro, de se fazer amigos, aprendizados (MENDONÇA, 2011; 2016; SANTOS, 2011). Ainda, é um lugar de trocas culturais, de debates políticos acalorados, de encontros e desencontros, de realizações pessoais e financeiras, de construção de identidade, de memórias e histórias.

A feira tem se transformado em objeto de estudo de várias disciplinas do currículo escolar pela sua diversidade de acontecimentos que se dão em um único dia que abarca objetos de estudo das mais diversas ciências do ser humano. Por isso e por outras razões como a sua proximidade com a realidade do discente é que múltiplos elementos da feira podem ser usados para se trabalhar conteúdos/temas do ensino de história, geografia, matemática, física, química, biologia, por exemplo.

A história enveredou por esse caminho com o trabalho dissertativo de Letícia Silva ao trabalhar a educação patrimonial no ensino de história com meio para desenvolver no aluno a aprendizagem histórica. Com esse propósito elaborar com os alunos questionários, visitas assistidas, entrevistas que objetivam demonstrar a importância da memória e a valorização do

patrimônio histórico-cultural da cidade de Colinas do Tocantins⁹. Já Alessandra Oliveira, propôs o estudo da feira como espaço da exposição da história e do patrimônio cultural imaterial africano que podem ser observados a partir do ensino de história¹⁰.

Em geografia defendem a ideia que o professor de geografia pode trabalhar a partir da feira, conceitos como espaço urbano, território e lugar; vincular temáticas de economia e sociedade; produção agrícola familiar e comercialização¹¹, ambiente geográfico e o meio sociocultural¹². Já na disciplina de matemática a feira também se transforma em objeto de estudo que facilita a aprendizagem dos alunos quanto as temáticas como estimativa de cálculo, apropriação de conceitos matemáticos¹³, comparação de preços, produção de gráficos de valores e produtos, operações matemáticas de compra de mercadorias x gastos¹⁴, na avaliação dos lucros x prejuízos¹⁵. Na disciplina de química foi observado também que o estudo a partir da feira podem ser estudados temas como alimentos, agrotóxicos, saúde, lixo, questões sociais, entre outros¹⁶.

⁹ SILVA, Aletícia Rocha da. **Educação patrimonial no ensino de História: a feira livre como espaço de aprendizagem histórica em Colinas do Tocantins**. 2018. 142f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Araguaína, 2018. Disponível em: < <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/430383>>. Acesso em: 26 de mar. 2021.

¹⁰ OLIVEIRA, Alessandra Flávia Bezerra de. **Feira livre de Bodocó como espaço educativo das africanidades bodocoenses**. 2016. 214f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2016.

¹¹ FÉRRER, Anderson Tafarel De Brito et al. **Caminhos para trabalhar a feira livre como elemento didático para o ensino da geografia**. Anais V CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/46661>>. Acesso em: 26 de mar. 2021.

QUEIROZ, Greiziane Araujo et al. **Feira livre: uma proposta metodológica para o ensino de geografia**. Revista de Ensino de Geografia, Uberlândia, v. 5, n. 9, p. 110-123, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/N.9/Art%207%20REG%20v5n9.pdf>> Acesso em: 26 de mar. 2021.

¹² SAMUEL, bezerra de Oliveira et al. **Ensinar e aprender matemática por meio de práticas contextualizadas na feira livre**. Anais IV CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/36727>>. Acesso em: 26 de mar. 2021

¹³ MORAIS, José Nilson. **Etnomatemática da feira livre: contribuições para uma proposta didático-pedagógica de ensino-aprendizagem em matemática na educação básica**. 2016. 172f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Naturais e Matemática) - Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

¹⁴ SILVA, José Wellington Farias Da et al. **Percepção socioespacial e ensino de geografia interdisciplinar: análise da feira livre do município de Fagundes-PB**. Anais III CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/21910>>. Acesso em: 26 de mar. 2021

¹⁵ Ananias, Egracieli dos Santos et al. **A presença da etnomatemática na feira livre da cidade de Mamanguape /PB**. Anais V CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: < http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA8_ID3944_120820_16180826.pdf>. Acesso em: 26 de mar. 2021.

¹⁶ GOMES, Luis Carlos de A et al. **Alunos do ensino médio e o ensino de química na feira livre**. XVIII Encontro Nacional de Ensino de Química (XVIII ENEQ) Florianópolis, SC, Brasil – 25 a 28 de julho de 2016. Disponível em: < <http://www.eneq2016.ufsc.br/anais/resumos/R2078-1.pdf>>. Acesso em: 26 de mar. 2021.

Assim, observamos que professores da área da história e de outras também enxergam e já recorrem à feira como objeto de estudo em suas respectivas disciplinas em sala de aula com o propósito de desenvolver a aprendizagem, a criticidade, saberes, conhecimento, percepção do que está a sua volta com o intuito de valorizar o patrimônio cultural imaterial local. Com o propósito de contemplarmos os nossos objetivos a partir da discussão de Fernando Seffner (2019) que debate as noções de tempo mudança, permanência e o ensino de história. Assim, intencionamos em analisarmos a feira ao longo do tempo, fazer comparações com outras feiras de diversos lugares do mundo em épocas diferentes e com eventos como o desenvolvimento artesanal, revolução industrial, colonização do Brasil, expansão comercial e marítima, entre outros.

Portanto, o nosso desafio neste trabalho se dá pela multiplicidade de temas que podem surgir ao se debruçar sobre a feira e sua interação com o ensino da História. Este trabalho será norteado pelos seguintes questionamentos: será que os alunos conhecem a história da feira? Como a feira pode servir como objeto nas aulas de História? É possível pensar a feira no ensino de História a partir de uma análise das mudanças e permanências do tempo histórico? É possível desenvolver uma progressão da aprendizagem histórica a partir da referência da feira? É possível produzir narrativas históricas a partir da conexão entre a feira e os conteúdos/temas exigidos pelo currículo da disciplina História? Os alunos reconhecem a feira como patrimônio cultural imaterial do município?

É fazendo relações entre presente e passado (tomando cuidado com o anacronismo¹⁷), comparações, conexões que professor e aluno nas aulas de História vão buscar respostas as questões recentes, dando sentido ao antigo a partir do cotidiano, do local e do seu patrimônio que se aproximam dos conteúdos do ensino de História em sala de aula. De modo a tratarmos sobre aprendizagem histórica, consciência histórica e o ensino de história em nosso trabalho, vamos discutir os conceitos tratados por Jörn Rüsen. Com relação ao ensino de história e o tempo histórico iremos enveredar nas discussões de estudiosos como Circe Bittencourt (1998, 2018); Sechmidt, Cainelli (2009) e Seffner (2019).

Após a discussão teórico-metodológica, sobre o ensino de História e a feira, tratamos das possibilidades de conexão com os conteúdos/temas da disciplina História, apresentamos a metodologia indicada ao professor com o propósito de auxiliá-lo no ensino-aprendizagem em

¹⁷ É uma atitude ou fato que não está de acordo com sua época e que resulta em um desalinhamento, em uma dissonância entre um período de tempo e uma época (OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. Anacronismo. In: Dicionário de ensino de história. Coord. Marieta de Moraes Ferreira; Margarida Dias de Oliveira. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, p. 19.

sala de aula. Como já dito, este será um caderno de sequências didáticas que propõe o uso da feira como meio de progressão da aprendizagem histórica a partir da modelagem da consciência histórica do discente e, por fim possibilitando-o a condição de produzir narrativas históricas.

Este caderno de sequência didática não é pronto, acabado e com atividades finalizadas para qualquer conteúdo/tema. Ele é pensado como um pontapé inicial (em virtude das diferentes realidades vivenciadas pelos professores em sala de aula com seus alunos e na comunidade em que está lecionando, por exemplo) e, ao mesmo tempo, um apoio ao professor em sala de aula que se disponha a usá-lo na atividade docente e/ou a todo que se interessem pelo tema. É bom salientar que não é voltada apenas a feira de Itabaiana/SE (a usamos como modelo), mas, poderá ser aplicada a qualquer feira do país e pelo professor do ensino de História que assim o veja como útil ao seu trabalho docente.

O Caderno de Sequências Didáticas “Conexões com o Tempo Histórico: a Feira e o Ensino de História” dispõe de textos, indicações de vídeos e atividades que fazem conexões de temas da feira com conteúdo/temas da disciplina de História que contemplam o currículo do Ensino de História da Educação Básica (Ensino Fundamental – Anos Finais e/ou Ensino Médio). Também, inclui textos que tratam sobre a feira e conceitos importantes para o ensino de História como aprendizagem histórica, consciência histórica, narrativa histórica e tempo histórico a partir da noção de mudanças e permanências.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo abordará a história da feira. Discutindo a sua atividade embrionária na pré-história, passando pela Antiguidade (citando algumas civilizações), pelos antigos povos da América e seu desenvolvimento no Brasil, chegando ao momento atual com a influência da globalização.

O segundo capítulo, discutirá sobre os conceitos de aprendizagem histórica, consciência histórica e narrativa histórica. Também, abordaremos sobre o ensino de história, o que diz os PCN's e a BNCC, e o uso da feira como objeto de estudo e de aprendizagem histórica ao estabelecer conexão com temas conteúdos/temas da disciplina de história. Enfim, versaremos sobre a escolha da sequência didática como metodologia para o desenvolvimento da proposta desta dissertação intitulada “Conexões com o Tempo Histórico: a Feira e o Ensino de História”.

O último capítulo, tratará sobre o tempo histórico, detendo-se especificamente as noções de mudança e permanência no tempo histórico que fazem parte dos objetivos do ensino de História e a ser evidenciado nas sequências didáticas.

Em seguida, abordamos as considerações finais sobre a feira como objeto de estudo para a aprendizagem histórica do aluno e meio de possibilitá-lo a compreensão da própria realidade partindo do entendimento de que o conhecimento do passado nos fornece as condições necessárias para entendermos o nosso presente e avistarmos um futuro na vida prática. Por isso, propomos o Caderno de Sequências Didáticas: “Conexões com o Tempo Histórico: a Feira e o Ensino de História” como produto metodológico provável para o desenvolvimento de uma consciência histórica crítica e de um cidadão atuante na sociedade que preserve o patrimônio cultural.

Enfim, em anexo a esta dissertação, incluímos o dito Caderno de Sequências Didáticas “Conexões com o Tempo Histórico: a Feira e o Ensino de História”. Sendo este, o produto deste trabalho dissertativo que sugerimos aos professores do ensino de História em sala de aula.

1º CAPÍTULO

A FEIRA NA HISTÓRIA



Mostaert, Gillis. "Village Fair" (1590). **Wikipedia: a enciclopédia livre**. Disponível em:<
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Feira>>. Acesso em: 23 de jun. de 2021.

1.1. A feira resiste ao tempo: das relações de troca ao mercado globalizado

Desde a pré-história que o homem estabeleceu com seus pares uma relação comercial. Primitivamente, (claro que com a ausência de dinheiro como temos hoje) essa atividade estabelecida era a de troca, favor ou de reciprocidade por um produto fornecido gratuitamente de outro bando daquilo que lhe faltava, ou vice-versa. Contudo, essa atividade era bastante rara e/ou numa necessidade por que em sua área de abrangência não haver determinado produto. Segundo Harari (2020, p. 182):

O bando era economicamente independente; apenas alguns itens raros que não podiam ser encontrados localmente – conchas, pigmentos, obsidianas e coisas do tipo – precisavam ser obtidos com estranhos. Isso podia ser feito por meio de escambo simples: ‘Nós trocamos belas conchas do mar por sílex de boa qualidade’.

Com o desenvolvimento da humanidade, especificamente no Neolítico, não se mudou muito. Permaneceu a troca de produtos parecida com as dos caçadores-coletores, ou seja, manteve-se a relação de obrigações e favores entre os grupos e a manutenção de transação com bandos estranhos (Ibidem, 2020, p. 182).

A medida em que o ser humano criava organizações sociais, como aldeias, cidades, reinos, por exemplo, a relação de troca se intensificava. Agora, buscavam produtos de boa qualidade e serviços que lhe faltavam como carpinteiros, soldados, advogados, oleiros, médicos, entre outros mutuamente.

Vilarejos que conquistaram uma reputação por produzir bom vinho, azeite ou cerâmica descobriram que valia a pena se especializarem quase que exclusivamente em um determinado produto e trocá-lo com outros povoados por todos os outros bens de que necessitavam. [...] Se a argila de sua região resulta em recipientes mais resistentes e mais bonitos, é possível realizar uma troca. Além disso, com dedicação em tempo integral, comerciantes de vinhos e oleiros, sem mencionar médicos e advogados, podem aperfeiçoar sua qualificação em benefícios de todos (Ibid., p. 183).

Entretanto, com o crescimento das cidades, o aumento populacional e de sua complexidade, o serviço especializado ou abundante de produtos, se dificultara a atividade de escambo e o uso do dinheiro resolveu o problema, principalmente dos especialistas e de excesso de mercadorias a serem comprados ou vendidos.

Já na Antiguidade a feira livre acontecia nas diversas civilizações. As primeiras referências sobre a feira foram encontradas na Civilização da Mesopotâmia, na cidade-estado

de Ur. Também, temos referências dessa prática nas antigas civilizações do Egito, Hebreus, Grécia, Roma, entre outras.

Na Civilização Asteca temos referências de grandes feiras que ocorriam na semana, principalmente na capital Tenochtitlan, Entre os mais famosos mercados ou feiras da capital Asteca, temos Tlatelco por se destacar tanto em variedades de produtos quanto no número de pessoas que a frequentavam diariamente. Com relação aos produtos comercializados, o consumidor poderia encontrar de tudo, desde gêneros cereais, frutas, animais (peixe, cachorro, coelho, peru, entre outros), ervas medicinais, roupas, escravos a objetos artesanais.

Sobre uma imensa praça rodeada de arcadas e próximo a uma pirâmide, existia um mercado, ao qual compareciam diariamente de 20 mil a 25 mil pessoas, e de 40 mil a 60 mil pessoas a cada cinco dias. Enormes quantidades de mercadorias, cada qual com uma localização determinada, eram aí trocadas: tecidos e vestimentas, plumas e joias, peles e plumagens, milho, vagens, pimentas, legumes, frutas e ervas, pássaros e caça, peixes, rãs vasos, utensílios de sílex, obsidiana e cobre, madeira, tabaco e cachimbos, móveis e esteiras (SOUSTELLE, 1987, p. 46).

Na feira Asteca não se comprava apenas produtos ou se vendiam, sejam artesanatos de todo o tipo ou gêneros alimentícios como batata-doce, milho, tomate, abacate, feijão, abóbora entre outros objetos, entre outros. Também, compravam-se prontos a serem consumidos como pão de milho, tortas e bebidas¹⁸.

A compra dos produtos na feira Asteca era feita através da troca ou dinheiro. A troca se dava entre produtos que as partes estavam interessadas ou “usavam pó de outro como meio de troca” (HARARI, 2020, p. 181), “assim como facas de lâminas fina de cobre batido em forma de crescente” (VAILLANT, 1944, p. 129). O dinheiro, que consideramos e compartilhamos do pensamento de Harari é o cacau ou rolos de algodão. Já que “quando um asteca queria comprar alguma coisa, normalmente pagava em grãos de cacau ou rolos de tecido” (HARARI, loc. cit.).

Os maias realizavam suas trocas nas feiras localizadas nas grandes praças onde também eram realizados os rituais religiosos que ocorria em algum dia da semana. Na praça onde ocorria a feira eram comercializados os produtos do trabalho do camponês, como tomate, batata-doce, abacate, mandioca, milho, etc. A atividade comercial desses artigos, como também de pedras como o jade, sílex; além de conchas, carapaças de tartarugas-do-mar, corais, pérolas; pássaros coo a arara e o colibri. Além do escambo, a moeda utilizada pelos

¹⁸Aztec Economy and Trade. **Project History Teacher**. Disponível em:< <https://www.projecthistoryteacher.com/2012/10/aztec-trade-and-economy.html>>. Acesso em: 26 de ago. de 2020.

maias nas transações comerciais também eram as sementes de cacau (GENDROP, 1987, p. 10, 18, 46).

A intensidade das feiras Incas era alta, mesmo com as restrições e o controle das atividades comerciais pelos chefes locais, haja vista atuarem em função das autoridades locais.

A atividade comercial que certos povos periféricos teriam eventual mente praticado limitava-se, com frequência, a transações esporádicas para as quais as balas de coca e as barras de sal serviam às vezes como medida. Ela se reduzia, mais frequentemente ainda, a simples operações de trocas. Eminentemente marginal no conjunto da vida econômica, o comércio não podia levar à formação de grandes mercados nem à criação de uma verdadeira moeda (HENRI, 1987, p. 35).

Entretanto, elas aconteciam independentemente ou não da vontade dos chefes locais, de modo a prover as necessidades da população incaica. “O comércio local era realizado através de feiras que aconteciam nas praças. Todos podiam negociar e não havia mendigos. As feiras tinham início ao amanhecer e terminavam com o pôr do sol, chegando ao seu ponto culminante ao meio dia” (LIMA, 2010, p. 94).

A atividade comercial inca envolvia produtos agrícolas e eram realizadas entre famílias que necessitavam de determinados mercadorias tanto para a sua subsistência quanto para o trabalho. Entre os principais produtos agrícolas, estão a “batata, kinoa, milho, vagem, pimenta, batata-doce, abóbora, cabaça, mandioca, amendoim, abacate, algodão” (FAVRE, 1987, p. 28), animais como a lhama e alpacas produziam tecidos, cerâmicas, joias, entre outros.

O dinheiro ou objetos usados como moeda de troca nas feiras incaicas eram o milho, as plumas, o algodão, a lã, a carne seca, conchas marinhas de tipo *Spondylus*, pimenta do tipo ají, folhas de coca e as hachitas de cobre (LIMA, loc. cit.; MARTINS, 2001, p. 19-32).

Já no Egito Antigo, o comércio local se dava no mercado ao ar livre às margens do rio Nilo. Os produtos comercializados são oriundos dos excedentes produzidos pelos camponeses no campo ou itens confeccionados pelas mulheres em suas casas, como

os alimentos, principalmente pães, cerveja, grãos, vegetais e óleo, eram tipicamente utilizados como meio de troca ou como meio de pagamento em uma esfera doméstica. Mel, leite e vinho eram produtos mais frequentes entre as oferendas (PELLINI, 2002, p. 145).

A compra e a venda dos produtos realizados no comércio local eram baseadas no sistema de escambo. A troca dos produtos não se dava pelo interesse no lucro de nenhuma parte, mas “cada parte na troca oferece algo de valor igual para a outra, na intenção de obter o

produto desejado. Em todos os níveis sociais, o comércio representava um meio de se obter produtos e serviços e não a criação de lucro” (Ibidem, 2002, p. 149).

O preço dos produtos ou serviços eram fixos em algumas formas: *deben*, que era um anel metálico com peso de 91g e subdividido em 9,1g chamado de *kite*, sendo estes de cobre ou o bronze; *sniw*, uma peça de prata que era subdividida em *hin* que era medida de capacidade e não de valor e o *khar*, avaliação do produto em unidades de grãos, tendo como divisão os oipes, correspondendo a quarta parte do *khar* ou 19,22 l (Ibid., p. 147–149).

Na Grécia Antiga, especificamente em Atenas, a feira se dava na *Ágora* (Praça Pública, mercado, onde ocorriam diversas reuniões públicas para os cidadãos. Também local onde todos os habitantes atenienses podiam passear independente da classe social) onde os *Kápelos* expunham suas mercadorias a todos os moradores da cidade-estado que indiferente a sua classe social e econômica frequentavam o lugar para adquirir produtos diversos como roupas, utensílios domésticos, tecidos, sapatos, tochas, refeições prontas (mingau, sopas, etc), peixes (arraias, enguias, arenque, perca, sardinha, etc.), aves (gansos, pombos, pato, entre outros.), farinha, alho, milho, cevada, entre outros gêneros. Os produtos como o vinho e o azeite eram adquiridos diretamente com o produtor por atravessadores que os revendiam na *Ágora* (MELO, 2015, 92–204).

A compra ou venda de produtos, ou outro bem qualquer a princípio era feita por sistemas de troca, contudo, por volta de VII a.C., Atenas (como as demais cidades-estados gregas) passou a cunhar a sua moeda com imagens que caracterizavam a pólis ou da deusa Atenas, na cidade ateniense, referindo-se a religião local. A dita moeda chamava-se *dracma* (equivale a 1,6g de prata) e 1 *óbolo* (equivale a 1,05 grama de prata) (VERSIGNASSI, 2011, p. 25–26).

As feiras locais foram atividades comerciais de tantas outras civilizações no mundo, segundo Braudel (2009, p. 15):

este antiqüíssimo tipo de troca já era praticado em Pompéia, em Óstia ou em Timgad, à Romana, e séculos, milênios antes: [...] havia feiras na China clássica, bem como no Egito faraônico, na Babilônia, onde a troca foi precoce. Os europeus descreveram o esplendor colorido e a organização da feira ‘de Tlaltecó que fica perto de Tenochtitlan’ (México) e as feiras ‘regulamentadas e policiadas’ da África Negra, cuja ordem os impressionou favoravelmente, a despeito da exigüidade das trocas. Na Etiópia, a origem das perde-se na noite dos tempos

Portanto, as feiras não são eventos ocasionais a poucas civilizações, elas fazem parte da vida social e econômica de diversos povos ao longo da história e continua resistindo as

mudanças ao longo do tempo mantendo as suas características básicas, localizadas sempre em praças tomando ruas com suas barracas, toldos, vários compradores independentes de sua classe social ou poder aquisitivo, variedade de produtos do campo, as artesanais, fiscais, cobradores de impostos, feirantes ou vendedores fixos, ou ambulantes.

A feira resiste ao fim da Antiguidade, e permanece com suas características singulares na Idade Média Alta, quando ainda, a escassez de moeda, a variação de peso e medida de região para região, a dificuldade em transportar produtos de uma terra para outra em virtude das péssimas condições das vias, a autossuficiência dos feudos são alguns fatores que prejudicaram o desenvolvimento do mercado. Durante esse período, principalmente, existia pouca atividade comercial, a não ser a compra de

um pouco de sal, talvez, e algum ferro. [...] Sem dúvida, havia um certo intercâmbio de mercadorias. Alguém podia não ter lã suficiente para fazer seu casaco, ou talvez não houvesse na família alguém com bastante tempo ou habilidade. Nesse caso, a resposta à pergunta sobre o casaco poderia ser: ‘Paguei cinco galões de vinha por ele.’ Essa transação provavelmente se efetuou no mercado semanal mantido junto de um mosteiro ou castelo, ou numa cidade próxima (HUBERMAN, 1981, p. 26).

Entretanto, com o alvorecer da Idade Média Baixa, especificamente por volta do século XI, as Cruzadas acabaram mobilizando camponeses, religiosos, nobres, trabalhadores, a nova classe de comerciantes, cada um em busca de interesses particulares e de grupo, levou ao Renascimento Comercial e Urbano europeu que, no que lhe concerne, promoveu o desenvolvimento das feiras em aldeias e cidades ao ponto do mercado crescer tanto que “qualquer colheita superior às necessidades do camponês e do senhor poderia ser vendida. Em troca, o camponês podia obter dinheiro” (Idem, 1981, p. 54). Ainda, segundo Huberman, com o renascimento comercial a partir do século XI, as feiras passaram a ser providas das “mercadorias, que antes eram feitas não para serem vendidas comercialmente, mas apenas para atenderem às necessidades de casa, passaram a ser vendidas num mercado externo” (Ibid., 1981, p. 63).

As feiras medievais eram basicamente dependentes dos produtos do campo. Também, eram abastecidas de produtos produzidos na própria cidade ou vila. Geralmente, eram realizadas nas quarta-feira e aos sábados, dependendo do tamanho da cidade ou vila, chegava a ser realizada diariamente.

É verdade que nas grandes cidades as feiras tendem a ser diárias, como em Paris, onde, em princípio (e muitas vezes de fato), só deveriam realizar-se às quartas e aos sábados. Seja como for, intermitentes ou contínuos, esses mercados elementares entre campo e cidade, pelo seu

número e incansável repetição, representam a mais volumosa de todas as trocas conhecidas (BRAUDEL, 2002, p. 16).

A feira tanto no período medieval quanto hoje, são cruciais para o escoamento da produção do campo. São os pequenos camponeses que muito se beneficiam com esse mercado ao vender seus produtos diretamente ao consumidor e à vista, já que o crédito só se dava de uma feira a outra.

As feiras medievais cresceram tanto em importância que as autoridades passaram a serem presentes, criando normas, vigiando, regulamentando e até reprimindo. Todavia, nenhuma ação das autoridades ou governos que viesse a prejudicar, ou retrair tal mercado foi satisfatória para a sua extinção, pelo contrário, as feiras ao longo do medievo expandiram, tornando-se parte importante das atividades sociais e econômicas da sociedade, a tal ponto de serem removidas “para as portas das cidades, mais além das muralhas, para os arrabaldes, o que muitas vezes acontece com a criação de uma nova feira, como em Paris na praça Saint-Bernard, no faubourg Saint-Antoine (2 de março de 1643)” (Ibid., p. 17).

As feiras medievais se expandiram tanto para outras regiões de determinadas cidades europeias como Paris, caso acima citado, como de outros lugares da Europa. Diante do avanço das feiras, surgiu os halles (feiras cobertas), que geralmente tinham ao seu lado as feiras ao ar livre em várias partes da Europa, a exemplo, França, Itália, Inglaterra e Alemanha.

Essas atividades mercantis não só se tornaram eventos presentes em cidades europeias no medievo, mas um acontecimento social que envolve todas as classes sociais da Europa. Segundo Braudel (2002, p. 18),

os invernos gelados em Moscou favoreciam a instalação de lojas, barracas e bancas sobre o gelo a comercialização de carnes e de animais abatidos. Já na Inglaterra, os festejos do Carnaval que duram do Natal até a festa dos Reis, são montados, ao lado do rio, barracas que comercializam carne, vinho e aguardente, atraindo a população e até o próprio rei inglês. Em todos os invernos, em Moscou, quando o Moskova gela, instalam-se sobre o gelo lojas, barracas, bancas. É a época do ano em que, com a facilidade dos transportes em trenó pela neve e o congelamento ao ar livre das carnes e dos animais abatidos, há nos mercados, na véspera do Natal e no dia seguinte, um aumento regular das trocas. Em Londres, durante os invernos anormalmente frios do século XVII, é uma festa poder transportar pelo rio gelado os festejos do Carnaval que ‘em toda a Inglaterra dura desde o Natal até o dia seguinte dos Reis’. ‘Barracas que são verdadeiros botequins’, enormes quartos de boi que assam ao ar livre o vinho da Espanha e a aguardente atraem toda a população, às vezes até o próprio rei (13 de janeiro de 1677).

A feira, de uma atividade a priori comercial, passa a expressar também os gostos, a cultura, a identidade local e ponto de encontro de todas as classes sociais. A feira se torna um evento imprescindível nas cidades europeias.

O mercado urbano torna por todo o lado tangível esta função, de movimento. De Esmirna, em 1693, um viajante pode dizer que ela ‘é tão-só um Bazar e uma Feira’. Mas toda a cidade, seja ela qual for, é em primeiro lugar um mercado. Se esta falta, não pode haver cidade; mas pelo contrário pode existir junto de uma aldeia, até no vazio de uma enseada que acolhe os forasteiros, num simples cruzamento de estradas, sem que por isso brote aí uma cidade. Toda a cidade, com efeito, tem necessidade de afundar raízes, alimentada pela terra e pelos homens que a rodeiam (BRAUDEL, 1970, p. 423).

Com as grandes navegações, o modelo de feira europeia e suas características medievais foram transpostas para as suas colônias em diversas partes do mundo, entre elas, a América Portuguesa. Então, aqui no Brasil as feiras surgiram ainda no período colonial após autorização do seu funcionamento pelo rei português D. João III em 1548 como evidenciado em um regimento ordenado a Tomé de Souza.

E assim ordenareis que, nas ditas vilas e povoações, se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, feira, a que os gentios possam vir vender o que tiverem e quiserem, e comprar o que houver mister; e assim ordenareis que os Cristãos não vão às aldeias dos gentios a tratar com eles, salvo os senhórios e gente dos engenhos, porque êstes poderão em todo o tempo tratar com os gentios das aldeias que estiverem nas terras e limites dos ditos engenhos¹⁹.

O propósito desta autorização se deve a necessidade dos colonos em comercializar ou adquirir gêneros necessários para suprir as suas necessidades diárias. Como também, estimular as relações comerciais de produtos nativos possíveis de serem exportados para o reino português (MOTT, 1976, p. 84; PINTO; MORAES, apud SILVA, 2015, 54).

Entretanto, demorou bastante para que ela fosse realizada de fato ou informada de sua realização, visto que só em 1732 que se teve conhecimento oficial da primeira feira realizada no Brasil. Esta se deu em “Capoame, localizada no Recôncavo Baiano” e se destinava a comercialização de gado, ou seja, era uma feira de gado. Enquanto que outras feiras se detinham no comércio de produtos alimentício, denominadas naquele tempo de “feira Franca”

¹⁹ **Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil, Almerim, 17/12/1548.** Lisboa, AHU, códice 112, fls. 1-9, p.5. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5523820/mod_resource/content/1/2.%20Regimento%20do%20Governo-Geral%20%28Tom%C3%A9%20de%20Souza%29%2C%201548.pdf>. Acesso em: 30 de mar. de 2021.

(MOTT, 1976, p. 85; TEVISAN, apud FERREIRA, 2017, p. 24; DANTAS, apud ALI, 2013, p. 18).

As feiras no Brasil Colonial se davam de forma irregular em vilas e cidades a fim de suprir as necessidades dos colonos e/ou escoar a produção excedente dos pequenos produtores rurais. Naquele período, entre os gêneros comercializados se encontravam frutas, hortaliças, farinha de mandioca, produtos artesanais, ervas medicinais, etc. (COSTA, 2016, p. 51).

Em virtude da precariedade das estradas, violência, distância entre uma localidade povoada e outra, os engenhos de açúcar terem certa autossuficiência, poucos trabalharem recebendo soldos, entre outras razões, a feira pouco se desenvolveu entre os séculos XVI e XVII no Brasil.

A feira veio a se tornar permanente no Brasil quando houve aumento populacional, o aumento da variedade de produtos para a comercialização, a saída de grandes famílias de suas propriedades para as cidades, implementação de indústrias, surgimento e aumento do número de lojas, modernização do setor agrícola, entre outras mudanças ocasionadas ao longo do tempo. Assim, se deu o crescimento do número de feiras no Nordeste a largos passos a partir do século XVIII.

A princípio, feiras de gado em função da sua expulsão da zona açucareira e consequentemente a ocupação de novos territórios que com ela fomentou o início de aglomerados urbanos, como povoações a priori, graças ao comércio de gado. Dessas pequenas povoações, surgiram vilas e cidades que ao decorrer do tempo desenvolviam suas atividades econômicas, sociais e políticas.

Na formação socioeconômica do Nordeste, as feiras livres foi um dos elementos que desempenharam e ainda desempenham uma grande importância, sobretudo por serem uma fonte de comercialização da produção, principalmente agrícola, e de outros produtos de abastecimento geral de parcela significativa da população, que vive nessa região. Isso é perceptível, em função de outros fatores, quando observamos a dinâmica socioespacial que se configura na cidade que realiza feira(s) livre(s) (SANTOS, 2012, p. 102).

Essa dinâmica que favoreceu o crescimento das feiras no Nordeste, também agiu em Sergipe após a sua colonização em 1590 por Cristóvão de Barros, que teve com a sua primeira atividade econômica a pecuária, seguida da agrícola e de outras atividades. Sendo assim, foi a feira de gado a primeira a surgir nesse território, seguida posteriormente, com o desenvolvimento local, criação de povoados, vilas e cidades as feiras voltadas para outros produtos de interesse da população.

Foi assim que por volta das primeiras décadas do século XVII em Itabaiana surgiu a primeira feira voltada para a comercialização de gado, no local onde se originou a primeira aglomeração de pessoas nessa terra, chamado atualmente de Igreja Velha. No final do século já citado, a povoação já transferida para outra região de Itabaiana, denominado de Sítio de Ayres da Rocha, conseguiu certo desenvolvimento econômico e social o que favoreceu a realização da feira na Praça da Matriz, local onde foi erguida a Igreja em devoção a Santo Antônio.

A feira resistiu ao tempo e ao espaço, criou raízes, fortaleceu-se, tornando-se a cada dia e em cada cidade europeia necessária e importante. Visto que, ela não só cresceu, difundiu-se, multiplicou-se ao longo do tempo e em todos os lugares. “Sob sua forma elementar, as feiras ainda hoje existem. Pelo menos vão sobrevivendo e, em dias fixo, ante nossos olhos, reconstituem-se nos locais habituais de nossas cidades, com suas desordens, sua afluência, seus pregões, seus odores violentos e o frescor de seus gêneros” (Idem, 2002, p. 14). Ela continua forte, permanece as suas características primeiras e se moldando as mudanças que ocorrem na relação de compra e venda na sociedade. Além de tomar um novo fôlego para a sua permanência na sociedade ao ser tomada como patrimônio cultural imaterial do lugar, decerto se manterá presente como um dos eventos mais antigos do mundo.

Em franca competitividade com as feiras estão os supermercados e hipermercados (que oferecem também produtos que são comercializados na feira, além de outros que fazem parte das necessidades diárias do consumidor), lojas (roupa, calçados, utensílios domésticos, etc), açougues, pequenos comércios de bens similares aos vendidos na feira (os “mercadinhos”), shopping Center entre outros estabelecimentos que disputam com a feira os consumidores. Além destes serem locais cobertos, munidos de modernidade, segurança, facilidades de compra de seus produtos (uso do cartão de crédito, parcelamento do valor comprado, etc.) e com produtos, dependendo do estabelecimento comercial, oriundos de outras partes do mundo.

A globalização e a mídia passaram a ditar a moda, difundir produtos importados (eletrônicos, informática, brinquedos modernos, roupas e calçados de determinadas marcas, etc.), comportamento e privilegiar certas marcas de roupa e suas lojas, ou seja, impõem os locais que os consumidores devem comprar determinados artigos levados pela fama do produto. A feira com evento tradicional e milenar, adaptou-se a esse mundo globalizado e passou a usar os mesmos mecanismos impostos pela globalização. Entre estas adaptações estão o uso do cartão de crédito, a venda de imitação dos importados, como roupas e calçados.

Também, produtos tecnológicos como brinquedos eletrônicos, rádios, fones de ouvido, jogos eletrônicos, relógios, CD, DVD.

Esta atividade comercial tem outros atrativos que a mantém permanente, independentemente dos percalços cotidianos impostos tanto pelas ações da globalização quanto por interesse econômico: a pechincha, o poder da barganha, produto direto do campo para o consumidor, a liberdade de escolha de compra do determinado produto, a variedade de um mesmo objeto, a liberdade de conversar com os feirantes, consumidores, amigos, os encontros inesperados. Esses e outros tantos fatores não citados aqui, mantém diante de tantas adversidades a feira nas cidades brasileiras e no mundo.

2º CAPÍTULO

A FEIRA COMO OBJETO NO ENSINO DE HISTÓRIA



Banca de doces. Feira de Itabaiana/SE
Foto de José Wilson Moura Santos, 2020.

2.1. A aprendizagem histórica e o ensino de história

O questionamento feito pelo filho de Marc Bloch a ele “Papai, então me explica para que serve a história” (BLOCH, 2001, p. 41), poderia ser muito bem substituído nesse estudo pela pergunta, para que serve o ensino de História?

O ensino de história tem muitos propósitos, entre eles o de estimular no discente a consciência de que a realidade social em que vive é fruto das ações humanas ao longo do tempo, incentivar nele a consciência de que pode entender o presente a partir de relações com o antigo e desmistificar a ideia que alguns “fazem a história”, os “heróis” (reis, militares, governantes...) que sozinhos mudaram a vivência no tempo e são os responsáveis por “tantas coisas boas” no presente no âmbito sócio-político-econômico-cultural.

Devemos sensibilizar o aluno de seu papel como sujeito histórico, conscientizá-lo de sua atribuição na sociedade de cidadão e transformador da sua realidade e do que está em sua volta. Para tanto, tratar das transformações da sociedade atual exige que seja discutido em sala de aula, pesquisado como se deu as mudanças ao longo do tempo histórico das sociedades em virtude das ações humanas. Essa discussão deve partir da realidade do discente, além de ser explorado em sala de aula as suas percepções de história e a sua consciência histórica formada no meio social em que vive.

Entendemos que o ensino de história tem como propósito de possibilitar ao aluno entenda o seu presente a partir de uma reflexão sobre as experiências do ser humano no tempo histórico. Assim, o ensino de história tem o propósito de auxiliar o aluno na sua vida prática, entender o seu presente e criar uma perspectiva de futuro. Isto porque a “interpretação desse passado possibilita o entendimento do presente e uma avaliação das próprias chances no futuro” (RÜSEN, 2015, p 252).

O ensino de História pode ter diversos fins, propósitos que mudam conforme os interesses da política educacional defendida pelos grupos sociais, culturais e políticos e/ou segundo o que pensamos, acreditamos e queremos que ele se destine. Segundo Rüsen, a “história é enraizada nas necessidades sociais para orientar a vida dentro da estrutura do tempo” (Idem, 2011, p. 25). Dessa forma, o ensino de História compromete-se em formar o indivíduo que se reconheça pertencente ao meio social em que vive; mas também, que seja uma pessoa crítica que participe, intervenha e defenda os interesses da sociedade, em geral. Segundo Marc Bloch “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado” (2001, p. 65), para evitar tal desconhecimento, o ensino de História tende a

fomentar, a instigar alunos e professores na busca de resposta a tantos questionamentos pessoais que dizem a respeito do seu cotidiano, do que vivenciam e aprendem na sociedade. Também, as que dizem respeito as que envolvem os seus pares, em geral, que dependendo de seu grupo social, cor, status, pode envolver, entre tantas indagações, as razões da perpetuação dos preconceitos a determinados grupos sociais, do racismo e/ou intolerância racial, desigualdade social, fome, da exploração laboral, xenofobia, exceção agrupamentos étnicos de certos cargos políticos, por exemplo, entre tantos outros temas e fatos cotidianos que permeiam o dia-a-dia do aluno e do professor.

Enveredar pelo passado nos leva a entender a ocupação dos espaços nos diferentes tempos, a conhecer como as pessoas viveram e se organizam social, político, cultural, religioso e economicamente até hoje, tendo em vista entenderem as ações humanas e as consequências destas para a sociedade em que vivem, ou seja, apreendendo o passado, poderão compreender, se prepararem e/ou se organizarem para viver na sociedade vigente e vislumbrarem um futuro do qual desejam. Isso porque ao enveredamos no aprendizado histórico, a nossa “consciência histórica evoca o passado como um espelho da experiência na qual se reflete a vida presente, e suas características temporais são, do mesmo modo, reveladas ...a história é o espelho da realidade passada na qual o presente aponta para aprender algo sobre seu futuro” (RÜSEN, 2011, p. 56 – 57).

O estudo da história trata de preparar o indivíduo e, é claro, os grupos sociais para resolver os problemas da vida atual, a entender e buscar novos horizontes para a vida tanto individual quanto em grupo. Já que os problemas do presente só serão entendidos ao passo em que enveredarem pelo passado em buscas das respostas as interpelações atuais.

Portanto, trilhar na sala de aula no ensino de História não é estudar o passado em si. O seu propósito não se limita propriamente a isso. Se prender a essa justificativa seria diminuir a importância do ensino de História e retirar o seu valor com ciência. Segundo Bloch, “a própria ideia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto de ciência é absurda. [...] o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens” (2001, p. 52 - 54).

O ensino de História vai refletir sobre as ações dos homens no passado, os seus feitos, invenções, pensamentos, atitudes... que refletem no que é os atualmente e no que vivenciamos. O ensino de História contribui para dirimir a ideia que os sujeitos da História são os políticos, pessoas ilustres, determinados militares, artistas, governantes... e que são eles os responsáveis pelos acontecimentos, mudança ou permanência da realidade social. Por conseguinte, o desejo é que entendam que todos os indivíduos da sociedade, a exemplo, os

alunos, os professores, os pais, os trabalhadores... são sujeitos históricos que individualmente atuam de forma negativa ou positiva para a melhoria da comunidade em que vivem, além de reforçar a sua identidade histórica. Portanto, o agir do sujeito histórico e a afirmação de sua identidade histórica se dá

quando as pessoas, mediante a reflexão de sua consciência histórica, desvelam a gênese histórica de seu próprio mundo, descobrem que as determinações do seu agir, que aparecem como imposições externas, deixam transparecer o espírito que as formou e cuja presença repercute assim indiretamente em seu dia adia. As pessoas adquirem assim sua identidade histórica e, ao mesmo tempo, transformam as circunstâncias de sua vida, de determinações impositivas do agir, em oportunidades de autoafirmação e de autodesenvolvimento. Elas se apropriam, assim, das condições objetivas de seu agir mediante a reconstrução histórica, fazendo-as aparecer como processo de desenvolvimento e base de novos desenvolvimentos da subjetividade autônoma. O conhecimento histórico libera, assim, uma qualidade interna ideal do ‘eu’, própria da gênese das circunstâncias da vida presente (RÜSEN, 2012, p. 28-29).

Dessa forma, o ensino de história proporciona ao aluno a tomada de consciência de sua importância para a construção de uma sociedade mais igualitária, atuante, participativa, respeitando as diferenças de gênero, étnicas, de pensamento, individuais.

Os PCNs corroboram com o nosso pensamento ao defender que:

[...] o ensino de História pode desempenhar um papel importante na configuração da identidade, ao incorporar a reflexão sobre a atuação do indivíduo nas suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades, sua participação no coletivo e suas atitudes de compromisso com classes, grupos sociais, culturais, valores e com gerações do passado e do futuro (1999, p. 46).

Então, a disciplina de história entrevê a construção de um ser social que acate as diferenças culturais, de pensamento, étnico-raciais em prol de aceitação e uma convivência mútua e respeitosa. O ensino de história orienta o indivíduo na vida, dá a entender, articular o seu presente e seguir o aprendizado do passado a partir dos diversos documentos como os livros que tratam sobre o antigo, possibilita a idealização do futuro e formar a identidade individual no meio social.

A princípio essa ação é executada principalmente no ambiente escolar, numa sala de aula (não único local) onde o professor a “priori” tem os temas ou conteúdos já traçados pelo currículo da instituição escolar. O professor detentor do saber acadêmico e de recursos e metodologias que possa tornar esse conhecimento entendível pelo discente. Portanto, sobre o professor recai todas as cobranças e expectativas e, quanto ao aluno, que se torne um ser

crítico, que apreenda, compreenda e entenda o processo da ação do homem na sociedade e sua história.

A disciplina da História deve partir experiência vivida do aluno, ou seja, do conhecimento histórico do aluno de tudo o que o cerca, das suas memórias evocadas, da vivência em família, na comunidade, na Igreja, no clube, com os amigos, de suas experiências cotidianas do local onde vive o aprendizado histórico partindo do micro para o macro e sempre se fazendo uma ponte, iniciando do particular, do dia-a-dia do aluno para integrá-lo, o fazer sentir que o mesmo está inserido em toda a engrenagem da História.

A aula de história não deve e não pode evitar essa participação prévia, com a qual os alunos trazem seus próprios pontos de vista e sua perspectiva da interpretação histórica. Essa participação deve ser de tal forma produzida, para que possam construir uma ideia de validade, com a respectiva segurança na discussão crítica com outros pontos de vista, que apenas a competência da argumentação histórica confere (RÜSEN, 2012, p. 66).

Sendo assim, a História de cada aluno, as suas representações, memórias, concepções, conceitos será o ponto inicial para os temas a serem debatidos, discutidos, lidos e pesquisados em sala de aula. Assim, partindo da experiência trazida pelo aluno para a sala de aula, este vai moldando e reelaborando seus conceitos, sua consciência histórica à medida que substitui o senso comum por uma atitude crítica, participativa, consciente apoiado no processo histórico que passa a discutir, debater, pesquisar e analisar em sala de aula em conjunto com os demais colegas e professor.

O professor deve ensinar a história dando a condição do aluno de participar da construção da história. Uma das maneiras é levando para a sala de aula, fontes e documentos históricos para a leitura, a análise e a produção narrativa dos discentes. Dando a estes, a liberdade de chegar às sínteses sobre determinado tema e, conseqüentemente, elaborar seu próprio conhecimento. Ainda, apoiado em fontes históricas o professor e o aluno tomam conhecimento na temporalidade debruçada sobre os acontecimentos das diversas sociedades, grupos humanos, nações, seus feitos, suas características, suas mudanças e permanências ao longo do tempo histórico. Debruçar-se sobre fontes históricas como jornais, livros, músicas, fotos, vídeos, etc.

Além do uso das fontes históricas em sala de aula, é importante que esse contato se estenda para além dos muros da escola. Entrar em contato com os diferentes espaços da cidade e dos eventos que nela acontece são fatores da cultura, da identidade, dos costumes, dos valores do grupo social em que vive. O contato com esses espaços fornece elementos que

reflitam sobre a realidade, entenda o contexto sócio-econômico-cultural em que estão inseridos.

A construção do saber histórico deve ser promovida pelo professor em sala de aula, ao proporcionar aos alunos a construção de síntese da própria História enquanto discute e compara fatos históricos, dando a liberdade aos discentes de produzirem suas próprias análises, interpretações e comparações.

A aprendizagem histórica deve partir do presente, das indagações, dúvidas, problemas e questões do dia-a-dia dos alunos e do professor em busca de respostas ou esclarecimentos no passado. Dá-se então, uma orientação temporal no ensino de história que envolve os dois protagonistas da aprendizagem, aluno e professor, na busca do conhecimento. A história, então, segundo Jörn Rüsen (2001, p. 74):

é exatamente o passado sobre o qual os homens têm de voltar o olhar, a fim de poderem ir à frente em seu agir, de poderem conquistar seu futuro. Ela precisa ser concebida como um conjunto, ordenado temporalmente, de ações humanas, no qual a experiência do tempo passado e a interação com respeito no tempo futuro são unificadas na orientação do tempo presente.

Assim, o estudo da história tem o proposto de torna-se atrativo para o aluno enquanto busca relacionar o passado com o seu presente, com a sua experiência diária, com aquilo que está em contato no cotidiano. Além disso, revisita ações, tomada de decisões de grupos, governos, sociedade e as que não o foram tomadas e como repercute em seu dia-a-dia, no do grupo em que vive e no mundo.

Associada a aprendizagem histórica partindo do presente do aluno, do que está próximo dele, do que faz parte do seu cotidiano, do que ele conhece, do que lhe é familiarizado, daquilo que vivência no dia-a-dia, partimos então, do seu conhecimento, das suas experiências para enveredarmos no tempo passado para conhecer, entender os porquês da vida atual, ou melhor, busca-se dá sentido à vida, captar todas as mudanças ocorridas e/ou permanências ao longo do tempo e orientar-se nessa temporalidade que envolve o presente, passado e o futuro. Dessa forma, “o aprendizado histórico deve, assim, ser relacionado à subjetividade dos receptores, à situação atual do problema e à carência de orientação, de que parte o recurso rememorativo ao passado” (Id., 2011, p. 48).

Ao enveredar pelo ensino de história o aluno como o professor toma consciência da diferente temporalidade histórica, reconhecendo em cada uma ou não coisas, fatos, aspectos que possam se relacionar com a sua vivência no presente ou poderem responder a

questionamentos na atualidade, ou ainda debruçar em problematizar sobre determinadas questões da sociedade em que vive.

O passado está presente em todos os resultados das ações humanas passadas, que constituem condições de possibilidade do agir contemporâneo, circunstâncias, pois, que têm de ser consideradas pelos atores do presente, se estes querem alcançar algo com seu agir [...] O passado é eficaz, por conseguinte, como conjunto silencioso das situações do proceder, de modo implícito e natural (RÜSEN, 2001, p. 82–83).

Nessa busca de entendermos o presente a partir do olhar sobre o passado no agir humano, no seu modo de ser, fazer, pensar, conduzir e nas suas tomadas de decisões (independente que estejam certas ou erradas) tomamos consciência histórica de nossa importância com sujeitos históricos dotados de capacidade, poder de atuarmos de forma crítica, refletida sobre o nosso presente e presumirmos um futuro sustentado no aprendizado histórico.

A apreensão do passado operada pelo pensamento histórico na consciência histórica baseia-se na circunstância de que as experiências do tempo presente só podem ser interpretadas como experiências, e o futuro apropriado como perspectiva de ação, se as experiências do tempo forem relacionadas com as do passado, o que se processa na lembrança interpretativa que as faz presentes (Idem, 2001, p. 63).

Sobre a consciência histórica, Jörn Rüsen a conceitua assim: “conjunto coerente de operações mentais que definem a peculiaridade do pensamento histórico e a função que ele exerce na cultura humana” (2011, p. 37). Ainda segundo ele, é a consciência histórica que dá condições de entendermos o que é a história, porque é uma ciência e ela é importante (RÜSEN, op. cit., p. 56).

A consciência histórica possibilita ao aluno e ao professor no espaço da sala de aula ou noutro ambiente avalia num determinado momento acerca da realidade em que vive a partir da rememoração do seu passado. A mesma ação se dá quando refletimos olhando para o passado sobre a situação atual do grupo, da sociedade, do bairro, da cidade, do estado, do nosso país do qual pertencemos. Entretanto, é dela também, que floresce as utopias do futuro.

De acordo com Rüsen “a consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dado necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens” (Ibid., op. Cit., p. 78). É uma categoria presente no indivíduo e abarca todo o pensamento histórico, as experiências da pessoa com relação ao passado, o dia-a-dia do ser humano e suas práticas, seu vínculo com os demais indivíduos, a sua vida em

sociedade e tudo o que o envolve — política, economia, religião, cultura — e, sendo assim, é inerente a todos os seres humanos.

Ela contribui para que o indivíduo tenha os meios para entender o presente a partir do conhecimento do passado e assim, conceber uma ideia do futuro próximo, apoiado no seu saber, em ações e consequências tomadas pelas pessoas em suas determinadas sociedades, em geral. Também, a mesma consciência histórica que nos dá uma visão geral do presente a partir de um olhar do passado, age da mesma forma explicativa com relação ao cotidiano do indivíduo, do seu grupo familiar, da sua convivência escolar, no clube social, no bairro, na cidade e, assim em frente. Segundo Rüsen, “a consciência histórica evoca o passado como um espelho da experiência na qual se reflete a vida presente, e suas características temporais são do mesmo modo reveladas” (2011, p. 56).

Portanto, a consciência histórica age constantemente na orientação e apreensão da realidade do indivíduo, haja vista essa consciência histórica funcionar “como um modo específico de orientação em situações reais da vida presente: tem como função ajudar-nos a compreender a realidade passada para compreender a realidade presente” (Ibid., 2011, p. 56).

A consciência histórica cumpre a função de esclarecer, orientar, fazer com que o indivíduo entenda o seu presente ao rememorar o seu passado, ou seja, a sua experiência vivida no dia-a-dia ao evocar a sua memória histórica; entendê-las a luz da história, criando para si um uso prático e/ou vislumbra-la como uma expectativa futura. “A consciência histórica é, pois, guiada pela intenção de dominar o tempo que é experimentando pelo homem como ameaça de perder-se na transformação do mundo e dele mesmo” (Idem, 2001, p. 60).

A ação do indivíduo se dá via as habilidades da consciência histórica que pode ser vista a partir da capacidade de narrar uma determinada experiência do passado. As habilidades, segundo Rüsen, são:

- 1) a habilidade da experiência, relacionada com a realidade passada; 2) a habilidade de interpretar, relacionada com o todo temporal que combina a) a experiência do passado com b) a compreensão do presente e c) as expectativas concernentes ao futuro; e 3) a habilidade de orientação relacionada com a necessidade prática de encontrar um caminho através dos estreitos e remansos da mudança temporal (op. cit, p. 74-75).

Então, é por meio da narrativa que a consciência histórica toma corpo, ou seja, o indivíduo passa a representar as suas experiências passadas (memórias), suas recordações a ponto de entender e orientar a sua atual condição de vida, vislumbra um futuro mediante seus conhecimentos diante do tempo e fortalece a identidade histórica do ser em ação.

A orientação da vida de cada indivíduo se dá pelo estágio de desenvolvimento em que se encontra a consciência histórica de cada um. De acordo com Jörn Rüsen a consciência histórica se manifesta nesses 4 tipos: a consciência tradicional (nesse tipo a consciência histórica mantém os costumes, as tradições. Já que resistem as mudanças em virtude de sua validade e importância para a sociedade. Há resistência para a mudança); a consciência exemplar (nessa concepção da consciência histórica os acontecimentos, as experiências do passado servem para nos ensinar, nos orientar na vida. São modelos a serem seguidos no presente); na consciência crítica os relatos históricos, as experiências, os costumes, as tradições são passíveis de críticas, de novas interpretações, são negadas e revistas. Por fim, a consciência genética que parte do princípio que a mudança é essencial. Ela que vai a dar sentido à história. O passado, as memórias são mutáveis. A mudança sinaliza progresso, desenvolvimento (2011, p. 62–69).

A tomada de uma consciência crítico-genética é o ápice do desenvolvimento da consciência histórica, entretanto, precisamos estimular o pensamento histórico. Para tal, o uso de metodologia que facilitem ao aluno a sua apropriação de forma significativa do saber histórico. Para tanto, o uso de fontes históricas diversas, materiais didáticos, debates que orientem a tomada de decisões na vida prática podem auxiliar para tal propósito. Visto que, o ensino de história contribui para que as experiências da vida prática e da sociedade no presente e suas relações com o passado colabora para entenderem o que fomos, o que somos e criem perspectivas do que podemos ser.

É por meio da história que podemos problematizar o presente e buscar respostas no passado com o propósito de que conheçam o seu dia-a-dia. Ademais, levar o aluno a partir do presente buscar perceber, observar e entender as mudanças e permanências que ocorreram ao longo do passado a fim refletirmos sobre o momento atual em que vive. Dessa forma, o aprendizado histórico se dá pelo conhecimento das experiências do passado e sua problematização em sala de aula. Como consequência, ao passo que envereda pelo passado, o aluno no transcorrer do ensino de história vai remodelando sua consciência histórica.

Na sala de aula, professor e aluno aprimoram a consciência histórica constantemente ao partir das experiências do presente quando as relacionam com as do passado, enquanto as lembranças, os conhecimentos trazidos pelos alunos são partilhados por todos. Para tanto, deve os discentes sejam instigados, levantem questionamentos, dúvidas. Sendo assim, “para a constituição da consciência histórica requer-se uma correlação expressa do presente com o

passado — ou seja, uma atividade intelectual que pode ser identificada e descrita como narrativa (histórica)” (Id., 2001, p. 63–64).

A consciência histórica vai mais além de pretender mediar o entendimento do presente indo ao passado, pois, pensa também no futuro. Quanto a este, vislumbra um futuro melhor tanto para o indivíduo como para a sociedade usando como referência todo o conhecimento adquirido a partir das experiências atuais e os conhecimentos oriundos do passado. As experiências vivenciadas, refletidas no tempo (passado/presente) favorecem ao aluno e aos indivíduos, em geral, meios para pretender uma vida melhor em conjunto na sociedade, haja vista que “a consciência histórica funciona como um modo específico de orientação em situações reais da vida presente: tem como função ajudar-nos a compreender a realidade passada para compreender a realidade presente” (2011, p. 55-56).

A formação dessa consciência histórica do aluno advém da aprendizagem histórica entendida como “o processo de formação da identidade e orientação históricas mediante as operações da consciência histórica” (RÜSEN, 2012, p. 16). Sendo assim, a aprendizagem histórica se faz necessário a partir das experiências no tempo que façam sentido para o aluno (criança, adolescente, jovem) e lhe dê a condição de poder empregar o conhecimento histórico para explicar, entender o presente como se apresenta a cada um e ao coletivo.

Entendemos que no processo de aprendizagem histórica, os discentes aperfeiçoem a sua consciência histórica e desenvolvem o senso crítico ao passo que vão ampliando as condições de entender, criticar, interpretar e se orientar a partir do conhecimento da trajetória do ser humano. Segundo Rüsen a consciência histórica “funciona como um modo específico de orientação em situações reais de vida presente: tem como função ajudar-nos a compreender a realidade passada para compreender a realidade presente” (op. cit., p. 56).

Ainda, a aprendizagem histórica é dinâmica, já que o aprendizado não pára, pois, sempre o conhecimento histórico está em construção a partir de cada e nova experiência humana segundo o tempo e as necessidades de explicação, elucidação de vivências no presente para resolver problemas tanto pessoais quanto coletivos. Além de visar colocar em xeque certos dogmas via argumentação.

A aprendizagem histórica se dá de quatro formas que se evidenciam nas experiências temporais. Contudo, uma se sobreporá as demais formas. Sendo assim, as características de uma serão mais evidentes do que das demais que se manterão presentes no processo de aprendizagem. Na aprendizagem histórica tradicional o indivíduo se orienta pela tradição, ou seja, o aprendizado se dá a partir da cultura dos costumes da sociedade em que vive. O tempo

nesse caso, não muda constantemente, a vida é estável. Na aprendizagem histórica exemplar, as experiências temporais respeitam as regras gerais coletivas e impostas ao indivíduo que as devem seguir após serem comparadas a prática de outrora e aplicadas pelo grupo no futuro. A aprendizagem histórica crítica, as experiências são postas a prova, são criticadas. O indivíduo passa a elaborar suas próprias interpretações a partir de sua experiência temporal e reagem às imposições dos modelos anteriores. Por último, trata da aprendizagem histórica genética. Nesta, o aluno está preparado para agir sobre suas experiências temporais, sabe com relacionar seu conhecimento presente-passado, pode alterar ao seu redor e se preparar de para o futuro (RÜSEN, 2012, p. 80–84).

A aprendizagem histórica deve ser significativa para o aluno e, assim, perpassar a ideia da importância de recordar, deixar claro a razão do presente ser do jeito que se apresenta ao torná-lo inteligível. Dessa forma, o ensino de história deve partir da realidade do aluno. São as suas experiências temporais que devem ser o ponto de partida do aprendizado histórico. Já que “a aprendizagem histórica é o crescimento da experiência ganha a partir do passado humano. As operações (narrativas) da consciência histórica se tornam processos de aprendizagem quando se concentram em aumentar o conhecimento sobre o que aconteceu no passado” (Idem, 2011, p. 85).

As experiências temporais não devem ser desprezadas, mas, utilizados para contrapor em sala de aula as ideias formadas pela vivência no grupo social de onde vem com o que é produzido pelo trabalho científico do historiador.

Em sala de aula é interessante que o aprendizado histórico parta do que o aluno considere pertinente, importante, atrativo, curioso que deva ser estudado no ensino de história oriundos do seu meio social, de seu próprio eu e da sua vida prática. A partir de então, o professor problematiza o tema, instiga a exporem suas ideias, pensamentos, seus conhecimentos para que depois, apoiado em documentos historiográficos construam novos saberes históricos após o confronto de informações, das fontes.

Em consonância com a afirmativa anterior, o ensino de história em sala de aula deve partir do cotidiano do aluno, das coisas visíveis, atuantes em seu dia-a-dia. São estas que despertam o interesse imediato e, conseqüentemente, insiram os alunos no amadurecimento da sua consciência histórica a partir do aprendizado do processo histórico e sua relação presente-passado.

Este aprendizado parte do entendimento que a história dá sentido ao cotidiano do aluno ao ter uma função prática para a sua vida, atribuir significado à mesma, equaciona

dúvidas presentes a partir da reflexão sobre o passado e, ainda, vislumbra um futuro possível quando este tem uma consciência crítico-genética que segundo Rüsen, o discente “aprende a relacionar as experiências do passado ao presente, de tal forma, que ele as entende e consegue esperar o futuro de forma estruturada” (op. cit., p. 85).

São as narrativas históricas que expressam a relação do indivíduo com o passado (lembrar/esquecer), mudanças no decorrer da vida, a experiência pessoal e do seu grupo no tempo, os sonhos, problemas e a busca por respostas no pretérito e, ainda idealizar para si um futuro e para a sociedade. Isso se dá pela constituição da narrativa pela “consciência histórica ao representar as mudanças temporais do passado rememoradas no presente como processos contínuos nos quais a experiência do tempo presente pode ser inserida interpretativamente e extrapolada em uma perspectiva futura” (RÜSEN, 2001, p. 64).

O olhar sobre a vida prática, sobre o ‘eu’, o que somos, o que queremos, o outro, a realidade em que vivemos no meio social se dá pela narrativa. Isso, porque “narrar é uma prática cultural de interpretação do tempo, antropológicamente universal” (Ibid., op. Cit., p. 149). Em razão disso, o ser humano envolve sua visão do tempo presente, passado e futuro apoiado no uso da narrativa no sentido explicativo, pode e deve ser usado no ensino de história como estratégia de ensino-aprendizagem. Desta forma, cabe ao professor criar situações em sala de aula que explorem e/ou desenvolvam às três competências narrativas históricas que são descritas por Jörn Rüsen.

A ‘competência narrativa’ se entende aqui como a habilidade para narrar uma história pela qual a vida prática recebe uma orientação no tempo. Estas competências consistem em três habilidades: 1) a habilidade da experiência, relacionada com a realidade passada; 2) a habilidade de interpretar, relacionada com o todo temporal que combina a) a experiência do passado com b) a compreensão do presente e c) as expectativas concernentes ao futuro; e 3) a habilidade de orientação relacionada com a necessidade prática de encontrar um caminho através dos estreitos e remansos da mudança temporal (2011, p. 74-75).

As competências são formadas pela aprendizagem histórica desenvolvida por cada aluno ao longo das suas experiências temporais que o definem como ser humano, esclarece a sua existência, orienta-o no presente, constrói perspectivas futuras tanto para si quanto para todos os que o rodeia.

Assim, a aprendizagem histórica dá sentido histórico à vida humana à medida que as necessidades de orientação temporal (presente, passado, futuro) do conhecimento do passado a partir do presente buscam resolver questões da vida prática. Desse modo, a narrativa

histórica se torna no ensino de história uma ferramenta imprescindível a aprendizagem histórica por dá sentido ao presente, estimular o pensamento histórico, como foi vivenciado, buscar possibilidades de explicação, conhecer as possíveis representações que se fazem do nosso passado e/ou do passado do outro, ou na comunidade a qual se insere. Segundo Rüsen, a “...narrativa histórica são abertas para que a argumentação discursiva no processamento interpretativo de uma experiência histórica possa ser exercida, o que pode aumentar a participação dos alunos” (2012, p. 64).

As narrativas históricas produzidas pelo aluno demonstram como veem, selecionam, vivenciam e compreendem o passado, o presente e abre perspectivas para o futuro. Já que a narrativa histórica “possibilita a orientação da vida prática no tempo – uma orientação sem a qual torna-se impossível para os seres humanos encontrar o seu caminho” (RÜSEN, 2011, p. 97). Dessa maneira, podemos nos utilizar da tipologia das narrativas históricas para entender tanto o processo de aprendizagem histórica do aluno e o desenvolvimento de sua consciência histórica.

O desenvolvimento da consciência histórica é perceptível ao passo que podemos empregar em sala de aula, atividades que evidenciem o progresso da aprendizagem histórica a partir das tipologias da narrativa histórica. A primeira é a tradicional: nela o aluno pensa conforme os padrões antigos, tendo-os como justos e imutáveis, cabendo apenas, seguir. No tipo tradicional, “a história é apresentada de modo a fazer ver que o sentido nela elaborado (atribuidor de significado e orientador prático) é uma qualidade uma e duradoura dos eventos apresentados, através de todas as mudanças por que passaram” (Idem., 2015, p. 207). No tipo exemplar, o aluno se utiliza dos exemplos do passado de acordo com os interesses pessoais no presente, ou seja, usa apenas o que considera importante para dá sentido, explicar ou justificar sua vida atual. “Aqui, o tempo não é confinado dentro de si mesmo pelo sentido histórico, mas adquire uma qualidade supratemporal. A história funciona como mestra da vida” (Ibidem, op. cit., p. 208). No tipo genético, o discente se inteira de todas as experiências narradas pelo homem e as têm todas como importantes e servíeis no presente. “O passado passa a ser visto como mudança, que conecta sua própria forma de viver a outras, temporalmente anterior, de modo que a alteridade apareça como possibilidade de viver [...] Em uma relação assimétrica, a experiência do passado é inserida na expectativa do futuro” (Ibid., op. cit., p. 209). Por fim, o tipo crítico onde o aluno nega todas as experiências passadas, critica e argumenta sobre os tipos anteriores. “Sua relação à experiência refere-se a acontecimentos que colocam em questão orientações históricas vigentes [...] O construto de

sentido de uma história se caracteriza pela possibilidade de julgar (negativamente) o passado que se lhe apresenta” (Ibidem., op. Cit., p. 210).

Essa tipologia narrativa histórica está presente nos textos históricos, os quais devem ser trabalhados em sala de aula pelos professores a se interessar e estimular o desenvolvimento da narrativa, da crítica e da interpretação. De acordo com Rüsen

Todos os quatro elementos são encontrados em todos os textos históricos, um implica necessariamente o outro. (2) Há uma progressão natural do tradicional ao exemplar e do exemplar à narrativa genética. A narrativa crítica serve como o catalisador necessário dessa transformação (2011, p. 103).

A narrativa histórica cumpre uma função primordial na vida prática das pessoas já que ela que explica, orienta, demonstra, dá significado às ações humanas. Também, por ela se possibilita orientar-se no agir na vida prática, a (re)construção da identidade, o reconhecimento à alteridade e ao sentimento de pertencimento a sociedade.

Aqui então, a proposta do ensinar história é mostrar ao discente que a aula história não se detém em pensar apenas sobre o passado humano, pelo contrário, se pauta também em refletir sobre as necessidades cotidianas, a realidade atual, os problemas atuais e, principalmente, sobre as adversidades, questionamentos, dúvidas e problemas que povoam a vida dos alunos.

O professor deve preparar suas aulas pensando em que vive seus alunos, nas experiências vivenciadas por eles e no conhecimento trazido do seu meio social para compartilhar em sala de aula. A partir daí, conduzir a aula em que o aluno se sinta contemplado nela e atinja assim os objetivos esperados pelo professor na classe.

É assim que pensamos em tratar o ensino de história em sala de aula, abordando conteúdo da disciplina de história com as experiências do cotidiano do aluno. Partir do tema tratado em sala de aula e buscar conexões com o vivenciado no dia-a-dia do aluno. Dessa maneira, constrói-se ou se edifica paulatinamente o sentimento de pertencimento e de identidade ao patrimônio cultural, ao local, a cidade, etc., além disso, cria-se condições onde se entenda as mudanças e/ou permanências que se deram ao longo do tempo histórico.

2.2. Os Parâmetros Curriculares Nacionais X Base Nacional Curricular Comum: apontamentos sobre o ensino de história

A partir da Constituição de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”, consagra a educação como um direito social de todos os cidadãos brasileiros ao dizer que: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, Art. 6). Ainda no texto constitucional, é regido que a educação deve ser obrigação e dever do Estado em ofertá-la a todos os brasileiros. (Idem, 1988, Art. 205).

A educação no Brasil é um direito de todos os cidadãos brasileiros e o Estado deve provê as condições mínimas indispensáveis para que esse direito seja garantido a todos. Sendo assim, o Estado garante o direito a Educação Básica a todos os brasileiros a partir de quatro aos dezessete anos e a todo que não tiveram oportunidade no tempo certo (BRASIL, 1988, Art. 208).

Além de mencionar a finalidade da educação no Brasil que é “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Ibidem, 1988, Art. 205). Ainda a Constituição brasileira deixa explícita os princípios com que o ensino será ministrado nas escolas públicas, privadas, escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, a saber: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o conhecimento; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; gestão democrática do ensino público, na forma da lei; garantia de padrão de qualidade, piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal e garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida (Ibid. 1988, Art. 206).

Esses princípios e finalidades que orientam a educação no Brasil, descritos na Constituição Federal foram os que regeram a elaboração da principal lei que rege o ensino no Brasil: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN, sancionada em 1996 (FREITAS, 2010, p. 147).

A LDB foi sancionada pela Lei 9394/96, após intensos debates em o território brasileiro por grupos da sociedade que defendiam seus interesses e propostas para a organização e o futuro da educação brasileira, entre eles, professores, partidos políticos,

empresários, legisladores, entre outros. Ao final, o texto da LDB definiu como deve ser organizada a educação no Brasil, deu condições ao Estado em cumprir o Artigo 205 da Constituição, valorizou o profissional da educação e concedeu autonomia as instituições de ensino.

Além disso, segundo Itamar Freitas (2010, p. 149-150), a LDB:

Estabelece princípios e fins da educação, prescreve quem tem direito à educação e também quem deve educar. Trata das competências da União, Estados e Municípios e da necessidade de um Plano de Educação Nacional, dos níveis e modalidades (infantil, fundamental, médio e superior; de jovens e adultos, profissional e especial), fundamentos da formação dos profissionais da educação, a origem e as formas de aplicação dos recursos financeiros, e as disposições gerais e transitórias (educação indígena, militar, a distância, prazos e metas para adequação).

Na LDB podemos vislumbrar textos em que são de interesse do ensino de história. Onde de forma clara ou implícita diz respeito ao desenvolvimento da atividade docente em sala de aula. O primeiro, é o artigo 22, que diz que se deve formar o educando para a cidadania (1996, p. 18). Segundo Freire, essa formação deve se dá “mediante o desenvolvimento das capacidades de aprender (leitura, escrita e cálculo), para adquirir conhecimentos e habilidades, e formar atitudes e valores” (2010, p. 150).

Já no artigo 26 da LDB a Educação Básica deve em sua parte diversificada trabalhar as “características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos” e no § 1.º do mesmo parágrafo é proposto que se trabalhe, “obrigatoriamente... o conhecimento... da realidade social e política, especialmente do Brasil” (1996, p. 26). Sendo assim, entendemos que o professor de história tem a liberdade de trabalhar em sala de aula e/ou extraclasse as experiências, o conhecimento trazido pelos alunos do meio social em que vive, as suas influências culturais, modo de ser e de agir ligado os demais temas postos pelo currículo escolar.

Ainda, no artigo 26 § 4º, é recomendado que “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (1996, p. 21).

Além do mais reza a LDB (1996, p.20) sobre a cultura afro-brasileira:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1 O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil,

a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2 Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

De acordo com Freitas (2010, p. 151-152):

Essa orientação foi regulada pelas leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. A primeira, torna obrigatório o ensino de História e da **cultura africana e afro-brasileira** na educação básica e busca atender antigas reivindicações dos movimentos negros, desde o século XIX, como os grupos abolicionistas, as irmandades religiosas, terreiros de candomblé e de umbanda, revoltas sociais, e organizações políticas negras do século XX.

A segunda (nº 11.645/2008) estende esse direito às sociedades indígenas, ou seja, torna também obrigatório, em ‘todo o currículo escolar’ dos ensinos Fundamental e Médio, público e privado, o estudo da história e da **cultura indígena**.

Às duas leis que modificaram a LDB aumentam e enriquecem o currículo escolar das escolas e abre um espaço para o debate sobre o racismo, preconceito, a diversidade sócio-econômico-cultural da sociedade brasileira. Além de convidar a tratar sobre o mito da democracia racial no Brasil, reconhecer o país como uma nação de maioria negra, onde esses são formadores da sociedade brasileira e sujeitos históricos em conjunto com os europeus e indígenas. Estes últimos, devem ser vistos em sua diversidade cultural, linguística e social e questionar a visão colonizadora sobre o indígena.

Nas propostas da LDB, a partir de 1996 teve início a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que pode ser conceituada como “um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País” (BRASIL, 1998, p. 13), visando a atender a Educação Básica, conjecturando a melhoria da instrução no Brasil, subsidiar as escolas, gestores, professores na produção do currículo, estratégias e formas de avaliação, por exemplo, que mais atenda às necessidades dos educandos em cada escola brasileira.

Essa LDB reforça a necessidade de se propiciar a todos a formação básica comum, o que pressupõe a formulação de um conjunto de diretrizes capaz de nortear os currículos e seus conteúdos mínimos, incumbência que, nos termos do art. 9º, inciso IV, é remetida para a União. Para dar conta desse amplo objetivo, a LDB consolida a organização curricular de modo a conferir uma maior flexibilidade no trato dos componentes curriculares, reafirmando desse modo o princípio da base nacional comum (Parâmetros Curriculares Nacionais), a ser complementada por uma parte diversificada em cada sistema de ensino e escola na prática, repetindo o art. 210 da Constituição Federal (Ibidem, 1998, p. 14).

A elaboração dos PCNs, de acordo com (BITTENCOURT, 2018, p. 80; FREITAS, 2010, p. 158, 159) segue a orientação do pensamento de Jean Piaget, entretanto, foi a influência do psicólogo Cesar Coll que foi preponderante na produção desse referencial para a educação brasileira. Esses parâmetros, destinado ao ensino no Brasil abrangeu todas as disciplinas curriculares e os temas transversais, perfazendo dez volumes: (Volume 1 - Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais; Volume 2 - Língua Portuguesa; Volume 3 - Matemática; Volume 4 - Ciências Naturais; Volume 5 - História e Geografia; Volume 6 - Arte; Volume 7 - Educação Física; Volume 8 - Apresentação dos Temas Transversais e Ética; Volume 9 - Meio Ambiente e Saúde; Volume 10 - Pluralidade Cultural e Orientação Sexual).

Os PCNs, especificamente o de História, segundo Freitas (2010, p. 159–163), da sua produção até a sua aprovação em 1988, foi palco de críticas e polêmicas dos envolvidos no ensino. A primeira proposta foi rechaçada pelos historiadores em fevereiro de 1996 durante o II Seminário “Perspectivas do Ensino de História”, na Universidade de São Paulo. Diante desse episódio, a equipe comandada por Circe Bittencourt foi substituída e, em seguida, um novo quadro foi composta pela mesma e, em 1996 no “Encontro para Discussão dos Parâmetros Curriculares Nacionais – Área de Conhecimentos Históricos e Geográficos”, foi aprovada pelos participantes. Entretanto, as críticas não cessaram mesmo com a finalização do documento e sua publicação em 1997.

A proposta do ensino de história para o Ensino Fundamental dos PCN de História aos professores parte de sua importância para a vida em sociedade dos alunos, prepará-los para a vida, viver em sociedade, exercerem a sua cidadania, participativos, críticos e praticarem a alteridade. Para tanto, os PCN de História expõem que o aluno não chega à sala de aula tal qual uma folha de papel em branco. Ele traz experiências, conhecimentos e saberes adquiridos no seio familiar, no grupo social de onde é oriundo. Portanto, o primeiro passo do professor em sala de aula é valorizar o conhecimento trazido do aluno à escola e vê-lo como um sujeito pronto para a aprendizagem escolar.

É a partir do cotidiano do aluno que tudo pode começar, ou melhor, aproveitar as dúvidas, os questionamentos e a vontade de saber as respostas para historicizar as questões do dia-a-dia do discente. Mostrar ao aluno que muito das problemáticas atuais podem ser resolvidas ou amenizadas, conhecidas as suas causas ao se enveredar pelo passado. Assim, as aulas de história devem buscar estabelecer conexões entre presente/passado, observando as mudanças e permanências, as semelhanças e diferenças, etc. e suas durações no tempo histórico que é diferenciado do tempo cronológico. O primeiro mostra as mudanças e

permanências sofridas e vivenciadas tanto pelos indivíduos como pelos grupos sociais ao longo do tempo. O segundo pode dar a entender que todos devem seguir ou deveria acompanhar um mesmo ritmo de desenvolvimento, contudo, aquele grupo social que não conseguisse ser taxado de atrasado enquanto o que continuar nessa lógica, denominado civilizado.

A observação da sociedade ao longo do tempo pelo aluno e professor deve enfatizar que o desenvolvimento das mesmas não é igual temporalmente. Cada uma se desenvolveu sua cultura, organização, política, economia, crenças segundo as suas necessidades e, nem, são inferiores ou superiores em relação as outras. Enquanto o ensino de história deve se prestar ao serviço de desenvolver a alteridade no aluno e enfatizando o respeito e a particularidade dos indivíduos e/ou grupos sociais ao seu modo de viver, ser, agir, pensar, produzir ao passar da história.

Também, é de interesse do PCN de ensino de história o desenvolvimento do sentimento de cidadania do estudante a fim que seja um cidadão participativo, atuante, crítico e conhecedor de sua realidade. Para tanto, deve ser discutida, entre outros temas, a questão indígena e negra no Brasil, o preconceito racial, étnico, racismo, entre outros assuntos.

Os PCN's desmistificam a ideia que os sujeitos históricos são os 'heróis', políticos, reis, generais, cantores, religiosos, determinado grupo de pessoas que se destaca na sociedade, etc. e trata de evidenciar serem todos os que independente de sua condição na comunidade, individual ou coletivamente, contribuem de forma favorável ao crescimento do grupo social.

O aprendizado não deve se efetivar apenas na sala de aula, segundo os PCN's de história. O professor criar condições de visitas ao museu, ruas, as praças, a feira, ao centro cultural e aos patrimônios culturais do local. Aliado a esses espaços, colocar os alunos em contato com as diversas fontes históricas de diversos tempos históricos para que imaginem no manuseio destas como era a vida, cultura, os costumes, hábitos, comportamentos e trabalho.

Os PCN's de história não foram bem recebidos por muitos professores e ganharam críticas e oposições vorazes tanto de instituições como de profissionais em particular, tanto é que foram substituídos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Entre os motivos das críticas, podemos citar o fato de o documento ser produto de uma exigência de organismos internacionais; as omissões no registro com relação ao modo de implantação das propostas; dificuldade em esclarecer os termos teóricos; contradição do próprio título "Parâmetros"; desprezo pela historicidade dos conceitos; a seleção dos eixos temáticos e a listagem de

conteúdo; imposição de uma história temática e a indicação dos conteúdos e seus objetivos independentes da faixa etária do discente (FREITAS, 2010, p. 160–163).

Além dessas críticas, existem outros tantos problemas que dificultaram a aplicação, na prática, e o próprio crivo de muitos professores de ensino de história, já que muitos nunca leram e outros não se aprofundaram na leitura. Segundo Freitas (2010, p. 157), entre elas estão a conjuntura política do momento da elaboração dos PCN's, ao impor um modelo europeu de cunho neoliberal que favoreceu a oposição dos educadores. Também, a incapacidade do governo federal de tornar o documento acessível e de favorecer um debate amplo com professores, órgãos que representam os educadores, pesquisadores.

Diante do fracasso dos PCN's e sustentado na LDB de 1996, o governo federal em 2014 iniciou os debates para a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), substituta dos PCN's e atenderia a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é conceituada pelo MEC da seguinte maneira (BRASIL, 2017, p. 7):

é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)

A elaboração da BNCC contou com a orientação do MEC, entretanto, houve participações de empresas e profissionais não ligados a educação, como a Fundação Vanzolini, gestores empresariais ligados ao Banco Mundial e a Fundação Lemann, segundo Bittencourt (2018, p. 81):

a equipe da Fundação Lemann participante dos Seminários das reformulações do documento curricular é composta por um grupo de jovens intelectuais com experiências diversas em países estrangeiros, formados majoritariamente por engenheiros especializados em computação, administradores de empresas, economistas, especialistas em Estéticas Tecnológicas e Redes de Comunicação em Empresas, gestão de *marketing*, entre outros. Em seu conjunto, trata-se de uma equipe... sem nenhuma experiência em educação básica ou com um mínimo de formação em educação.

Novamente, o governo federal busca melhorar a educação no Brasil, excluindo os educadores, órgãos, pesquisadores brasileiros que conhecem e sabem da realidade educacional do país, para buscar fundações estrangeiras, causando assim, como outrora, indignação, desprezo e aversão ao documento.

Diferentemente dos PCN's que foram organizados em dez volumes, a BNCC é um único volume que se divide nas três etapas da Educação Básica: Educação Infantil, Educação Fundamental e Ensino Médio. Na etapa destinada à Educação Fundamental, a BNCC se organiza em cinco áreas de conhecimentos que se subdividem em componentes curriculares, a saber (op. cit., 2018, p. 27):

Área de Conhecimento	Componentes curriculares
Linguagem	Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua Inglesa
Matemática	Matemática
Ciências da Natureza	Ciências
Ciências Humanas	Geografia, História
Ensino Religioso	Ensino Religioso

No que lhe concerne, os componentes curriculares estão divididos em unidades temáticas respeitando o ano/ciclo de aprendizagem. Por fim, cada unidade temática se relaciona a objetos do conhecimento e as habilidades, esperadas que sejam desenvolvidas pelos discentes.

Conforme a BNCC, o conhecer o passado é deve aprendido a partir do presente. Isso em virtude dos questionamentos, interpretações, compreensões de diferentes temporalidades das ações, feitos, produções apoiadas nas memórias e noutras narrativas que produzem o conhecimento histórico (2018, p. 397).

No ensino de história, o passado deve dialogar com o presente. Esse diálogo deve proporcionar o conhecimento do modo de vida sócio-econômico-político-cultural das diferentes sociedades ao longo do tempo.

As ações do homem e dos grupos sociais são reinterpretadas constantemente por diferentes comunidades e entre um ser e outro discordante momentos do tempo histórico de acordo com suas necessidades, dúvidas e questionamentos. Esse conhecimento, permite tanto ao indivíduo quanto aos grupos sociais a entender o presente e buscar soluções para a superação dos seus problemas sejam de ordem social, econômica e/ou política.

A história dá a condição de conhecermos sociedades e indivíduos com suas semelhanças e diferenças na cultura, política, economia e organização social nos diferentes momentos do tempo histórico. Essa aprendizagem histórica deve se dá pelo uso e manipulação das diferentes categorias de fontes históricas que deverão se transformar nas

mãos do professor e do aluno em conhecimento histórico em sala de aula. Assim, segundo a BNCC, ambos estarão tendo uma “atitude historiadora” (2018, p. 401).

Entretanto, essa “atitude historiadora” se dá quando as fontes históricas são corretamente manipuladas e estimulam a imaginação do discente. Para tanto, o aluno deve passar por cinco etapas.

A primeira etapa é a identificação (O aluno deve questionar o objeto em mãos de modo a conhecer a sua história, o tempo e o espaço onde foi produzido, sua utilidade, destinação, significado). Em seguida, temos o processo de comparação (Nessa atividade, o aluno conhecerá o modo, meios, materiais utilizados e finalidade para a produção do objeto de determinada cultura e sociedade ao longo do tempo cronológico). Depois, o processo de contextualização (O aluno deve distinguir onde e em que tempo histórico e cronológico determinada sociedade ou indivíduo promoveu determinado evento, fato, produção cultural, mudanças sociais-econômicas-políticas). Logo após, tem o processo de interpretação (O aluno deverá descrever como foi produzido, materiais usados, meios de produção, formas, o tempo cronológico e as suas circunstâncias, significados, usos e sua relação com os sujeitos em suas distintas sociedades conforme a sucessão do tempo e os embates entre ocidente e o oriente ou entre o “Eu” e o “Outro” sendo sequências na história. Segundo a BNCC (2018, p. 401), essa atividade gera o desenvolvimento do senso crítico do aluno). Por fim, a análise (Processo que é complexo e provavelmente, impossível de ser realizado pelo aluno por exigir uma compreensão estética e ética do objeto).

Ainda, a BNCC (2018, p. 400) trata o ensino de história tendo como um dos objetivos estimular a autonomia do educando e a sua capacidade de reconhecer que os sujeitos e sociedades agem e vivem de acordo com sua época, ou seja, cada época se caracteriza ao grosso modo oposto em relação a outra. Entretanto, que nos diferentes tempos podem ter permanecido ou mudado hábitos, costumes, modo de agir e ser, organização social-política-econômica. Também, essa percepção das sociedades ao longo do tempo, desenvolverá o senso crítico, a autonomia e a formação do aluno para a cidadania.

Da mesma forma, propõe que seja discutido o tempo histórico e seus diferentes ritmos e duração. Além, de propor a história da África e das culturas afro-brasileira, indígena e sua participação na formação da história do Brasil. Também, deve-se voltar para a diversidade cultural, a formação da identidade e da sociedade brasileira (2018, p. 397,398).

Temos algumas observações acerca do texto da BNCC de ensino de história. Entre eles, o propósito da BNCC com o ensino de história é que os professores e alunos se tornem

sujeitos no processo da aprendizagem histórica onde narrem os eventos em ordem cronológica. A BNCC esquece totalmente no texto introdutório dos conhecimentos e aprendizagens dos alunos fora dos muros da escola. Desconsidera a consciência histórica oriunda do convívio na família, nos grupos de amigos, na rua, em outros ambientes da sociedade e/ou adquiridos na mídia. Então, como se o aluno fosse uma tábua rasa ao chegar a escola, não trazendo nenhuma vivência, expectativa, dúvidas. Haja vista que defende a ideia que o professor e o aluno devem olhar para os acontecimentos do passado observando a sua ordem cronológica, os conflitos se dão entre o ocidente e oriente e/ ou “Eu” e o “Outro”, apenas por esses opostos e não devido a outros fatores problemáticos.

Também trata de expor a história com uma sucessão linear de eventos aos quais os alunos e professores deve conhecer. Quanto à questão indígena e africana, o texto afirma a criação da imagem de diferença destes em virtude da presença e influência do colonizador europeu na história do Brasil. “Mais que reconhecer, identificar, tolerar e respeitar, é preciso que os estudantes compreendam a construção histórica da diferença e a relação de poder que historicamente privilegiou um determinado grupo e subalternizou outros” (FRANCO, et al., 2018, 1022–1023). A tendência é que se omita a desigualdade social, racial, o preconceito sobre as culturas indígenas e afro-brasileiras.

2.3. O ensino de história e a feira: um objeto de estudo ao alcance de todos

A relação entre a feira e o ensino de história se apresenta tendo como referência a história cultural, quando se pensa a feira como um lugar de memória, como é pensada e classificada ao longo do tempo, patrimônio, a feira com identidade do seu povo, suas representações para os frequentadores, feirantes, já que “a História Cultural visa a atingir as representações, individuais e coletivas, que os homens constroem sobre o mundo...” (PESAVENTO, 2014, p. 76). São diversos os aspectos da feira livre, torna-se possível o estudo do conteúdo/temas da história, exigidos no currículo escolar, sendo assim, viável a reflexão de alguns via feira livre local.

A utilização da feira como meio facilitador no ensino de história, pode ser um dos mecanismos que leve o discente a aprendizagem histórica a partir da noção de tempo mudança e permanência. Já que

É tarefa importante do ensino de história possibilitar que os alunos reconheçam, nas diferentes conjunturas históricas, os esforços de mudança e permanência que estavam em jogo; os modos como se deram os embates; as ideias, os conflitos; as soluções encontradas para resolver as diferenças entre os grupos sociais; o uso ou não da violência e do conflito armado para solução dos conflitos; as consequências de algumas opções tomadas ao final dos embates para mudança ou permanência (SEFFNER, 2019, p. 169).

Por que estudar a feira livre no ensino de história?

A princípio, estudar a feira recai sobre novas abordagens do campo historiográfico a partir das últimas décadas do século passado que propuseram novos objetos de estudo e de documentos para o trabalho do historiador já que

ela abre-se a estudos os mais variados, como a ‘cultura popular’, a ‘cultura letrada’, as ‘representações’, as práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, as medições culturais através de intelectuais, ou a quaisquer outros compôs temáticos atravessados pela polissêmica noção de cultura (BARROS, 2010, p. 55).

Desta feita, estudar novos objetos, como a feira, é possibilitar um novo meio de aprendizagem histórica que dê condições ao aluno a conhecer a partir da relação presente/passado as mudanças e permanências das ações humanas nos tempos históricos. Também, contribui para fortalecer a relação de identidade e pertencimento ao patrimônio cultural imaterial local.

Para Rüsen, essa aprendizagem histórica acontece em função da consciência histórica que “trata o passado como experiência, nos revela o tecido da mudança temporal dentro do qual estão presas as nossas vidas, e as perspectivas futuras para as quais se dirige a mudança” (2011, p. 57) ou permanecem.

Em consonância com a Base Curricular do Estado de Sergipe do Ensino Fundamental da Educação Básica, propõe-se que o ensino de história desenvolva e estimule a compreensão dos acontecimentos históricos no âmbito sócio-econômico-político-cultural ao longo do tempo histórico reconhecendo as conexões entre passado/presente em diferente espaço e tempo e, assim, desenvolver no aluno forme uma postura crítica no mundo atual.

Ainda, o Currículo de Sergipe propõe que o aluno tenha a condição de “analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, considerando o respeito e a solidariedade com as diferentes populações” (2018, p. 401). Sendo assim, está competência específica do ensino de história comunga com o nosso propósito de estabelecer relações entre a feira e os conteúdos/temas do

ensino de história em diferente tempo e espaço da história em seus mais diversos aspectos culturais, sociais, econômicos.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, propõe-se que se reforce a noção de tempo e espaço já tratados no Ensino Fundamental da Educação Básica. Nele é evidenciada a importância do ensino de história em trabalhar as diversas épocas de forma que o aluno desenvolva competências e habilidades que o lhe dê condições de apreender, entre tantas coisas, a identificar mudanças e permanências no processo histórico (1999, p. 53).

Destarte, a feira é um espaço onde as noções de tempo, como mudança e permanência, podem ser muito bem trabalhadas como propostas no PCN's ao se defender que se deve "estabelecer relações entre continuidade, permanência e ruptura/transformação nos processos históricos" (Ibidem, 1999, p. 55).

Ainda, o PCN's de história sugere que o professor e aluno partam do presente e partir dele compare "problemáticas atuais e de outros momentos históricos [...], posicionar-se diante de fatos presentes a partir da interpretação de suas relações com o passado" (1999, p. 55). Desta maneira, a feira se torna um campo vasto para a prática dessa proposta haja vista nesse espaço se encontrar uma diversidade de temas que podem ser trabalhados, como exemplo, trabalho informal, infantil, feminino, prostituição, linguagem, venda/compra de produtos, mercadorias comercializadas, problemas de organização logística da feira, etc.

A feira se constitui como patrimônio cultural imaterial de um município por ser representar-se como espaço de memória, cultural e de saberes que são partilhados entre feirantes, consumidores e visitantes. Ainda mais, é um local onde se constrói ou se afirmar a identidade e o sentimento de pertencimento do indivíduo na sociedade em que participa. Dessa forma, a feira se faz espaço de aprendizagem do ensino de história e por se fazer num lugar que

permeia a compreensão do papel da memória na vida da população, dos vínculos que cada geração estabelece com outras gerações, das raízes culturais e históricas que caracterizam a sociedade humana. Retirar os alunos da sala de aula e proporcionar-lhes o contato ativo e crítico com as ruas, praças, edifícios públicos e monumentos constitui excelente oportunidade para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa (PCN, 1999, p. 55).

A feira não é apenas uma atividade comercial ao ar livre onde se comercializa diversos produtos como os gêneros agrícolas, artesanato, industrializados, comidas, etc., além disso, pois "a feira ainda se constitui como um depósito de valores, expressões, tradições,

transformações, que ressignificam a todo instante as visões e a memória dos que a frequentam como lugar de compra e de venda de mercadorias” (ARAÚJO, 2011, p. 30).

Também é um espaço que se constitui de memórias individuais e coletivas, cores, sabores, cheiros, trocas culturais, histórias de vida e, por fim, configura-se como patrimônio cultural imaterial em função de sua importância de representar o jeito de ser, o modo de falar, de vender, de agir das pessoas em determinado grupo social onde ela acontece. Já que a feira livre, como patrimônio cultural imaterial, contribui para “ratificar tradições, revigorar os sentidos de pertencimento, explicitar, fortalecer e contestar hierarquias além de fortalecer as intrincadas identidades nacionais, regionais, étnicas e religiosas, reveladoras de aspectos da vida social e do patrimônio cultural” (PELEGRINI, FUNARI, 2013, p. 99).

Em função de sua dinâmica, adaptação as mudanças ao longo do tempo e espaço as feiras livres se apresentam com características gerais e particularidades em razão das influências sofridas no meio onde se formou por isso, é alvo de

constantes ‘recriações’ decorrentes das mutações entre as comunidades e os grupos que convivem num dado espaço social, do meio ambiente, das interações com a natureza e da própria história dessas populações – aspectos fundamentais para o enraizamento ou o sentido de pertença que favorece o respeito à diversidade cultural e a atividade humana (Idem, 2013, p. 46-47).

A feira é uma manifestação econômica, cultural e social que faz parte do cotidiano da vida das diversas e diferentes sociedades do mundo desde os primórdios da humanidade e está presente até hoje adequando-se e mantendo “sua forma elementar, as feiras ainda hoje existem. Pelo menos vão sobrevivendo e, em dias fixos, ante nossos olhos, reconstituem-se nos locais habituais de nossas cidades, com suas desordens, sua afluência, seus pregões, seus odores violentos e o frescor de seus gêneros” (BRAUDEL, 2009, p. 14).

As feiras livres pensadas como formas extraoficiais e abertas de comercialização de produtos diversos contêm traços de universalidade, pois sua presença é um mister em todas as sociedades humanas. Por outro lado, é tatuada pela diversidade, porque cada cultura lança mão de estratégias diferenciadas acerca do modo de organizá-las e geri-las.

O fenômeno socioeconômico da feira livre remonta aos agrupamentos humanos mais longínquos, desde que as populações humanas deixaram de ser efetivamente nômades, domesticando animais, exercitando a agricultura e necessitando realizar suas trocas [...] (LUCENA; GERMANO, 2016, p. 55-56).

O embrionário da feira, está na pré-história, já que os caçadores-coletores estabeleciam, esporadicamente, trocas entre grupos de objetos como conchas e pedras. Com a Revolução Agrícola, no período chamado Neolítico, quando os seres humanos após a

sedentarização ocorrida com o desenvolvimento da agricultura e da pecuária favoreceu a produção excedente, manteve a realização das trocas de produtos in natura entre os grupos sociais.

Os povos da antiguidade deram continuidade à atividade comercial em determinados espaços escolhidos em função da localidade, facilidade de aglomerar pessoas interessadas na compra e/ou venda de diversos produtos segundo a necessidade de cada grupo.

Como exemplo, usaremos o povo hebreu que desenvolveu essa atividade, como atesta o Evangelho de São Marcos, Mateus, Lucas e João. Segundo os evangelistas, eram comercializados diversos produtos como os animais bois, ovelhas e pombas no templo (MARCOS, 11:15; MATEUS, 21:12; LUCAS, 19:45; JOÃO, 2:14). Segundo o livro do Evangelho de São João, quando Jesus Cristo adentrou ao templo

achou no Templo a muitos vendendo bois, e ovelhas, e pombas, e os cambiadores lá sentados. E tendo feito de cordas um como azorrague, os lançou fora a todos do Templo, também as ovelhas, e os bois, e arrojou por terra o dinheiro dos cambiadores, e derribou as mesas. E para os que vendiam as pombas, disse: Tirai daqui isto, e não façais da casa de um Pai casa de negociação (JOÃO, 2:14-16).

No tempo de Jesus Cristo, a Civilização Hebraica estava sob o domínio romano. Os templos, além da função religiosa, eram locais de comercialização de produtos. Portanto, neles continuavam a prática da feira. Além dessa civilização, outras simultaneamente realizavam tal atividade comercial, a saber os egípcios, mesopotâmicos, chineses, indianos, romanos, etc., entretanto, foi na Idade Média que a feira se consolidou com importante prática econômica.

Nesse ínterim, as feiras constituem um dos feitos mais importantes da organização econômica da Idade Média. Surgidas da necessidade de promover a permuta de produtos entre o camponês e o citadino, elas representam o ponto de encontro entre o produtor e o consumidor; o local da concentração da vida mercantil de uma época em que a circulação de pessoas e mercadorias era dificultada pela deficiência na comunicação, pela pouca segurança das jornadas e pela demasia de pedágios e pesagens (RAU, apud., BERNARDINO, 2015, p. 37).

As feiras, como manifestação econômica global, também se fizeram presente na América pré-colonial, como é evidente, nas civilizações Astecas, Maias e Incas. No território colonizado pelos portugueses na América, hoje Brasil, essa atividade comercial passou a ser presente na vida dos colonos com a autorização do rei português no século XVI. Entretanto, graças ao registro de cronistas e historiadores que conhecemos os hábitos de grupos humanos

anteriores à presença portuguesa, praticantes da troca de produtos in natura, como tratado por Jean de Léry:

Como não têm nem querem ter comércio com os franceses, espanhóis e portugueses, nem com outros povos transatlânticos, ignoram em que consistem as nossas mercadorias. Entretanto, conforme vim a saber de um intérprete normando, quando seus vizinhos os procuram e eles concordam em atendê-los, assim procedem: o margaiá, o caraiá ou o tupinambá (assim se chamam as nações vizinhas), sem se fiar no uetacá mostra-lhe de longe o que tem a mostrar-lhe, foice, faca, pente, espelho ou qualquer outra bugiganga e pergunta-lhe por sinais se quer efetuar a troca. Em concordando, o convidado exhibe por sua vez plumas, pedras verdes que coloca nos lábios, ou outros produtos de seu território. Combinam então o lugar da troca, a 300 ou 400 pés de distância; aí o ofertante deposita o objeto da permuta em cima de uma pedra ou pedaço de pau e afasta-se. O uetacá vai buscar o objeto e deixa no mesmo lugar a coisa que mostrara, arredando-se igualmente, a fim de que o margaiá ou quem quer que seja venha procurá-la. Enquanto isso se passa são mantidos os compromissos assumidos. Feita, porém a troca, rompe-se a trégua e apenas ultrapassados os limites do lugar fixado para a permuta procura cada qual alcançar o outro a fim de arrebatá-lhe a mercadoria. E parece-me inútil dizer quem leva a melhor o mais das vezes, sendo os uetacá como se sabe excelentes corretores (1961, p. 63-64).

O desenvolvimento dessa prática econômica no Brasil Colonial favoreceu o surgimento de cidades, abertura de estradas e a integração entre as regiões brasileiras. Tal aumento dessa prática ao longo do século XVI foi estimulada pelos interesses da Coroa Portuguesa em ampliar o mercado consumidor dos produtos oriundos da Europa e na compra dos gêneros nativos da terra colonizada para comercialização no comércio europeu.

Ao passar do tempo, sabemos que as feiras se expandiram e tornaram-se uma prática permanente nas povoações, vilas e cidades brasileiras ao longo de sua história. Esta, cumprindo a função de abastecer de gêneros agrícolas, produtos industrializados, artesanais, etc. as pessoas que deles necessitavam. Até hoje, está presente e forte em várias cidades brasileiras independentes das novas concorrências e interesses que sejam sucumbidas, consegue adequar-se, adaptar-se as mudanças tecnológicas, econômicas e financeiras e manter ainda, características outrora.

Então, a feira mantém elementos do passado, experiências e memórias vivenciadas de feirantes e consumidores, tradições e manifestações culturais. Sendo assim, é importante que se veja a feira livre no ensino de história como um espaço que podem e devem ser problematizadas as conexões entre passado-presente. Além serem observadas as mudanças e permanências que se fazem presentes nas diversas cidades onde se desenvolvem essa atividade comercial.

Desta maneira, o ensino de história usando a feira como meio de aprendizado histórico deve possibilitar ao aluno conhecer o passado a partir do seu presente, do cotidiano do mesmo (utilizando a feira como referência) e partindo desta, refletir sobre os problemas locais, fazê-lo se reconhecer como sujeito histórico, dotado de uma consciência histórica crítica e atuante no meio social em que vive ao “posicionar-se diante de fatos presentes a partir da interpretação de suas relações com o passado” (PCN, 1999, p. 55).

Para Seffner, o ensino de história deve se esforçar para que a noção de mudança/permanência seja exercida pelo discente para que venha a reconhecer que nas diferentes conjunturas da história os seres humanos atuam simultaneamente nesses dois processos (2019, p. 169). Portanto, vemos possibilidades de o discente vislumbrar essa noção de tempo ao estabelecer conexões entre passado-presente a partir do olhar sobre a feira.

Em todos os momentos de mudança na história há registros de permanências. Ou seja, nem tudo mudou, embora muita coisa possa ter se modificado. E em momentos em que as coisas parecem apenas ‘permanecer’, longos momentos em que parece que ‘nada está acontecendo’, há tentativas ou processos de mudança em andamento, mesmo que não sejam de imediato perceptíveis. Dessa forma, falar em mudança implica sempre reconhecer permanências, e quando afirmamos que algo é assim ou foi assim, certamente temos que admitir que há – ou houve – esforços de mudança” (2019, p. 169).

De acordo com Rüsen, a aprendizagem histórica se dá pela manifestação da consciência histórica quando está entendendo o presente a partir da conexão com o passado que acontece através de suas competências: a da experiência (dá a condição do indivíduo conhecer o passado e diferenciá-lo do presente); interpretação (o indivíduo tem a habilidade de entender o presente e o passado e idealizar mudanças no futuro); e, por fim, a orientação (partindo da interpretação do passado, toma decisão no presente) (2011, p. 36, 59, 60, 61).

Enfim, a feira é apresentada no ensino de história como meio fundamental para a aprendizagem histórica das experiências do ser humano ao longo do tempo a partir das noções de mudanças/permanências. Mas, pensar a feira livre e as noções de mudanças/permanências com temas/conteúdo do ensino de história em sala de aula requer que o professor o pense com atenção as datas.

Mudança/permanência no ensino de história é tema em conexão estreita com a discussão do tempo histórico e a questão das datas [...] Mas as datas não podem ser vistas apenas como pontas que flutuam. Elas estão ligadas a essas massas submersas, e é sobre elas que cabem indagações e debates nas aulas de história. Por conta disso, ao estudar um evento e uma data, temos que lembrar que ‘as datas, como os símbolos, dão o que pensar’. Sem atenção as datas, o ensino de história naufragam (RÜSEN, 2019, p. 172).

As datas são o pontapé inicial para o trabalho do professor em sala de aula, já que as mesmas estão próximas da realidade e do cotidiano do aluno. As datas são o pontapé inicial para que o aluno experiencie e perceba as mudanças e permanências que ocorreram ao longo do tempo na sociedade em que vive. Já que, na escolha de uma data que enquadre um determinado período de um específico evento que possa estabelecer uma conexão com o presente.

2.4. A sequência didática como opção metodológica para a aprendizagem no ensino de história

A utilização dessa metodologia no ensino de história deve-se em defendermos que o desenvolvimento da Sequência Didática em sala de aula dê subsídio para que professor e aluno desenvolvam uma aprendizagem histórica que desenvolva uma orientação na vida prática que será “utilizado para romper a força das tradições, a fim de possibilitar novas orientações [...]. Ela orienta o homem também quanto a si, ou melhor, em si mesmo” (RÜSEN, 2015, p. 47, 48). Além de concorrer para o desenvolvimento de uma consciência histórica crítico-genética, onde podemos formular críticas históricas em oposição a pontos de vistas defendidos e ainda defender que todas as preposições têm fundamentos e todos convergem para mudanças temporais, sociais e culturais tanto individuais quanto coletivo e certa complexidade (Idem, 2011, p. 66–71).

A sequência didática é definida como “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos” (ZABALA, 1998, p. 18). Portanto, o trabalho com a SD coloca o discente ciente dos objetivos, problemas, o que será debatido, pesquisado em sala de aula ou extraclasse e atividades sugeridas. O aluno é atuante em sala de aula com a SD, já que professor não concentra o saber e a aula não é um monólogo.

A elaboração de uma SD tem como propósito trabalhar um conjunto de atividades com a finalidade de abordar um determinado conteúdo/tema. Para a sua elaboração o professor deve observar as seguintes características: a primeira é a referencialidade, a SD precisa estar em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola, com o plano de curso, a proposta de aula com o currículo da disciplina de história. A segunda característica é a

ordenação, a SD deve apresentar etapas em que contemple o tema e as atividades de forma gradativa em sua complexidade, ou seja, de menor dificuldade a maior adversidade. A terceira é a objetividade, ou seja, o professor deve idealizar a SD tendo em vista a realização da discussão do tema, atividades, pesquisa ou outra qualquer esquematizada, dentro de um tempo viável, determinado e já organizado. Em seguida, temos a quarta característica é a coerência, isto é, os objetivos, os temas, as propostas de efetivação das atividades devem estar em harmonia com o que se espera da SD. A quinta é a flexibilidade da SD, quer dizer, pode haver mudanças, adaptações, ajustes de modo a atender aos alunos e ao próprio professor. Por último, a universalidade, sendo assim, a SD deve desenvolvida para que alcance a todos os alunos indistintamente, ou melhor, o professor carece fazer com que todos os discentes participem de todas as ações propostas na metodologia (QUINHONE, et al., 2019, p. 10–12). O desenvolvimento da SD favorece a participação efetiva de todos os envolvidos no ensino-aprendizagem, tanto professor quanto aluno, em busca do conhecimento. Sendo assim, “o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os ‘argumentos de autoridade’ já não valem” (FREIRE, 2019, p. 95–96). Desta forma, na prática, em sala de aula, o desenvolvimento da SD em sala de aula contribuirá com o desenvolvimento de um pensamento crítico da realidade da sociedade em que vive e, assim, tomando consciência de estado, buscar soluções, participar de maneira que melhore tanto a si como o coletivo. Com a sequência didática

o professor de história precisa perceber-se, neste processo, como um mediador no desenvolvimento\amadurecimento destas consciências, com vistas a uma crescente criticidade. Isto demanda partir do presente e das consciências históricas que eles já trazem respeito de determinados temas e oportuniza-los novas informações à luz de experiências passadas associadas a estes mesmos temas, que os auxiliem a aprimorar esta consciência, com vistas à criticidade. O nível de aprendizagem variará conforme o diálogo entre o saber histórico escolar e as vivências históricas que estes discentes conseguirem fazer a partir do que lhes for apresentado. Assim, a célebre frase de que “a história é a ciência que estuda o passado para entender o presente e projetar o futuro” deixa de ser uma fábula e pode vir a torna-se uma realidade (LOPES, 2018, p. 6).

Por isso, a SD deve ser pensando no todo, ou seja, precisa ser produzida refletindo no currículo escolar da disciplina de história, no aprendizado do aluno em sua totalidade, nos objetivos que se pretende alcançar e, ainda, pode servir de auto avaliação do professor no que concerne a sua atividade docente em sala de aula.

É importante considerar, ao planejar uma sequência didática, as relações interativas entre professor/aluno, aluno/aluno e as influências dos conteúdos nessas relações, o papel do professor e o papel do aluno, a organização para os agrupamentos, a organização dos conteúdos, a organização do tempo e espaço, a organização dos recursos didáticos e avaliação (BATISTA; OLIVEIRA; RODRIGUES; 2016, p. 5382).

Por isso, a SD organizada neste trabalho então, segue os seguintes passos: título, finalidade, conteúdo, objetivos, ação didática, habilidades segundo a BNCC, público-alvo, duração, metodologia, conceitos mobilizadores, materiais, desenvolvimento, avaliação e material de apoio.

A SD é uma metodologia que permitirá em suas etapas de desenvolvimento que o aluno contribua com as suas experiências e conhecimentos oriundos do lugar de onde veio, do meio social em que vive. Esse saber compartilhado em sala de aula e os temas introduzidos pelo professor servem como combustível para aprimorar que conhecimento detém.

A sala de aula não é apenas o espaço onde se transmite informações, mas o espaço onde se estabelece uma relação em que interlocutores constroem significações e sentidos. Trata-se de um espetáculo impregnado de tensões, no qual se torna inseparável o significado da relação entre teoria e prática, entre ensino e pesquisa. Na sala de aula, evidenciam-se, de forma mais explícita, os dilaceramentos da profissão de professor e os embates da relação pedagógica (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 35).

A sala de aula é o local principal e não único, no ensino de história, onde se processa o aprendizado histórico. O lugar onde se apropria do conhecimento histórico. Onde se dá o confronto entre o conhecimento comum e o científico, haja vista que muito do saber oriundo trazido do habitat do aluno e o acadêmico pode ou vai causar perplexidade, o que se acredita que será útil para o desenvolvimento do pensamento ou posicionamento crítico.

A SD no ensino de história tem um lugar de grande destaque e importância para a aprendizagem histórica do aluno. Segundo, Rocha (2015, p. 92), a SD nas aulas de história:

1. Propicia ao professor e ao aluno a manutenção de visibilidade do todo no tratamento do conteúdo, na busca de atingimento de objetivos, enfim de seu desenvolvimento;
2. Permite o estabelecimento de estratégias didáticas alternadas entre o professor e o aluno, na construção da aprendizagem. Momentos em que o professor, a partir da natureza do conhecimento e do momento de abordagem ao longo da sequência, atua em um eixo predominantemente transmissivo—como nas exposições orais. E outros, em que predominará uma atividade mais construtiva por parte dos alunos -como em trabalhos de pesquisa, análise de fontes, apresentações resultantes de pesquisa e análise etc.;
3. No caso da sequência didática problematizadora, permite que a questão orientadora permaneça no horizonte de professor e alunos, ao realizar

cada estratégia didática, conferindo sentidos e superando a burocratização do fazer de ambos, a cada aula.

Portanto, a SD promove a participação de professor e alunos em sala de aula. O conhecimento é compartilhado e dividido entre todos. A sua prática em sala de aula é dinâmica, haja vista que além dos debates sobre os temas históricos, desenvolvem exercícios, pesquisas, interpretações dos textos, vídeos, documentários, músicas e críticas do aluno.

Ainda, segundo a autora, o professor deve esboçar, preparar a SD para as suas aulas, essa preparação é tão-somente tarefa do docente. É nela que decidi o que vai tratar, a duração, o tempo estimado para cada debate, as tarefas dos alunos e a participação destes, nas aulas. Diante disso, Rocha enumera princípios da sequência didática:

1. O conteúdo a ensinar/aprender tem pontos, regiões ou momentos de maior dificuldade ou complexidade e outros de menor dificuldade. É preciso que o professor realize uma análise da estrutura global desse conteúdo para localizar esses pontos de maior complexidade, para então definir em que momentos da sequência didática ele fará exposições didáticas, em que momentos os alunos farão pesquisas de conhecimentos já estruturados, em que momentos analisarão documentos em busca de produzir conhecimento sobre a História e de tornarem-se melhores leitores de diferentes materiais;
2. Interessa ao professor buscar e/ou criar problematizações que fomentem a reflexão sobre as questões enfrentadas pelos homens do passado – o que pode representar o fio condutor da sequência didática - e suas possíveis relações (de causalidade, ou de similaridade ou de diferença) com questões do presente;
3. A História transita no campo da linguagem, interrogando-a – em suas diferentes formas de expressão – e produzindo o discurso historiográfico através dela. Assim, interessa dedicar especial atenção às diferentes linguagens (verbais e não verbais) que circulam na sociedade e que significam formas de apropriação do conhecimento histórico pelo aluno: documentação, patrimônio e museus, cinema, fotografia, entre tantos outros (Idem, 2015, p. 93-94).

A SD de ensino de história produzida pelo professor pode colocar o aluno em contato com diversas fontes históricas, fazer conexões entre passado-presente, observando suas mudanças e permanências ao longo do tempo histórico e produzirem narrativas sobre a aprendizagem histórica. “As sequências podem indicar a função que tem cada uma das atividades na construção do conhecimento ou da aprendizagem de diferentes conteúdos, portanto, avaliar a pertinência ou não de cada uma delas, a falta de outras ou a ênfase que devemos lhes atribuir” (ZABALA, 1998, p. 20).

Todavia, a SD não pode dominar a metodologia do professor em sala de aula. O professor deve se permitir em abordar outras metodologias em sala de aula visando a

aprendizagem do aluno sobre conteúdos/temas que integram o currículo da disciplina do ensino de história.

Para que a sequência didática cumpra o objetivo destinado a ela, precisa entre outros fatores, ser produzida em sintonia com a realidade do aluno e este

abrir-se-á para o aprendizado histórico e reelaborará a sua consciência histórica ao passo que vai elaborando a relação presente/passado, desconstruindo certezas inculcadas a partir da construção de uma visão crítica da História e de tudo ao seu redor, vai se moldando um novo sujeito histórico (SANTOS, 2019, p. 10).

A produção da SD busca cumprir o propósito de estabelecer, como já dito anteriormente, as conexões entre passado e presente no ensino de história tendo como referência a feira e as noções de mudança e permanência do tempo história aludidos nos conteúdos/temas propostos.

2.5. A sequência didática e o objeto de estudo: a feira

Nessa perspectiva da aplicação da sequência didática em sala de aula, a feira é o objeto de estudo, que nos debruçaremos com o intuito de observar, experimentar, descobrir, pesquisar, analisar, conhecer, comparar e passar de um conhecimento baseado na percepção vulgar a respeito da feira para uma compreensão marcada pelo enxergar do passado.

A feira para muitos alunos, provavelmente, não passa de um local ao ar livre (quase em sua totalidade) onde se dá apenas compra e venda de mercadorias diversas para o consumo familiar. Todavia, com a inserção da feira nos conteúdos/temas, o aluno e professor construirão um novo olhar sobre a feira ao ser posto outros conhecimentos e novas percepções nas aulas de história.

As mudanças nas Feiras Livres que ocorreram ao longo da História, nos instigam a pensar sobre as dimensões históricas da cultura imaterial no dia-a-dia do ser humano. As mudanças e permanências que ocorrem nas mesmas ao longo do tempo proporciona-nos um rico material das relações comerciais dos indivíduos, mas também, das apropriações, influências, troca de experiências que se dão no âmbito desse espaço (SANTOS, 2019, p. 7).

O trabalho com as SD poderá de forma gradual desmitificar a ideia da feira como apenas local comercial para vislumbrar um lugar com uma infinidade de lições para a vida prática. É possível conhecer sobre culinária, modo de vender e comprar, relação social, política, cultura, identidade, patrimônio, história (de vida, local, receita, feira...). “A feira

ainda se constitui como um depositário de valores, expressões, tradições, transformações, que ressignificam a todo instante as visões e a memória dos que a frequentam como lugar de compra e de venda de mercadorias” (ARAÚJO, 2011, p. 30). Além de conectar a feira aos conteúdos/temas do ensino de história, a SD traz textos de diferentes autores e temas que produzam espanto, curiosidades, aprendizados e novas percepções nunca pensados.

A SD proposta traz temas referentes à feira como atividade laborativa, os feirantes, os produtos comercializados (gêneros agrícolas, artesanato, frutas, refeições típicas da localidade, industrializados, animais, roupas, calçados, cosméticos, entre outros), os consumidores, visitantes, etc. Além de tratarmos os sons, cores, cheiros, gostos, sentimentos, histórias, biografias e suas manifestações culturais. Ainda, pretendemos que a metodologia proposta veja “as feiras livres são espaços democráticos cheios de vida e histórias, abertos à itinerância de frequentadores e transeuntes de classes sociais, idades, interesses e gostos diversos. Nesses espaços é possível mercadejar produtos, encontros, afetos e sentidos” (LUCENA; GERMANO, 2016, p. 74).

Ainda, na SD tratamos da feira como um espaço de identidade e de pertencimento do aluno ao lugar. Então, buscamos despertar no aluno uma nova relação com a feira, ou seja, descobrir no discente um novo olhar sobre a mesma. Também, tratamos na SD da feira como patrimônio cultural imaterial. Assim, despertar no aluno a sensibilidade de proteger, conservar e valorizar esse espaço como “seu”.

Ao mesmo tempo, em que nossos olhares se voltam à feira, buscamos conectar seus temas aos conteúdos/temas do ensino de história, como a Revolução Industrial, as feiras na Idade Média, a comercialização de produtos e formas de pagamentos, trabalho, feudalismo, cidade/burgo, culinário na história, gêneros agrícolas, patrimônio cultural, etc. Também, no “Caderno de Sequências Didáticas: Conexões com o Tempo Histórico: a Feira e o Ensino de História” buscamos tratar para o trabalho do professor em sala de aula a história da feira, partindo do geral ao específico. Ao mesmo tempo, temos a intenção de tratar a feira hoje e no passado por documentos escritos, fotos ou até entrevistas. Além disso, pretendemos anexar como sugestão a seguir, fotos da feira local tanto antigas quanto presentes. Por fim, a SD pretende mostrar todas as maravilhas, ensinamentos, despertar a curiosidade, o respeito, a relação de identidade e o sentimento de pertencimento entre o aluno e a feira. Uma vez que

o território da feira livre está repleto de ações e relações, que portam diversas histórias de uma cultura que se mantém viva em meio aos avanços da mídia e da tecnologia, que aponta para novos hábitos alimentícios. Porém, as relações de proximidade (com as histórias, pessoas e alimentos) existentes no ambiente da feira permitem a

manutenção e a reprodução desse território, dos produtos que lá são comercializados e dos feirantes (MENEZES, 2017, p. 123).

É um espaço que não perde a sua importância cultural, social, política e nem tampouco econômica, ela resiste ao tempo e as mudanças econômicas e maneiras de compra de produtos mais sofisticados a cada dia, nem a globalização a extinguiu ao imergir em nosso cotidiano. Ainda nesse espaço, se constrói e se termina amizades, namoros, alianças políticas, relações comerciais. Também, nele acontece trocas culturais haja vista reunir pessoas de várias localidades distantes ou não em que trazem seus costumes, hábitos, conhecimentos, valores, etc. Em simultâneo, em que muito indivíduos buscam seu sustento e o de sua família ao vender diversos produtos de diferentes naturezas e aquelas que procuram com o intuito de servir e/ou usá-los em suas tarefas diárias. Ao tempo que ela instrui, ensina, é um espaço de aprendizado e de lição de vida, ela é uma das representações da identidade, fonte histórica e cultural da cidade.

A utilização das sequências didáticas em sala de aula pelo professor de história pode ser desenvolvida no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio em determinados conteúdos/temas, com seus respectivos objetivos, atividades, sugestão de avaliação, etc., posto que a SD visa o desenvolvimento da aprendizagem do discente e a atividade pedagógica do docente.

Sendo assim, no ensino de história, a SD pode servir a um dos intentos do ensino de história ao ser produzida com temas que venham a estabelecer conexões entre passado e presente partindo sempre da realidade e/ou das experiências e conhecimentos trazidos pelos alunos à sala de aula. Nesse caso, nos servirá como uma metodologia a mais no ensino de história ao conciliarmos com os conteúdos/temas trabalhados no livro didático da disciplina.

3ª CAPÍTULO

AQUISIÇÃO DE NOÇÃO DE TEMPO VIA FEIRA



Banca de ferragens, pesca, utensílios domésticos e produtos rurais.
Foto José Wilson Moura Santos, 2020.

3.1. Noções de mudança e permanência no tempo histórico

O tempo é indissociável à vida humana. Ser vivo nenhum pode anular, se esquivar, ignorar, se afastar do tempo. Ele está em toda parte e em todos os momentos da vida tanto do indivíduo quanto do grupo ao qual pertence. O tempo é passado, presente e futuro.

O tempo é indissociável da vida humana, por isso se tornou um objeto de estudo de diversas áreas das ciências, como a sociologia, a etnografia, a geografia, a biologia e, principalmente, da História. Para esta, o tempo é o objeto fundamental já que o historiador se debruça em estudar, pesquisar, narrar sobre as ações, feitos, produções dos “homens no passado” (BLOCH, 2001, p.24) que nas palavras de Prost, para o historiador esse tempo se configura “complexo, construído e multifacetado [...] caracterizado pelo fato de que, ao servir-se dele, a história simultaneamente o constrói” (2012, p. 96).

O tempo para a história, de acordo com José D’Assunção Barros, “é visceral. Sem ele, os historiadores simplesmente não existem” (2014, p. 241). Por isso, são inúmeros os historiadores que se dedicaram e se dedicam a refletir sobre tal objeto da História. Portanto, pretendemos esboçar moderadamente sobre o tempo histórico na ótica de Circe Bittencourt (1998, 2018); Sechmidt, Cainelli (2009); Seffner (2019); Ferreira, Franco (2013) e Koselleck (2014)

O debruçamento sobre o tempo pela ciência histórica tem uma razão clara, ele é uma criação humana. O tempo nunca é igual ou reversível. Apesar de cumprir o propósito de regular as ações humanas. Desse modo, não é repetitivo, se o fosse, não teria sentido debruçar-se para estudá-lo.

Ele existe porque cada dia, para os seres humanos, é diferente de outro: ontem é diferente de hoje que será diferente de amanhã. Essa é a noção que dá sentido à História, porque é o tempo que dá sentido às ações das pessoas e torna possível localizar os acontecimentos numa perspectiva de presente, passado e futuro (FERREIRA, FRANCO, 2013, p. 88).

O ser humano, assim, criou o tempo cronológico e o historiador o tempo histórico. O primeiro, regular a vida dos seres humanos: hora de comer, de acordar, de trabalhar, de passear, de estudar. Informa as datas dos nascimentos, das mortes, das festas, dos feriados; o início e o fim dos eventos, dos governos, revoluções, golpes; as mudanças/permanências, etc. Também, instrui o conhecimento das noções de dia, semana, mês, ano, década, século, milênio de forma ordenada. Enquanto o tempo histórico é um conjunto das ações humanas no

âmbito político, social, cultural e econômico que agem sobre as vidas das pessoas, instituições, governos, organizações que se dependem mutuamente (KOSELLECK, 2006, p. 14).

Dessa forma, para o historiador, estudar e escrever narrativas sobre o passado do ser humano a partir das indagações do presente é intrínseco o conhecimento e o trabalho com o tempo. De acordo com Bittencourt, para a realização de tal tarefa,

os historiadores utilizam-se de várias categorias temporais: acontecimento, ciclo, estrutura, conjuntura. O tempo que o historiador trabalha consiste em tempo métrico – cronologias e periodizações – e tempo qualitativo – das durações, da sucessão (diacrônico) e simultaneidade (sincrônico), das mudanças e permanências (2018, p. 174).

Em visto disto, os seres humanos e as diferentes sociedades no mundo criaram diferenciados meios de contagem do tempo. Foram criados os calendários solares e lunares em momentos distintos de cada civilização. Assim, povos como os mesopotâmicos, asteca, incas e outras sociedades que usavam calendários solares ou lunares.

O calendário mais usado em todo o mundo atualmente é o gregoriano, uma determinação da Igreja Católica em 1582. Até então, o calendário usado era na Europa era o juliano, adotado desde 46 a.C. por Júlio César (100 - 44 a. C.). A isso se deve ao poder crescente da Igreja Católica no meio político, demonstrado já no século IV quando no “Concílio de Nicéia, em 325, faz do domingo um dia feriado e fixa a Páscoa no primeiro domingo sucessivo ao primeiro plenilúnio da primavera” (LE GOFF, 2003, p. 480 - 481) e que se tornou suficiente em 1582 para tal. Daí em diante, distinguiu entre o litúrgico e o civil, mesmo que tenham uma relação, impôs a contagem do tempo no antes e depois do nascimento de Cristo, as festas religiosas cristãs como ponto de partida do calendário, fazendo desaparecer os costumes e crenças pagãs (Idem, 2003, p. 481 - 499).

Ainda temos outros calendários vigorando nessas determinadas sociedades, por exemplo, o calendário muçulmano calcula o tempo a partir da Hégira (fuga de Maomé de Meca para Medina em 622 d.C.); o calendário judaico que conta o tempo a partir dos Gênesis em 3761 a. C.; o chinês que conta o tempo a partir do governo do imperador Huang Di ou Imperador Amarelo (reinou na China entre 2697 a.C. a 2597 a.C.), entre vários outros.

O calendário não é a única forma de medir o tempo. Temos o relógio, que é um instrumento atualmente muito importante para todos os seres humanos no corre-corre diário de uma sociedade que o ganhar, o lucrar, o trabalhar está subordinado ao tic-tac do relógio. Então, o ditado popular “tempo é dinheiro” cabe muito bem as sociedades atuais, a atual

percepção de tempo e ao uso quase que obrigatório do relógio a fim de que compromissos, por exemplo, não venha a ser cumpridos. “As sociedades urbanas modernas, cada vez mais ocupadas, organizam-se através de um controle rígido do relógio” (FERREIRA, FRANCO, 2013, p. 89-90). Corrobora com essa afirmativa Chiquetto ao escrever sobre o uso do relógio com o intuito de mais controle do tempo em que “ganhar ou perder tempo são expressões de uma sociedade em que o tempo não tende obrigatoriamente para Deus. Representam sociedades industriais nas quais o tempo corresponde ao dinheiro” (1996, p. 55).

O tempo cronológico nos informa os dias, os meses, os anos, as décadas, os séculos. Estas datações são importantes para o historiador já que o informa sobre as datas dos acontecimentos dos fatos, ou seja, sua localização temporal. Já, o tempo histórico não trabalha com medidas exatas. Ao historiador o que interessa é o tempo da história que se observa e se objetiva a partir dos fatos, dos documentos, das experiências vividas de cada sociedade no mundo, das ações do homem no tempo que difere de sociedade para sociedade (PROST, 2012, p. 96-97).

Para Gil e Almeida, o tempo histórico não se repete. Nele as mudanças históricas são perceptíveis, contudo, trazem as marcas do passado. As permanências demonstram costumes, hábitos, arquiteturas, trabalho, brincadeiras, atividades que de outrora são praticadas conservam-se atualmente. Além disso, não se trabalha com medidas exatas, como no tempo cronológico. No tempo histórico se considera as modificações, os desenvolvimentos das relações políticas, econômicas e sociais. As organizações das narrativas históricas se delineiam a partir do olhar sobre o passado de cada sociedade que se difere em seu caminhar histórico e evolutivo, como já dito anteriormente (2012, p. 47).

O historiador Ricoeur vê o tempo histórico como o tempo do calendário. Para ele, o historiador deve usar como meio para a escrita da História o calendário. Com ele, há uma organização sucessiva de datas, dos eventos, documentos datados, mantém a diferença entre o passado e futuro. Com ele, o historiador pode ir ao passado, deste ao presente e, depois retornar ao passado de forma organizada e sucessiva, pois, existe a numeração que exerce a função de ordenação e sucessão. Todas as idas e vindas, ou seja, do passado ao presente ou do presente ao passado são organizadas e evidenciam de forma clara as experiências humanas. Essas são comprovadas pelos vestígios deixados pelos humanos ao longo do tempo e trazem os sinais, comprovações de sua existência e o que fizeram no passado. Os vestígios para terem valor, consistência, credibilidade é preciso ser posto na sucessão do calendário, assim datados (REIS, 1996, p. 233 - 239).

Esses fatos históricos em que se debruçam os historiadores independentes da duração evidenciam o modo de vida, a organização social, política, econômica e cultural em determinado tempo visitado que mantém conexões com o presente, ou seja, "o aprendizado histórico é sempre (também) um processo, no qual se abrem os olhos para a história, para a presença perceptível do passado" (RÜSEN, 2001, p. 48). Sendo assim, é partindo dessa percepção do passado no presente que o indivíduo desenvolve a aprendizagem histórica e tornando-se conhecedor e controlador de sua vida prática.

Koselleck defende a ideia que não o tempo histórico não pode ser definido pelo calendário. O tempo histórico vai muito, além disso. Para ele, o que importa é conhecer um determinado tempo presente, a sua relação com o passado e perspectivas do tempo futuro. O propósito é entender os acontecimentos, as experiências, evocar as memórias, perceber as mudanças na sociedade no âmbito social, econômico, cultural, político ao longo do tempo através da contemplação, observação do cotidiano e sua relação com o passado e o futuro (2006, p. 13 - 15).

Braudel, também foi outro historiador que pensou o tempo histórico. Para ele, os fatos históricos têm durações diferenciadas em três ordens: a longa duração ou estrutural (que não se sabe ao certo quando se iniciou ou relacionados à relação homem-natureza, por exemplo); média duração ou conjuntural (são experiências que se dão na estrutura, com períodos que tomam séculos ou décadas) e a curta duração ou acontecimentos (relaciona-se a fatos relacionados ao indivíduo ou momento preciso como nascimento ou morte) (BITTENCOURT, 2018, p. 176).

A noção de mudança e permanência está presente em todos os estudos sobre o conhecimento histórico. Todos percebem que ao longo da História em determinados momentos do desenvolvimento das sociedades ao longo do tempo há modos, costumes, tradições, atividades laborativas, técnicas de produções de determinados produtos, atividades de compra e venda de mercadorias (determinadas categorias de comércio), entre outras ações que mudam ou que permanecem. Da noção de tempo são construídos vários conceitos temporais como duração, simultaneidade, sucessão, anterioridade, posterioridade, mudança e permanência, entre outros. São esses dois últimos processos do tempo que iremos nos deter.

Assim, a consciência histórica estabelece uma relação do passado com o presente ao tratar das experiências vividas e deixar evidente aquilo que mudou ou que permanece em nossas vidas, deixando claro as razões de nossa atual condição. Isso porque a história esse elo entre passado, presente e futuro. "A consciência histórica trata do passado como experiência,

nos revela o tecido da mudança temporal dentro do qual estão presas as nossas vidas, e as perspectivas futuras para as quais se dirige a mudança” (RÜSEN, 2011, p. 57). Portanto, as mudanças e permanências se fazem presentes em todos os momentos da História humana nas diferentes durações do tempo histórico (curta, média ou longa). Segundo Fernando Seffner

MUDANÇA E PERMANÊNCIA são dois processos que atuam em sintonia. Em qualquer conjuntura histórica há esforços de mudança e esforços de permanência atuando, na forma de disputas políticas, a depender dos grupos sociais envolvidos. Dificilmente temos uma situação histórica em que todos os envolvidos estejam igualmente satisfeitos com a repartição do poder, e nenhum grupo esteja fazendo algum movimento para alterar a ordem estabelecida (2019, p. 168).

Para Seffner as mudanças e permanências são dois processos do tempo histórico que estão presentes em todos os acontecimentos da História. Nem tudo mudou ou, nem tudo permanece como estava. Sempre há algo que muda ou permanece muitas vezes imperceptível no momento. Também, não há mudança ou permanência que não tenha havido esforços de permanência, ou de mudança, ou vice-versa (Ibid., p. 169).

Sendo assim, o estudo do tempo dá as condições a partir do presente do aluno de indagar as situações inquietantes do mesmo relacionar com o passado, já que “a história é enraizada nas necessidades sociais para orientar a vida dentro da estrutura do tempo” (Idem, 2011, p. 25). Nessa perspectiva estudar a história a partir do olhar das questões presente nos leva a duas dimensões.

A primeira nos dá a ideia de que o estudo do passado ajuda a explicar o presente. Nesse caso, a História ajuda ao aluno a dá sentido a vida e a estabelecer a relação causa e efeito, dando à possibilidade de o discente entender a situação da sociedade atual em que se encontra (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 98 - 99). Assim, o ensino de história afeta o aprendizado de história e este configura a habilidade de se orientar na vida e de formar uma identidade histórica coerente e estável (RÜSEN, op. cit., p. 40).

A outra dimensão é conhecer as particularidades das sociedades do passado em seu tempo, tendo o cuidado para evitar narrativas anacrônicas²⁰. Nesse caso, os alunos devem diferenciar, distinguir as características de cada sociedade do passado, as atitudes, a cultura, a forma de pensar e fazer de acordo com cada época (SCHMIDT, CAINELLI, loc. cit.).

²⁰ O anacronismo é "quando se descrevem, se explicam, se justificam personagens e/ou ações de um tempo utilizando elementos e argumentos de outras épocas que não aquela à qual o personagem e/ou ação em foco se situa. É uma atitude ou fato que não está de acordo com sua época e que resulta em um desalinhamento, em uma dissonância entre um período de tempo e uma época" (OLIVEIRA, 2019, p. 19).

A consciência histórica tem entre as suas competências narrativas a experiência. Com ela, o indivíduo tem a capacidade de distinguir as características de cada sociedade em seu determinado tempo histórico e as distingue das do presente (RÜSEN, 2011, p. 59). Assim, o indivíduo experimenta o passado, senti-o, causando-lhe um impacto de realidades diferentes.

Ao optarmos pela noção temporal de mudança/permanência vamos conhecer como as sociedades se relacionaram no passado, como viveram e o que se mantém ou não no presente. Nesse caso, não estaremos privilegiando governos, heróis, instituições e, nem tampouco os vencedores ou derrotados. Aqui, a intenção compreender “as relações entre uma época histórica e outra, um fato histórico e outro da mesma época [...], captar os elementos evidenciadores da profundidade temporal, quais sejam, de referências sobre outras épocas e tempos para diferenciá-los do presente (SCHMIDT, CAINELLI, 2009, p. 100).

Ao enveredar na noção temporal de mudança/permanência o aluno reconhecerá as diferentes conjunturas históricas como as políticas, os conflitos que envolveram sociedades e suas causas, ideias, propostas de solução, uso ou não da violência e suas consequências. Ainda Seffner afirma que “constitui objetivo ético do ensino de história formar sujeitos que tenham presente um elemento fundamental da noção histórica de *modus vivendi*: a capacidade de construir acordos entre indivíduos e grupos cuja opiniões diferem” (2019, p. 169).

Ao optar pelo ensino de história recorrendo à noção temporal de mudança/permanência um elemento que se deve usar são as datas. Elas são o ponto inicial para pensarmos como os seres humanos em determinado momento pensavam, trabalhavam, estabeleciam as relações de compra/venda, como e o que produziam e como se dá noutra determinada data, por exemplo. Novamente, Seffner nos esclarece que

mudança/permanência no ensino de história é tema em conexão estreita com a discussão do tempo histórico e a questão das datas. [...]. Pensar o ensino de história como ensino dos processos de mudança/permanência só pode ser feito com atenção às datas. Mas, as datas não podem ser vistas apenas como pontapé que flutuam. Elas estão ligadas a essas massas submersas, e é sobre elas que cabem indagações e debates nas aulas de história (Ibid., p. 172).

Ao professor cabe conceituar e diferenciar tempo histórico do tempo cronológico e a razão de utilizar as datas para conhecer o passado histórico. As datas facilitam a apreensão das mudanças e permanências ao longo da história ao estabelecerem marcos temporais entre passado e presente com o intuito de analisar determinados costumes, práticas, manifestações culturais, sociais, econômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Banca de artesanato. Feira de Itabaiana/SE
Foto José Wilson Moura Santos, 2020.

Trabalhar o homem no tempo é o ponto chave da história. Por isso, é um elemento imprescindível no ensino da história, principalmente quando se aponta a importância de se estabelecer relação, passado, presente e futuro. Por isso, o ensino de história se torna elementar para a compreensão do presente ao se voltar as atenções para o passado e, em simultâneo, responsável por orientar o futuro.

Ensinar história hoje pressupõe ter o tempo como significante para que o sujeito, a partir de temporalidades diversas, possa perceber que aprender história é reconhecer em outros tempos e sujeitos experiências, valores e práticas sociais. Principalmente é proporcionar ao aluno reconhecer-se enquanto sujeito do seu tempo e com isto conseguir que ele reconheça outros sujeitos em tempos diversos (SCHMIDT, CAINELLI, 2009, p. 106).

Ao estabelecer uma relação, passado e presente, não se deve negligenciar ou diminuir a importância do momento, mas sim reconhecer a relevância de cada uma para o seu tempo, ou seja, cada tempo (passado ou presente) tem o seu valor para a aprendizagem histórica, pois “o conhecimento do presente ser diretamente ainda mais importante para a compreensão do passado” (BLOCH, 2001, p. 66). Assim, evita-se o anacronismo ao se empregar os dois processos do tempo histórico no processo de aprendizagem histórica.

Sabendo-se disso, aluno e professor construirão um conhecimento histórico que contextualiza cada tempo, reconhecendo as características políticas, sociais, econômicas, culturais, a produção do conhecimento do ser humano no determinado tempo estudado e, assim, desenvolverão o sentimento de “alteridade, isto é, da empatia, do interesse e, ao mesmo tempo, de desenvolver o respeito por outros povos e outras civilizações, pois o interesse pelo outro é também uma forma de conhecer a si próprio” (Idem, op. cit, 2009, p. 99).

Os historiadores buscam diversos meios para situar as pessoas no tempo, entre esses meios, podemos nos referenciar ao tempo histórico dividido em períodos como a Pré-história, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. Essa periodização tem contestações devidas por privilegiar os eventos históricos europeus.

A periodização da história em Antiguidade, Idade Média e Modernidade foi proposta pelo humanismo e continuada pelos modernos critérios de classificar a produção, de modo que a história parte das tribos caçadoras e coletoras, passa pela agricultura e as culturas desenvolvidas para chegar à civilização técnico-industrial. Também é certo que essa periodização hipostasia um espaço de experiência suprageneracional que se estabiliza no longo prazo, além dos séculos e dos milênios, e que só se havia modificado silenciosamente (KOSSELLECK, 2014, p. 38-39).

O historiador Marc Bloch, destacou a periodização da história e, ainda, propôs aos historiadores se voltassem a pensar num tempo histórico que privilegiasse o tempo da

duração. De acordo com Bittencourt, o tempo da duração, segundo Bloch, “é um tempo contínuo, mas também o de mudança constante. Continuidade e mudança constituem os atributos cuja antítese faz surgir os grandes problemas que o historiador tem de desvendar” (2018, p. 176).

Já o historiador Fernand Braudel aprofundou o tempo da duração de Marc Bloch ao estabelecer três ordens da duração do tempo histórico que se diferenciam conforme o tempo tomado pelos eventos históricos, a saber: curta duração (corresponde a acontecimentos determinados em um instante, como assinatura de uma ata, nascimento de ser humano, a morte de alguém, inscrição para um concurso, etc.); média duração (corresponde a eventos ocorridos numa determinada estrutura como Revolução Francesa, Revolução de 1930, Revolução Russa, etc.) e por fim, longa duração (os acontecimentos fogem a um marco inicial e final, como a escravidão, pandemias, etc.) (Id., 2018, p. 176).

Utilizaremos os processos de mudança e permanência para compreendermos a partir do presente, de algo inerente ao cotidiano do discente, a feira livre de sua cidade, os procedimentos de ação do ser humano ao longo do tempo, “já que cada tempo histórico – ou em cada presente – coexistem relações de continuidade e de rupturas com o passado, bem como perspectivas diferenciadas do futuro” (SIMAN, 2003, p. 111), A esse propósito se inclui também, a formação da identidade histórica e o sentimento de pertencimento ao patrimônio cultural imaterial da feira. Para Schmidt e Cainelli

O trabalho com as noções temporais contribui para a compreensão da causalidade histórica, isto é, das relações entre uma época histórica e outra, um fato histórico e outro da mesma época. Ademais, permite captar os elementos evidenciadores da profundidade temporal, quais sejam, de referências sobre outras épocas e tempos para diferenciá-los do presente (2009, p. 100)

Contudo, é preciso ficar atento ao perigo de cometer anacronismo quando, possivelmente sem intenção, projetarmos organizações, manifestações, comportamentos, ações, comercialização de produtos da feira no presente com as feiras do passado, ou melhor, projetar o modo de ser e de se fazer a feira atual como se fosse uma do passado. Partindo de dois processos do tempo histórico — mudança e permanência — pretendemos discutir com os alunos iniciando dos seus conhecimentos trazidos do meio social em que vive e de suas experiências com a feira tratar de conteúdo/temas como: feirantes, produtos industrializados, artesanato, relação de compra e venda, consumidores, trabalhadores (homens, mulheres, crianças), gêneros comercializados, grupos sociais, cultura, entre outros em comparação a conteúdos/temas exigidos no currículo escolar do ensino de história como: idade Média

(feudalismo, feiras livres medievais, compra e venda, trabalho, artesanato...), Idade Moderna (Revolução Industrial, artesanato, trabalho...). Contudo, podemos utilizar associado à feira as fontes históricas como fotografias, documentários, reportagens televisivas, jornais escritos e falados, livros, etc.

Enfim, a feira é entendida aqui, como um objeto de estudo a ser utilizado pelo professor do ensino de história em sala de aula que tem como propósito a aprendizagem histórica e, consequentemente contribuir para o desenvolvimento da consciência histórica do aluno em classe a partir deste evento social, cultural e econômico que faz parte da realidade do discente e partindo dele, entender conteúdos/temas que são abordados na disciplina de história via os dois processos do tempo histórico: mudança e permanência.

Nas SD, a feira retratada é a de Itabaiana/SE, cidade onde lecionamos, vivemos e vivenciamos o acontecimento desse patrimônio cultural imaterial, principalmente aos sábados. Entretanto, isso não impossibilita que o professor de qualquer cidade brasileira de aplicar a metodologia e adequá-la a sua realidade e utilizar o objeto de estudo a partir do olhar da feira local.

Em consonância com o nosso objeto de estudo propomos um caderno com dez sequências didáticas que abordam assuntos tratados nos anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio a serem trabalhados pelo professor em sala de aula. Contudo, disponibilizamos aos professores de história tais SD que poderão usufruir para a aprendizagem histórica do aluno.

Todo o mundo foi atingido pela Pandemia do novo coronavírus, um vírus comum em diferentes espécies de animais, cientificamente conhecido como SARS-CoV-2, causando a Covid-19, sua doença, que atingiu praticamente todo o mundo²¹. Os atingidos em face à facilidade de infecção e posterior fatalidade de muitos infectados causou o fechamento de escolas, indústrias, lojas, museus, feiras, transporte público, cinemas, teatros, escolas, universidades, entre outros locais, além dos lockdown²² como medida extrema para evitar o aumento maior da proliferação do Covid-19 entre as pessoas em determinadas regiões, países, cidades ou estados.

²¹ AMOS,Owen. Pandemia de coronavírus: os únicos 10 países que não tiveram nenhum caso de covid-19 até hoje. **BBC NEWS BRASIL**. Disponível em:<<https://www.bbc.com/portuguese/geral-53867527>>. Acesso em: 06 de abr. de 2021.

²² Lockdown durante a pandemia do Coronavírus: o que é e quais países adotaram. **Dasa: Diagnósticos da América S/A**. Disponível em:<<https://dasa.com.br/blog-coronavirus/lockdown-coronavirus-significado>>. Acesso em: 06 de abr. de 2021.

O fechamento das universidades, bibliotecas e das escolas nos privaram de informações que enriqueceriam a nossa dissertação. Os dois primeiros, impossibilitou-nos de entrar em contato com jornais e livros que nos ajudariam na produção do texto sobre a feira, sequências didáticas e outros temas tratados na dissertação. O fechamento das escolas, impediu-nos de sua aplicação e avaliação das SD como metodologia para o desenvolvimento da aprendizagem histórica do aluno.

REFERÊNCIAS

ALI, Vanessa Priscila Mamed. **As feiras livres associadas aos mercados públicos de Recife e os sistemas de organização**. 2013. 123 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. Disponível em: < <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/4671> > Acesso em: 02 de jun. 2020.

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. **Continuidade e descontinuidade no contexto da globalização: um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1986-2007)**. Tese de Doutorado em História Contemporânea (Universidade do Minho -UMINHO) e História Social (Universidade Federal da Bahia -UFBA), Braga, Portugal, 2011. Disponível em: < <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/19709> >. Acesso em: 13 de jul. de 2021.

BARROS, José D'Assunção. **A historiografia e os conceitos relacionados ao tempo**. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/8336> > Acesso em: 28 de abr. de 2020.

BATISTA, Rozilene da Costa; OLIVEIRA, Júlia Emanuely de; RODRIGUES, Sílvia de Fátima Pilegi. **Sequência didática–ponderações teórico-metodológicas**. XVIII ENDIPE - Didática e Prática de Ensino no contexto político contemporâneo: cenas da Educação Brasileira, 2016. Disponível em: < https://www.ufmt.br/endipe2016/downloads/233_9937_37285.pdf >. Acesso em: 15 de mar de 2021.

BÍBLIA. **Expulsão dos vendilhões no Templo**. Tradução de Antônio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Livraria Editora Iracema Ltda, 1979. 1102 p. Velho Testamento e Novo Testamento.

BITTENCOURT, Circe. **Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História**. In: O saber histórico na sala de aula. Org. Circe Bittencourt. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1998, p.11-27.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 5ª ed., São Paulo: Cortez, 2018, 327p. (Coleção docência em formação: Série ensino fundamental).

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 2001, 159p.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997, 126p.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 1998,108 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo -Século XV-XVIII - Volume 1: As estruturas do cotidiano**. Trad. Maria Antonieta Magalhães Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

_____. **Civilização Material, Economia e Capitalismo -Século XV-XVIII -Volume 2: Os jogos das trocas**. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2009

BRODBECK, Marta de Souza Lima. **Vivenciando a história: metodologia de ensino da história**. Curitiba: Base Editorial, 2012, 184p.

CARVALHO, Diana Mendonça de. A feira. In: **Comercialização de hortifrutigranjeiros em Itabaiana-SE**. 2010. 231 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010. Disponível em:<http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS-2_4358848bf2dcda51434507f48e342d39>Acesso em: 10 de set 2020, p. 121-131.

CARVALHO, Diana Mendonça de; COSTA, José Eloízio da. **Comercialização agrícola em Itabaiana/SE: o caso da feira livre**. GeoNordeste, n. 1, 2019. Disponível em: <Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23032016-133946/> >Acesso em 10 de jul. 2020. >Acesso em 10 de set. 2020.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, 138p.

CHIQUELTO, Marcos. **Breve história da medida do tempo**. São Paulo: Editora Scipione, 1996, 55p. (Ponto de apoio).

COSTA, Maria Regiane da. **Dinâmica espacial da feira livre de São Bento em Cascavel/CE**. 2016. 219 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2016) - Universidade Estadual do Ceará, 2016. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=84198>> Acesso em: 21 de julho de 2021

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. **Feira de Macaíba/RN : um estudo das modificações na dinâmica socioespacial (1960/2006)**. 2007. 209 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em:< <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18854>> Acesso em: 12 de jan 2020.

FERREIRA, Jeane Rodrigues. **A feira livre de Itabaiana (1987-2002): como lugar de memória e metamorfoses identitárias**. Itabaiana/SE, 2002. 85 f. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Sergipe, Pólo Regional de Itabaiana, SE, 2002

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. **Aprendendo história: reflexão e ensino**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, 184p.

FERREIRA, Thales Brandão. **Comunicação e marketing : um estudo das interações comunicacionais entre feirantes e fregueses na feira livre de Paripiranga-BA.** 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017. Disponível em: < <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4031> > Acesso em: 12 de jan 2020.

FONSECA, Thais Nívea de Lima e. **História & ensino de História.** 2ª ed., 1º Reimp., Belo Horizonte: Autêntica, 2006, 119p. (Coleção História & reflexões, 6).

FIRMINO, Paul Clívilan Santos. **Arapiraca/AL e Itabaiana/SE: a feira livre como gênese e desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste brasileiro.** 2015. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23032016-133946/> > Acesso em 10 de set. 2020.

FRANCO, Alécia Pádua; JUNIOR, Astrogildo Fernandes da Silva; GUIMARÃES, Selva. **Saberes históricos prescritos na BNCC para o ensino fundamental: tensões e concessões.** Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/46455> > Acesso em: 31 de dez 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 68ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019, 256pp.

FREITAS, Itamar. **Fundamentos teórico-metodológicos para o Ensino de História (Anos iniciais).** São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Cultura e sociedade no Brasil Colonial.** São Paulo: Atual, 2000, 96p. (Discutindo a História do Brasil).

GENDROP, Paul. As origens. In: **A Civilização Maia.** Trad. Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Zahar, 1987, p. 18.

LUCENA, Thiago Isaias Nóbrega de; GERMANO, José Willington. **Feiras livres: cidades de um só dia, aprendizados para uma vida inteira** [recurso eletrônico]. Natal: EDUFRRN, 2016. Disponível em: < <file:///C:/Users/wilson/AppData/Local/Temp/Feiras%20livres%20-%20cidades%20de%20um%20s%C3%B3%20dia,%20aprendizados%20para%20uma%20vida%20inteira-1.pdf> >. Acesso em: 18 de ago. de 2020.

GOIS, Felipe dos Santos; MENEZES, Júnio Andrade; CARVALHO, Diana Mendonça de. **A FEIRA LIVRE DE ITABAIANA/SE: políticas públicas e comercialização agrícola.** Disponível em: < https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt05_1503854375_arquivo_singa2017felipegoisoficial.pdf >. Acesso em 10 de jul. 2020. > Acesso em 10 de set. 2020.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **A docência em História: reflexões e propostas para ações.** Erechim: Edelbra, 2012, 168p. (Coleção Entre Nós – Anos finais do ensino fundamental, v 5).

GUIMARÃES, Selva. O ensino de História e a construção da cidadania. In: **Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados**. 13ª ed. ver. e ampl. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012, 143-158p.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Trad. Janaína Marcoantonio. 51ª ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2015. 464p.

HENRI, Favre. Economia, Sociedade e Estado. In: **A Civilização Inca**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1987. Disponível em: <<https://escolareginaaltman.com.br/wp-content/uploads/2017/06/A-Civiliza%C3%A7%C3%A3o-Inca-Henri-Favre.pdf>>. Acesso em 12 de mar de 2021.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Jacques. **A Civilização Asteca**. Trad.: Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Trad. Markus Hediger. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014, 352 p.

_____. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carolos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006, 368p.

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – 4. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020, 59 p.

LIMA, Luiz Eduardo Pina. Zona Andina: o império dos Incas. In: **História da América I**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2010, p. 93-94. Disponível em: <<http://www.cesadufs.com.br>> ORBI > public > uploadCatalogo> Acesso em: 04/12/2020.

LOPES, Jackeline Silva. “Na Prática a Teoria é Outra?": Sequências Didáticas Problematicadoras para uma Educação Histórica Escolar. IX Encontro Estadual de História: “História e Movimentos Sociais”. http://www.encontro2018.bahia.anpuh.org/resources/anais/8/1536160273_ARQUIVO_ArtigoANPUH2018.pdf>. Acesso em: 15 de mar de 2021.

MARTINS, Cristiana Bertazoni. Aspectos Econômicos do Império Inca. In: **O papel do "dinheiro primitivo" na economia Inca**. 2001. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8153/tde-30122001-125037/pt-br.php>> Acesso em: 25 de fev. de 2021, p. 16 – 29.

MELO, Gabriel da Silva. **Mercadores e comerciantes na democracia Ateniense: 431-322 a.C.** Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015, p. 95 - 204. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1955.pdf>> Acesso em 10 de fev. de 2021.

MENDONÇA, Carlos. **Na feira de Itabaiana tem?** Aracaju: Infographics, 2011, 27p. (Literatura de Cordel).

_____. A importância da feira livre para o comércio de Itabaiana. In: **A evolução comercial de Itabaiana: pioneirismo, tradição e prosperidade, através do empreendedorismo e da criatividade de um povo**. Aracaju: Gráfica Infographics, 2015, p. 51-64.

_____. **A feira de Itabaiana: a mais importante, folclórica e tradicional feira do Nordeste**. Aracaju: Infographics, 2016, 32p. (Literatura de Cordel).

MOTT, Luiz R. B. **Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil**. Revista de História, Univ. de São Paulo, v. 53, p. 81-106, 1976. Disponível em: <<https://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/105/a05n105op.pdf>> Acesso em: 06 de jul. 2020.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. Anacronismo. In: **Dicionário de ensino de história**. Coord. Marieta de Moraes Ferreira, Margarida Maria Dias de Oliveira. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, p. 19-23

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Ensino de História e Patrimônio Cultural: um percurso docente**. 1ª ed. Jundiaí, São Paulo: Paco, 2017, 148p.

PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2013, 116p. (Coleção Primeiros Passo, 331).

PELLINI, José Roberto. **Reciprocidade e redistribuição no Egito Antigo durante o Novo Império**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 72: 143-163, 2002. Disponível em: <<file:///C:/Users/wilson/AppData/Local/Temp/109443-Texto%20do%20artigo-196350-1-10-20160113.pdf>>. Acesso em: 22 de mar. de 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, 132p. (Coleção História & Reflexões, 5).

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, 287p.

QUINHONE, Eliane, et al. Sequências didáticas. In: **Caderno pedagógico ensino fundamental anos iniciais**. Org. Geniana dos Santos; Jakline Estfane Alves Martins. SAGE – Secretaria Adjunta de Gestão Educacional, SUPEB – Superintendência de Políticas de Educação Básica, Minas Gerais, 2019, p. 8-12. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/171373248-Caderno-pedagogico-ensino-fundamental-anos-iniciais.html>>. Acesso em 16 de mar. 2021.

REGIMENTO que levou Tomé de Souza governador do Brasil, Almerim, 17/12/1548. Lisboa, AHU, códice 112, fls. 1-9, p.5. Disponível em: <https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/5523820/mod_resource/content/1/2.%20Regimento%20do%20Governo-Geral%20%28Tom%C3%A9%20de%20Souza%29%2C%201548.pdf>. Acesso em: 30 de mar. de 2021.

REIS, José Carlos. **O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e “Annales”:**
uma articulação possível. Disponível

em:<<http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/989>> Acesso em:27 de abr de 2020.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. **Aula de história: evento, ideia e escrita**. História & Ensino, Londrina, v. 21, n. 2, p. 83-103, jul./dez.,2015. Disponível em:<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/23852>>. Acesso em 16 de mar. de 2021.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 194p.

_____. Jörn Rüsen e o ensino de história. Org: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Estevão de Rezende Martins. Curitiba: Ed. UFPR, 2011, 150p. (Série pesquisa; nº 168).

_____. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Trad. Peter Horst Rautmann, Caio da Costa Pereira, Daniel Martineschen, Sibebe Paulino. Curitiba: W.A. Editores, 2012, 232p.

_____. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Trad. Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015, 325p.

SANTOS, Ednalva Barros dos. A feira. In: **História e cultura de Itabaiana contada em versos**. Aracaju: Infographics, 2011, p.28-30 (Literatura de Cordel).

SANTOS, Iracelmo Matos dos; ARAÚJO, Gracyanne Freire de; MONTENEGROS, Ludmilla Meyer; SANTOS, Adeilson Freire dos. **EMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL: fatores da informalidade na feira livre de Itabaiana-SE**. Encontro de estudos sobre empreendedorismo e gestão de pequenas empresas 2016; 1-12. Disponível em:<<https://egepe.org.br/anais/arquivos/edicaoatual/Artigo51.pdf>> Acesso em 10 de set. 2020.

SANTOS, José Erimar dos. **Feira livre e circuitos da economia urbana: um estudo da feira da Pedra, em São Bento (PB)**. 2012. 305 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Disponível em:< <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18933>>Acesso em: 12 de jan 2020.

SANTOS, José Wilson Moura. **Cartilha como Produto para o Ensino de História e Patrimônio Cultural Imaterial da feira em Itabaiana/Se**. In: Anais do I Congresso Nacional do Profhistória. Salvador (BA) IAT, 2019. Disponível em:<<https://www.even3.com.br/anais/CongressoNacionalProfhistoria/173787-CARTILHACOMOPRODUTO-PARA-O-ENSINO-DE-HISTÓRIA-E-PATRIMONIO-CULTURAL-IMATERIAL-DA-FEIRA-EMITABAIANASE>>. Acesso em: 01 de jul. 2020

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: **O saber histórico na sala de aula**. Org. Circe Bittencourt. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1998, 54-66 p.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. 2ª ed., São Paulo: Scipione, 2009, 199p. (Coleção Pensamento e ação na sala de aula).

SEFFNER, Fernando. Mudança e permanência. In: **Dicionário de ensino de história**. Coord. Marieta de Moraes Ferreira, Margarida Maria Dias de Oliveira. Rio de Janeiro: FVG Editora, 2019, 168-178 p.

SERGIPE. Secretaria de Estado da Educação de Sergipe. **Currículo de Sergipe: ensino fundamental de história**. Secretaria de Estado da Educação de Sergipe. Aracaju: SEED, 2018.

SIMAN, Lana Mara de Castro. A temporalidade histórica e os desafios para o ensino aprendizagem. In: **Quanto Tempo o Tempo Tem!** Org.Vera Lúcia Sabongi de Rossi e Ernesta Zamboni. Campinas: Editora Alinea, 2003.

SILVA, Silas Brito da. **A feira nas raízes de Itabaiana; Estudo e relatório técnico em vídeo de como seus aspectos culturais forjam a identidade local**. São Cristóvão, 2014. 50 f. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Jornalismo) - Universidade Federal de Sergipe; São Cristóvão, 2014.

SOUSTELLE, Jacques. Vida rural e vida urbana. In: **A Civilização. Asteca**. Trad.: Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Zahar, 1987, p. 46. Disponível em:<<https://escolareginaaltman.com.br/wp-content/uploads/2017/06/A-Civiliza%C3%A7%C3%A3o-Asteca-Jacques-Soustelle.pdf>>. Acesso em 15 de fev. de 2021.

SOUZA, Eliane Santana; SILVA, Patrícia da. **Perfil socioeducacional e identidade do feirante de Itabaiana-SE**. Psicologia em foco 2009; 2(1): 66-78. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:IN701hZWf0J:https://periodicos.piodecimo.edu.br/online/index.php/psicologioemfoco/article/download/31/42+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>Acesso em 10 de set. 2020.

VERSIGNASSI, Alexandre. A origem. 1. **A origem do dinheiro: uma breve história de 4 mil anos**. São Paulo: Leya, 2011, p. 25-26. Disponível em:<file:///C:/Users/wilson/AppData/Local/Temp/Crash_Alexandre_Versignassi-1.pdf> Acesso em 23 de mar de 2021.

ZABALA, Antoni. As sequências didáticas e as demais variáveis metodológicas. In: **A prática educativa: como ensinar**. Trad. Emami F. F. da Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998, 256pp. Disponível em:<https://www.academia.edu/26521924/A_PRATICA_EDUCATIVA_COMO_ENSINAR_ZABALA>. Acesso em 16 de mar. de 2021.

ANEXO



Banca de ervas medicinais e condimentos

Foto: José Wilson Moura Santos, 22 de ago. de 2020.

CADERNO DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS

CONEXÕES COM O TEMPO HISTÓRICO: A FEIRA E O ENSINO DE HISTÓRIA

JOSÉ WILSON MOURA SANTOS



Caderno do Professor



CADERNO DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS

CONEXÕES COM O TEMPO HISTÓRICO: A FEIRA E O ENSINO DE HISTÓRIA

JOSÉ WILSON MOURA SANTOS

CADERNO DO PROFESSOR

São Cristóvão/SE
2021

AGRADECIMENTOS

Estou muito satisfeito e realizado com mais essa etapa da minha concluída. Esta, não seria possível, como todas as outras e as que virão, sem a participação daqueles que de um modo ou de outro contribuíram para ser possível. Por isso tenho muito a agradecer a todos os envolvidos para que esse momento se tornasse concreto.

A princípio, agradecer aquele que me deu a vida e a possibilidade de fazer tudo o que fiz e vivi até o momento: Deus um ser infinitamente bom, compassivo, paciente, amigo, incentivador, solidário, justo...

Em especial, a minha mãe, incentivadora e sempre positiva.

A você, minha esposa, que me estimulou e incentivou-me a continuar nos momentos de fraqueza e tormento.

Meus agradecimentos ao meu orientador prof. Dr. Fábio Alves dos Santos, que sempre com paciência e liderança, passava conhecimento, orientações, confiança e segurança na condução deste trabalho. Meu eterno, agradecimento.

A Universidade Federal de Sergipe, pela implementação do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo incentivo a essa pesquisa e a Secretaria de Municipal de Educação de Itabaiana pela possibilidade de acesso à licença de qualificação.

Aos coordenadores do Programa do Núcleo de Mestrado Profissional em Ensino de História da UFS. Prof.^a. Dr. ^a Janaína Cardoso de Mello e Prof. Dr. Lucas Miranda Pinheiro.

Aos professores e colegas do mestrado que estiveram nessa caminhada e me ensinaram tanto. Estes, que têm como marca a resiliência, o compromisso de ensinar, formar, incentivar, motivar, dividir o seu conhecimento.

Aos membros da banca de qualificação e defesa: a Prof.^a. Dr. ^a Josefa Eliana Souza e ao Prof. Dr. Itamar Freitas, pela participação e pelas importantes contribuições neste trabalho. A todos, o meu muito obrigado!

Ao professor,

Este caderno de sequências didáticas é produto da dissertação de mestrado intitulada de “A FEIRA E O ENSINO DE HISTÓRIA: PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DE CADERNO DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA A PARTIR DA FEIRA DE ITABAIANA/SE”. A sua elaboração tem o propósito de servir de recurso metodológico ao professor de história em sua missão de partilhar com os discentes a trajetória do ser humano no tempo histórico de modo a realizar uma entre tantas tarefas da História que é a do indivíduo entender o seu presente e vislumbrar um futuro melhor para a sociedade em que vive.

Entendemos a feira como um espaço aberto ao conhecimento. Este aprendizado está ao alcance de todos, as ciências têm o seu olhar para esse evento humano que não se consuma apenas na compra e venda de produtos.

As feiras livres são espaços frequentados e “estudados” por alguns intelectuais acadêmicos. Alguns estudos são de caráter mais formal ou distanciado. Tratam-se de pesquisas de opinião, análises quantitativas e catalogações diversas. Outras imbricam-se mais no processo de envolvimento com os feirantes e compradores. Esse envolvimento enriquece os trabalhos com as expressões, discursos e modos de ser dos sujeitos que têm uma atividade econômica sistemática na feira, permanente (LUCENA; GERMANO, 2016, p 142).

A feira é tema das diversas áreas da ciência. Atestando assim, que a mesma é um espaço aberto de ensinamentos e aprendizados com seus coloridos, sons, sabores, cheiros, frenético vai-e-vem dos frequentadores, costumes, culturas, experiências, encontros e desencontros...

Por isso, que diversas ciências, como a história, a matemática, a geografia, as ciências sociais, a sociologia, a antropologia, a química, a física, a pedagogia, a biologia, a nutrição, entre outras tantas outras, vem em busca da feira para aprender e ensinar. Também, entender como se dá todo o seu desenrolar tanto ao longo do tempo histórico quanto no cotidiano em seus diversos aspectos e atividades durante o seu dia.

São múltiplas as relações humanas que em um só dia se realizam nesse espaço que vai além da atividade comercial. Nesse espaço se criam laços de amizade, de amor. Igualmente, desafetos, brigas, raivas... Além de um espaço de cooperação, alianças, cordialidade, ajuda, onde amores nascem e sucumbem...

Na feira nos deparamos com cores das frutas, das verduras, das bancas, das carnes, dos cereais, das raízes...; cheiros das frutas, das verduras, dos quitutes, dos doces, das comidas...; odores das carnes, dos fatos, do fumo, da cachaça... e os sons nas mais variadas tonalidades e com diversos objetivos: a voz do feirante que convida o consumidor a comprar seu produto, são as músicas das diversas bancas de cds e dvds, as conversas dos transeuntes...

É na feira que encontramos muitas histórias de vida (a do feirante, do consumidor, do ajudante, do menino que leva as compras da senhora, do pedinte, do bêbado...), sabemos das lutas, das vitórias, das tristezas, das alegrias, dos acontecimentos, das fofocas... onde esbarramos em um amigo de longas datas e botamos "as conversas em dia"...

Quantos personagens compõem uma feira? Quantas histórias ela tem para nos contar? Quantos ensinamentos ela tem para nos ensinar? Quantas sabedorias estão lá escondidas? Que contribuição à feira pode dar ao ensino de história?

As respostas são diversas, infinitas, quem sabe! Muitos historiadores têm se debruçado sobre a feira, uns para contar a sua trajetória no tempo ou para narrar a história de quem faz a feira (o feirante, o consumidor, o trabalhador, a cozinheira, a doceira...), ou os trabalhos e os costumes na feira, ou a história da cidade conectada à feira, ou ainda as mudanças e permanências da mesma ao longo da história.

O nosso foco é a feira como objeto de estudo nas aulas de ensino de história. Nela temos propostas de como o professor trabalhar a feira e conteúdo/temas do currículo da disciplina História em sala de aula ou extraclasse. Também, tratamos de contribuir com textos sobre a história da feira no mundo, no Brasil e na cidade de Itabaiana/SE. Entretanto, esse caderno de sequências didáticas não é pronto e acabado ou inadaptável, pelo contrário, é foi pensada para o usufruto do professor em qualquer parte do Brasil. Além de se permitir que seja utilizada conforme o contexto e as possibilidades de cada docente em sua pedagógica.

Assim sendo, este caderno de sequências didáticas que se propõe em conectar a feira ao ensino de história tem a pretensão de partindo de um evento do cotidiano do aluno desenvolver a aprendizagem histórica, o sentimento de pertencimento, de identidade e de preservação desse patrimônio cultural imaterial que é secular: à feira.

Este caderno de sequências didáticas intituladas “Conexões com o Tempo Histórico: a Feira e o Ensino de História” é componente da nossa dissertação de Mestrado Profissional em Ensino de História e, como tal, foi proposto em conjunto com o texto dissertativo.

Esperamos que este caderno possa corresponder com a expectativa que é a de auxiliar na aprendizagem histórica e na reelaboração da consciência histórica do aluno. Além de

potencializar o aluno na produção de sua narrativa histórica, levando-o a uma posição crítica e atuante em favor de uma sociedade melhor.

José Wilson Moura Santos

SUMÁRIO

	De professor para professor	08
1.	Feira, história, ensino e tempo	11
1.1.	Síntese da história geral da feira	12
1.2.	Fragmentos da história da feira no Brasil	15
1.3.	Breve história da feira em Itabaiana/SE	20
1.4.	A feira e o ensino de história	39
1.5.	Conexões da feira livre com os conteúdos/tema das aulas de história	45
1.6.	De volta ao passado e a reflexão a partir dos gêneros agrícolas.	45
1.7.	Do presente ao passado e a reflexão a partir do artesanato	47
1.8.	Do presente ao passado e a reflexão a partir da culinária	48
1.9.	A feira livre de hoje e a do passado: mudanças e permanências	50
1.10.	As operações da aprendizagem histórica e o ensino de história	50
1.11.	Tempo histórico no ensino de história	55
2.	Sequências Didáticas de História	58
2.1.	Sequência Didática: Feira: patrimônio cultural imaterial	59
2.2.	Sequência Didática: A embrionária feira na antiguidade	76
2.3.	Sequência Didática: Feira de ontem e as de hoje	100
2.4.	Sequência Didática: Quem abastece a feira de cada dia	117
2.5.	Sequência Didática: O primórdio da feira de Itabaiana	132
2.6.	Sequência Didática: A presença do negro(a) na feira de Itabaiana/SE	145
2.7.	Sequência Didática: Na feira, tem espaço para a cultura afro-brasileira?	161
2.8.	Sequência Didática: Os confrontos políticos serranos na República Velha que respingavam na feira local	178
2.9.	Sequência Didática: A feira aderiu ao mundo globalizado?	194
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	204
	REFERÊNCIAS	206

De professor para professor



Banca de fumo. Feira Municipal de Itabaiana-SE.
Foto: José Wilson Moura Santos, 22 de ago. de 2020.

O nosso objetivo com o caderno de sequências didáticas é apresentar para os professores do ensino de história SD para trabalhar em sala de aula determinados conteúdos/temas do ensino de história na Educação Básica (Ensino Fundamental – anos finais e Ensino Médio) tendo como objeto de estudo a feira.

As propostas seguintes, poderão ser usadas ou adaptadas com igual proveito nas aulas de história em determinados conteúdos/temas, como, por exemplo, o trabalho (homem, mulher, infantil), atividade econômica na Idade Antiga, Média e Pré-Colombiana, artesanato, industrialização, culinária, cultura popular, comércio no Brasil Pré-Colonial e Colonial, República Velha no Brasil, Globalização e outros temas que podem ser abordados a partir do olhar de cada um, a partir do potencial que é a feira para o desenvolvimento da aprendizagem histórica do aluno partindo do seu presente, de suas experiências e conhecimentos.

O interesse pela feira como recurso para aprendizagem histórica dá-se pela frequente relação dos alunos com a feira municipal que se dá nas quartas-feiras e, principalmente, aos sábados (o ápice da feira, haja vista que nos outros dias da semana não citados, mantém-se no espaço onde acontece a feira, feirantes comercializando seus produtos). Também, alunos e/ou familiares são consumidores e/ou feirantes, o que explica uma das razões do povo serrano ter a estigma de “comerciantes natos”.

Um dos atrativos da feira são os diversos produtos comercializados e sua grande variedade e preços bastantes atrativos. Sendo assim, tem uma grande visibilidade no estado sergipano e nos estados vizinhos, atraindo inúmeros consumidores e comerciantes varejistas das cidades sergipanas e dos estados circunvizinhos que vêm em busca dos produtos aqui comercializados. Em função disso e de outros fatores é considerada uma das mais importantes feiras da região nordeste.

É imperioso salientar que este produto não pretende se colocar como completo e acabado e, sim, livre para modificações, adaptações segundo as particularidades de cada professor e de sua turma. Ele é um pontapé inicial para o trabalho docente em sala de aula a partir de um evento econômico e cultural que está presente, acredito se não em todas, na maioria das cidades brasileiras.

O caderno de sequências didáticas se divide em duas partes: a primeira, consiste na apresentação, discussão da proposta metodológica, do tempo histórico, da feira como objeto no ensino de história, de um breve histórico sobre a feira no tempo histórico (no mundo, Brasil e Itabaiana) e das operações da aprendizagem história. A segunda parte, é dedicada as sequências didáticas que estabelece conexões entre a feira (objeto de estudo) conteúdo/temas

do currículo da disciplina de história em diferentes anos/séries do Ensino Fundamental dos anos finais e no Ensino Médio.

A feira, portanto, é um evento que acontece em dia fixo para onde converge feirante, consumidores, visitantes, curiosos que ao longo do dia se dá o entrelaçamento que ocorre trocas culturais, aprendizados, ensinamentos que confundem e/ou se misturam com seus coloridos, sons, sabores, cheiros, frenético vai-e-vem dos frequentadores, costumes, culturas, experiências, encontros e desencontros. Essas manifestações e outras tantas, impulsionam as diversas ciências a voltarem seus olhares sobre esse milenar evento.

Feira, história, ensino e tempo



LOBO, João Teixeira. Talho de Carne Verde, na Praça da Matriz: década de dez do século XX. In: **Álbum de Itabaiana**. Org. Vladimir Souza Carvalho; Robério Barreto Santos. Itabaiana: [s.n.], 2013, p. 60.

1.1. Síntese da história geral da feira

Desde os primórdios da humanidade que o ser humano estabelece relações comerciais que evoluíram ao longo do tempo. Inicialmente, os homens da pré-história estabeleceram relações de troca que se davam raramente. Para Harari (2020, p. 56), os caçadores-coletores praticavam um comércio que “era basicamente limitado a itens de prestígio como conchas, âmbar e pigmentos. Não há indícios de que as pessoas comercializassem itens essenciais como frutas e carne, ou que a existência de um bando dependesse da importação de alimentos de outro”.

Com a Revolução Neolítica, muita coisa não mudou. Persistiu a troca de produtos como dantes no Paleolítico. Com o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e das novas organizações sociais, a exemplo, tribos, cidades e civilizações, as trocas se intensificaram com a busca de produtos que não possuíam ou de melhor qualidade e de serviços especializados que lhes faltassem. Assim, do Neolítico em diante houve uma intensificação das trocas entre grupos sociais e, diante dessa crescente atividade e de volume, as mudanças não mais eram eficazes, o que favoreceu o fim do escambo e o surgimento do dinheiro.

A geração de produtos excedentes pelas comunidades pré-históricas suscitou o surgimento de trocas desses excessos, principalmente os agrícolas, por gêneros que lhe faltavam ou lhe eram escassos em vice-versa. Tal atividade comercial gerou as feiras e a comercialização dos produtos se dava por meio das trocas in natura, ou seja, produto por produto.

Na antiguidade a feira acontecia nas diversas civilizações. Estas trocas de produtos eram realizadas tanto pelas pessoas locais quanto por indivíduos distantes das quais participavam das transações das mercadorias. As primeiras referências sobre a feira foram encontradas na civilização mesopotâmica, na cidade-estado de Ur, onde as transações comerciais eram realizadas tanto ao céu aberto quanto no interior dos templos. A esse evento, deve-se ao desenvolvimento dos meios de transporte terrestres e aquáticos as condições para o escoamento da produção excedente de um local ao outro. Também, eram realizadas feiras nas antigas civilizações do Egito, Hebreus, Grécia, Roma entre outras.

As trocas no Egito Antigo eram realizadas em mercados - espaços físicos - ao ar livre (mryt), que geralmente se localizavam nos bancos às margens do Nilo, ou de casa em casa. A grande maioria dessas transações era realizada verbalmente, com a presença de testemunhas, mas as trocas também podiam ser registradas por escrito. Quando um objeto de valor

estava sendo negociado, ou quando um dos contratantes se sentia inseguro quanto às garantias do contrato, era costume tratar a convenção como um ato jurídico, registrando-a por escrito, através do auxílio do conselho local ou de um escriba. (PELLINI 2002, p. 150).

A feira se consolida na Idade Média, mantendo até hoje algumas características medievais, acontece em uma grande área aberta e com uma enorme diversidade de produtos que eram comercializadas no sistema de varejo.

As trocas de produtos eram realizadas em locais que inicialmente podem ser associadas a praças de comércio que foram posteriormente chamadas feiras. Estas, no medievo surgiram da necessidade da troca de produtos agrícolas que foram os primeiros objetos que marcaram a fase inicial da atividade comercial das feiras.

As feiras só surgem na Idade Média, com a expansão do comércio em função do crescimento dos excedentes agrícolas de uma economia de caráter feudal. Emergem como suporte aos mercados regionais, com a finalidade de abastecimento local. Antes disso, percebe-se que a economia feudal tinha um caráter essencialmente agrícola e intra-feudo, com pouco desenvolvimento das relações comerciais e pouca utilização de capital (ARAÚJO, 2011, p. 63).

Essas trocas eram realizadas de forma periódica e em virtude da necessidade de determinados produtos que lhes faltavam atraía consumidores e feirantes de localidades próximas e distantes para os locais onde aconteciam de forma irregular, ou seja, não havia data fixa para a realização das mesmas.

Uma das razões para essa irregularidade se deve ao fato que nas feiras se desempenhavam

as trocas eram realizadas por sujeitos de diferentes lugares, com seus diversos produtos. Havia a necessidade de mobilidade dos feirantes para a efetivação das trocas, e por esse motivo, as feiras constituíram-se em eventos itinerantes, que oportunizaram o surgimento de povoados circunvizinhos ao locus de trocas. Nestes lugares estratégicos eram realizadas feiras em que os mercadores armavam tendas, os cambistas trocavam moedas, artesãos fabricavam, expunham e vendiam seus produtos (BERNARDINO, 2015, p. 37).

Entre as razões, podemos citar a falta de uma procura constante dos produtos comercializados pelos mercadores e a precariedade dos meios de transporte terrestre e aquáticos. Dificultando assim, o desenvolvimento dessa atividade de forma lenta.

As feiras constituem os primórdios das atividades comerciais humanas. Caracterizavam-se pela troca entre produtores que possuíam produtos excedentes em determinadas regiões por outros bens também excedentes em outras regiões, resultantes de uma economia agrícola para o autoconsumo. De fato, a forma mais simples de circulação espacial nasce quando a cidade retira o produto excedente de uma hinterlândia agrícola (Ibid, p. 36).

Os primeiros registros sobre a atividade das feiras na Idade Média revelam que estas se davam em dias de comemorações religiosas como romarias, peregrinação, páscoa, natal, Corpus Christe (Corpo de Deus) e nos domingos, principalmente. Portanto, existia uma ligação muito próxima entre a realização das feiras e os eventos religiosos já que as mesmas se davam ao lado das igrejas onde nesse período se concentravam um grande número de pessoas, facilitando assim, a execução da atividade comercial.

Entre os pontos de partida que reacendeu a atividade comercial no medievo, estão as Cruzadas. Sobre estas Huberman, diz que

Elas ajudaram a despertar a Europa de seu sono feudal, espalhando sacerdotes, guerreiros, trabalhadores e uma crescente classe de comerciantes por todo o continente; intensificaram a procura de mercadorias estrangeiras; arrebataram a rota do Mediterrâneo das mãos dos muçulmanos, e a converteram, outra vez, na maior rota comercial entre o Oriente e o Ocidente, tal como antes (1981, p. 30).

Estas necessitavam de provisões para a caminhada em direção ao oriente e os mercadores os acompanhavam para fornecer-lhes o que precisar. Nas cidades italianas que abrem o mercado europeu para os produtos orientais por dominarem o comércio estabelecido no mar Mediterrâneo e no continente.

Conforme que as atividades comerciais se tornavam mais necessárias, os produtores, feirantes e consumidores sentiram a necessidade de escolher em um dia ou mais da semana para realizarem as feiras. A partir das necessidades de cada localidade no medievo, os dias escolhidos eram os de descanso ou os dias de festas religiosas devido à reunião de numerosas pessoas nas igrejas.

A consolidação da feira na Europa se deu a partir do século XI, quando acontecia o Renascimento Comercial e Urbano que ocasionou no processo de surgimento das cidades (os Burgos), que conseqüentemente elevou o número populacional graças ao crescimento da atividade comercial. Nesse ínterim, que a feira se tornou uma atividade comercial importante.

Na medida em que a produção agrícola foi ganhando sofisticação nos feudos, o excedente passou a ser comercializado nas cidades durante as feiras. As trocas comerciais realizadas nos centros urbanos possibilitaram a padronização dos meios de troca e atuaram de maneira decisiva na superação do modelo feudal. Realizadas estrategicamente em áreas onde rotas comerciais se cruzavam, as feiras ainda estimularam a criação de uma estrutura bancária que regulasse o câmbio e a emissão de papel-moeda (BERNARDINO, 2015, p. 36).

A feira ao passar do tempo se tornou uma atividade predominantemente urbana e, assim, estimulou o crescimento das cidades que passou a ter locais definidos para a sua realização. Então, comerciantes, artesãos, trabalhadores diversos ligados indiretamente às feiras se estabeleceram nas cidades e, conseqüentemente, gradualmente a população crescia, enquanto as bases do sistema feudal arruinavam.

As cidades aumentaram o volume de atividade comercial, com o surgimento e ampliação do número de lojas de diversas especialidades. Estas iniciavam as suas atividades em torno ou próximas às feiras. Além disso, espalhou-se por toda a Europa e pelo mundo, levada pelos europeus que a implantou aos seus moldes nos diversos territórios conquistados nas grandes navegações. Este foi o caso da feira no Brasil, permitida pela Coroa Portuguesa o seu funcionamento a partir do século XVI.

1.2. Fragmentos da história da feira no Brasil

Antes da autorização do funcionamento de feiras no Brasil pela Coroa Portuguesa, temos relatos de cronista europeu sobre uma atividade de troca de produtos entre tribos nativas das terras brasileiras para suprir a falta de determinados mercadorias de uso biológico e social. Essa produção excedente para o escambo era ínfima, sabendo que o que eles produziam era para consumo interno e não tinha caráter nenhum de obtenção de lucro. Segundo Mott, “O comércio intertribal se limitava à troca silenciosa de alguns bens raros ou de luxo, tais como certas pedras verdes e plumas de aves destinadas ao adorno corporal” (1976, p. 82). De acordo com Jean de Léry, a troca entre tribos indígenas davam-se dessa forma:

Como não têm nem querem ter comércio com os franceses, espanhóis e portugueses, nem com outros povos transatlânticos, ignoram em que consistem as nossas mercadorias. Entretanto, conforme vim a saber de um intérprete normando, quando seus vizinhos os procuram e eles concordam em atendê-los, assim procedem: o margaiá, o caraiá, ou o tupinambá (assim se chamam as nações vizinhas), sem se fiar no uetacá mostra-lhe de longe o que tem a mostrar-lhe, foice, faca, pente, espelho ou qualquer outra bugiganga e pergunta-lhe por sinais se quer efetuar a troca. Em concordando, o convidado exhibe por sua vez plumas, pedras verdes que coloca nos lábios, ou outros produtos de seu território. Combinam então o lugar da troca, a 300 ou 400 pés de distância; aí o ofertante deposita o objeto da permuta em cima de uma pedra ou pedaço de pau e afasta-se. O uetacá vai buscar o objeto e deixa no mesmo lugar a coisa que mostrara, arredando-se igualmente, a fim de que o margaiá ou quem quer que seja venha procurá-la. Enquanto isso se passa são

mantidos os compromissos assumidos. Feita, porém a troca, rompe-se a trégua e apenas ultrapassados os limites do lugar fixado para a permuta procura cada qual alcançar o outro a fim de arrebatá-lhe a mercadoria. E parece-me inútil dizer quem leva a melhor o mais das vezes, sendo os uetacá como se sabe excelentes corredores. Não devem, portanto meter-se em negócios com esses selvagens, os coxos, os gotosos, os mal empenhados de qualquer espécie que tenham amor aos seus bens (1961, p. 63-64).

Inicialmente intransigentes, como afirmou Jean de Léry, tribos indígenas também iniciaram as trocas com os portugueses. Além das trocas silenciosas que eram realizadas entre as tribos brasileiras, estas passaram também a realizar com os colonizadores a prática do escambo. Dessa forma, os portugueses passaram a trocar objetos, adornos, tecidos, ferramentas de trabalho, bugigangas e outros produtos pelo pau-brasil, principalmente. A madeira dessa árvore seria comercializada na Europa. Não só os portugueses iniciaram as trocas com diversas tribos indígenas nativas do Brasil, mas também, espanhóis e franceses, por exemplo.

Desde o início, os portugueses – estimulando as trocas – recebiam dos indígenas artigos exóticos como penas e adornos manufaturados com penas e palhas, animais coloridos e estranhos à fauna europeia, exuberantes como os araras, papagaios, jandaia e periquitos. Depois foram “comercializados” produtos que serviam de matéria-prima para ser beneficiado na Europa, como o pau-brasil (corante natural), além de pequena produção de farinha e algodão, cultivados nos aldeamentos. Os produtos eram trazidos à praia, levados às feitorias ribeirinhas ou entregues às mãos dos próprios atravessadores para serem despachados nas naus a Portugal (SOUZA, 2010, p.41).

A medida que se dava a ocupação do território brasileiro e o crescimento da necessidade de produtos para garantir a permanência dos colonos no Brasil, a Coroa Portuguesa, autorizou a implantação de feira em sua Colônia, seguindo o modelo português. Entretanto, aqui no Brasil a feira moldou-se a realidade local. Assim, a sua realização, organização e prática tomou feições próprias, já que em Portugal a feira se designa como “uma grande reunião comercial e regional, realizada por norma com grandes intervalos de tempo, o mercado é o local destinado ao abastecimento local. No Brasil, o termo feira designa grandes ou pequenas reuniões comerciais, realizadas ao ar livre” (RODRIGUES, 2013, p. 23; ARAÚJO, 2011, p. 84).

A autorização para a realização da feira no Brasil, segundo Menezes, se deu no ano de 1548, pelo rei português D. João III, como está evidente no Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil, onde ordenava:

E assim ordenareis que, nas ditas vilas e povoações, se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, feira, a que os

gentios possam vir vender o que tiverem e quiserem, e comprar o que houver mister; e assim ordenareis que os Cristãos não vão às aldeias dos gentios a tratar com eles, salvo os senhorios e gente dos engenhos, porque êstes poderão em todo o tempo tratar com os gentios das aldeias que estiverem nas terras e limites dos ditos engenhos²³.

A permissão para a realização de feira no Brasil tem como propósito o de “provocar a concentração de mercadorias nativas a serem exportadas para a Metrópole” (MOTT, 1976, p. 84). Essa autorização se deve ainda, de acordo com Pinto e Moraes, a necessidade dos colonos em adquirirem produtos alimentícios e garantirem a comercialização dos excedentes do que produziam (apud SILVA, 2015, p. 54).

No Brasil colônia, as trocas de produtos eram efetivadas para atender às necessidades básicas da população e davam-se entre as comunidades circunvizinhas. À partir da demanda de comércio/exportação, apresentada pelos portugueses, as atividades de trocas concentraram-se nos produtos tropicais e metais preciosos, a fim de suprir o mercado internacional (ALMEIDA, 2009, p. 25).

Conforme Dantas, a postura da Coroa Portuguesa no Brasil era o de exportar a produção dos colonos e falta de investimentos em gêneros agrícolas para abastecer as cidades e vilas que serviam de armazém e posto de embarque de gêneros agrícolas em virtude da priorização dada ao açúcar (apud ALI, 2013, p. 18).

Contudo, só em 1732 que se teve informação oficial da realização de feira no Brasil, “a feira de Capoame, localizada no Recôncavo Baiano”, sendo está uma feira de gado, conhecida como ‘feira de gado’, enquanto que, as feiras destinadas a comercialização de alimentos foram conhecidas como ‘feira Franca’. (MOTT, 1976, p. 85; TEVISAN, apud FERREIRA, 2017, p. 24; DANTAS, apud ALI, 2013, p. 18).

A falta de referências à feira anterior aos séculos XVI e XVII no Brasil Colonial pode ter sido em virtude de a população local viver em lugares pequenos e voltados ao comércio agrícola, falta de consumidores e a ausência de uma diversificação econômica da colônia (MOTT, op. cit., p. 5).

Para Mott, uma das hipóteses para a falta de referências a realização das feiras no Brasil, deve-se provavelmente em virtude da pequena população colonial e a falta de diversificação econômica, que só se dará mais tarde. Em suas palavras: “embora a idéia das

²³ **Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil, Almerim, 17/12/1548.** Lisboa, AHU, códice 112, fls.1-9, p.5.
Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5523820/mod_resource/content/1/2.%20Regimento%20do%20Governo-Geral%20%28Tom%C3%A9%20de%20Souza%29%2C%201548.pdf>. Acesso em: 30 de mar. de 2021.

feiras se enraíze nos primórdios da vida brasileira, sua emergência provavelmente só se consubstanciará mais tarde, quando do maior desenvolvimento demográfico e da diversificação econômica da Colônia “ (MOTT, apud Santos, 1976, p. 6).

A maioria das feiras no Brasil Colonial se dava de forma irregular e uma vez por semana nas povoações, vilas e cidades de modo a abastecer os colonos de produtos para as suas necessidades. Entre os produtos comercializados nesse período, estão os gêneros agrícolas, entre eles, as frutas, hortaliças, farinha de mandioca, artigos artesanais como os feitos de couro, barro, palha e madeira. Também eram comercializados bordados e rendas, comidas típicas e ervas medicinais (COSTA, 2016, p. 51). A atividade que se davam para abastecer a população com produtos de sua necessidade se davam por

algumas agências que se encarregavam do pequeno comércio: lojas, vendas, tavernas, boticas, estalagens, açougues, casas de pasto, tendas, casas de negócio, quitandas. Os proprietários de tais estabelecimentos aparecem referidos nos documentos da época, sob diferentes denominações: taverneiros, marchantes, vendilhões, mercadores, mercadores a miúdo ou a retalho, caixeiros, comissários volantes, negociantes, lojistas (Idem, 1976, p. 87).

As mercadorias no Brasil Colonial, destinadas à comercialização em feiras, como para outros fins comerciais eram transportadas em vias terrestres e aquáticas que eram bastantes precárias e, além disso, tinham que enfrentar os constantes perigos de roubo e violência em seu percurso.

À medida que o povoamento penetrava em direção ao interior, aumentava a necessidade de melhorar o sistema de transporte, de criar uma rede de caminhos e estradas que facilitassem as trocas. Aos poucos, foram se estabelecendo roças, estalagens e arraiais junto às estradas que se abriam, os quais serviam de abrigo para os viajantes ao longo da jornada e de pasto para os animais. As autoridades das diversas capitânias e as Câmaras das vilas próximas editavam bandos ou posturas que procuravam manter os caminhos em boas condições de tráfego e em relativa segurança, pois disso dependia o abastecimento dos núcleos urbanos do interior (FURTADO, 2000, p. 46-47).

Aliada a situação de perigo e precariedade das vias de transporte, a feira no Brasil não se desenvolveu entre os séculos XVI e XVII devido aos engenhos de açúcar produzir o que era necessário para a manutenção da casa dos senhores açucareiro e das senzalas. Os produtos que eram necessários e não eram produzidos nos engenhos de açúcar, vinham da metrópole (COSTA, 2016, p. 48).

Além de certa autossuficiência dos engenhos de açúcar, os trabalhadores que neles trabalhavam assalariados, muitos não recebiam em dinheiro e sim, trocavam a sua mão-de-obra por produtos dos barracões do engenho.

A feira só se tornou permanente e importante atividade comercial, com mais variedades de produtos e dinâmica com o crescimento populacional, a saída das grandes famílias de suas propriedades rurais para residirem em suas casas na cidade, por sua urbanização, do seu desenvolvimento e do apoio das autoridades públicas.

Também, a feira tornou-se presente nas cidades ao passo que o Brasil implementava as atividades indústrias e a modernização desse setor ao longo do tempo, atraindo tantas pessoas do campo para a cidade. Além disso, motivada pelo aumento do número de lojas comerciais e o crescimento dessa atividade, fundação de bancos, modernização do setor agrícola, entre outras melhorias.

O Brasil também passou por um desigual processo de modernização entre suas regiões. Os equipamentos de consumo moderno nas regiões Sul e Sudeste exerceram uma importante força sobre as regiões e as cidades, dando-lhes novas configurações; enquanto que no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, somente anos depois, ocorreu a mesma reestruturação econômica. De uma maneira geral, o processo crescente de modernização no país permitiu uma verdadeira e desigual forma de consumo nas grandes cidades de todas as regiões. A feira livre absorveu esse reflexo apresentando características específicas entre suas regiões. Mesmo considerando as raízes socioculturais que movem as feiras, a reestruturação econômica afetou direta ou indiretamente, de modo positivo e negativo, cada experiência regional dessa natureza (COSTA, 2016, p. 54-55).

Especificamente no nordeste do Brasil, a feira se desenvolveu em função do comércio de gado. Desse comércio que crescia a largos passos a partir do século XVIII, surgiu ao redor de onde se realizavam as povoações que com o seu desenvolvimento comercial e populacional elevou-se com o tempo a vilas e hoje as diversas cidades nordestinas. Além disso, também favoreceu o surgimento de outras atividades laborativas, comerciais e encontros de pessoas das diversas localidades da região (DANTAS, 2007, p. 73; SANTOS, 2012, p.102–103).

A presença de gado no interior do Nordeste, deveu-se a sua expulsão da área litorânea para maior aproveitamento das terras em benefício a lavoura canavieira. Então, a pecuária expulsa, passou a ocupar espaços que não eram interessantes a produção de açúcar por parte dos colonizadores que por volta de dois séculos mantiveram-se na faixa litorânea da colônia brasileira.

O gado foi responsável pela ocupação e desenvolvimento do interior nordestino. Muitas cidades, vilas e povoações surgiram a partir das paradas e pontos de apoio ao vaqueiro

e sua boiada. Também, em função da comercialização do bovino que levou ao início de aglomerações de pessoas interessadas na compra e venda desse animal, que a partir daí estimulou o desenvolvimento do interior a partir das feiras.

Na formação socioeconômica do Nordeste, as feiras livres foi um dos elementos que desempenharam e ainda desempenham uma grande importância, sobretudo por serem uma fonte de comercialização da produção, principalmente agrícola, e de outros produtos de abastecimento geral de parcela significativa da população, que vive nessa região. Isso é perceptível, em função de outros fatores, quando observamos a dinâmica socioespacial que se configura na cidade que realiza feira(s) livre(s) (SANTOS, 2012, p. 102).

Enquanto a atividade pecuária se desenvolvia a largos passos no interior nordestino, mantinha-se preponderante a atividade agrícola, desenvolvia-se, pequenas atividades comerciais de insumos necessários à agricultura, a pecuária e de utensílios diversos para suprirem as necessidades locais. Além disso, nos locais dessas atividades comerciais, principalmente as feiras de gado, gradualmente se concentravam pessoas que construíam suas casas, iniciando uma povoação que ao longo do tempo se constituiriam cidades.

Essa dinâmica econômica que teve como uma das suas atividades a pecuária no Nordeste se deu também, com suas peculiaridades, no estado sergipano que no final do século XVI passou ao controle do colonizador efetivamente com a dita conquista em 1590 por Cristóvão de Barros e seus comandados.

Sergipe, assim como os outros estados do Nordeste, teve como uma de suas atividades econômicas a pecuária. Ao lado dessa atividade, desenvolvia-se também a produção agrícola de cana-de-açúcar, algodão e produtos de subsistência.

1.3. Breve história da feira em Itabaiana/SE

Cristóvão de Barros e seus comandados inicia em 1590, a partir da ordem do rei espanhol Felipe II, a conquista e colonização da futura Capitania de Sergipe. Segundo Nunes (1989, p. 26),

tornava-se inadiável o problema sobre pressão de vários fatores, como assegurar a comunicação terrestre entre Bahia e Pernambuco, só possível subjugando os nativos; desalojar os franceses do litoral, eliminando o forte concorrente dos produtos extrativos coloniais nos mercados europeus; proteger a colonização das margens dos rios Itapicuru e Real dos freqüentes ataques dos índios sergipanos; obter mão-de-obra barata que, com a justificativa de guerra justa, poderia ser obtido, atendendo, assim, à exigência de braços solicitados pelo crescimento dos engenhos do Recôncavo baiano.

Da fundação da primeira capital de Sergipe, São Cristóvão, Barros tomou outras medidas para a concretização da colonização e, entre elas, a distribuição de sesmarias para aqueles que lhe ajudaram na conquista como recompensa e a outro que pudessem dar cabo a ocupação e desenvolvimento da mesma.

Entre as primeiras sesmarias distribuídas por Cristóvão de Barros em 1590, estão as terras que originaram a cidade de Itabaiana, doadas a Ayres da Rocha que segundo Travassos estava entre “o dito rio Japarutuba e o de Sergipe, excetuando-se as terras dos aldeamentos” (2004, p. 33). As demais sesmarias doadas no território de Itabaiana se dão ao longo do século XVI em diante.

A primeira povoação que originaria a cidade serrana foi conhecida com Arraial de Santo Antônio que seria posteriormente conhecida como Igreja Velha localizada

em torno do rio Jacarecica, onde os colonos erguem casas em suas propriedades, umas próximas as outras, para poderem permanecer unidos [...]. É o colono desse arraial o que planta a semente a germinar na povoação que, em breve, receberia o nome de Itabaiana, nome, aliás, da região. É esse, portanto, que prepara, via do Arraial de Santo Antônio, os alicerces para o aglomerado humano a se transformar em a futura vila de Itabaiana, no local onde, hoje, a sua sede urbana se encontra” (CARVALHO, 2009, p. 82-83)

Da formação do Arraial de Santo Antônio até a elevação de Itabaiana a vila, só se tem conhecimento das notícias acerca da “descoberta do ouro e prata” difundidas por Belchior Dias Moreira, proprietário de fazenda de criação de gado na região. Contudo, foi em pouco tempo, descoberta a “farsa” sendo por isso, o mesmo preso e obrigado a indenizar o erário português. No povoado Igreja Velha, outrora Arraial de Santo Antônio, resta apenas as ruínas da primeira capela do município em abandono.

A feira em Itabaiana nasce nas primeiras décadas do século XVII em Itabaiana, provavelmente tenha acontecido de forma bastante simples, devido à presença de criadores de gado, os curraleiros²⁴ e a presença de ínfimos prováveis mineradores. Portanto, “a feira nasce basicamente com o estado sergipano e com Itabaiana, já que foi povoada, assim como quase todo o Agreste, em função da criação do gado, do cultivo do algodão e outros cereais” (FIRMINO, 2016, p. 153).

Em função da primeira razão da origem da feira serrana, já existia uma pequena aglomeração humana no local denominado Arraial de Santo Antônio (hoje, Povoado Igreja

²⁴ “São propriamente as dadas de terras, casaes, ou pardieiros, que foram, ou são de alguns Senhorios, e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas, e agora o não são” (Ordenações Filipinas, 2004, p. 822).

Velha) e em encargo do número de residentes e de sua importância foi ereta uma Capela em sinal da forte religiosidade dos colonos.

A pecuária em Itabaiana se insere em contexto maior, o da difusão da criação de gado no Nordeste que foi preponderante tanto para a formação de feiras de gado e, conseqüentemente a fundação de cidades. Segundo Dantas (2008, p. 91)

ao comércio de gado que se disseminava pelo interior nordestino naquele momento. Este comércio só se estabeleceu, pois, como a atividade criatória foi a grande responsável pela ocupação do interior nordestino ainda no século XVII, inúmeros núcleos se estabeleceram ao longo dos “caminhos de gado”, o que influenciou a formação das praças de mercado e das feiras livres como conhecemos atualmente.

Itabaiana foi escolhida como área para a criação de gado por estar entre serras, servindo de cerca natural ao gado que era criado solto e, também, por ser passagem entre a Bahia e Pernambuco (BISPO, 2013, p. 67).

Interesses particulares do Padre Sebastião Pedroso de Góis e aproveitando-se da lenda de “Santo Antônio Fújão”²⁵, provavelmente ele e alguns serranos que compartilhavam de seus interesses criaram e aproveitaram da forte religiosidade do serrano para vender a Irmandade das Santas Almas do Fogo do Purgatório o seu sítio que situava no local chamado Caatinga de Ayres da Rocha, para onde anos depois seria construída uma Igreja em honra a Santo Antônio e conseqüentemente, iria se concentrar nesse local a população serrana.

Tempos depois, o novo povoamento foi elevado a freguesia a 30 de outubro de 1675, demonstrando sua importância a princípio, para a Religião Católica.

A criação da freguesia era um sinal evidente de que o Arcebispado do Brasil via futuro na região, sobretudo quando dotada de uma irmandade, esta possuía um terreno para nele se edificar uma igreja. A semente plantada com a aquisição do imóvel frutificaria melhor sob a capa da freguesia. O poder religioso chega antes do poder político, com força suficiente para, ao escolher o lugar onde a igreja seria edificada, fixar, de forma indireta, o centro do núcleo habitacional futuro (CARVALHO, 2009, p. 125).

A freguesia se desenvolvia lentamente, poucos moradores, uma vida simples. A maioria continuava residindo no campo, sendo assim, a agricultura sua principal atividade econômica e a pecuária entraria em decadência após a Rebelião dos Curraleiros²⁶.

²⁵ LIMA JÚNIOR, F. A. de Carvalho. **Monografia histórica do município de Itabaiana**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, v.2, n.4, 1914. p.136-137.

²⁶ BISPO, José de Almeida. **Itabaiana, nosso lugar: quatro séculos depois**. Aracaju: Infographics, 2013, p. 68-69.

Depois de vinte e dois anos de freguesia de Itabaiana, a Coroa Portuguesa a eleva a categoria de vila em 1698²⁷. Sendo, ao lado de Lagarto e Santa Luzia, as primeiras vilas do Estado de Sergipe. Entre os fatores para tal decisão, o interesse da mesma na arrecadação de impostos e tributos sobre as atividades econômicas para os cofres reais. Já que como povoado estava isenta. Portanto, renderia aos cofres da Capitania e aos da Fazenda Real os impostos sobre os “talhos de carne, nas feiras e no comércio” (CARVALHO, 2009, p. 135).

Nos fins do século XVII, a feira livre era realizada na Praça da Matriz onde foi edificada a igreja de Santo Antônio e Almas de Itabaiana. Sendo realizada no lado oposto da praça onde se situava a dita igreja, ou seja, à feira era em “um lugar mais distante, embora ainda dentro da praça, ou seja, do outro lado” (Idem, 2009, p. 173). Nela, eram abatidos poucos animais entre bois e carneiros, já que era ínfima a população. Além disso, eram comercializados produtos excedentes das lavouras dos serranos (hortaliças, verduras, por exemplo), farinha da mandioca, artigos artesanais por eles confeccionados como redes, entre outros produtos.

O desenvolvimento da vila de Itabaiana foi bastante lento até meados do século XIX. Entre as causas estão: a falta de água, sociedade rural ao seu redor, presença de índios, negros foragidos, localização no centro da Capitania e grande extensão territorial (Ibid., 2009, p. 151). Devido principalmente, a falta de água, a maioria da população morava em suas propriedades rurais, vindo a vila apenas quando necessário ou durante as festas religiosas. Sendo assim, esses mantinham casas no centro urbano apenas para esses eventos. Nessa situação, apenas poucos eram os moradores na vila, aqueles que não tinham condições financeiras para adquirir uma propriedade rural.

A atividade comercial também sofria as consequências da falta de água, sendo sua atividade muito diminuta e pouco expressiva. Logo, a feira, atividade comercial preponderante desse período, chegava a só acontecer nos dias de domingos e quando a população local da zona urbana se via em grande necessidade (Ibidem, 2009, 155–156).

Durante o período de Itabaiana vila e após a sua elevação a categoria de cidade, os feirantes, que em sua maioria era formada por pequenos agricultores (que produziam em suas propriedades rurais, mandioca, milho, arroz e feijão) e criadores de animais (bovinos, caprinos, suínos e aves domésticas) não tinham abrigo para proteger seus produtos que seriam

²⁷ “A instalação da vila de Itabaiana é uma decorrência da Portaria de D. João de Lancaster, de 20 de outubro de 1687 encaminhada ao Dr. Diogo Pacheco de Carvalho, primeiro ouvidor de Sergipe. Onze anos após a Portaria ou seja 1698 nasceu a vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana” (SANTOS, 1984, p. 26).

comercializados, ou seja, eram expostos ao calor do dia ou as chuvas durante todo o tempo que comercializavam o fruto do seu trabalho no campo. Além desses produtos, eram comercializados panos de algodão grossos que provavelmente eram vendidos na feira de Itabaiana e também noutros locais do estado sergipano e além fronteiras²⁸, farinha de mandioca, açúcar, produtos cerâmicos (potes, por exemplo), entre outras mercadorias. De acordo com Menezes (2010, s/n), “os itabaianenses do século XIX comercializavam nas mais importantes feiras da Província de Sergipe (Laranjeiras, São Cristóvão, Maruim, Propriá), Bahia, Ceará e Pernambuco”.

No XIX, Itabaiana crescia em população e comercialmente, fato perceptível pelo aumento do número de estabelecimentos comerciais e em função do crescimento da comercialização de produtos se deu a criação do mercado municipal na Praça da Igreja para melhor acomodar tantos os feirantes como os consumidores na compra de

Carnes (frescas de boi ou de vaca, seca, do sol, de porco, de carneiro) mariscos (peixes, bacalhau, caranguejo), cereais (farinha, arroz, milho), açúcares, café, sabão, fumos em rolo e em retalhos, bebidas alcoólicas, principalmente cachaça, e trabalho de couro, flandres, ferro e latão (SANTOS, 1984, p. 134).

O açougue municipal foi “... erguido no canto, onde hoje é a sede da Prefeitura e se constituía de pau a pique, pequeno e abafado, cabia poucas pessoas. Desse modo, a maioria ficava fora embaixo das árvores ou de barracas. Os mais velhos, ficavam no mercado. Toda a feira era então realizada ao ar livre” (CARVALHO, 2000, p. 34). Com o crescimento desta, o mercado “passou a ocupar um sobrado, que ficava no meio do quarteirão” (Idem, 2009, p. 177).

Em função da crescente oferta de produtos na feira de Itabaiana e a falta de espaço e local para acomodar as suas barracas após o seu término, os feirantes serranos comercializavam suas mercadorias “em botecos confeccionados com varas e esteiras. Assim se procedia por facilitarem a tarefa de desarmamento tão logo a feira fosse encerrada, no final da tarde. A limpeza de toda a área utilizada ocorria no dia subsequente à vista de um fiscal” (SANTOS, op. cit., p 134).

A feira ao longo do século XIX e início do XX, não foram acompanhados de melhorias na higiene nem durante a realização da feira e tampouco após a execução da

²⁸ “São industriosas as mulheres de Itabaiana; suas grosseiras manufaturas constituem o principal comércio de seus maridos e toda a vantagem de seus paíes. Levam os itabaianistas para os sertões altos vinte mil varas de pano de algodão, que se reputam em valor metálico dez mil cruzados” (SOUZA, 2005, p. 60).

mesma. Ainda, segundo Santos, além da feira aos sábados na Praça da Matriz, eram realizadas outras mais e no mesmo dia “no povoado de S. Paulo e as sextas na freguesia de Campo do Brito e nos povoados de Pedra Mole e Olaria, também chamado por Olhos d’Água dos Cavalos” (1984, p. 134).

Noutra passagem, Carvalho descreve que:

Do lado da feira, não havia grama, dada a presença constante, em número crescente, dos feirantes, das barracas e dos cavalos que ali faziam parada durante todo o dia de feira, movimentação semanal que não permitia a vegetação crescer. Os restos de carne podre, ao lado do mercado e do açougue, atraíam sempre urubus (2009, p. 176).

Em 28 de agosto de 1888, Itabaiana deixou de ser vila sendo elevada à categoria de cidade. A mudança que não alterou em nada a rotina do povo e tampouco os deixou eufóricos. “A população itabaianense é que não sentiu de imediato os efeitos da mudança e nem vibrou com a emancipação política” (CARVALHO, 1973, p. 58). Noutra obra, Carvalho afirma que

a mudança de vila para cidade ocorria sem nenhuma transformação física e estrutural [...]. Apenas perdia o vestido simples de vila para ganhar roupa de cidade, situação que não agradava a ninguém, porque, mesmo sendo cidade, permanecia vila, dada a ausência de qualquer obra que justificasse a transformação (2000, p. 25).

Sobre os frequentadores da feira nas duas últimas décadas do século XIX, Fraga Lima, citado por Carvalho, descreve os trajes dos homens itabaianenses que para época eram totalmente atrasados. Eram roupas de algodão feitas nos teares caseiros, totalmente de forma artesanal. Vestiam-se de celouras e camisas compridas (2000, p. 39). Também, era comum, os cidadãos do campo virem a feira, na primeira década do século XX, fazendo o uso de chapéu de couro (Notícias do jornal impresso “O Estado de Sergipe”, citado por Carvalho, 2000, p. 330-331).

A feira de Itabaiana, desde o século passado não se resumia a apenas a atividade comercial. Muitos serranos iniciaram seu namoro que se findou em casamento com as tímidas trocas de olhares e, dependendo do status, poder aquisitivo e o conhecimento da família mútuo, um namoro e até um futuro casamento (Idem, 2000, p. 26).

Entre as poucas mudanças ocorridas na cidade serrana, temos a criação da Praça Santo Antônio e contínua disputa política entre grupos políticos pelo mando da cidade praticamente durante toda a Primeira República em Itabaiana, os Cabaús e os Pebas²⁹.

²⁹ Na Primeira República (1889 – 1930) teve dois fortes grupos políticos oposicionistas: o partido Cabaús que representava os interesses dos senhores de engenho que tinha como líder político o padre Olímpio Campos (foi político do período monárquico, deputado provincial, governador e senador por Sergipe. E comandou os destinos

A feira se tornou palco dessa disputa política e de demonstração de poder e mandonismo dos interventores entre 1908 a 1927. As mudanças constantes do local da feira, provavelmente prejudicaram os feirantes e consumidores (o que é bem provável, haja vista as modificações contínuas não ter beneficiado a população e gastado o pouco que a cidade arrecadava).

Enquanto chefe dos Cabaús em Itabaiana e Intendente Municipal, o Dr. Manoel Baptista Itajahy transferiu a feira da Praça da Matriz para a Praça Santo Antônio, diante dos fortes protestos dos Pebas. Ele contava com a força policial e o apoio de seus correligionários. É provável, que a mudança da feira e a futura construção de um novo mercado teria um interesse econômico, haja vista o intendente e parte de seus apoiadores serem proprietários de lojas em frente a referida praça. Todavia, a conclusão da obra só se dá no governo do intendente João Rodrigues Pereira em 1903, porém, todo o mérito é dado a Dr. Itajahy, já que ele que mandava nos destinos da cidade e João Pereira apenas assinava os papéis.

A razão não se prendia a nenhum motivo de crescimento da cidade, nem de estratégia urbanística. Apenas os comerciantes pebas se localizavam, em maior número, na Praça da Matriz, enquanto que os comerciantes cabaús apareciam em maior escala na Praça S. Antônio, enquanto com um reforço importante: a farmácia de Itajahy ficava nessa praça, ao lado de sua casa. O tempo daria vitória aos cabaús, com a feira, de uma vez por toda, ficando no Largo Santo Antônio (CARVALHO, 2000, p. 299).

políticos de Sergipe até a sua morte). O outro grupo que fazia frente, era o partido Peba que representava os republicanos históricos, aqueles que propagaram e defenderam a implantação da República no Brasil; era composto em sua maioria por advogados, jornalistas, funcionários públicos, comerciantes, poetas e alguns proprietários de terra. Estes tinham como líder Fausto Cardoso que fora deputado federal (SANTOS; OLIVA, 1998, p. 74-75).



CUNHA, Miguel Teixeira. Mercado Municipal, na Praça da Feira, hoje Largo Santo Antônio: primeira década do século XX.. In: **Álbum de Itabaiana**. Org. Vladimir Souza Carvalho; Robério Barreto Santos. Itabaiana: [s.n.], 2013, p. 23.



ANDRADE, Percílio da Costa.. Mercado Municipal, na Praça da Matriz: década de vinte do século XX.. In: **Álbum de Itabaiana**. Org. Vladimir Souza Carvalho; Robério Barreto Santos. Itabaiana: [s.n.], 2013, p. 110.

Entretanto, com a queda política do Dr. Itajahy e a ascensão dos Pebas em Itabaiana, o novo mercado da Praça Santo Antônio (Hoje, Largo Santo Antônio) funcionou até 1918, e, para acabar com os sonhos de um possível retorno da feira para a Praça Santo Antônio, o mercado foi demolido.



CUNHA, Miguel Teixeira da. Ruínas do Mercado, na Praça da Feira, ano 1918. In: **Álbum de Itabaiana**. Org. Vladimir Souza Carvalho; Robério Barreto Santos. Itabaiana: [s.n.], 2013, p. 24.

Dessa forma, o líder do Pebas e Intendente Sebrão Sobrinho transferiu a feira para o seu local de origem, ou seja, a Praça Matriz, de onde pela vontade dos mesmos, não teria saído.

Novo mercado foi construído na Praça da Matriz, em frente à atual sede da Câmara Municipal. Para se diferenciar do outro, que tinha suas colunas quadradas, o de cá trazia colunas redondas. Até o detalhe separava e distanciava os pebas dos cabaús. Para a construção deste mercado, o outro, da Praça Santo Antônio, foi demolido, aproveitando-se o material de um para o outro (CARVALHO, 2000, p. 498).



Mercado dos Pebas. CUNHA, Miguel Teixeira da. Ruínas do Mercado, na Praça da Feira, ano 1918. In: **Álbum de Itabaiana**. Org. Vladimir Souza Carvalho; Robério Barreto Santos. Itabaiana: [s.n.], 2013, p. 24.

As alterações da localização da feira em nada contribuíram para o crescimento econômico do município. Só nos idos de 1927, quando uma nova administração livre das querelas dos dois grupos políticos assumiu a administração da cidade, definiu a Praça Santo Antônio, após a reconstrução do mercado demolido pelos Pebas, como local definitivo da feira. Segundo Carvalho as constantes mudanças da feira só findariam a partir de

1º de Abril de 1928, na administração de José dos Santos Queiroz, acabando definitivamente com a derrubada de mercados que pebas e cabaus, respectivamente, na defesa de seus interesses pessoais, patrocinavam. Ao intendente José dos Santos Queiroz o mérito de, finalmente, fixar, em definitivo, a feira na Praça Santo Antonio, com o início da edificação do Mercado Público atual. O anterior, da primeira década do século XX, dos tempos de Itajahy, foi derrubado. O da Praça da Matriz também. O novo Mercado era maior e mais amplo, com paredes e portas, completamente diferentes dos velhos mercados que dividiram pebas e cabaús (2000, p. 653- 654).

A conclusão desse novo mercado, intitulado Zezé de Bevenuto, coube ao então intendente Antônio Dutra de Almeida e, daí em diante, permaneceu no atual Largo Santo Antônio, antiga Praça Santo Antônio e, desse espaço estendeu-se por várias ruas da cidade serrana. Desde então, o comércio serrano fixou-se definitivamente nessa localidade.



Mercado Zezé de Bevenuto
Foto: José Wilson Moura Santos, 2021.

Na feira da segunda década do século XX eram comercializados produtos como: feijão, milho, farinha de mandioca, rapadura, coco, sal, frutas, fumo em corda, aratus, caranguejos, camarão, sola, cana-de-açúcar, café, animais (gado, cabrum, lanígero, suíno),

esteiras de tabúia ou preperi, inhames, louças vidradas, louças comuns, par de alforges, cadeiras, chapéu de couro, par de botas, rédeas, chicote ou rebengue, gualdrapa, manta de cabelo, sela de lã barriguda, lã de cana e outras, purrão, carrada de cal, carga de cal, massas, sabão, farinha de trigo, aguardente, etc. (Idem, 2000, p. 618-619).

A produção artesanal de Itabaiana era realizada no "Tabuleiro dos Caboclos ou Cruzeiro, posteriormente..." sendo uma produção familiar com a finalidade de ser comercializado na feira local.

Muito dessas moringas e/ou porrões eram utilizados para a venda de água que conservada nesses objetos a mantinham bastante fria e, deste modo, pronta para a comercialização, consequência das constantes secas que assolavam a cidade, despontava a atividade da comercialização de água que perdurou por muito tempo. Os mais abastados que possuíam cisternas em suas residências vendiam a água das mesmas diretamente aos feirantes e consumidores ou usam de intermediários para realizar tal comercialização (BISPO, 2013, p. 165).

Muitos desses feirantes de água, localizam-se as sombras da fábrica de beneficiamento de algodão conhecida popularmente como "Antigo vapor", que segundo Bispo (2013, p. 167)

foi fundado em 1940, auge da segunda onda do algodão, a 'Fábrica de Beneficiar Algodão São Luiz' chegou a operar com 120 por cento da capacidade para atender à demanda. Foi a segunda fábrica do gênero a sopro de ar, a única a resistir às idas e vindas da contonicultura sergipana. Seu prédio foi derrubado no mês de janeiro de 2009.



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/205271909509842/permalink/1847459005291116/>

Os vendedores de água com seus porrões cheios do precioso líquido, vendiam aos transeuntes, feirantes e consumidores; enquanto meninos com moringas percorriam a feira

gritando “quem quer água friinha”. As saudosas lembranças dos feirantes de água foram eternizadas pelos cordelistas serranos.

Pra beber água friinha
Só se desse num esbarro
Com os meninos da feira
Com a moringa de barros
Cheias d’água da Ribeira
Enchidas lá na torneira
Sem precisar vim de carro³⁰

Os feirantes de água desapareceram da feira diante da concorrência das águas engarrafadas e geladas. Agora só lembrados nas memórias daqueles que usavam os serviços dos feirantes de água ou dos próprios comerciantes que no calor do clima e da multidão recorriam aos feirantes da água.

Em franca expansão no século XX, a feira expandiu suas atividades sobre outras ruas e, diante da sua pujança, foi necessária a reforma de um antigo sobrado do Açougue Municipal, onde funcionava a antiga cadeia pública, o denominado Mercado de João da Volta. Todavia, com o passar do tempo, “estes dois mercados se tornaram pequenos e a feira se expandiu pelos largos Santo Antônio, José do Prado Franco e travessas adjacentes, ficando os dois mercados só para cereais no atacado e carnes diversas” (MENDONÇA, 2015, p. 65).



Mercado de carne João da Volta
Foto: José Wilson Moura Santos, 2021

³⁰ OLIVEIRA, apud MENDONÇA, 2015, p. 64.

No Largo José do Prado Franco, ao fundo do Mercado de carne João da Volta ficavam as barracas das comidas caseiras da feira. Todos que passassem pelo largo era inebriado pelo cheiro da comida das feirantes quem eram bastante diversificadas e correspondendo aos horários, já que serviam café da manhã e almoço aos feirantes, consumidores, visitantes. Entre o cardápio, destacamos: raízes cozidas (Inhame, macaxeira, batata, por exemplo); cuscuz; carnes (boi, porco, frango, bode, cabra assada ou cozida); sarapatel, buchada, farofa, arroz, feijão cozido e tropeiro, saladas, café, sucos de frutas, mugunzá, arroz-doce, pé-de-moleque, amarradinho ou moinho, entre outras receitas que fazem parte da dieta serrana.

Na feira de Itabaiana
Tem carne de boi e carneiro
De porco, bode e galinha
Do Nordeste brasileiro
Tem fussura prá dedéu
Jabá e sarapatel
E linguiça no braseiro

Tem farofa de cenoura
Carne frita e carne assada
Também a carne do sol
Naturalmente salgada
Peru, guiné e capão
De osso tem o pirão
E até a macarronada

Do leite tem o angu
Prá comer com camarão
Nambu seca no espeto
Teiú e camaleão
Amarradinho e buchada
A famosa feijoada
E assado de leitão³¹

Hoje, só encontramos as barracas de doces no largo. As cozinheiras-feirantes foram removidas para o Restaurante Maria das Graças Amorim que fica ao lado do Mercado e em frente ao Mercado João da Volta.

³¹ MENDONÇA, Carlos. Na feira de Itabaiana tem? Aracaju: Infographics, 2011, p. 8 (Literatura de Cordel). Ver: MENDONÇA, Carlos. A feira de Itabaiana: a mais importante, folclórica e tradicional feira do Nordeste. Aracaju: Infographics, 2016, 32 p. (Literatura de Cordel).



Restaurante da feira “Praça Maria das Graças Amorim”
Foto: José Wilson Moura Santos, 2021

A feira se desenvolvia a passos largos, necessário a criação de mais um dia de mercado para atender a demanda interna quanto externa. Por isso, Euclides Paes Mendonça, então prefeito, decretou em 10 de julho de 1952 a criação da feira na quarta-feira³².



Mercado José do Prado Franco, “Mercadão”.
Foto: José Wilson Moura Santos, 2021

³² Ver: <https://cmitabaiana.se.gov.br/lei/828/cria-uma-feira-livre>

Na década de noventa do século passado, foi construído o Mercado José do Prado Franco (conhecido popularmente como “Mercadão”), no largo de mesma denominação, com o intuito de receber a demanda hortifrutigranjeira oriunda tanto da produção agrícola local quanto externa. Também, tendo a função de atacado, revender essa mercadoria além de praticar o comércio em varejo.

O “Mercadão” ao lado da feira já não suporta mais o grande número de produtos que são comercializados em atacado e varejo durante toda a semana e, principalmente nas terças-feiras, quintas-feiras e sextas-feiras, já que nas quartas-feiras e sábados a atividade do Mercado fica restrita ao comércio varejista. Ainda, nesses dias de transações comerciais atacadistas no “Mercadão” o vai e vem de carros pesados, a descarga e carga provocam engarrafamentos, provocando sérios transtornos aos transeuntes nas ruas em frente ao mercado e ruas próximas.

A feira de Itabaiana
Precisa ser ampliada
No atacado e varejo
Mais limpa e organizada
Uma revitalização
Daria a população
Satisfação comprovada

O atacado precisa
Sair pra outro lugar
Desafogar o comércio
Que vive de reclamar
Fazer novas coberturas
Com culturais estruturas
Para a feira preservar³³

Após anos de funcionamento do Mercado e manifestações em prol da construção de um centro de abastecimento distante do centro e forneça melhores condições para a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros em atacado, foi construído e inaugurado em 25 de fevereiro de 2021³⁴.

³³ MENDONÇA, 2016, p. 27.

³⁴ Itabaiana inaugura Central de Abastecimento (Ceasa) nesta quinta-feira, 25. **Prefeitura Municipal de Itabaiana/SE.** Disponível em: <<https://itabaiana.se.gov.br/noticia/7061/itabaiana-inaugura-central-de-abastecimento-ceasa-nesta-quinta-feira-25>>. Acesso em 12 de mar. de 2021.



Central de Abastecimento de Itabaiana

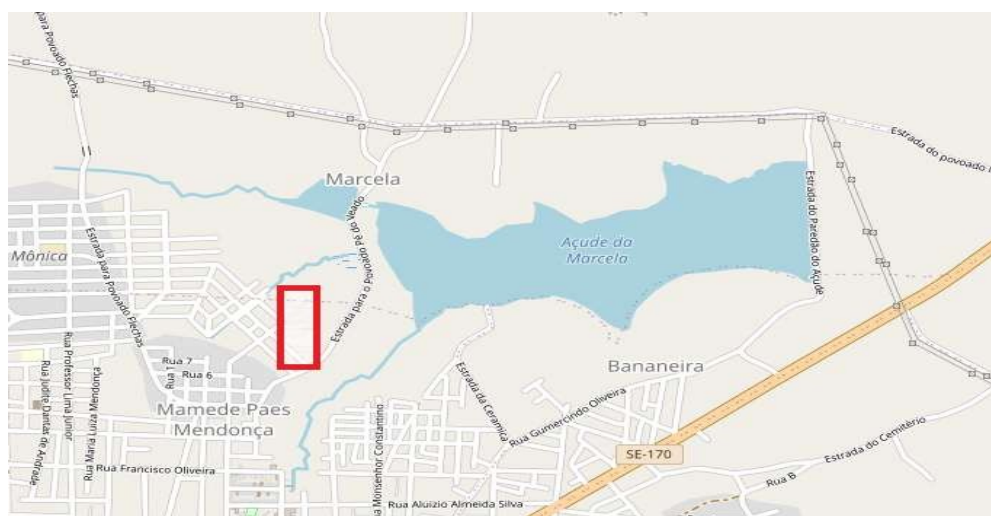
Fonte: <https://a8se.com/noticias/sergipe/ceasa-e-inaugurada-em-itabaiana/>

O Ceasa de Itabaiana fica localizado próximo às margens da BR – 235, o que facilitará o escoamento da produção agrícola serrana para a feira e outras cidades do interior sergipano, como também para diversos estados do Brasil. Da mesma forma, beneficiará a entrada de produtos hortifrutigranjeiros que serão comercializados em atacado na cidade serrana e, depois, distribuídos em diversas cidades sergipanas como além-fronteiras. Esse espaço de comercialização em atacado em Itabaiana é mais um elemento para o crescimento do comercial serrano.

A feira de Itabaiana está disposta em diferentes espaços e subdivida. A principal feira é realizada, como já discutido, no Largo Santo Antônio e José Prado Franco e ruas que estão ao seu entorno.

Organização: José Wilson Moura Santos, 2021.

Outra subdivisão da feira que acontece na quarta-feira e no sábado, localizada na periferia da cidade, entre o Bairro Bananeiras e a estrada que dá acesso ao povoado Pé do Veado, onde transcorre a “Feira do Gado” onde são comercializados animais como os bovinos, equinos, caprinos e suínos.

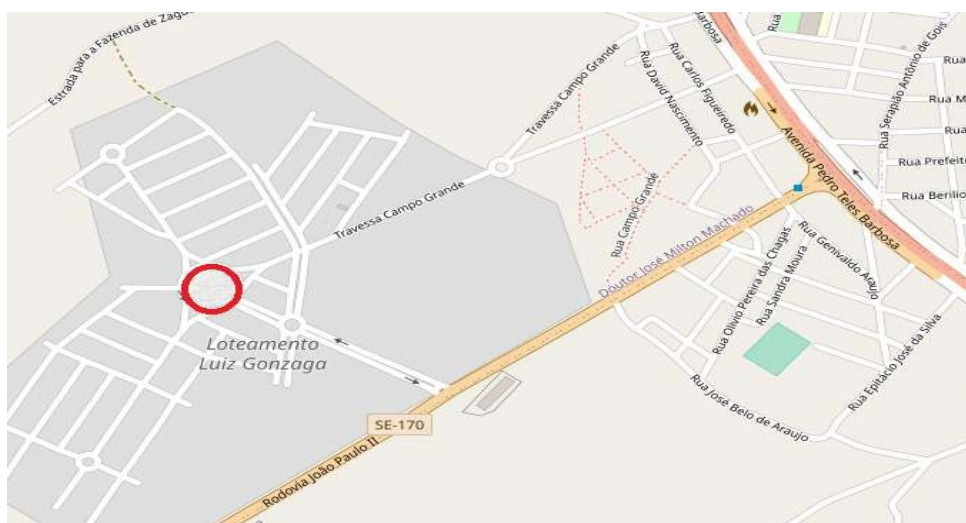


Localização da Feira do Gado

Fonte: <https://www.cidade-brasil.com.br/mapa-itabaiana-se.html>

Organização: José Wilson Moura Santos, 2021.

Além destas que se realizam durante a quarta-feira e o sábado, foi criada uma feira em Itabaiana, localizada no Loteamento Luiz Gonzaga, com funcionamento aos domingos para atender as necessidades dos moradores e a comercialização da produção dos pequenos agricultores locais. Deve-se a José Vicente dos Santos (Vicente Capunga) e o arquiteto Edson Passos e com autorização da Prefeitura Municipal, fundaram em dezembro de 2016, a “Feira do Loteamento Luiz Gonzaga”.



Feira Cultural do Loteamento Luiz Gonzaga

Fonte: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-itabaiana.html>

Organização: José Wilson Moura Santos, 2021.

Esta feira, foi além da relação comercial, em homenagem ao patrono do loteamento, enquanto acontece a feira sobe ao palco da Praça Luiz Gonzaga artistas ligados a cultura nordestina, como cordelistas, violeiros, danças folclóricas, entoadores, aboiadores, repentistas e forrozeiros sergipano e de outros estados vizinhos. Ainda, foi erguida ao lado da praça uma casa de taipa que fica aberta ao público com peças que lembram a vida simples do nordestino³⁵.

A feira de Itabaiana não se resume apenas a atividade de compra e venda. Ela representa a identidade serrana; o modo de ser, fazer, agir e viver; é a cultura itabaianense viva, in locus. Além disso, a feira é

o palco dos grandes encontros: comadres, compadres, namorados, conversas e mais conversas, um bom trago de pinga, um charuto, um cachimbo, doces, bolos, bolachas, miudezas, roupas, louça cara, alguidar de barro, panelas de pedras e de barro, foice, faca, ferramentas diversas, pano de chita e de saco. Ali se dava conta de tudo. Todos os boatos, todas as “novidades” corriam à solta por entre os feirantes (PEIXOTO, 2004, p. 41).

A feira de Itabaiana é um conjunto de cores, sons, cheiros, sabores em toda a sua extensão, ponto de encontro dos serranos independente da classe social e/ou econômica,

³⁵ BALBINO, Juliana. **Na feira de Itabaiana, no Sergipe, o visitante encontra um pouco de tudo: tomate, alface, batata, farinha, música e arte.** Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2017/07/na-feira-de-itabaiana-no-sergipe-o-visitante-encontra-um-pouco-de-tudo>> acesso em 23 de jan. de 2021.

Feira Cultural de Itabaiana. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BeSk3bilA-A>> Acesso em: 23 de jan. de 2021.

Especial sobre a feira do Loteamento Luiz Gonzaga - parte 1. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7TuQvzQW7Qw>> Acesso em: 23 de jan. de 2021.

profissão ou status. É o lugar onde todos ficam em um mesmo patamar. Pois, é um lugar de experiência, aprendizado, memórias, diversão e manifestação cultural. Além de representar toda a pujança, o tino comercial do itabaianense foi reconhecida após mais de trezentos anos de existência como Patrimônio Cultural Imaterial pelo município em 10 de junho de 2013 e pelo governo do estado em 26 de agosto de 2019.

1.4. A feira e o ensino de história

A relação entre a feira e o ensino de história se apresenta tendo como referência a história cultural, quando se pensa a feira como um lugar de memória, como é pensada e classificada ao longo do tempo, patrimônio, a feira com identidade do seu povo, suas representações para os frequentadores, feirantes, já que “a História Cultural visa a atingir as representações, individuais e coletivas, que os homens constroem sobre o mundo...” (PESAVENTO, 2014, p. 76). Ao partir de diferentes aspectos da feira, torna-se possível o estudo do conteúdo/temas da história exigida no currículo escolar, sendo assim, possibilidade a reflexão de alguns via feira local.

A utilização da feira como objeto de estudo no ensino de história, é um meio de levar o discente a partir da noção de tempo mudança e permanência a desenvolver a aprendizagem histórica. Já que

É tarefa importante do ensino de história possibilitar que os alunos reconheçam, nas diferentes conjunturas históricas, os esforços de mudança e permanência que estavam em jogo; os modos como se deram os embates; as ideias, os conflitos; as soluções encontradas para resolver as diferenças entre os grupos sociais; o uso ou não da violência e do conflito armado para solução dos conflitos; as consequências de algumas opções tomadas ao final dos embates para mudança ou permanência (SEFFNER, 2019, p. 169).

Por que estudar a feira no ensino de história?

A princípio, estudar a feira recai sobre novas abordagens do campo historiográfico a partir das últimas décadas do século passado que propuseram novos objetos de estudo e de documentos para o trabalho do historiador já que

ela abre-se a estudos os mais variados, como a ‘cultura popular’, a ‘cultura letrada’, as ‘representações’, as práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, a mediação cultural através de intelectuais, ou a quaisquer outros compôs temáticos atravessados pela polissêmica noção de cultura (BARROS, 2010, p. 55).

Desta feita, estudar novos objetos, como a feira, é possibilitar um novo meio de aprendizagem histórica que dê condições ao aluno a conhecer a partir da relação presente/passado as mudanças e permanências das ações humanas nos tempos históricos. Também, contribui para fortalecer a relação de identidade e pertencimento ao patrimônio cultural imaterial local.

Para Rüsen, essa aprendizagem histórica acontece em função da consciência histórica que “trata o passado como experiência, nos revela o tecido da mudança temporal dentro do qual estão presas as nossas vidas, e as perspectivas futuras para as quais se dirige a mudança” (2011, p. 57) ou permanecem.

Em consonância com a Base Curricular do Estado de Sergipe do Ensino Fundamental da Educação Básica, propõe-se que o ensino de história desenvolva e estimule a compreensão dos acontecimentos históricos no âmbito sócio-econômico-político-cultural ao longo do tempo histórico reconhecendo as conexões entre passado/presente em diferente espaço e tempo e, assim, o aluno forme uma postura crítica no mundo atual.

Ainda, o Currículo de Sergipe propõe que o aluno tenha a condição de “analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações” (2018, p. 401). Sendo assim, está competência específica do ensino de história comunga com o nosso propósito de estabelecer relações entre a feira e os conteúdos/temas do ensino de história em diferente tempo e espaço da história em seus mais diversos aspectos culturais, sociais, econômicos.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, propõe-se que se reforce a noção de tempo e espaço já tratados no Ensino Fundamental da Educação Básica. Nele é evidenciada a importância do ensino de história em trabalhar as diversas épocas de forma que o aluno desenvolva competências e habilidades que o lhe dê condições de apreender, entre tantas coisas, a identificar mudanças e permanências no processo histórico (1999, p. 53).

Destarte, a feira é um espaço onde as noções de tempo, como mudança e permanência, podem ser muito bem trabalhadas como proposta no PCN ao se defender que se deve “estabelecer relações entre continuidade, permanência e ruptura/transformação nos processos históricos” (Ibid., p. 55).

Ainda, o PCN de história sugere que o professor e aluno partam do presente e partir dele compare “problemáticas atuais e de outros momentos históricos [...], posicionar-se diante de fatos presentes a partir da interpretação de suas relações com o passado” (Idem, p.

55). Desta maneira, a feira se torna um campo vasto para a prática dessa proposta haja vista nesse espaço se encontrar uma diversidade de temas que podem ser trabalhados, como exemplo, trabalho informal, infantil, feminino, prostituição, linguagem, venda/compra de produtos, gêneros comercializados, problemas de organização logística da feira, entre outras opções.

A feira se constitui como patrimônio cultural imaterial de um município por ser representar-se como espaço de memória, cultural e de saberes que são partilhados entre feirantes, consumidores e visitantes. Ainda mais, é um local onde se constrói ou se afirmar a identidade e o sentimento de pertencimento do indivíduo na sociedade em que participa. Dessa forma, a feira se faz espaço de aprendizagem do ensino de história e por se fazer num lugar que

permeia a compreensão do papel da memória na vida da população, dos vínculos que cada geração estabelece com outras gerações, das raízes culturais e históricas que caracterizam a sociedade humana. Retirar os alunos da sala de aula e proporcionar-lhes o contato ativo e crítico com as ruas, praças, edifícios públicos e monumentos constitui excelente oportunidade para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa (PCN, 1999, p. 55).

A feira não é apenas uma atividade comercial ao ar livre onde se comercializa diversos produtos como os gêneros agrícolas, artesanato, industrializados, comidas, etc. Ela se constitui "como um depositário de valores, expressões, tradições, transformações, que ressignificam a todo instante as visões e a memória dos que a frequentam como lugar de compra e de venda de mercadorias" (ARAÚJO, 2011, p. 30).

Também é um espaço que se constitui de memórias individuais e coletivas, cores, sabores, cheiros, trocas culturais, histórias de vida e, por fim, configura-se como patrimônio cultural imaterial em função de sua importância de representar o jeito de ser, o modo de falar, de vender, de agir na sociedade em vive. Dessa forma a feira contribui para "ratificar tradições, revigorar os sentidos de pertencimento, explicitar, fortalecer e contestar hierarquias além de fortalecer as intrincadas identidades nacionais, regionais, étnicas e religiosas, reveladoras de aspectos da vida social e do patrimônio cultural" (PELEGRINI, FUNARI, 2013, p. 99).

Em função de sua dinâmica e adaptação as mudanças ao longo do tempo e espaço, as feiras se apresentam com características gerais e particularidades em função das influências sofridas no meio onde se formou por isso, é alvo é alvo de

constantes ‘recriações’ decorrentes das mutações entre as comunidades e os grupos que convivem num dado espaço social, do meio ambiente, das interações com a natureza e da própria história dessas populações – aspectos fundamentais para o enraizamento ou o sentido de pertença que favorece o respeito à diversidade cultural e a atividade humana (Ibid., 2013, p. 46-47).

A feira é uma manifestação econômica, cultural e social que faz parte do cotidiano da vida das diversas e diferentes sociedades do mundo desde os primórdios da humanidade e se faz presente até hoje adequando-se e mantendo características que mantêm a sua essência arcaica ao longo do tempo.

As feiras livres pensadas como formas extra-oficiais e abertas de comercialização de produtos diversos contêm traços de universalidade, pois sua presença é um mister em todas as sociedades humanas. Por outro lado, é tatuada pela diversidade, porque cada cultura lança mão de estratégias diferenciadas acerca do modo de organizá-las e geri-las.

O fenômeno socioeconômico da feira livre remonta aos agrupamentos humanos mais longínquos, desde que as populações humanas deixaram de ser efetivamente nômades, domesticando animais, exercitando a agricultura e necessitando realizar suas trocas³⁶ [...]

O embrionário da feira, então, é o período neolítico (uma das divisões da Pré-História), quando os seres humanos após a sedentarização ocorrida com o desenvolvimento da agricultura e da pecuária favoreceu a produção excedente que imprimiu na realização das trocas de produtos in natura entre os grupos sociais.

Os povos da antiguidade deram continuidade a atividade comercial em determinados espaços escolhidos em função da localidade, facilidade de aglomerar pessoas interessadas na compra e/ou venda de diversos produtos conforme a necessidade de cada grupo.

Como exemplo, usaremos o povo hebreu que desenvolveu essa atividade, como atesta o Evangelho de São Marcos, Mateus, Lucas e João. Segundo os evangelistas, eram comercializados diversos produtos como os animais bois, ovelhas e pombas no templo (MARCOS, 11:15; MATEUS, 21:12; LUCAS, 19:45; JOÃO, 2:14). Segundo o livro Evangelho de São João, quando Jesus Cristo adentrou ao templo

achou no Templo a muitos vendendo bois, e ovelhas, e pombas, e os cambiadores lá sentados. E tendo feito de cordas um como azorrage, os lançou fora a todos do Templo, também as ovelhas, e os bois, e arrojou por terra o dinheiro dos cambiadores, e derribou as mesas. E para os que vendiam as pombas, disse: Tirai daqui isto, e não façais da casa de um Pai casa de negociação (JOÃO, 2:14-16).

³⁶ Lucena, Thiago Isaias Nobrega de; Germano, José Wellington. **Feiras livres: cidades de um só dia, aprendizados para uma vida inteira**. Natal: edufrn, 2016, p. 55-56. Disponível em: <<http://repositorio.ufrn.br>>. Acesso em: 02 de jun. 2019.

No tempo de Jesus Cristo, a Civilização Hebraica estava sob o domínio romano. Os templos, além da função religiosa, eram locais de comercialização de produtos. Portanto, neles continuavam a prática da feira. Além dessa civilização, outras simultaneamente realizavam tal atividade comercial, a saber os egípcios, mesopotâmicos, chineses, indianos, romanos, etc., mas, foi na Idade Média que a feira se consolida com importante prática econômica.

Nesse ínterim, as feiras constituem um dos feitos mais importantes da organização econômica da Idade Média. Surgidas da necessidade de promover a permuta de produtos entre o camponês e o citadino, elas representam o ponto de encontro entre o produtor e o consumidor; o ponto onde se concentrou a vida mercantil de uma época em que a circulação de pessoas e mercadorias era dificultada pela falta de comunicações, pela pouca segurança das jornadas e pela demasia de portagens e pesagens (RAU, apud, Bernardino, 2015, p. 37).

As feiras são um fenômeno mundial. Elas se desenvolveram em todos os continentes. Têm-se notícias de feiras na Ásia, África e na América. Com relação a esse último continente, realizavam-se grandes feiras na Civilização Asteca. Nas demais civilizações, como a Inca e a Maia também se tem notícias de sua realização. Já aqui no Brasil, não se realizavam feiras com nas citadas civilizações. Contudo, entre os nativos ocorriam trocas in natura de produtos necessários à sua vida social.

A feira, como a conhecemos, tem a sua atividade liberada no Brasil, só depois que o rei português autorizou em meados do século XVI.

20 –E assim ordenareis que, nas ditas vilas e povoações, se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, feira, a que os gentios possam vir vender o que tiverem e quiserem, e comprar o que houver mister; e assim ordenareis que os Cristãos não vão às aldeias dos gentios a tratar com eles, salvo os senhorios e gente dos engenhos, porque êstes poderão em todo o tempo tratar com os gentios das aldeias que estiverem nas terras e limites dos ditos engenhos. E, porém, parecendo-vos que fará inconveniente pôrem todos os de cada engenho em liberdade para tratar com os ditos gentios, segundo forma deste capítulo, e que será melhor ordenar-se que uma só pessoa em cada engenho o faça, assim se fará (p.5)³⁷.

Para Seffner, o ensino de história deve se esforçar para que a noção de mudança/permanência seja exercida pelo discente para que venha a reconhecer que nas

³⁷ **Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil, Almerim, 17/12/1548.** Lisboa, AHU, códice 112, fls.1-9, p.5. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5523820/mod_resource/content/1/2.%20Regimento%20do%20Governo-Geral%20%28Tom%C3%A9%20de%20Souza%29%2C%201548.pdf>. Acesso em: 30 de mar. de 2021.

diferentes conjunturas da história os seres humanos atuam simultaneamente nesses dois processos (2019, p. 169). Então, vemos possibilidades do discente vislumbrar essa noção de tempo ao estabelecer conexões entre passado-presente a partir do olhar sobre a feira. Pois,

em todos os momentos de mudança na história há registros de permanências. Ou seja, nem tudo mudou, embora muita coisa possa ter se modificado. E em momentos em que as coisas parecem apenas ‘permanecer’, longos momentos em que parece que ‘nada está acontecendo’, há tentativas ou processos de mudança em andamento, mesmo que não sejam de imediato perceptíveis. Dessa forma, falar em mudança implica sempre reconhecer permanências, e quando afirmamos que algo é assim ou foi assim, certamente temos que admitir que há – ou houve – esforços de mudança” (Ibid., p. 169).

De acordo com Rüsen, a aprendizagem histórica se dá pela manifestação da consciência histórica quando está entende o presente a partir da conexão com o passado que acontece através de suas competências: a da experiência (dá a condição do indivíduo conhecer o passado e diferenciá-lo do presente); interpretação (o indivíduo tem a habilidade de entender o presente e o passado e idealizar mudanças no futuro); e, por fim, a orientação (a partir da interpretação do passado, toma decisão no presente) (RÜSEN, 2011, p. 36, 59, 60,61).

Enfim, a feira é apresentada no ensino de história como meio fundamental para a aprendizagem histórica das experiências do ser humano ao longo do tempo a partir das noções de mudanças/permanências.

Mudança/permanência no ensino de história é tema em conexão estreita com a discussão do tempo histórico e a questão das datas [...] Mas as datas não podem ser vistas apenas como pontas que flutuam. Elas estão ligadas a essas massas submersas, e é sobre elas que cabem indagações e debates nas aulas de história, por conta disso, ao estudar um evento e uma data, temos que lembrar que ‘as datas, como os símbolos, dão o que pensar’. Sem atenção as datas, o ensino de história naufraga...(SEFFNER, 2019, p. 172).

As datas são com a ‘luz de um farol’, elas nos orientam em que tempo cronológico da sociedade nos encontramos a vasculhar o passado atrás de respostas para o nosso presente, noutras palavras, elas nos alerta do tempo histórico em que investigamos para evitar anacronismo³⁸ ao narrarmos acontecimentos do passado à luz do presente.

³⁸ “[...] trata-se de um erro de cronologia. Tal erro ocorre quando se descrevem, se explicam, se justificam personagens e/ou ações de um tempo utilizando elementos e argumentos de outras épocas que não aquela à qual o personagem e/ou ação em foco se situa. É uma atitude ou fato que não está de acordo com sua época e que resulta em um desalinhamento, em uma dissonância entre um período de tempo e uma época (OLIVEIRA, 2019, p. 19).

1.5. Conexões da feira com os conteúdos/tema das aulas de história.

Com o propósito de deixar claro o nosso intuito de trabalhar a noção temporal de mudança/permanência com relação presente e passado, recorreremos a recurso didático como imagens tanto da feira do presente quanto do passado, livro didático, músicas, literatura de cordel, jornais, revistas, livros, etc. Além de fazer visitas orientadas dos alunos, acompanhadas pelo seu professor à feira livre local.

Os recursos citados poderão ser utilizados em sua totalidade ou segundo a disponibilidade e objetivo a ser atingida pelo professor na determinada aula pensada. O propósito é que o aluno apoiado nos diversos recursos didáticos disponíveis possa desenvolver sua consciência histórica de forma plena.

Partindo da nossa contemporaneidade onde o aluno se faz presente, conhecendo um pouco da experiência do discente, o contexto social atual de onde vem a poder partir desse presente, do que ele vivencia e conhece para estabelecer uma conexão entre presente e passado e buscando aproximá-lo da História com o propósito, entre tantos, de fazê-lo se reconhecer como sujeito da história, desenvolver sua consciência histórica que o permita entender e mudar a si mesmo e o meio onde vive. Para Fonseca, “o estudo da História [...] é fundamental para que o indivíduo possa se conhecer, conhecer os grupos e perceber a diversidade, possibilitando comparações entre grupos e sociedades nos diversos tempos e espaços” (2006, p. 35).

Sendo assim, partimos da feira que está intrinsecamente presente em seu cotidiano. E da mesma, pensamos em estabelecer conexões com os conteúdos/temas do livro didático ao tratar do tempo histórico a partir das noções de mudança e permanência. Desse modo, a aprendizagem histórica se dá também pela “experiência do passado com a sabedoria prática da vida de uma experiência temporal sobre as experiências temporais atuais” (RÜSEN, 2012, p. 82).

Apresentamos a seguir, portanto, propostas que possibilitam trabalhar a feira como meio de aprendizagem histórica dos conteúdos/temas do ensino de história partindo, como já dito, das noções de tempo histórico, mudança e permanência.

1.6. De volta ao passado e a reflexão a partir dos gêneros agrícolas

A feira em Itabaiana/SE é um ‘mundo’ de cores, sabores, cheiros e sons. São dezenas de bancas com uma grande variedade de frutas, verduras, hortaliça, raízes, leguminosas, tubérculos, entre outros gêneros agrícolas que a colore com suas diferentes cores, tonalidades que produzem um ambiente alegre, colorido, tal qual o ‘arco-íris’ que encanta pelas suas cores refletidas no céu.

Esses produtos com variedades, formatos e tonalidades diferentes de cores exalam também cheiros, aromas hipnotizadores. Cada produto alimentício é singular por terem seu próprio cheiro que é incomparável, único e que atrai os transeuntes, visitantes e consumidores.

Entre esses alimentos, apontamos alguns com essas propriedades mágicas. A manga, seja ela a rosa, a espada, a Maria, a facão, entre outras variedades. Cada uma com sua cor, cheiro e sabor único, distinto e impossível de ser confundido. Já o caju, ‘design’ totalmente diferente, como também seu cheiro, cor (vermelho, amarelo) e seu distinto sabor. A laranja também com sua diversidade (Pêra, lima, umbigo), sabor, tamanho e formato. A banana é outra fruta com variedades (nanica, da-terra, ouro, maçã, prata), além de cada tipo ter um sabor e características próprias. Em meio a estas citadas acima e expostas simples considerações, há umas tantas outras variedades de frutas, a saber: maçã, pêra, uva, melão, maracujá, abacate, ameixa, acerola, abacaxi, cajá, caqui, tangerina, coco, goiaba, jabuticaba, kiwi, jenipapo, limão, mangaba, mamão, melancia, entre outras.

As verduras, raízes e leguminosos têm suas cores, sabores, cheiros e formatos diferenciados. Em relação às alfaces temos o americano, crespa, mimosa, roxa, romana, por exemplo. Cada tipo com formatos, cores, tamanhos e sabores diferenciados. O pimentão é outro produto com tipos variados. Têm-se as cores vermelhas, verdes e amarelas, com tamanhos e formatos diferentes. A cebola e o tomate têm também suas variedades, cores e indicações para o uso culinário. Entre as verduras presentes na feira livre, citamos o feijão, arroz, pimentão, abobrinha, batata, cenoura, cebola e o milho. Com relação aos leguminosos, citamos a alface, repolho, couve, brócolis, couve-flor, espinafre e a rúcula. A respeito das raízes apontamos a mandioca (Também conhecida como aipim e macaxeira), cenoura, beterraba, batata-doce, rabanete, inhame e gengibre.

Estabelecemos uma conexão do presente com o passado ao compararmos as diversidades de gêneros agrícolas presentes na feira contemporânea com os comercializados nas feiras das sociedades antigas (Grécia, Asteca, Maia, Inca, Mesopotâmia, Roma, entre outras).

Também podemos voltar o nosso olhar sobre as feiras medievais, de modo a sabermos que produtos agrícolas eram comercializados e quem os comercializavam e em que condições. Voltando a um passado mais próximo do que os anteriores, podemos conhecer quais os produtos de gênero agrícola eram comercializados nas feiras no Brasil Colonial.

Outra possibilidade é trabalhar com as questões relacionadas ao trabalho no campo para a produção desses gêneros agrícolas que são comercializados na feira. Em seguida discutir sobre a situação, as condições como os camponeses realizavam essas atividades a partir de um olhar mais distante, ou seja, no período neolítico quando tudo começou. Seguindo na linha do tempo para o medievo e a vida dos camponeses nos feudos. Por fim, podemos abordar sobre quem produzia os produtos agrícolas no Brasil para a alimentação da população colonial.

Temos também, mais uma possibilidade é tratar sobre a influência dos colonizadores na produção agrícola do Brasil. A partir dos produtos agrícolas presentes na feira da sua cidade atualmente, podemos classificar quais os itens que foram trazidos pelos colonizadores e outros povos que migraram para o Brasil. Também, devemos pesquisar quais desses produtos são originários do território americano e, especificamente, do Brasil.

1.7. Do presente ao passado e a reflexão a partir do artesanato

Na feira encontramos uma variedade de produtos artesanais comercializados numa determinada parte da feira destinada a esta atividade.

Os produtos artesanais atualmente comercializados são de cerâmica e/ou de palha. Em relação aos de cerâmica, temos como produtos, entre tantos outros que nos escapam devido ao grande número, panelas, pratos, potes, cofres, vasos, jarros, cinzeiros, tigelas (que variam em formatos e tamanhos).

As palhas utilizadas para os devidos fins são retiradas de plantas como as palmeiras e coqueiros, por exemplo. Dessas plantas são produzidos produtos artesanais como cordas, chapéus, esteiras, vassouras, urupembas ou peneiras, cestos, sandálias, bolsas, espanadores que são diversificados em seus formatos, tipos e tamanhos.

Sobre o trabalho artesanal, podemos pesquisar. Quem os produz e aonde? De onde vêm esses produtos? Qual a matéria-prima? Como aprenderam a arte artesanal? É de geração? Entre outros questionamentos sobre a vida desses artesãos e feirantes.

Voltando-nos ao passado, conheceremos como eram produzidos o artesanato e que produtos artesanais eram confeccionados pelos primeiros artesãos do mundo: os homens da Pré-história. Estes produziam objetos de caça (machados, lanças), pesca (arpões, por exemplo), armas (pontas de lança, faca), charutos. Além de usarem a tecelagem para a produção de tecidos, roupas, etc.

Também, podemos nos voltar ao período medieval. Sendo assim, abordaremos as atividades e a situação do mesmo na Alta Idade Média e na Baixa Idade Média, quando o artesão passou a ter maior autonomia para organizar suas ocupações ao se deslocar do feudo para os burgos/cidades. Ainda, tratar da organização destes, nas suas corporações de ofício com suas normas e, por fim, cuidar da sua autonomia e controle de todo o processo de fabricação dos mais variados produtos artesanais.

Outra possibilidade de trabalhar o artesanato do presente ao passado é voltar-se ao período pré-industrial e as causas para a Revolução Industrial. Sabemos que nesse período o artesão foi desvalorizado, perdeu o controle sobre o processo de produção, largou seus instrumentos de trabalho.

1.8. Do presente ao passado e a reflexão a partir da culinária

A feira tem cheiros, sabores e gostos para todos os paladares. Nela, desde o prato típico da região as mais variadas comidas que vai da mais simples a mais complexa. Nela têm as doceiras, as cozinheiras, as pasteleiras. Da tradicional bebida caldo de cana a cachaça temperada de ervas. Da tapioca a buchada de carneiro e cocada ao bolo de mandioca...

Na feira são diversas as barracas de doce de todo tipo e gosto regional. Entre as diversas doceiras, estão os consumidores, os frequentadores, os visitantes... que disputam os espaços entre as bancas para comprarem, sondarem os preços e saborearem as várias guloseimas como as cocadas, ‘espeças’, pé-de-moleque, paçoca de amendoim, rapadura, quebra-queixo, bolos (de aipim, macaxeira, leite, ovos, milho, arroz, etc.), manuê³⁹, mudinha, bolachinha de ovos, bala de café, etc.

³⁹ Origem do Manuê aponta para os bijus, a broa indígena produzida com massa de mandioca ou de milho assada embalada em folha de bananeira. Com o tempo, o português enriqueceu a receita com o acréscimo de ovos, leite, açúcar e gordura enquanto o africano contribuiu com seus ingredientes, técnicas culinárias e estética. A denominação dessas broas tem sempre um caráter jocoso, já que receberam diferentes nomes na região Sudeste como: broa de pau-a-pique, joão-deitado ou mané-deitado, cubu, mata-homem, etc., em alusão ao órgão sexual masculino. As broas de pau-a-pique tiveram grande importância na alimentação dos tropeiros que as divulgaram pelas regiões brasileiras. Encontrei em Jataí, Goiás, uma senhora que faz um Manuê de mandioca exatamente

Além das guloseimas, temos os pratos que são preparados na hora para café da manhã e o almoço dos feirantes, consumidores e visitantes que queiram se deliciar com a cozinha da feira. Para o café da manhã é cozinhado o tradicional cuscuz, macaxeira, inhame, batata que são acompanhados de carne assada (boi, porco, criação, galinha e tripa de porco, coração de boi, fígado), carne cozida (boi, porco, criação, galinha), café, leite, ovos e os tradicionais bolos já citados. Para o lanche, os presentes a feira podem se deliciar de pamonha, arroz-doce, mugunzá, caldo de cana, milho assado ou cozido, pastel, etc. E para o almoço o tradicional feijão, farinha e arroz acompanhados de carne assada (boi, porco, criação, galinha e tripa de porco, coração de boi, fígado), carne cozida (boi, porco, criação, galinha), buchada, enroladinho, sarapatel, entre outras refeições.

A respeito da culinária sabemos que o ato de cozinhar é desde os primórdios da humanidade. Os homens do paleolítico já preparavam seus alimentos. Por isso, o ato de cozinhar se tornou parte da cultura de cada povo. E cada um destes, com suas características, técnicas e comidas típicas que o diferenciam dos demais.

No Brasil, às cinco regiões têm seus pratos típicos e, cada estado é conhecido por seu prato também típico e, por fim, cada município tem a sua especialidade culinária que a diferença das demais cidades, em sua maioria quanto a questão é comida. Por exemplo, em Sergipe o caranguejo representa a culinária do estado. Em seus municípios têm pratos típicos que não vem no caranguejo como ingrediente principal. Exemplo: Itabaiana (feijão, farinha, arroz e carne bovina); Lagarto (sopa de folha de mandioca).

A respeito da culinária na feira, podemos abordar as questões relativas ao patrimônio imaterial, ou seja, os modos de fazer, de preparar as comidas típicas da cidade e, especificamente, as da feira. Como produzem as receitas tradicionais da culinária? Que as ensinou? Tem segredos para deixarem tão saborosos e cheirosos? Quais as mudanças que ocorreram no paladar dos clientes? Que mudanças e permanências podem ser observadas na culinária da feira? Entre outros questionamentos.

Outra possibilidade é a influência culinária na formação cultural do Brasil. Os índios, portugueses, negros e pessoas de outra nacionalidade nos legaram? Quais os legados dos

igual à essas broas⁴. Outra descoberta interessante foi de que, no Amazonas, o Bolo Pé de Moleque é uma broa de pau a pique produzida com macaxeira mole, banana, açúcar, ovos, manteiga e cravo.

Manuê ou Manauê: Existe bolo mais brasileiro? **Museu do açúcar e doce**, s/d. Disponível em: <<http://museudoacucar.com.br/mostras-temporarias/manue-ou-manauê-existe-bolo-mais-brasileiro>>. Acesso em: 31 de mar. de 2021.

estrangeiros que fazem parte de nossa dieta? Quais os produtos que os colonizadores e de outros povos e dos nativos do Brasil estão presentes na feira?

1.9. A feira de hoje e a do passado: mudanças e permanências

Da antiguidade até hoje a feira tem sofrido ao longo do tempo, inúmeras mudanças/permanências em função de diversos fatores sociais, econômicos, políticos e culturais. Devido a isso, sabemos que a presença de elementos do passado em nosso presente é constante por isso que, as marcas, lembranças, experiências, manejos, tradições, hábitos, aprendizados, costumes, atividades laborativas, modo de vender/comprar permanecem e/ou mudam. Estas são muitas vezes imperceptíveis e só um olhar crítico e observador notará tais acontecimentos.

De outro modo, muito do ser e se fazer das feiras foram alterados ao longo do tempo ao acompanhar as invenções, o jeito de ser e viver ao longo do tempo, os gostos se alteraram, as necessidades e muitas vezes os produtos antes comercializados perderam totalmente a sua procura e/ou importância para o consumidor em virtude de inovações nas áreas tecnológicas, ou devido à diversidade de novos produtos que acabam por os substituírem, por exemplo.

Então, surge a possibilidade de refletir sobre a organização das feiras ao longo do tempo, ficando a critério do professor e dos alunos o tempo, o lugar e aspectos da feira livre que vão se debruçar em verificar suas mudanças/permanências. Assim, podem estabelecer conexões sobre a feira atual e a do Império Inca ou Medieval, ou do Brasil Colonial, ou ainda da cidade vizinha.

Também, podem ser abordadas as mudanças e permanências na feira local num aspecto da história de seu município. Dessa forma, visualizariam ao longo do tempo as mudanças e permanências da história local a partir da feira livre da cidade. Acreditamos que tal enfoque, reforçaria a identidade, o sentimento de preservação do patrimônio imaterial e o de pertencimento ao local.

1.10. Operações mentais da consciência histórica e o ensino de história

A nossa proposta aqui desenvolvida é apresentar ao professor de história em sala de aula as sequências didáticas que auxiliem no desenvolvimento da consciência histórica do discente. Como consciência histórica entendemos como meio de cada um de conhecer o

tempo passado, presente e idealizar seu futuro a partir das experiências históricas interpretadas para orientar a vida prática, fazer escolhas, entender a si e tudo que o rodeia e vislumbrar um novo futuro.

Então, pretendemos que os alunos passem a ter a clareza de distinguir, experienciar o passado e o presente. Além de desenvolver a capacidade de estabelecer conexões temporais, reconhecendo as mudanças e permanências no presente. Assim, aprender com o passado, orientar-se no presente e ter a condição, como dito, de construir perspectivas futuras, possa ao longo dessa atividade de (re) construção ou de lapidação da consciência histórica por meio da aprendizagem histórica.

Por isso, apoiamos o conceito de consciência histórica de Jörn Rüsen que discorre como “a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (RÜSEN, 2001, p. 57).

A consciência histórica age no indivíduo com o propósito de orientá-lo na vida atual a partir do aprendizado histórico via a experiência individual, do grupo social em que vive e no mundo. Assim, as memórias articuladas pelo indivíduo no presente serão profícuas na formação da identidade, no modo de vida e nas decisões tanto no presente quanto para o esperado futuro apoiado nas suas experiências pretéritas. Segundo Rüsen, “a consciência histórica tem uma função prática: confere à realidade uma direção temporal, uma orientação que pode guiar a ação intencionalmente, através da mediação da memória histórica” (Id., 2011, p. 58).

Dessa forma, a aprendizagem histórica do indivíduo é contínua e à medida que envereda pela experiência histórica onde se aprende, (re) constrói o saber histórico. É a consciência histórica que dá os subsídios ao indivíduo por meio das memórias do passado para entender o presente e prepará-lo mediante as experiências e as interpretações das mesmas, as orientações para a vida prática tanto no presente quanto traçar um possível futuro. Segundo Rüsen, “só a consciência histórica, mediante seu recurso rememorativo às experiências do tempo passado, fornece ao presente, uma orientação no tempo que, no movimento mesmo do agir, não é percebido” (Id, 2001, p. 80).

Como afirmado, a consciência histórica dá as pessoas a condição de orientar-se no tempo atual, de interpretar o mundo que o rodeia e a si mesmo, por meio da memória histórica. Então, o indivíduo (re) elabora continuamente suas experiências à medida que busca entender o seu presente que está em conexão com o passado ao tempo que se propõe em

forjar o seu futuro. Isso, porque “a consciência histórica trata do passado como experiência, nos revela o tecido da mudança temporal dentro do qual estão presas as nossas vidas, e as perspectivas futuras para as quais se dirige a mudança” (RÜSEN, 2010, p. 57).

Essa ação da consciência histórica é constante, continua e contribuem consequentemente no aprimoramento da aprendizagem histórica. Esse processo de conhecimento histórico de cada um pode se dá através de três operações mentais da consciência histórica: experiência, interpretação e orientação.

São essas operações mentais da consciência histórica que propomos neste caderno ao professor de modo que seja um meio para que os alunos nas aulas de história desenvolvam a aprendizagem histórica.

A primeira operação da consciência história que apontamos que seja trabalhada em sala de aula com seus alunos são a consciência história de experiência. Praticar essa operação levará o aluno a confrontar o passado e diferenciá-la do presente e criar meios que as identifique. Espera-se que a atividade ocorra de tal forma que haja “distinção qualitativa entre passado e presente, que o passado é qualitativamente um outro tempo do que o presente” (RÜSEN, op. cit., p. 111). Espera-se que ela contribua para que o indivíduo perceba, note o que há de importante no passado, resgate dele tudo aquilo que venha a melhorar a sua vida no presente, entenda as mudanças temporais e o seu presente.

Portanto, a experiência histórica trata de distinguir o passado do presente, reafirmar que o passado é outro tempo que pode ser distinto e demonstrar as mudanças ocorridas ao longo do tempo, ou seja, as transformações que ocorreram tanto no eu quanto no outro ao longo dos diferentes momentos temporais. Dessa forma, na experiência histórica, o aluno vai confrontar o diferente, o distante, o estranhamento ao passo que se depara com as diferenças temporais: o presente (que representa o agora) e o passado (que representa o outrora). Também, com ela, busca-se imaginar ou preparar o futuro apoiado nas experiências de dantes, calcado no conhecimento de fatos, eventos e motivações, com suas causas, soluções dadas e suas consequências de modo a superar eventuais problemas ou erros tanto no presente quanto num futuro próximo.

A experiência histórica se faz com a atitude da investigação, do procurar, da curiosidade do indivíduo ou de grupos e instituições com o propósito de se apropriar do conhecido e distingui-lo do presente. Assim, o indivíduo pode “aprofundar a consciência de que os dias de hoje se passam de outra forma do que no passado, porque as condições de vida prática de cada um são historicamente específicos” (RÜSEN, op. cit., p. 113).

Esse confronto, estranhamento e diferenciação que ocorrem quando o aluno é provocado a experimentar a relação passado-presente é salutar para aprendizagem histórica do discente. Pois, “o passado somente será apreendido quando for experimentado historicamente e quando for distinguido o passado do presente. A experiência histórica deixa, ao mesmo tempo, o presente passar pelo passado, e isto se torna o presente ‘histórico’ (Id., 2012, p. 87).

A segunda operação da consciência histórica que é proposta denomina-se consciência histórica de interpretação. Esta orientação histórica, professor é um avanço da tratada anteriormente. A esse tempo, o aluno selecionou experiências históricas que são problematizadas, questionadas, revistas, conferidas a estes o status de saber histórico e, assim, essas vivências temporais são interpretadas e/ou reinterpretadas de acordo com novas releituras das experiências históricas lembradas.

A isso se deve a busca de conhecer o passado, entender o presente e vislumbrar um futuro. O ser humano busca na consciência histórica de interpretação, dá um sentido histórico a suas experiências. Tais experiências são interpretadas por cada indivíduo a partir do ponto de vista e do interesse ou do que se considera importante para as pessoas. Sobre isso Rüsen discorrer sobre modelo de interpretação. Segundo ele, “estes modelos de interpretação decidem quais são os elementos da experiência histórica e do conhecimento histórico que são especificamente ‘históricos’, os quais estabeleceram o seu status específico no tempo e que fazem parte dos conteúdos de história” (2011, p. 86).

Independente do modelo interpretativo que seja escolhido, a pessoa terá a condição de entender as mudanças e permanências temporais e, por fim, orientar-se no tempo.

Isso pode ocorrer de inúmeras maneiras, conforme o caráter desafiador que reveste a experiência histórica. Nas sociedades arcaicas, toda mudança temporal experimentada necessita ser interpretada de modo que uma tradição vigente nela se mantenha. A mudança é, por assim dizer, neutralizada. Nas sociedades modernas, as rupturas temporais são integradas na dinâmica de um processo histórico, pensado desde logo em uma concepção histórica da mudança. É também possível que a interpretação se alce acima do tempo da ocorrência da mudança histórica e veja no acontecimento um processo que documenta uma regra geral do comportamento humano RÜSEN, 2015, p. 47).

Portanto, em posse da interpretação das experiências temporais, o indivíduo pode argumentar, refletir e criticar. Essa postura autônoma e individual de interpretação histórica das experiências, “trata-se da capacidade, de todos os que têm interesse na história, de

transpor sua contemporaneidade para novos pontos de vista e novas perspectivas, nas quais podem fazer e interpretar as experiências históricas” (Id., 2010, 116).

É a orientação da consciência histórica que leva o indivíduo que interpretou as experiências a fazer suas escolhas e ações na sua vida e em sociedade. Segundo Rúsén, ela orienta o homem também quanto si [...]. O saber histórico serve também para dar forma a esse tempo humano interno. É aqui que o saber histórico tem uma das suas mais importantes funções de orientação: seu papel na formação, negociação, implementação e alteração de identidade (Id., 2015, p. 48).

Imbuídos do conhecimento adquirido sobre suas experiências históricas (razões, causas, tomadas de decisões, consequências...) e feitas as devidas interpretações a partir de seu saber histórico, a consciência histórica cumpre a função de levar o indivíduo a usar da aprendizagem histórica adquirida para orientar-se na vida prática, tomar resoluções, opções e se preparar para um futuro idealizado. É aí, que se desenvolve a orientação histórica. Essa etapa da orientação da consciência histórica cumpre a função de organizar o agir e as ações do indivíduo ao longo do tempo.

A competência histórica de orientação é a capacidade dos sujeitos de correlacionar os modelos de interpretações, premissas de experiência e saber, com seu próprio presente e com sua própria vida, de utilizá-los para refletir e firmar posição particular na existência concreta no presente (Id., 2010, p. 116).

Sendo assim, a consciência histórica de orientação parte do pressuposto de orientar a vida prática do indivíduo a partir do conhecimento histórico adquirido ao longo do tempo. Com ela, o sentido histórico é organizado de forma significativa para o indivíduo e o outro no tempo histórico.

O nosso trabalho envereda em evidenciar a consciência histórica como elemento fundamental para a vida das pessoas ao passo que os levam a conhecer e entender o seu presente, questionar, querer mudar, buscar alternativas para a vida atual e futura. De acordo Rúsén

A consciência histórica é o trabalho intelectual realizado pelos homens para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo. Esse trabalho é efetuado na forma de interpretações das experiências do tempo. Estas são interpretadas em função do que se tenciona para além das condições e circunstâncias dadas da vida (2001, p. 59).

Portanto, é a consciência histórica do indivíduo mediante seu conhecimento histórico que cumpre a função de orientar, organizar e programar a vida no presente e dá a condição a

este de reconhecer a si mesmo e ao outro. Ela fornece as operações mentais necessárias para que o indivíduo conecte o passado ao presente. Assim, “a consciência histórica funciona como um modo específico de orientação em situações reais da vida presente: tem como função ajudar-nos a compreender a realidade passada para compreender a realidade presente” (RÜSEN, 2011, p. 56) e, quanto ao futuro, crie perspectivas a partir das experiências conhecidas e interpretadas.

1.11. Tempo histórico no ensino de história

Trabalhar o passado do ser humano é a particularidade da história. Por isso, é um elemento imprescindível no ensino da história, principalmente, quando se aponta a importância de se estabelecer relação, passado, presente e futuro. Então, o ensino de história, torna-se elementar para a compreensão do presente ao se voltar as atenções ao passado e, em simultâneo, orientar o futuro.

Ensinar história hoje pressupõe ter o tempo como significante para que o sujeito, a partir de temporalidades diversas, possa perceber que aprender história é reconhecer em outros tempos e sujeitos experiências, valores e práticas sociais. Principalmente é proporcionar ao aluno reconhecer-se enquanto sujeito do seu tempo e com isto conseguir que ele reconheça outros sujeitos em tempos diversos (SCHMIDT, CAINELLI, 2009, p. 106).

Ao estabelecer uma relação passado/presente não se deve negligenciar ou diminuir a importância do presente. E sim, reconhecer a importância de cada uma para o seu tempo, ou seja, cada tempo (passado ou presente) tem o seu valor para a aprendizagem histórica, pois “o conhecimento do presente ser diretamente ainda mais importante para a compreensão do passado” (BLOCH, 2001, p. 66). Assim, evita-se o anacronismo ao se empregar os dois processos do tempo histórico no processo de aprendizagem histórica.

Sabendo-se disso, aluno e professor construirão um conhecimento histórico que contextualiza cada tempo, reconhecendo as características políticas, sociais econômicas, culturais, a produção do saber do ser humano no determinado tempo estudado e, assim, desenvolverão o sentimento de “alteridade, isto é, da empatia, do interesse e, ao mesmo tempo, de desenvolver o respeito por outros povos e outras civilizações, pois o interesse pelo outro é também uma forma de conhecer a si próprio” (Ibidem, 2009, p. 99).

Os historiadores buscam diversos meios para situar as pessoas no tempo, entre esses meios, podemos nos referenciar ao tempo histórico dividido em períodos como a Pré-história,

Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. Essa periodização tem contestações devidas por privilegiar os eventos históricos europeus.

A periodização da história em Antiguidade, Idade Média e Modernidade foi proposta pelo humanismo e continuada pelos modernos critérios de classificar a produção, de modo que a história parte das tribos caçadoras e coletoras, passa pela agricultura e as culturas desenvolvidas para chegar à civilização técnico-industrial. Também é certo que essa periodização hipostasia um espaço de experiência suprageneracional que se estabiliza no longo prazo, além dos séculos e dos milênios, e que só se havia modificado silenciosamente (KOSELLECK, 2014, p. 38-39).

O historiador Marc Bloch, destacou a periodização da história e, ainda, propôs aos historiadores se voltassem a pensar num tempo histórico que privilegiasse o tempo da duração. De acordo com Bittencourt, o tempo da duração, segundo Bloch, “é um tempo contínuo, mas também o de mudança constante. Continuidade e mudança constituem os atributos cuja antítese faz surgir os grandes problemas que o historiador tem de desvendar” (2018, p. 176).

Já o historiador Fernand Braudel aprofundou o tempo da duração de Marc Bloch ao estabelecer três ordens da duração do tempo histórico que se diferenciam de acordo com o tempo tomado pelos eventos históricos, a saber: curta duração (corresponde a acontecimentos determinados em um instante, como assinatura de uma ata, nascimento de ser humano, a morte de alguém, inscrição para um concurso, etc.); média duração (corresponde a eventos ocorridos numa determinada estrutura como Revolução Francesa, Revolução de 1930, Revolução Russa, etc.) e por fim, longa duração (os acontecimentos fogem a um marco inicial e final, como a escravidão, pandemias, etc.) (Ibid., 2018, p. 176).

Utilizaremos os processos de mudança e permanência para compreendermos a partir do presente, de algo inerente ao cotidiano do discente, a feira livre de sua cidade, os procedimentos de ação do ser humano ao longo do tempo, “já que cada tempo histórico – ou em cada presente – coexistem relações de continuidade e de rupturas com o passado, bem como perspectivas diferenciadas do futuro” (SIMAN, 2003, p. 111). A esse propósito se inclui também, a formação da identidade histórica e o sentimento de pertencimento ao patrimônio cultural imaterial da feira. Para Schmidt e Cainelli

O trabalho com as noções temporais contribui para a compreensão da causalidade histórica, isto é, das relações entre uma época histórica e outra, um fato histórico e outro da mesma época. Ademais, permite captar os elementos evidenciadores da profundidade temporal, quais sejam, de referências sobre outras épocas e tempos para diferenciá-los do presente (2009, p. 100).

Contudo, é preciso ficar atento ao perigo de cometer anacronismo quando, possivelmente sem intenção, projetarmos organizações, manifestações, comportamentos, ações, comercialização de produtos da feira no presente com as feiras do passado, ou melhor, projetar o modo de ser e de se fazer a feira no passado como se fosse ao presente.

Partindo de dois processos do tempo histórico – mudança e permanência – pretendemos discutir com os alunos iniciando dos seus conhecimentos trazidos do meio social em que vive e de suas experiências com a feira tratar de conteúdo/temas como: feirantes, produtos industrializados, artesanato, relação de compra e venda, consumidores, trabalhadores (homens, mulheres, crianças), produtos comercializados, grupos sociais, cultura, entre outros em comparação a conteúdos/temas exigidos no currículo escolar do ensino de história como: Idade Média (feudalismo, feiras livres medievais, compra e venda, trabalho, artesanato...), Idade Moderna (Revolução Industrial, artesanato, trabalho...). Contudo, podemos utilizar associado à feira, fontes históricas como fotografias, documentários, reportagens televisivas, jornais escritos e falados, livros, etc.

A feira é vista como um objeto de estudo a ser utilizado pelo professor do ensino de história em sala de aula com o propósito de contribuir para a aprendizagem histórica e, conseqüentemente para o desenvolvimento da consciência histórica do aluno em sala de aula a partir deste evento social, cultural e econômico que faz parte da realidade do discente e partindo dele, entender conteúdos/temas que são abordados na disciplina de história via os dois processos do tempo histórico: mudança e permanência.

Sequências Didáticas de História



Artesanato na feira de Itabaiana
Foto: José Wilson Moura Santos, 22 de ago. 2020.

2.1. SEQUÊNCIA DIDÁTICA: Feira: patrimônio cultural imaterial

2.1.1. Conceito

A cultura é inata ao ser humano, por isso é uma das características que diferencia os seres humanos dos animais. Isto se deve a capacidade de os indivíduos poderem “transmitir valores adquiridos pela experiência de determinado grupo humano” PELEGRINI; FUNARI, 2013, p. 18. Ela é um acúmulo de informações, aprendizagens, valores, experiências que são compartilhadas ao longo do tempo no grupo humano ao qual o indivíduo pertence de diversas formas como ouvir, falar, ler, observar, fazer, produzir, criar e pelo modo que interagem socialmente. Esse modo de agir, ser, pensar, comer, brincar, falar entre outras ações diferem entre os grupos humanos e se modificam ao longo do tempo histórico diante do surgimento de novas necessidades. Sabendo-se que, eles representam e atestam entre tantas outras coisas, a identidade do indivíduo e o seu sentimento de pertencimento a determinada sociedade e/ou lugar.

Entre os vários conceitos que podem ser formulados sobre a cultura. Santos nos ensina que ela é “tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação, ou de grupos no interior de uma sociedade” (SANTOS, 2006, p. 24). Portanto, a cultura abrange todo o fazer e ser do ser humano num determinado grupo social classifica em material e imaterial.

A cultura material é toda a produção palpável que o ser humano produz ou que transformou na natureza ao longo do tempo, por exemplo, roupa, objetos de arte, livros, monumentos, instrumentos de madeira, peças de pedra, igrejas, casas, entre outros. Enquanto a cultura imaterial são as produções humanas não palpáveis, abstratas, como exemplo, festas, culinárias, danças, linguagem, feiras, folclore, músicas, rituais, etc.

Do conceito de cultura material e imaterial, partimos para o termo de patrimônio cultural. Este conceito surgiu entre os séculos XVIII e XIX quando os Estados europeus passaram a escolher monumentos, bens, eventos, objetos, fatos, entre tantas outras coisas que sirvam como meio de construção da identidade de um povo ou de um grupo. Segundo Pelegrini e Funari, o “Patrimônio cultural associou-se, nos séculos XVIII e XIX com a nação, com a escolha daquilo que representaria a nacionalidade, na forma de monumentos, edifícios ou outras formas de expressão” (2013, p. 28).

O patrimônio cultural passou a representar, além do sentimento de identidade e de nacionalismo, o vínculo do indivíduo a sua comunidade, o anseio em rememorar, um espaço de memória, um lugar de sentido. Segundo a Unesco

o patrimônio cultural não se limita a monumentos e coleções de objetos. Inclui também expressões vivas herdadas de nossos ancestrais, como tradições orais, artes cênicas, usos sociais, rituais, eventos festivos, conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo, e conhecimentos e técnicas vinculados ao artesanato tradicional. Apesar de sua fragilidade, o patrimônio cultural imaterial ou patrimônio vivo é um fator importante na manutenção da diversidade cultural (s/d, s/p).

Então, diante da sua crescente importância e da diversidade que ganhou ao longo do tempo, o patrimônio cultural se dividiu em bens tangíveis ou material (bens móveis e imóveis) e bens intangíveis ou imaterial como as ideias, costumes, crenças, tradição oral, danças, rituais, saberes, etc. (PELEGRINI, 2009, p. 28).

Entre o patrimônio cultural material e imaterial, vamos nos debruçar sucintamente no nosso objeto de estudo que é o patrimônio cultural imaterial que a Unesco conceitua como

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural (2003, p. 3).

O patrimônio cultural imaterial é passado de geração em geração e sempre está sofrendo mudanças ao longo do tempo histórico por novas maneiras de pensar, fazer, e agir das pessoas na comunidade, como em razão do contato com a natureza e com outros grupos sociais. Além disso, “todos esses bens culturais apreendidos como ‘expressões da alma dos povos’ conjugam as reminiscências e o sentido de pertencimento dos indivíduos, articulando-os a um ou mais grupos e lhes assegurando vínculos identitários” (Idem, *ibid*, 2009, p. 14). Segundo o Iphan, o patrimônio cultural imaterial se constitui de

bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

O patrimônio cultural imaterial está muito próximo de cada indivíduo na comunidade em que vive. O modo de se relacionar, as festas religiosas, as comemorações da cidade (tanto as sacras quanto as profanas), os costumes, as danças, as músicas, a feira, as manifestações folclóricas, a culinária, etc. Ele faz parte da vida dos indivíduos, está intrinsecamente ligado

as emoções, aos sentimentos, as memórias, as recomendações e ao jeito de existir, em geral, da comunidade.

A feira é um patrimônio cultural imaterial por isso fortalece o vínculo do indivíduo com o seu município e os seus pares, é fonte histórica a ser utilizada pelo historiador para narrar sobre determinado contexto histórico social, cultural e/ou econômico da sociedade. Ainda, viabiliza “a aproximação entre os sujeitos e suas culturas, num processo que promova no ambiente escolar uma possibilidade de leitura da memória coletiva, dos monumentos e das relações que se estabelecem entre eles, de forma analítica e crítica” (ZARBATO, 2018, p. 69).

Ao se debruçar sobre a feira como patrimônio cultural imaterial, estaremos legitimando e valorizando o nosso passado, a nossa história. Também, estaremos criando um sentimento de pertencimento, a compreensão do que nos rodeia, a sua preservação como instrumento que agrega valores, conhecimentos, memórias e o sentimento de coletividade.

Sobre o conceito de fonte histórica, Barros no diz que “é tudo aquilo que, por ser produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente” (BARROS, 2019, p. 1).

As fontes históricas fornecem subsídios para que o historiador ou qualquer pessoa tenha condições de entender o presente a partir das evidências que nelas são registradas sobre as ações do ser humano no passado.

As fontes históricas se classificam em fontes materiais que se divide em fontes naturais (paisagens, lugares, etc.) e fontes da cultura material (utensílios, artefatos, objetos, cerâmicas, etc.); fontes de conteúdo que se divide em fontes verbais (que se subdividem em fontes textuais - manuscritos, livros, impressos diversos, etc. e fontes orais - entrevistas, depoimentos) e fontes não-verbais (que se subdivide em fontes icnográfica – pinturas, desenhos, charges, fotografias, etc. e fontes sonoras – músicas, gravações) e fontes complexas que podem transitar entre as fontes anteriores (cinema, teatro); fontes imateriais (celebrações, festas, rituais religiosos, mitos, receitas alimentares, modo de fazer, tecnologias populares, etc.) e por fim, fontes virtuais (geradas pela internet) (Idem, 2019, p. 10–15).

Enfim, optamos em nos debruçar sobre as fontes imateriais e, no nosso caso específico, é a feira. Ela é um bem cultural que pode ser usada como fonte histórica com a potencialidade de estabelecer conexões entre presente-passado, fortalecer o sentimento de pertencimento e de identidade e desenvolver uma postura de preservação do bem patrimonial cultural imaterial e/ou material em seu município pelo aluno.

2.1.2. Músicas

O FEIRÃO DE ITABAIANA

Refrão Tudo que você quiser
 - Tudo que imaginar
 Na feira de Itabaiana
 Se encontra prá comprar

BIS

1 - Quem conhece meu
 Sergipe Com certeza ouviu
 falar
 Na feira de Itabaiana
 A maior desse lugar
 Tem de tudo para todos
 Tem o que se procurar
 Na feira de Itabaiana
 Pode vir verificar

2 - A camisa a alpercata
 Roupa de mandapulão
 A botina rangideira
 A espora e o gibão
 Tem até chapéu de couro
 Prá enfeitar boiadeiro
 A feirinha é completa
 Não duvide companheiro
 Refrão

3 - Você compra toda fruta
 Jaca mole, jaca dura
 Tem pitomba, tem banana
 Carne com boa gordura
 Camarão, linguça e peixe
 Tem fatada e fuçura
 Requeijão, queijo de
 qualho
 Tem também manteiga
 pura

6 - Na barraca de Maria
 Bem no meio da calçada
 Tem pêra, tem maçã verde
 E maçã da encarnada
 Na banca de Dona Lúcia
 Arroz doce e o munguzá
 Bolo de puba e milho
 Bolachinha e araçá

7 - E nas bancas de cachaça
 Garrafadas de pau dentro
 Tem angico, tem quixaba
 Prá beber e prá unguento
 Tem nambú, rolinha assada
 Tira gosto de tatú
 Tem até gia tratada
 E até carne de teiú

8 - Da cebola a cebolinha
 Junto com corda de alho
 E de tudo na feirinha
 Se encontra sem trabalho
 O camelô na calçada
 Vendendo Diogenina
 Que serve entre outras
 coisas
 Prá dar fogo nas meninas

4 - Tem panela, muito jarro
 Tem moringa e purrão
 É lá na feira do barro
 Que ninguém fica na mão
 Na feira de passarinho
 Tem nambú e azulão
 Papagaio e periquito
 Se brincar até leão

Refrão

5 - Caldo de cana caiana
 Com pão doce bem gelado
 Tem um frito de primeira
 E galinha no molho pardo
 Tem sarapatel gostoso
 Pró ninguém botar defeito
 Na feira de Itabaiana
 Você come satisfeito

9 - É assim ô meu amigo
 A feira desse lugar
 Tem de tudo, para todos
 Ninguém queira duvidar
 Se você não acredita
 Suba a Serra venha ver
 Na feira de Itabaiana
 Tem de tudo prá vender
 Na feira de Itabaiana
 Tem de tudo prá vender

Refrão

CACCHO, Nill. FEIRÃO DE ITABAIANA. Intérprete: Nill Caccho. Compositor: Uéliton Mendes da Silva. In: **EM RITMO DE FORRÓ**. Manaus: Videolar, s/d. 1 CD, faixa 7 (4 min 11 s).

FEIRA LIVRE

Hoje é domingo de feira
 Lá na beira da maré
 Milagre do povo
 Na faca amolada
 Na tripa do peixe
 No bucho do porco
 No gole a cachaça

Crê quem quiser São Tomé!

Ô Diana,
 vai lá na venda do Zé
 Traz pimenta de cheiro
 Sangue pisado pro sarapaté

Lá tem feijão de corda?
 Oi, tem, tem, tem!
 E a folha da maniçoba?
 Oi, também, tem, tem, tem!

Lá tem fatada de bode?
 Dobrada, quem pode?
 Sirí de capote?
 Farofa amarela pra acompanhar?
 Oi, tem, tem, tem!

Tem sururu na cabaça?
 Manteiga em garrafa?
 Pescada-amarela no cassuá?
 Oi, também, tem, tem, tem!

Oi Donana,
 Traz arruda e guiné
 Bacia pro banho de cheiro
 Pro mal-olhado arribar o pé

Crê quem quiser São Tomé!

ASSIS, Flávio. FEIRA LIVRE. Intérprete Flávio Assis. Compositor: Flávio Assis. In: **FEIRA LIVRE**. Gravadora Independente, 2011. 1 CD, Faixa 5, (04min03s). Disponível em:< <https://flavioassis.bandcamp.com/track/feira-livre>>. Acesso em: 04 de jun. de 2021.

7.1.3. Texto

Conexões entre a feira, a cultura popular e a festa

Embora o caráter mercantil seja colocado em primeiro plano, apresentando-se como o principal motivo para a feira, ao longo do tempo esta se desenvolveu de forma lúdica, solta e livre, como o seu próprio nome diz. Adaptando-se aos tempos em relação à mercadoria, tecnologia e clientes, não perdeu sua base, suas raízes. Equilibrando os princípios da tradição e da inovação, assim como a festa popular, cada feira livre é, ao mesmo tempo, igual e diferente da anterior.

A feira livre de caráter predominantemente hortifrutigranjeiro se insere como uma possibilidade de reafirmação da identidade do povo brasileiro, já que destaca os costumes e

a cultura popular, promove troca de conhecimentos, resgate de valores e sensação de integração social.

O mesmo papel tem a festa, que desde a época colonial já era usado como um meio de tentar aproximar tantos povos diferentes e auxiliar na formação de uma imagem nacional. Elas sempre funcionaram como um meio de comunicação em uma comunidade, sendo um local onde as pessoas, ainda que em meio à celebração e ao caos, acabam refletindo sobre suas vidas e sobre a sociedade em um nível discreto, quase subconsciente. O sentimento de participação e a força coletiva desenvolvem uma catarse entre os integrantes do evento. Ao mesmo tempo, os simbolismos e componentes míticos reforçam o ambiente livre, criativo, interativo e até surreal. Sendo assim, podemos dizer que na feira ocorre um sentimento de pertencimento a uma comunidade, a sensação de que o indivíduo comum pode ser um protagonista do evento.

[...]

Ele passa a se sentir acolhido, inserido em um local em que pode participar livremente, interagir do modo como desejar. No tempo da feira, o homem do povo sente que tem voz, que pode expressar-se em um espaço democrático e até ganhar fôlego para transformar uma situação. Quase como uma validação da cidadania, uma oportunidade de colocar o poder na mão de pessoas pobres. E assim, o indivíduo ganha ânimo para continuar sua rotina com mais força. Outra constatação interessante é que em uma feira livre estão presentes todos os aspectos da cultura popular - oralidade, espacialidade, artesanato e festa.

“Nesses espaços das conversas, das tradições, dos encontros, das transgressões, das experiências, das compras, vendas e permutas, das jocosidades, das performances corporais e orais, enfim, das cores, odores e sonoridades que se misturam e se dissolvem, inúmeras pessoas efetuam as reproduções sociais e capitalistas da vida cotidiana. Dessa maneira, a feira se institui, antes de tudo, em um espaço de mobilidades comerciais e sociais onde, por meio das diversificadas dinâmicas, ergue-se uma rede de sociabilidades vivenciadas pelos agentes sociais no âmbito dos territórios construídos” (Morais e Araújo, 2006, p.267).

Apesar de ser um local de criatividade e diversão, possui rituais e estruturas fixas. Com uma periodicidade mais frequente do que a festa e de duração mais curta, ela é uma maneira, ainda que integrada ao cotidiano, de reproduzi-lo, ao mesmo tempo em que se apresenta como um escape dele. Podíamos ao mesmo falar que o fato de não haver feiras às segundas seria quase uma simbologia de que este dia é para o trabalho, não para celebrações. Ao mesmo tempo, a dinâmica entre a manutenção de valores e tradições e a constante inovação e vontade de quebrar as regras é um espelho da luta social contemporânea. A busca pelo equilíbrio entre realidade e expectativas e como podemos nos adaptar em meio a elas.

A festa possui uma dupla e contraditória potencialização entre conservação e criatividade cultural. De um lado, empurra o indivíduo à fuga, à evasão da realidade banal, do cotidiano, para mergulhar no momento mágico da festa, que é também o momento do sagrado e do caos primordial. Esta evasão é provocada pelas técnicas que constituem a parte essencial da instituição festiva: o riso, o jogo, a dança, a música, a alegria, o descontrole orgástico,

o dramático etc. De outro lado, o clima festivo abre uma possibilidade psicológica e fornece uma carga de energia psíquica que permite ao indivíduo enfrentar com vigor e independência criativa as batalhas do cotidiano (Ferreira, 2006, p.65).

Outro fator é a reprodução do “mesmo” evento nos mais diferentes lugares do país ao mesmo tempo. Mesmo assim, tais questões não retiram seu ineditismo a cada evento realizado, criando fôlego para continuidade do acontecimento.

[...]

Com o passar do ano, seus produtos se adaptam à mudança das estações, evidenciando um ciclo natural e uma relação de respeito com o tempo, o que permite o seu prosseguimento.

Em um paralelo com o tema sagrado e profano da festa popular, podemos constatar a presença da religiosidade na feira através de suas origens, das crendices populares e barracas com conteúdo religioso. Do outro lado, o profano se vê representado pela tão popular paquera e frases galanteadoras das barracas, como por exemplo “Moça bonita não paga, mas também não leva”.

Outra situação curiosa é constatar a interação de diferentes etnias dentro do evento, e ainda que cada uma geralmente trabalhe em segmentos específicos, todas são necessárias para a formação completa da feira livre. Isso nos leva a fazer um paralelo com a integração do povo brasileiro e a representação de suas diversas origens. Temos como exemplo a barraca do pastel, que geralmente é administrada por famílias de origem oriental. Ao mesmo tempo, vemos famílias de origem indígena realizando a venda de produtos como mandioca e palmito. Um aspecto é que em muitas barracas famílias inteiras trabalham para manter o negócio e que a barraca e as profissões são transmitidas à próxima geração. Isso reforça e aproxima os laços culturais delas.

[...]

Um ponto reafirmador da origem das feiras e de sua mescla é que depois que ela acaba, os feirantes trocam, entre si, muitas das mercadorias que sobraram.

A feira livre conseguiu sobreviver aos tempos modernos sem mudar demasiadamente, sofrendo pequenas adaptações apenas (...).

[...]

Outra característica presente na feira livre é a competitividade, que ocorre em diversos níveis. Um exemplo é que invariavelmente as pessoas possuem seus próprios costumes e preferências dentro de uma feira – a barraca favorita, o melhor vendedor... Da mesma maneira, existem as feiras livres consideradas as melhores, as mais cotadas, as mais famosas. Além disso, dentro delas, as atrações principais, as pessoas que se destacam, as barracas diferenciadas, os produtos exclusivos.

Em se tratando ainda de venda, a feira abre a possibilidade para algo inusitado – abarganha. Essa negociação do preço mostra uma abertura para quebrar as “regras”, quase uma flexibilização da norma. Enquanto isso, essa é uma prática inexistente no grande comércio.

No geral, o evento pode se apresentar como um momento de rever conhecidos, como uma mistura de lazer e cotidiano – ainda que estejam sendo realizadas atividades rotineiras, necessárias, é uma oportunidade de viver algo diferente, uma comemoração dentro do dia a dia. Um local lúdico e transgressor. Um ambiente alegre e unido, um espaço

de liberação através da interação social – por meio de dança, riso, conversas, ditos populares, músicas etc.

“Todos esses elementos... fazem parte de um complexo comunicacional composto por textos, músicas, danças, imagens, oralidade, crenças, costumes e toda a sorte de práticas culturais, reafirmando a noção de que comunicação é cultura”. (Ferreira, 2006, p.70).

O processo de organização das feiras livres exige uma participação comunitária, uma estrutura que busque agradar à população local e se adaptar ao espaço em que acontecerá. Ela acrescenta à comunidade, acaba gerando até uma dependência na rotina. Além disso, tanto pela informalidade, estrutura e componentes que a formam, pode ser classificada como subalterna. Realizando um paralelo com o nosso país, a feira livre parece refletir a alegria do povo brasileiro. Mesmo porque aparenta ter, mesmo em meio ao caos, uma dinâmica organizada e harmoniosa, ainda que extremamente bagunçada. Com crianças, cachorros, idosos, trabalhadores, casais e mendigos convivendo em um mesmo espaço e pintando cenas de um quadro rico e curioso.

[...]

Desenvolvem-se e cultivam-se, nesse espaço, relações de confiança, troca e amizade. Não existe apenas a venda. Há confiança tanto no valor e qualidade dos produtos comercializados, quanto nos vendedores e pessoas conhecidas encontradas no local. Ocorrem fofocas, Lembranças, preservação dos costumes e da rotina (já que ocorrem em dias determinados) e mantêm-se hábitos e as relações com a comunidade.

Existe também a possibilidade de frear o ritmo frenético do cotidiano, de ser fazer uma compra de maneira mais calma, mais descontraída, mais prazerosa.

No final de semana, mostra-se para muitos um espaço de passeio, quase um ponto de encontro. Além de um local aberto e acessível a toda idade, sexo, cor, estado civil e religião.

[...]

Um ponto interessante é que a feira mostra-se como uma oportunidade de quebrar essas barreiras sociais e explorar o espaço esquecido. Nela, as pessoas tiram um pouco de suas máscaras e entram em contato. E um espaço público, mas não civil, se transforma, e por algumas horas, a realidade do local é modificada. Esses eventos, que às vezes ocorrem em lugares próximos às praças públicas (espaços ênicos), ajudam a expandir a relação com a espacialidade e a recuperar a convivência e real utilização de espaços negligenciados.

Outro elemento para se analisar são as famosas frases gritadas pelos feirantes e algumas vezes até cantadas. Elas parecem ritos e canções típicas populares. O espetáculo único dos feirantes gritando suas frases criativas para garantir a qualidade dos seus produtos e melhor preço é um dos grandes atrativos da feira, chamando a atenção de compradores através da performance.

GUIMARÃES, Camila Aude. **A feira livre na celebração da cultura popular**. Monografia. (Graduação em Gestão cultural e organização de eventos. Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010, 20p. Disponível em: <<http://celacc.eca.usp.br/?q=pt-br/celacc-tcc/326/detalhe>>. Acesso em: 26 de fev. 2021.

2.1.4. Leis



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANA

LEI Nº: 1606/2013
10 de junho de 2013

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA, ESTADO DE SERGIPE faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A feira livre da cidade de Itabaiana em funcionamento há mais de 01 (um) século fica declarada como patrimônio histórico cultural e imaterial.

Parágrafo único - Considera-se para esse efeito como feiras livres as que comercializam diversos produtos de variadas qualificações, permitindo a livre escolha a todos que a frequentam.

Art. 2º - Como patrimônio histórico cultural imaterial a feira livre de Itabaiana deve ser preservada.

Parágrafo único - As decisões quanto à modificação relativa à organização, dia e local da feira livre, dependerão de prévia anuência dos feirantes, dos moradores e do Poder Público Municipal.

Art. 3º - O Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Itabaiana/SE, 10 de junho de 2013.

VALMIR DOS SANTOS COSTA
PREFEITO

LUCAS CARDINALI PACHECO
ADVOGADO GERAL

ITABAIANA. Lei Municipal Nº 1606, de 10 de junho de 2013. Declara a feira livre da cidade de Itabaiana como patrimônio cultural imaterial e dá outras providências. Itabaiana/SE, 2013. Disponível em:< <https://cmitabaiana.se.gov.br/lei/1775/declara-a-feira-livre-de-nosso-munic-pio-como-patrim-nio-hist-rico-cultural-e-imaterial>>. Acesso em 26 de ago. de 2019.



GOVERNO DO ESTADO
LEI Nº. 8.561
DE 26 DE AGOSTO DE 2019

Declaro a “FEIRA LIVRE” do
Município de Itabaiana,
Patrimônio Cultural do Estado
de Sergipe.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE;

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado aprovou e que eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada Patrimônio Cultural do Estado de Sergipe a “FEIRA LIVRE” do Município de Itabaiana.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Aracaju, 26 de agosto de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

BELIVALDO CHAGAS SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

José Carlos Felizola Soares Filho
Secretário de Estado Geral de Governo

SERGIPE. Lei Estadual Nº 8561, de 26 de agosto de 2019. Declara a “FEIRA LIVRE” do Município de Itabaiana, Patrimônio Cultural do Estado de Sergipe. Aracaju/SE, 2019. Disponível em:< <https://segrase.se.gov.br/portal/visualizacoes/jornal/2088/#e:2088>>. Acesso em 26 de ago. de 2019.

2.1.5. Vídeos

O jeito itabaianense de negociar. Duração: 3min09seg. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=7qorHCT9SUo>> Acesso em: 03/12/2020.

FEIRA DE ITABAIANA/SE. Duração: 3min10seg. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=UtSdHNTJBb8>> Acesso em: 03/12/2020.

HISTORIA DE ITABAIANA SERGIPE. Duração: 6min00seg. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=FyaDG7BQz9w>> Acesso em: 03/12/2020.

2.1.6. Literatura de Cordel

A feira de Itabaiana

Itabaiana em Sergipe
No Nordeste brasileiro
É uma grande cidade
De um povo hospitaleiro
Girente e trabalhador
Que lutam sem destemor
É um exemplo agresteiro

Começou com os mascastes
Vendendo tudo no chão
Visitando os moradores
No inverno e no verão
Os caixeiro viajante
O que achava importante
Trazia pra região

O costume foi pegando
No seio da população
Chegava em carro de boi
De burro puxado a mão
De cangaia e caçua
Igual a ela não há
Tornou-se uma tradição

No começo foi difícil
Banca nenhuma existia
Vendedor e comprador
Com todo mundo entendia
Abriam os seus caixões
Mochilas e matulões
Pra vender o que trazia

Pra feira vão os católicos
Espiritas e protestantes
Macumbeiro e benzedor
Isso é interessante
Pois a feira é o lugar
De todos se encontrar
Do mais ao menos importante

MENDONÇA, Carlos. **A feira de Itabaiana: a mais importante, folclórica e tradicional feira do nordeste.** Itabaiana-SE: Infographics, 2016, p. 6, 7, 20.

2.1.7. Atividades

Objetivos:

Conceituar cultura e patrimônio cultural.

Discutir a feira como patrimônio cultural imaterial.

Promover o uso de diferentes fontes históricas que trate da feira como patrimônio cultural imaterial da cidade.

Metodologia:

Discussão em sala de aula, leitura e debate do texto e das leis, análise da música, atividade escrita.

Tempo estimado:

4 aulas de 50 minutos.

Em que momento devo trabalhar?

Essa sequência didática pode ser trabalhada no 6.º ano do Ensino Fundamental e/ou 1.º ano do Ensino Médio, guardadas as devidas proporções, quando em sala de aula é abordado temas como história, fonte histórica, cultura e patrimônio. Assim, o professor e aluno discutem à feira como fonte histórica que pode tratar sobre o passado do município e seus reflexos na sociedade, na cultura e na economia atual. Além de tratá-la como patrimônio cultural imaterial e, como tal, bem cultural que desperte o sentimento de identidade, preservação do patrimônio e de pertencimento ao local.

Desenvolvimento:**Módulo 1:**

Estimular os alunos a exporem oralmente o que entendem como sendo cultura, patrimônio e patrimônio cultural imaterial. Perguntar aos alunos se conhecem algum patrimônio cultural imaterial e o que consideram na cidade como patrimônio. Após ouvir os alunos, expor e discutir os conceitos, propor a leitura do texto “Conexões entre a feira, a cultura popular e a festa” que deve ser interpretado e debatido com a turma. Após a discussão do texto, propor o debate sobre a importância do patrimônio cultural imaterial para o município. Por fim, debater com os alunos os conceitos mobilizados.

Módulo 2:

Questionar aos alunos o que seria documento ou fonte histórica e sua importância para o trabalho do historiador e o conhecimento do passado. Em seguida, solicitar que exemplificassem as fontes históricas. Passado esse momento, apresentar e discutir sobre a feira local como fonte histórica e que, entre tantas outras coisas, pode contar e explicar muito sobre o presente do município e dos sujeitos históricos, em geral. Enfim, discutir as razões para considerar a feira local como patrimônio cultural imaterial da cidade e do estado.

Módulo 3:

Nessa etapa, apresentará fontes históricas que serão trabalhadas em sala de aula. Os alunos devem ser convidados a ouvir e acompanhar com a letra em mãos a música “Feirão de Itabaiana” cantada por Nill Caccho e “Feira Livre” interpretada por Flávio Assis. Também lerem o recorte da literatura de cordel sobre a feira, os decretos-leis e assistirem aos vídeos sobre a feira como espaço de história, memória e cultura. No segundo momento, o professor deve promover a discussão sobre as fontes históricas e propor em seguida uma atividade trabalhando com as fontes sugeridas.

Módulo 4:

Nessa última parte, sugiro que o professor forme cinco grupos ou menos, fica a critério do docente, e cada grupo com uma categoria de fonte histórica trabalhada no módulo anterior. Cada grupo deverá apresentar a análise dos documentos. Nesse momento, o professor proponha questões como a importância desses documentos, superação ou dessas fontes, a facilidade de seu uso. Também, interessante que discuta o tempo histórico da produção das fontes e um paralelo com as novas tecnologias que podem ser usadas com tal. Enfim, proponha a produção de um texto sobre a relação fonte histórica, patrimônio cultural imaterial e a feira. O que pode ser exposta no mural da escola.

2.1.8. Avaliação:

1. Analisar em dupla, fotos e/ou pinturas que retratam a feira ao longo do tempo.
2. Produzir um texto sobre a feira como patrimônio cultural imaterial.
3. Apresentar a entrevista “A feira no meu tempo” realizada pelos alunos com seus familiares.

2.1.9. Para saber mais sobre o tema:

ANDRADE, Francisco Ari de; SILVA, Francisca Eliana Santos da; SILVA, Angelina do Nascimento. **Manifestação cultural na feira livre: saber popular e linguagem da cidade.** In: ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 12.; ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 26 a 28 set. 2013, Fortaleza (CE). Anais... Fortaleza (CE), 2013. p. 877-889. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/39179/1/2013_eve_ansilva.pdf>. Acesso em: 15 de fev. 2021.

ANTERIO, Djavan; GOMES-DA-SILVA, Pierre Normando. **Relação sociocultural dos brinquedos artesanais vendidos em feiras livres.** *Educ. Real.* [online]. 2012, vol.37, n.3, pp.923-941. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2175-62362012000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 de fev. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Imaterial.** [S.L], não datado. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 14 de fev. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Cultural.** [S.L], não datado. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 14 de fev. 2021.

VIEIRA, Antônio Carlos. **A Feira de Itabaiana I: A feira das feiras.** Os ceboleiros: causos e fatos, 14 de jun. de 2016. Disponível em: <<https://carlos-itabaiana.blogspot.com/2016/06/a-feira-de-itabaiana-i-feria-das-feiras.html>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2020.

_____. **A Feira de Itabaiana II - A feira das farinhas.** Os ceboleiros: causos e fatos, 26 de jun. de 2016. Disponível em: <<https://carlos-itabaiana.blogspot.com/2016/06/a-feira-de-itabaiana-ii-feira-das.html>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2020.

_____. **A Feira de Itabaiana III - A Feira das Verduras.** Os ceboleiros: causos e fatos, 9 de jul. de 2016. Disponível em: <<https://carlos-itabaiana.blogspot.com/2016/07/a-feira-de-itabaiana-iii-feira-das.html>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2020.

_____. **A Feira de Itabaiana IV: A Feira dos Manuês.** Os ceboleiros: causos e fatos, 19 de jul. de 2016. Disponível em: <<https://carlos-itabaiana.blogspot.com/2016/07/a-feira-de-itabaiana-iv-feira-dos-manues.html>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2020.

_____. **A Feira de Itabaiana V - A Feira dos Jogos.** Os ceboleiros: causos e fatos, 25 de jul. 2016. Disponível em: <<https://carlos-itabaiana.blogspot.com/2016/07/a-feira-de-itabaiana-v-feira-dos-jogos.html>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2020.

_____. **A Feira de Itabaiana VI - A Feira dos Sapatos.** Os ceboleiros: causos e fatos, 2 de ago. de 2016. Disponível em: <<https://carlos-itabaiana.blogspot.com/2016/08/a-feira-de-itabaiana-vi-feira-dos.html>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2020.

_____. **A Feira de Itabaiana VII - A Feira dos “Fato”.** Os ceboleiros: causos e fatos, 18 de ago. 2016. Disponível em: <<https://carlos-itabaiana.blogspot.com/2016/08/a-feira-de-itabaiana-vii-feira-dos-fato.html>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2020.

_____. **A Feira de Itabaiana VIII - A Feira das carnes.** Os ceboleiros: causos e fatos, 23 de ago. 2016. Disponível em: <<https://carlos-itabaiana.blogspot.com/2016/08/a-feira-de-itabaiana-viii-feira-das.html>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2020.

_____. **A Feira de Itabaiana IX - A Feira das panelas.** Os ceboleiros: causos e fatos, 26 de ago. 2016. Disponível em: <<https://carlos-itabaiana.blogspot.com/2016/08/a-feira-de-itabaiana-ix-feira-das.html>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2020.

_____. **A Feira de Itabaiana X - A Feira das trocas.** Os ceboleiros: causos e fatos, 2 de set. 2016. Disponível em: <<https://carlos-itabaiana.blogspot.com/2016/09/a-feira-de-itabaiana-x-feira-das-trocas.html>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2020.

_____. **A Feira de Itabaiana XI - As pequenas feiras.** Os ceboleiros: causos e fatos, 7 de set. 2016. Disponível em: <<https://carlos-itabaiana.blogspot.com/2016/09/a-feira-de-itabaiana-xi-as-pequenas.html>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2020.

_____. **A Feira de Itabaiana XII - A Feira dos cereais.** Os ceboleiros: causos e fatos, 24 de out. 2016. Disponível em:<<https://carlos-itabaiana.blogspot.com/2016/10/a-feira-de-itabaiana-xii-feira-dos.html>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2020.

_____. **A Feira de Itabaiana XIII - A Feira das roupas e dos tecidos.** Os ceboleiros: causos e fatos, 3 de nov. 2016. Disponível em:< <https://carlos-itabaiana.blogspot.com/2016/11/a-feira-de-itabaiana-xiii-feira-das.html>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2020.

_____. **A Feira de Itabaiana XIV - A Feira das miudezas.** Os ceboleiros: causos e fatos, 7 de nov. 2016. Disponível em:<<https://carlos-itabaiana.blogspot.com/2016/11/a-feira-de-itabaiana-xiv-feira-das.html>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2020.

_____. **A Feira de Itabaiana XV - Fazendo a Feira!.** Os ceboleiros: causos e fatos, 4 de jan. 2017. Disponível em:< <https://carlos-itabaiana.blogspot.com/2017/01/a-feira-de-itabaiana-xv-fazendo-feira.html>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2020.

2.1.10. Conclusão

Esta sequência didática se propõe em discutir sobre a feira como patrimônio cultural imaterial da cidade e sua relação com a memória e a história e, como tal, gerador de identidade e de sentimento de pertencimento do cidadão. Para essa discussão propõe textos, músicas, vídeos, literatura de cordel e leis. Assim, o aluno poderá a partir de sua experiência, interpretar os materiais propostos e assumir uma opinião sobre o tema proposto, haja vista, “os envolvidos devem, como foi dito, interpretar o evento temporal do seu próprio mundo e de si mesmos para poderem efetuar em vida a sua própria temporalidade e apropriar-se dela. Eles precisam dar-lhe um sentido com o qual se relacionam com ele” (RÜSEN, 2014, p. 256). Já que a memória do passado articulada com o presente do indivíduo é importante para a formação de sua identidade e o sentimento de pertencimento com o lugar e com tudo que nele é produzido pelo grupo.

2.2. SEQUÊNCIA DIDÁTICA: A embrionária feira na antiguidade

2.2.1. Conceito

O conceito de civilização teria derivado das palavras civil e civilidade entre os séculos XIII e XIV, utilizadas na França medieval. Nesse período medieval, portanto, o conceito de civilização se

Relaciona a construção de padrões de “bom comportamento” em determinadas épocas à auto-imagem que certas categorias sociais fazem de si mesmas, bem como relaciona padrões estabelecidos com o surgimento de alguns termos como os de cortesia, civilidade e civilização. Através destes e de outros termos e padrões de conduta, grupos pertencentes aos estratos superiores designaram o que os distinguiria, formando assim um código específico de comportamento (PILLA, 2003, p. 1).

Contudo, no século XVI, nos dicionários franceses já se encontrava o conceito de civilização: “Levar à civilidade, tornar civis e brandos os costumes e as maneiras dos indivíduos” (Huguet, apud Pilla, 2003, p. 3). O conceito de civilização só toma espaço na Europa a partir do século XVIII na França iluminista.

No século XVIII, os iluministas reformistas acreditam que os povos não estão suficientemente civilizados. A civilização não é um estado, é um processo que deve prosseguir. Esse significado absorveu muito do sentido que lhe dava a corte: padrão moral e costumes, tato social, consideração pelo próximo, entre outros. Nas mãos da classe média em ascensão, é ampliada a idéia sobre o que é necessário para tornar civilizada uma sociedade. O processo de civilização do Estado, da Constituição, da educação, tudo deveria eliminar o que era bárbaro e irracional. Esse processo deveria seguir-se ao refinamento das maneiras e à pacificação interna do país pelos reis (Idem, *ibid.*, 2003, p. 4).

Para os iluministas franceses, civilização deveria ser um estado em que todas as pessoas, povos deveriam desejar, porém, poucos alcançariam. Seriam povos ou pessoas boas, educadas, intelectuais, cultas e urbanos. Para os iluministas franceses, só os adeptos ao iluminismo seriam civilizados. Em contraposição, para os iluministas os bárbaros, ou seja, pessoas violentas, incultas, deseducadas. Temos então, a distinção entre pessoas com culturas superiores (os civilizados) e indivíduos inferiores (bárbaros) (SILVA; SILVA, 2009, p. 59).

A partir do século XIX, observaram-se alterações no termo civilização. Primeiro, passou a ser empregado no plural; segundo, o seu conceito passou a ter novos significados ao se aproximar dos conceitos de cultura, nação e povo. Também, é nesse momento em que

nações europeias se auto proclamam civilizadas e responsáveis para levar a civilização a povos destituídos da mesma.

A partir de então, as nações ocidentais passam a encarar o processo civilizatório como algo terminado, e consideram importante levar a outros povos essa civilização. O passado com resquícios bárbaros deve ser esquecido, por isso, ainda mesmo nas sociedades democráticas que agora se consolidam, ainda é tão importante refinar as maneiras e os comportamentos (PILLA, 2003, p. 7).

Ainda no século XIX, estudiosos contribuíram para a conceituação de civilização. Entre eles, Fernand Braudel, apud Pilla, conceitua civilização como sendo

Um espaço, uma ‘área cultural’, dizem os antropólogos, um alojamento. (...). É o agrupamento regular, a frequência de certos traços, a ubiquidade desses traços numa área precisa, que são os primeiros signos de uma coerência cultural. Se a essa coerência no espaço acrescenta uma certa permanência no tempo, eu chamo civilização ou cultura o conjunto, o ‘total’ do repertório. Esse ‘total’ é a ‘forma’ da civilização assim reconhecida (2003, p. 2).

Samuel Huntington, fundamentado em Braudel, conceituou civilização como “uma área cultural e seu sistema de valores, em que todos os seus integrantes compartilhariam de um conjunto de características comuns” (Apud, SILVA; SILVA, p. 60). Sendo assim, a civilização ultrapassa um território, as linhas fronteiriças de um Estado e alcança pessoas, regiões, comunidades que compartilham de costumes, modo de ser e agir, tradições, fala, etc. em comum.

Já no século XX, entre os estudiosos que se debruçaram na difícil missão em conceituar civilização, podemos citar Norbert Elias. Segundo ele,

(...) A uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conceitos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira de como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo poder judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, não há nada que possa ser feito de forma civilizada ou incivilizada. Daí ser sempre difícil sumarizar em algumas palavras o que se pode descrever como civilização (AQUINO, 2012, p. 142).

Então, há uma diversidade de elementos que podem definir o que seria civilização, por estar relacionada a toda uma produção cultural do indivíduo e/ou dos grupos humanos que envolve o modo de ser, agir, fazer, relacionar-se, conviver, produzir, crer, falar, etc., portanto, é difícil dizer o que é civilização.

Para Bagby, civilização seria “um tipo de cultura encontrada em cidades, considerando cidade qualquer aglomeração humana onde a maioria dos habitantes não estivesse diretamente

ocupada em produzir alimentos" (SILVA; SILVA, 2009, p. 60). Mesmo, discordando em alguns pontos de Bagby, quando a questão de civilização está associada a cidade, Arnold Toynbee concordava noutros pontos com Bagby ao definir civilização como “um tipo de sociedade em que a maioria dos habitantes não produz alimentos, mas se ocupa de outras atividades que garantam estabilidade material” (Idem, 2009, p. 61). Nesse caso, seriam os indivíduos que moram nos centros urbanos como os governantes, comerciantes, ferreiros, mercadores, soldados, artesãos, arquitetos, médicos, etc.

Ainda, Toynbee a define como “um tipo de sociedade que busca atingir a convivência harmônica entre seus membros, considerando essa harmonia o resultado de ampla produção artística e cultural”. (Ibid., 2009, p. 60, 61). Nessa definição, civilização seria aquela que em sua sociedade tem um grupo de indivíduos que contribuem intelectual e artisticamente para a sociedade no campo cultural.

Para Pinsky, uma aglomeração humana para que seja considerada civilização deve, na maior parte dos casos, apresentar uma organização social, política, econômica e cultura. Sendo assim, para ele,

Uma civilização, via de regra, implica uma organização política formal com normas estabelecidas para governantes (mesmo que autoritários e injustos) e governados; implica projetos amplos que demandem trabalho conjunto e administração centralizada (como canais de irrigação, grandes templos, pirâmides, portos, etc); implica a criação de um corpo de sustentação política (como a burocracia de funcionários públicos ligados ao poder central, militares, etc.); implica a incorporação das crenças por uma religião vinculada ao poder central, direta ou indiretamente (os sacerdotes egípcios, o templo de Jerusalém etc.); implica uma produção artística que tenha sobrevivido ao tempo e a inda nos encante (o passado não existe em si. Se dele não temos notícia é como se não tivesse existido); implica a criação ou incorporação de um sistema de escrita (esse item não é eliminatório): os incas não tinham propriamente uma escrita, nem por isso deixavam de ser civilizados); implica finalmente, mas não por último, a criação de cidades (PINSKY, 2020, p. 62).

Independente do conceito de civilização que usarmos, devemos evitar o etnocentrismo⁴⁰, considerar um estado, um grupo humano, mais civilizada do que outro e/ou acreditarmos que outros grupos humanos ainda vão chegar ao estágio de civilização. Cada conceito de civilização impõe seus interesses em detrimento ao outro.

⁴⁰ “Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc.” (ROCHA, 1984, p. 5).

De qualquer forma, a sociedade do “eu” é a melhor, a superior, representada como o espaço da cultura e da civilização por excelência. É onde existe o saber, o trabalho, o progresso. A sociedade do “outro” é atrasada. É o espaço da natureza. São os selvagens, os bárbaros. São qualquer coisa menos humanos, pois, estes somos nós. O barbarismo evoca a confusão, a desarticulação, a desordem (ROCHA, 1984, p. 5, 6).

Enfim, devemos lembrar que a compreensão de civilização criado pela Europa implica em construir uma imagem de superioridade e de predestinação em levá-la para os povos que não a conhecem. Diante dessa justificativa, domina com violência militar e cultural outros povos que por eles estão em atraso cultural, social, político e econômico, sendo essas sociedades não europeias denominadas selvagens ou de bárbaro⁴¹.

Quando se fala em Antiguidade, a primeira coisa que nos vem à mente é “coisa velha”, “antiga”, “ultrapassada”, “passado” ou outro significado similar aos citados. Todavia, quando pensamos em Antiguidade como conceito histórico, nos reportamos a primeira periodização da História (Idade Antiga ou Antiguidade) que segundo os historiadores se iniciou com a invenção da escrita (há cerca de 4.000 anos a. C.) e terminou com a queda do Império Romano no século V⁴².

A Antiguidade ou Idade Antiga marca o florescimento das civilizações em várias partes do mundo, a exemplo da egípcia, mesopotâmica, persa, fenícia, hebraica, chinesa, indiana, cretense, grega e romana a partir do olhar europeu. Por isso, quando se pensa em Antiguidade com relação aos povos antigos, reportamos de imediato as chamadas civilizações clássicas que se desenvolveram em território europeu, Grécia e Roma Antiga. Por isso, segundo Funari,

Na História Antiga, a tradicional dicotomia entre Oriente e Ocidente constitui uma grande narrativa que estrutura toda uma visão eurocêntrica da História. Cada vez mais, apresenta-se essa oposição no contexto histórico do moderno imperialismo do século XIX e XX, a mostrar como o Ocidente se cria como uma supercivilização dominadora do mundo. Em um primeiro momento, esse Ocidente é nitidamente racista, arianista, antissemita, ao criar um homem ariano ocidental racional, guerreiro e

⁴¹ O termo bárbaro é uma herança grega. Em grego, esse termo designava aquele que possuía uma língua incompreensível e que não compartilhava nem os costumes dos helenos. No decorrer do livro utilizaremos a expressão bárbaros por ser a forma mais comum de referência a esses povos, porém, sem o sentido pejorativo da época. SCHIPANSKI, Carlos Eduardo. Tempos Confusos. In: **História medieval: releitura de uma época**. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2009, p. 17. (Coleção História em construção). Disponível em: <<http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/915>>. Acesso em: 17 de jun. 2021. (Coleção História em construção).

⁴² Os demais períodos da História, são: Idade Média (Iniciada com a Queda do Império Romano no século V ao século XV, com a queda de Constantinopla em 1453); Idade Moderna (Da queda de Constantinopla até a Revolução Francesa em 1789) e a Idade Contemporânea (Iniciada com a Revolução Francesa até os dias atuais).

conquistador do oriental irracional, trapaceiro, indolente, pronto a ser civilizado pelos arianos (alemães, ingleses, franceses, depois americanos). No bojo da derrota nazista e da forja de um novo Ocidente antirracista, cria-se o novo conceito, muito presente nas interpretações tradicionais da Antiguidade, da superioridade cultural da civilização judaico-cristã, ocidentalizando, em parte, tanto o judaísmo como o cristianismo, reconhecidos como de origem oriental (FUNARI, 2018, p. 98-99).

Para Le Goff, Antiguidade ou Antigo pode ser significar algo pertencente ao passado, época que findou com a queda do Império Romano e se iniciou um novo tempo com o domínio da Igreja Católica, diminuição populacional, recuou do desenvolvimento cultural, mudanças na economia, queda do trabalho escravo em virtude da ruralização. Também, antigo para o cristianismo significa a substituição pelo novo (Antigo Testamento substituído pelo Novo Testamento). As leis do antigo (Aplicação de penas violentas segundo a categoria de delito) substituídas pelas novas leis (A condenação seria substituída pelo amor, caridade, perdão...). Além disso, o Antigo também significava o antigo, o ultrapassado, remoto, exemplar na Itália, no período Renascentista. Enquanto usavam o Antigo para se referirem a elementos do medievo como o gótico e o carolíngio (GOFF, 2003, p. 176, 177). Então, o termo Antiguidade ou Antigo traz contradições e muitos questionamentos, principalmente quando refletimos qual o interesse, objetivo, sentimento que afirmem ou o justifique. Logo, “A antiguidade, portanto, é uma noção relativa” (HARTOG, 2003, p.121).

A valorização da Antiguidade começou no Renascimento quando os humanistas procuraram referências para se espelhar enquanto se tomavam uma atitude indiferente a todo o conhecimento desenvolvido durante a Idade Média, generalizando-a como Idade das Trevas. Sobre essa questão, Hartog nos diz: “se o Renascimento estabeleceu a equivalência entre o moderno e a Antiguidade, de modo que ser moderno significava imitar os antigos, foi sobretudo como uma maneira de desembaraçar-se da Idade Média, de romper com ela, relegando-a às trevas (2003, p. 124).

Os renascentistas, portanto, passaram a considerar a Antiguidade como o berço da humanidade, a buscarem nela uma nova forma de pensar, valorizar o ser humano (encontrar virtudes, qualidade, por exemplo), refletir sobre a arte, filosofia, ciências e a política fundamentando-se apenas nas civilizações greco-romana. Essa busca pelo pensamento, a cultura, a arte, a ciência, a filosofia das civilizações greco-romana passou a ser denominado de Antiguidade Clássica. Assim, “no Ocidente, desde a revalorização da cultura greco-romana

pelo Renascimento, antigo se tornou sinônimo de clássico, de Idade de Ouro, sendo a Antiguidade considerada o berço da civilização” (SILVA; SILVA, 2009, p. 19).

A Antiguidade foi dividida em Oriental e Ocidental. Essa divisão nada mais é que impor uma superioridade europeia em relação aos outros povos em seus diversos aspectos sociais, culturais, políticos, religiosos e econômicos, configurando-se o que se denomina como eurocentrismo⁴³. Dessa forma, forja uma Europa como única que pode levar a civilização aos que se encontram num estado de barbárie por meio da sua colonização.

A Antiguidade Oriental é um termo que corresponde as primeiras civilizações que floresceram no norte da África e na Ásia Menor. São

povos do denominado “Antigo Oriente Próximo”, como à Mesopotâmia, ao Egito, aos Hebreus por serem as primeiras civilizações a apresentarem urbanização e organização social, e às chamadas “Outras Civilizações”, que são Hititas, Minóica, Micênica, Fenícia e Lídia, civilizações que deixaram seus nomes inscritos no processo histórico, servindo como elo entre as sociedades do Oriente e Ocidente (Barbosa, 2009, p.13).

Com relação à Antiguidade Oriental, vamos seguir a divisão proposta por Michele Barbosa (2009) que segundo ela o “Antigo Oriente Próximo” são as civilizações que se desenvolveram ao lado de importantes rios como o Nilo (Egito), o Eufrates e Tigre (Mesopotâmia) e Jordão (Hebreus). Estas civilizações dependiam dos rios para a sua sobrevivência e por estarem localizadas em regiões com faixas desérticas, precisaram se organizar politicamente para a construção de diques, canais de irrigação, entre outros meios para o aproveitamento de água nos períodos de seca, já que tinham a agricultura como a principal atividade econômica, seguida de outras como a caça, a pesca, inicialmente. Com o passar do tempo, as comunidades passaram a produzir

excedente agrícola, somada à atividade criadora (que no fundo representa a produção de excedente de carne), servirá para atender às necessidades da comunidade em períodos mais duros, propiciando crescimento da população e o surgimento posterior de um comércio insipiente (FUNARI, 2020, p. 52).

⁴³ Assim, ao encontrar e reconhecer os novos povos como o Outro, o Eu europeu é modificado e sua formação ocorre a partir do encobrimento daqueles. Os europeus atribuem a si mesmos uma situação de superioridade perante os povos latino-americanos, o que, posteriormente, é espalhado ao resto do mundo, que ganha a categoria de inferioridade em relação à Europa. Ao criar essa ideia de supremacia, também estabelecem as suas crenças e valores como universais e os impõem aos povos americanos, sempre por meio da violência e da destruição do mundo dos colonizados. MAIA, Fernando Joaquim Ferreira; FARIAS, Mayara Helenna Veríssimo de. O encobrimento acontece em vários aspectos - econômico, político, cultural e social -, impondo toda forma de subjetividade à vida do indígena. **Revista Interações**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 3, p. 577-596, jul./set. 2020 p. 582. Disponível em: < <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/2300/2470> >. Acesso em: 14 de jun. de 2021.

A organização política dessas civilizações se deu a partir de um governo, em sua maioria, teocráticos e a população submetida a um regime de servidão coletiva, onde as terras eram de propriedades dos governantes dados pelos deuses, enquanto os indivíduos deveriam trabalhar e entregar a maior parte de seus artigos ao Estado em forma de tributos. Diante da necessidade de atender a novas necessidades e o aumento populacional foram surgindo novas atividades como a de artesãos, religiosos, comerciantes, soldados, etc.

A segunda subdivisão da Antiguidade Oriental, são as “Outras Civilizações” que são aquelas que “podem ser vistas como um elo entre as civilizações do Oriente (Egito e Mesopotâmia, sobretudo) e as do Ocidente (aquelas originadas ou desenvolvidas na região do Mar Egeu), ou seja, é possível compreendê-las como ponto de partida para a história grega” (BARBOSA, 2009, p. 43). Estas são as seguintes civilizações: Hitita, Lídia, Fenícia, Minoica e Micênica.

Estas civilizações se destacaram pela intensa atividade comercial realizada com outros povos do mundo antigo. A civilização Hitita e Lídia se desenvolveram na região da Anatólia (Hoje Turquia) que tinha como base a atividade agrícola e a extração de minérios (prata, cobre e chumbo) que eram comercializados com várias civilizações. Já os Lídios (Também localizada na região da Anatólia) extraíam ouro das torrentes e a lã das ovelhas, os Fenícios (Situada no Oriente Médio) em exímios navegadores, por isso realizavam o chamado comércio marítimo (idem, *ibid.*, p. 43 a 46). Como os fenícios, a civilização Minoicas (Localizada na ilha de Creta) também se destacou pela atividade comercial marítima e a Micênica (Situada na Península do Peloponeso, Grécia) desenvolveram atividades comerciais tendo, o ouro, vidro e bronze como principais produtos. Este último, após se aproximar via comércio dos cretenses, os dominou por volta de 1400 a.C. (*ibidem*, p. 46 a 48).

A Antiguidade Clássica é o termo usada para as civilizações grega e romana. Para Barbosa ela é “um período cujos marcos temporais são indicados, aproximadamente, pelo século V a.C. e pelo século V d.C.” (2009, p. 54). A Grécia Antiga (Situada na Península Balcânica, ao sul da Europa) foi formada por cidades-estados independente e com regimes de governo diverso, baseada na mão-de-obra escrava e numa economia voltada para a atividade comercial e outras na agrícola. Em relação à civilização romana (Situada na Península Itálica, ao sul da Europa), está teve três formas de governo: monarquia, república e império. Com relação à atividade econômica, desenvolveram agricultura e o comércio; tendo como mão-de-obra principal foi a escrava.

Na construção da periodização pelos historiadores franceses, estes colocaram a Europa com o centro irradiador da História, sendo assim, os primeiros povos americanos não se inserem na Antiguidade.

O quadripartismo tem como resultado privilegiar o papel do Ocidente na história do mundo e reduzir quantitativa e qualitativamente o lugar dos povos não europeus na evolução universal. Por essa razão faz parte do aparelho intelectual do imperialismo. Os marcos escolhidos não têm significado algum para a imensa maioria da humanidade: fim do Império Romano, queda de Bizâncio (CHESNEAUX, 1995, p. 95).

A história das grandes civilizações e povos da América estão inseridas no período histórico intitulado de Idade Moderna (século XV ao XVIII), que entre outros acontecimentos históricos, os europeus se organizaram em estados nacionais absolutistas, desenvolvem o capitalismo comercial e saíram nas grandes navegações que ocasionou, entre as causas, a chegada destes ao continente americano.

A entrada da América na História Moderna significou uma incorporação ao que podemos denominar de pré-capitalismo, com o início de uma nova fase no sistema produtivo europeu. A partir das grandes navegações alguns países europeus conquistaram terras e riquezas no Novo Mundo. Espanha e Portugal foram agressivos neste processo de expansão, pois investiram capitais e conhecimentos para conquistar riquezas além-mar (CANABARRO, 2010., p. 10).

Diante desse evento, a história da América está inserida no processo histórico imposto pela Europa. Isto é perceptível quando iniciamos os estudos da história americana denominando América pré-colombiana, fazendo referência muito clara a chegada de Cristóvão Colombo e seguido por outras nações europeias ao longo do século XV.

Ao utilizarmos expressões como “história pré-colombiana” ou “pré-hispânica”, reproduzimos, muitas vezes sem querer, um preconceito que tem séculos de existência, e que supõe que o europeu trouxe a história e a civilização a este continente. Todas as experiências anteriores à chegada dos europeus são vistas como uma espécie de “pré-história”: um período obscuro anterior à experiência histórica da civilização europeia cristã, sobre o qual pouco se pode dizer (BELMONTE, 2018, p. 24).

Portanto, é como se apagasse toda a história anterior a presença dos europeus. Estes se auto considerando superiores por se apoiarem em sua cultura, na Religião Católica e se declararem detentores do saber e do racionalismo. Com essa justificativa, impuseram o seu modo de ser, seus hábitos, seus costumes, sua religião, sua língua e cultura aos povos dominados, dando o início ao conhecido eurocentrismo. Dessa forma, desestruturaram a vida local, dominando os povos ao seu modo e, não poucas vezes, usaram da violência e destruíram as sociedades americanas em nome do lucro e da riqueza.

"A civilização romana não morreu de morte natural. Foi assassinada." Assim concluiu André Piganiol o seu livro sobre o Império Romano no século IV depois de Cristo (*L'empire chrétien* 325-395, Paris, P.U.F., 1947, p.422). Tal afirmação, discutível no caso romano, aplica-se perfeitamente às numerosas sociedades indígenas existentes no continente americano na fase do descobrimento europeu e da conquista (fins do século XV e século XVI; em certas regiões, a conquista foi mais tardia). De tal fato derivam-se muitos problemas de documentação e mesmo de interpretação.

De documentação: os conquistadores destruíram monumentos - grandes centros urbanos da última fase pré-colombiana foram transformados em cidades espanholas (México, Cusco) - obras de arte (fundidas quando confeccionadas com metais preciosos), queimaram quase todos os códices (manuscritos pré-colombianos, encontrados principalmente na área que hoje corresponde ao México centro-meridional). Mais grave ainda, a conquista e as primeiras fases da colonização significaram a destruição física da maioria absoluta dos índios, através de epidemias repetidas, escravidão e trabalhos forçados diversos, confisco de terras, ruptura violenta da organização social, familiar, religiosa, cultural. Entre os milhões que morriam, desapareceram muitos sábios portadores da tradição de civilizações moribundas. Tudo isto limita muito a quantidade de informação que se pôde recolher sobre as últimas etapas da história pré-colombiana (CARDOSO, 1982, p. 7 – 8).

Já o termo índio ou indígena foi atribuído aos nativos da América de forma totalmente equivocada. Este equívoco foi provocado por Cristóvão Colombo que acreditando ter chegado à Índia (sul do continente asiático) chamou os habitantes desse continente de índios. Disto em diante, indiferentes e conhecedores da diversidade de povos que habitavam a América, continuaram com o erro. Haja vista que o interesse era explorar as riquezas da terra o máximo que pudessem, levarem os recursos da terra para a Europa e usando a mão-de-obra nativa.

Desinteressados pela diversidade cultural, imbuídos de forte preconceito para com o outro, o indivíduo de outras culturas, espanhóis, portugueses, franceses e anglo-saxões terminaram por denominar da mesma forma povos tão díspares quanto os tupinambás e os astecas (SILVA; SILVA, 2009, p. 223).

O uso do termo índio pelos europeus passou a ser uma designação além de pejorativa do nativo da América, passaram a terem uma conotação de inferiores, atrasados, selvagens em relação aos europeus que se auto consideravam superiores, civilizados e responsáveis em difundir a fé católica, como a cultura europeia.

Ser nomeado de índio, negro, asiático etc. se constituía como categorias raciais que naturalizavam valores historicamente constituídos que tinham como base um regime de verdade que reservava à Europa um certo olhar que lhe garantia uma dada superioridade ontológica e universal sobre os valores políticos, morais, culturais, econômicos, etc. dos outros povos (ROSA, 2015, p. 259).

O artifício de colonização efetuado pelos europeus impôs a substituição da cultura dos povos, a perda de suas crenças, a destruição da sua organização social, política e econômica, a escravização, exposição a diversos tipos de doença, massacres e a eliminação de milhares de sociedades em toda a América. Esse processo de mudança do modo de vida dos nativos da América infligida pelos europeus usou

da extrema violência, da subjugação e do desrespeito vivenciados a partir da chegada dos invasores europeus. E apesar disto, passados séculos, continuam afirmando as suas identidades étnicas, construídas e reconstruídas nas diversas vezes em que sentiram necessidade (SILVEIRA, 2016, p. 19).

No II Congresso Indigenista Interamericano de 1949, realizado em Cuzco/Peru, o índio “é todo descendente dos povos pré-colombianos, consciente de seus costumes, língua e tradições, mesmo que modificados ao longo do processo de contato, que seja considerado a partir dessa condição por si próprio e por outros” (SILVA; SILVA, 2003, p. 223). Essa definição considera a etnia tanto dos povos indígenas quanto daqueles que se auto proclamem descendente ou indígena, mesmo que tenham sofrido qualquer influência externa.

Para Darcy Ribeiro, o índio

é o integrante de uma parcela da população inadaptada à sociedade brasileira, devido à conservação de costumes oriundos de uma tradição pré-colombiana. Por outro lado, índio é também todo o indivíduo reconhecido como membro por uma comunidade pré-colombiana que se identifica e é identificado diversamente da população nacional a partir de sua etnia (ibidem, 2003, p. 223).

Deste modo, o índio é visto pelo prisma da sua cultura, das suas tradições, da sua etnia, independentemente que tenha sofrido aculturação ao longo da dominação europeia como também o contato com outros grupos sociais.

Até a década de setenta do século XX, o índio não aceitava ser chamado por essa denominação, em virtude das humilhações sofridas, dos desrespeitos a sua identidade, a sua cultura, ao seu modo de ser, viver, pensar e fazer, ao passado de escravidão e perseguição sofrida de maneira exacerbada.

Para muitos brasileiros brancos, a denominação tem um sentido pejorativo, resultado de todo o processo histórico de discriminação e preconceito contra os povos nativos da região. Para eles, o índio representa um ser sem civilização, sem cultura, incapaz, selvagem, preguiçoso, traiçoeiro etc. Para outros ainda, o índio é um ser romântico, protetor das florestas, símbolo da pureza, quase um ser como o das lendas e dos romances (LUCIANO, 2006, p. 30).

No início da década de oitenta desse mesmo século, os índios se organizaram e passaram a reivindicar seus direitos. Além disso, passaram a se autovalorizar, a se orgulhar de sua identidade, de seu antepassado, a resgatar suas tradições, sua cultura, sua língua, a lutar pelos seus direitos (principalmente o acesso e o direito à terra onde seus antepassados viveram). Dessa forma,

os povos indígenas se apropriam do nome imposto pelas práticas coloniais e forjam uma unidade, ao menos signica, para assegurar representatividade e os alicerces de um outro paradigma identitário. O termo “índio” é apropriado por lideranças do movimento indígena brasileiro e utilizado como elemento de representação política e aglutinador de identidades étnicas distintas (ROSA, 2015, p. 264).

A partir de então, os povos indígenas brasileiros passaram a se unirem em prol da defesa dos entes, dos seus direitos, de suas tradições, de sua língua, de sua cultura. O termo índio que antes pejorativo e vergonhoso para o nativo, passou a ser utilizado como instrumento político e aglutinador dos povos nativos da América. Além disso, conhecedores da diversidade de tribos indígenas no Brasil, atribuir a cada povo nativo o seu próprio nome seria acabar com o círculo vicioso imposto na América pelos europeus em chamar os nativos de índios (SILVA; SILVA, 2009, p. 224).

2.2.2. Textos

ASTECAS

Economia e comércio asteca

Se você pudesse viajar no tempo e vagar por um mercado asteca em uma grande cidade como Tenochtitlan, testemunharia uma economia e um sistema de comércio bem desenvolvidos. Os astecas comercializavam tudo e qualquer coisa. Se você quisesse comida, poderia comprar coelhos, pássaros, cachorros, peixes, perus e outras proteínas. Ou, se você estiver com vontade de comer alguma coisa, pode comprar pimenta, milho ou tomate. Não se esqueça de comprar um pouco de sal para realçar o sabor. Se você não quiser preparar comida sozinho, pode comprar pratos prontos, como pão de milho, tortas e bebidas.

Além de alimentos, você encontraria muitos produtos artesanais para comércio em um mercado asteca. Isso incluía roupas, lâminas de obsidiana, potes, pratos, artigos de couro, sapatos e cestas. Se você trabalhava na fabricação de produtos por conta própria, poderia comprar as matérias-primas, incluindo algodão, penas, contas, joias semipreciosas e preciosas, coral, madeira e muitos outros. Talvez você seja um curandeiro. Nesse caso, você pode encontrar muitas ervas e plantas medicinais disponíveis para venda.

Todas essas coisas foram vendidas por fazendeiros e artesãos. Também havia mercadores

viajantes que compravam mercadorias em uma cidade ou cidade asteca e as transportavam para outro lugar para revendê-las. Esses mercadores ajudaram a espalhar notícias por todo o império asteca, e os próprios mercados serviram como locais de socialização e negócios. Você pode até encontrar alguém para cortar seu cabelo para você.

Ao contrário de muitas outras economias antigas, o sistema de comércio asteca não era basicamente de troca. Em outras palavras, em vez de sempre trocar um bem por outro, os astecas tinham “dinheiro”. Muitos professores me contaram, brincando, que podiam ser subornados com chocolate. Bem, nos tempos astecas, você podia comprar muitas coisas com grãos de cacau, o principal ingrediente do chocolate. Tecido de algodão também era frequentemente usado como moeda para comprar um item.

Fonte: <https://www.projecthistoryteacher.com/2012/10/aztec-trade-and-economy.html>

Economia asteca

A batata-doce era uma das principais culturas da agricultura asteca, que era o pilar da economia asteca.

A economia dos astecas começou apenas como um esboço muito simples que se tornou complexo à medida que a população dos astecas crescia. O povo asteca sabia como gerenciar com eficácia todos os seus recursos, portanto, eles foram capazes de prosperar e crescer apesar das muitas desvantagens que foram apresentadas a eles.

Agricultura: o pilar da economia asteca

Os astecas eram muito bons agricultores e a agricultura era a base de sua economia. Os astecas usavam o modo de cultivo chinampa, que permitia ao povo fazer jardins altamente produtivos que não apenas os deixavam cultivar a terra, mas também recuperavam a água. Eles puderam plantar e colher muitas safras como batata-doce, milho, tomate, abacate, feijão, abóbora e outros tipos de plantas. Enquanto nas terras baixas, colheitas tropicais como mamão, algodão e cacau eram plantadas e colhidas. O chocolate, consumido tanto na forma líquida como na sólida, tornou os astecas famosos no mundo todo.

Quando os espanhóis conquistaram os astecas, eles descobriram o chocolate e, assim, o chocolate foi descoberto e difundido pela Europa. As safras que plantavam e colhiam eram sua principal fonte de alimento, pois raramente caçavam animais como alimento, comendo peru apenas como alimento para uma ocasião especial.

Uso do dinheiro na economia asteca

Os astecas eram definitivamente um povo avançado, pois conheciam o valor do dinheiro. Vários tipos de dinheiro foram usados pelos astecas e o grão de cacau foi um do dinheiro regular usado pelos astecas. Por exemplo, um coelhinho custaria a uma pessoa cerca de trinta grãos de cacau, mas se um homem vendesse seu próprio filho (especialmente uma filha), esse

homem ganharia cerca de 600 grãos de cacau. Lembre-se de que vender o próprio filho era comum para eles e eles até consideravam o auto sacrifício como a maior honra que um guerreiro pode receber.

Além dos grãos de cacau, os astecas usavam quachtli; um tipo de tecido que os astecas realmente valorizavam. Diz-se que esse tipo de tecido de algodão era mais valorizado do que os grãos de cacau e, se um homem comum recebesse dez quachtli, o homem poderia viver meio ano em Tenochtitlán.

Mercados e comércio

Dinheiro ou grãos de cacau e quachtli eram usados por muitas pessoas para comprar ou trocar mercadorias. Existem muitos outros mercados em Tenochtitlan, mas aquele chamado Tlatelco (que é o principal mercado para o povo asteca) era o lugar onde quase todos iam por causa da grande seleção. Muitos fazendeiros, mercadores, oleiros e assim por diante vieram a este mercado para vender seus produtos ou produtos.

Assim, alguém encontraria absolutamente tudo o que quisesse neste mercado. Diz-se que a cidade onde os astecas viviam era grandiosa e pode ser comparada às grandes cidades europeias. Apenas Paris e algumas outras cidades europeias eram maiores do que a cidade de Tenochtitlan. Embora pareça realmente impressionante, não foi um exagero. Quase sessenta mil pessoas iam aos mercados dia após dia para comprar comida, escravos, lenha, roupas, joias, penas e muito mais. Se comparada aos padrões atuais, a economia asteca era bastante simples e básica, mas para aquela época e lugar sustentava um grande e bem-sucedido império asteca.

Fonte: http://aztec-history.net/aztec_economy

Vida rural e vida urbana

[...]

O principal centro comercial da cidade situava-se em Tlatelolco. Sobre uma imensa praça rodeada de arcadas e próximo a uma pirâmide, existia um mercado, ao qual compareciam diariamente de 20 mil a 25 mil pessoas, e de 40 mil a 60 mil pessoas a cada cinco dias. Enormes quantidades de mercadorias, cada qual com uma localização determinada, eram aí trocadas: tecidos e vestimentas, plumas e jóias, peles e plumagens, milho, vagens, pimentas, legumes, frutas e ervas, pássaros e caça, peixes, rãs vasos, utensílios de sílex, obsidiana e cobre, madeira, tabaco e cachimbos, móveis e esteiras. Havia lojas de boticários, cabeleireiros, vendedores de bolos de milho e guisados assados. Uma polícia especial zelava pela boa ordem do tianquiztli (mercado), e um tribunal composto de três magistrados estava permanentemente a postos para resolver os litígios.

[...]

SOUSTELLE, Jacques. **A Civilização. Asteca.** Trad.: Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

MAIA

“Feira” na Civilização Maia

[...]

Basta reconstruir de forma hipotética as grandes tendas ricamente decoradas e recolocar as esculturas monumentais nos antigos locais cerimoniais ou ao longo dos principais eixos visuais para se imaginar o quadro dentro do qual se movimentavam as multidões que, abandonando por certo tempo sua cabana e sua *milpa* (ou campo de milho), acorriam através de quilômetros ao centro, fosse para trocar seus produtos na praça do *tianguis*, onde às vezes podiam obter objetos trazidos de regiões afastadas, seja para se reunir junto a uma pirâmide ou a plataforma cerimonial a fim de assistir às diversas manifestações do culto - ou delas participar -, como nas procissões, danças rituais, sacrifícios, etc. Animado momentaneamente por essa presença e por esse rumor, o centro cerimonial recai em seguida na calma dos dias comuns, então habitado de modo permanente (ou rotativo?) apenas pelas famílias da elite dirigente, combinando talvez funções civis e religiosas, como também alguns guerreiros, artesãos (e comerciantes?), servidores e escravos. (...)

[...]

GENDROP, Paul. **A Civilização Maia.** Trad. Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

INCAS

Relações de Comércio, os Valores de Troca e o “Dinheiro Primitivo”

O comércio era feito através de permutas. Nas feiras podiam ser encontrados alimentos (milho, mandioca, feijão, mel etc.) cerâmica, tecidos e instrumentos agrícolas. Os Incas muitas vezes utilizavam-se de uma espécie de “serviço de crédito”, onde, já tendo trabalhado, podiam receber alimentos. Contudo, a troca não era grande porque parte considerável da população produzia somente o que necessitava. O comércio local, era realizado por meio de intercâmbio de produtos pelas próprias famílias ou nos *catus*, que significa mercado em quéchua. No contexto econômico, este mercado é entendido como local de negociação de

valores estabelecidos por meio de decisões entre compradores e vendedores, baseados na lei de oferta e procura e sem a mínima intervenção do Estado. (MARTINS – O papel do “Dinheiro Primitivo” na Economia Inca – 2001,).

Ainda que incipiente, o Império Inca valeu-se de alguns objetos que incorporaram valor e participaram do sistema de trocas onde tinham importância, ainda que valor primitivo. O certo é que estes objetos eram vistos como sinal de *status*. As conchas marinhas do tipo *Spondylus* (*mollu e chaquira*), pimenta do tipo *ají*, as folhas de *coca* e as *hachitas axé-monies* e *naipes* (...).

[...]

O ouro e a prata, os metais preciosos, no Império Inca eram assim chamados por coexistirem com bens de prestígio e de valor sagrado onde a posse destes metais remetia a um *status* imaterial. Tanto o ouro, a prata assim com as pedras preciosas não eram usadas como meio de troca, nem como moeda. Eram destinados a ornamentar as casas da Coroa ou de orelhões, templos, vestuário, armas e objetos de uso pessoal (uso sagrado).

Fernandes, Roberto Limia. Relações de Comércio, os Valores de Troca e o “Dinheiro Primitivo”. In: **O Império Inca a Economia da América Pré-Colombiana**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Graduação) - Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25450>> Acesso em: 10 de fev. de 2021, p. 42-43.

Organização econômica no Império Inca

[...]

No Império do Sol não existia dinheiro. O comércio era realizado a base do escambo (troca). Os objetos mais usados como moeda de troca foram: as folhas de coca, a pimenta, o milho, as plumas, o algodão, a lã e a carne seca.

O comércio local era realizado através de feiras que aconteciam nas praças. Todos podiam negociar e não havia mendigos. As feiras tinham início ao amanhecer e terminavam com o pôr do sol, chegando ao seu ponto culminante ao meio dia.

O excedente da produção de cada família, aldeia e região era armazenado em depósitos para a comercialização nas feiras e nos mercados. Existia o depósito do sol destinado aos sacerdotes, o dos Incas destinado ao Imperador e sua nobreza e, finalmente, o do povo. Os produtos eram armazenados em lugar seguro, onde havia toda uma logística contra as intempéries e roubos.

[...]

Fonte: Zona Andina: o império dos Incas. Disponível em: <<http://www.cesadufs.com.br> > ORBI >

public › uploadCatalago> Acesso em: 04/12/2020

Aspectos econômicos do Império Inca

[...]

(...) as trocas realizadas pelo comércio local efetuavam-se por meio do intercâmbio de produtos entre as próprias famílias ou etnias, mas, principalmente, nos *catus*, que significa em *quéchua*, a língua falada pelos nativos. A origem desses mercados é pré-incaica, porém está é uma instituição que sobreviveu na forma tradicional dos povos pré-colombianos até depois da conquista espanhola. Os mercados tiveram grande importância e funcionavam de forma intensa, já que a população tanto serrana como costeira, participava deles.

[...]

No caso do Império Inca, o mercado (no sentido de local ou praça onde pessoas de diversos locais se reuniam para efetivar trocas e intercâmbios; e não na concepção moderna de economia de mercado), funcionava de forma intensa, mas não de maneira competitiva em que os mercadores atuavam individualmente em busca do lucro por meio da diferença entre preços. Mas, pelo contrário, agiam para autoridades políticas e eram parte integrante do sistema de expansão imperial pois, trabalhavam manipulando elites locais por meio, entre outros, de objetos exóticos e de valor (...).

[...]

A importância dos objetos de valor e do “dinheiro primitivo” estava na habilidade do Império em constituir poder e legitimar sua dominação por meio desses objetos.

[...]

[...] o uso de um tipo de *special purpose money* representado pela *chaquira* (contas de conchas e de ossos) e pelo *chagual*, uma espécie de botão de ouro.

[...]

Tanto a *chaquira* como o *chagual* eram utilizados por nobres e pessoas comuns para comprar no mercado. No entanto, além da função de dinheiro, a *chaquira* também desempenhava uma função política e suntuária.

[...]

As conchas marinhas *Spondylus princeps* e *Spondylus galeatus*, também conhecidas como *mullu* ou *chaquira* em *quéchua*, são encontradas em águas quentes e moderadamente profundas (15 à 50 metros), como o Golfo da Califórnia e entre o Panamá e o norte do Peru (...).

De acordo com a crença andina, o *mullu* era indispensável para fazer chover em zonas áridas como a zona central andina e, por isso, pode ser considerado um dos fatores da alta demanda dessas conchas. Bartolomé Ruiz, cronista do século XVI, foi o primeiro a registrar as balsas que colocavam em prática o comércio dessas conchas no comércio de longa distância (...).

[...]

É um vegetal que até hoje serve como tempero cotidiano no Peru e, antigamente, era

utilizado em muitos rituais andinos. Essa pimenta cresce em terras baixas e quentes do Equador até o Chile. Há muitas variedades de *ají* (...).

No período incaico o *ají* era produzido através do sistema de *mita*, mas apenas marginalmente. Há autores que afirmam que em época colonial foi muito usado como “moeda” pelos indígenas como troco miúdo até o início do presente século, enquanto os colonizadores utilizavam a moeda metálica cunhada espanhola (...).

[...]

A folha da coca contém cocaína e outros alcaloides (...)

No antigo Peru e mesmo nos dias atuais é muito usada por trabalhadores para amenizar a fome, o frio e o cansaço. Mesmo os turistas que visitam o Peru atualmente, fazem uso dessa planta para evitar tonturas e mal-estar quando em altas altitudes.

Em ritos e oferendas era um objeto muito apreciado e era comum queimá-la em honra dos deuses andinos.

[...]

São pequenos pedaços de cobre em formato de machadinha, divisíveis e de fácil transporte. As *hachitas* tiveram um uso intenso na costa norte andina e os habitantes da serra conheceram somente no período Intermediário Tardio (...)

[...]

Elas eram fabricadas através da técnica de martelamento, o seu cobre tinha 99% de pureza (...).

[...]

Pedersen relata que “... lâminas finas de cobre reunidas em ‘pacotes’ em forma de I e que foram denominados ‘naipes’ pelos *huaqueros* que até então nunca haviam entrado esse tipo de material” (...)

[...]

MARTINS, Cristiana Bertazoni. Aspectos Econômicos do Império Inca. In: **O papel do "dinheiro primitivo" na economia Inca**. 2001. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8153/tde-30122001-125037/pt-br.php>> Acesso em: 25 de fev. de 2021, p. 16 – 29.

EGITO

Comércio Interno no Egito

[...]

As tumbas do Reino Antigo mostram o pequeno comércio local pela troca de produto por produto, e o pagamento *in natura* de vários serviços. Em transações maiores e para o cálculo dos impostos (que eram pagos em espécie), o padrão pré-monetário de referência eram pesos de metal (*shat, deben*). Embora existisse alguma especialização produtiva regional (a cidade de Mênfis concentrava a melhor metalurgia, o Delta era o principal centro pecuário e vinícola etc.) e o Nilo permitisse um tráfego intenso de embarcações, a circulação de produtos entre as diversas regiões do país fazia-se administrativamente, segundo parece, sob o controle de funcionários reais. (...)

[...]

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Economia e sociedade. In: **O Egito Antigo**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 35, 36.

MESOPOTÂMIA

Comércio local na Mesopotâmia

[...]

(...). As principais riquezas são o trigo, a cevada, as tâmaras, o gado doméstico e as aves de quintal; os tecidos de linho e de lã, os objetos de ouro e de prata, as jóias de marfim, as pedras preciosas e os cilindros gravados servindo de sinêtes. O comércio faz-se mediante a importação de metais, de produtos preciosos e, no baixo vale, de madeira e por vezes de pedra, pois apenas a argila, trabalhada em tijolos crus ou cozidos, é abundante. A ausência de moeda é suprida pela troca no comércio local, e pelos metais, prata sobretudo, cobre e ouro, em lingotes, barras, placas e anéis, cuidadosamente pesados, por vezes timbrados (...).

[...]

PETIT, Paul. A civilização babilônica. In: **História Antiga**. Trad. Pedro Moacyr Campos. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979, p. 22,23.

ATENAS

Os comerciantes atenienses

[...]

(...) A despeito da centralidade da cidadania, dos fóruns políticos, da guerra e das atividades agrícolas em Atenas, alguns ramos de atividade econômica foram adquirindo papéis de relevância na Ática: a exploração de minas de prata, pedreiras de mármore, a produção cerâmica, a construção urbana e o comércio –tanto o comércio a retalho quanto aquele de mais grosso trato. Em cada um deles desenvolvia-se uma lógica intrincada de relações de trabalho, organização produtiva e distribuição econômica que mobilizava pessoas das mais diversas origens e condições sociais: ricos, pobres, cidadãos, escravos, metecos, estrangeiros, lideranças políticas, arrendatários, escultores, arquitetos, armadores, artesãos dos mais variados produtos; a lista poderia estender-se de forma quase infinita, dado o nível de divisão e especialização do trabalho que a sociedade ateniense alcançou durante os séculos V-IV.

[...]

(...) o kápelos seria o comerciante varejista por excelência, aquele que dispunha suas

mercadorias na agorá, vendia seus produtos em estabelecimentos espalhados pela cidade, eram taberneiros ou se dedicavam à venda de variedades de pequenos produtos de uso cotidiano e consumo mais imediato, como refeições, ervas, farinhas, vinho, sapatos, roupas e toda sorte de utensílios (...).

[...]

(...) Alguns dos vocábulos mais recorrentes na comédia aristofânica (embora não seja uma exclusividade do poeta), por exemplo, e que não são abordados por essa tipologia tradicional são – póles (vendedor), sua forma verbal poléo (vender) e todos os derivados de ambas (...). De acordo com (...) ... Aristófanes há referências a uma plêiade de vendedores, muitos deles personagens verossímeis que certamente podiam ser vistos ao se percorrer as ruas da cidade de Atenas – outros claramente frutos da imaginação ficcional visando a um efeito cômico. Alguns exemplos são: *khoiropóles* (de porcos), *probatopóles* (de ovelhas), *bursopóles* (de couro), *melitopóles* (de mel), *allantopóles* (de salsichas), *pinakopóles* (de aves), *luknopóles* (de lanternas), dentre outros (...).

[...]

À parte a produção artesanal feita na cidade ou a agricultura de subsistência praticada no imediato entorno urbano, os produtores diretos não tinham grande disponibilidade de tempo para comparecer à agorá e vender os seus produtos a qualquer hora. Vinho e azeite, alguns dos produtos atenienses com maior circulação dentre as comunidades mediterrânicas e alhures, precisavam ser adquiridos por intermediários que iam até os demos rurais mais afastados, adquiriam esses produtos nas propriedades lá existentes e os traziam para a cidade com vistas à revenda para os mercadores (...).

Além dos produtos atenienses vendidos em outros lugares, havia os produtos que precisavam circular dentro do próprio território da Ática. Esse é o caso, provavelmente, de parte da produção de mel do Monte Hímeto, dos diferentes queijos consumidos pelos atenienses residentes na cidade e para toda sorte de produtos cujo uso mais cotidiano implicava uma permanente oferta para eventuais compradores, embora nem todas as matérias primas pudessem ser facilmente conseguidas em um contexto urbano (...). Esse indivíduo, cuja atividade comercial não se restringia a um único tipo de produto, podia ser encontrado pelas ruas da cidade ou mesmo fazendo as suas viagens de idas e voltas até as propriedades circundantes de modo a facilitar a conjunção entre a demanda e a oferta de produtos prosaicos (tochas, tecidos, roupas prontas, utensílios domésticos, etc.).

[...]

(...). Outros vendedores aparecem em Aristófanes associados à pobreza e à falta de outras oportunidades de vida como justificativa para ocuparem aquelas posições consideradas subalternas: taverneiros(as), vendedores de peixes, de outros artigos gastronômicos (queijo, mel, mingau), produtos de uso cotidiano (couro, sapato, tochas), dentre tantos outros.

[...]

(...) Em Aristófanes e nos oradores é possível ver referências explícitas aos seguintes produtos (dentre outros) sendo vendidos como mercadorias: figos, mingau de cevada, sardinhas, perca, arenque, arraia e enguias, cebolas e outros vegetais, mel, pães, farinhas e farelo, alho, milho, verduras em geral e seus derivados, como sopas, maçãs, romãs, uvas, frutas em geral, pequenos animais como gansos, cambaxirras, patos e pombos, queijo e inúmeras referências a cereais considerados de menor qualidade produzidos na própria Ática como a cevada.

[...]

Outro detalhe importante das passagens a seguir é que nenhuma das duas envolve dinheiro. Retirar um significado desta ausência proposital pode ser mais um ato de vontade do que uma comprovação objetiva, mas vários pesquisadores defendem que a sociabilidade da agora se assemelha muito a de outros locais de mercado pré-capitalista, em que as relações sociais cotidianas e o contato recorrente face-a-face com as mesmas pessoas possibilita o alargamento do tempo em que se desenrola a troca, sendo prática comum as compras “no fiado” e os empréstimos de tipo “pegue e pague-me quando puder”. Isso é consequência do fato de serem as relações muito mais pessoalizadas do que no capitalismo, onde as pessoas se confrontam apenas como possuidoras de mercadorias e através das mercadorias que possuem, sendo, no momento da troca, irrelevante o seu background social.

[...]

A agora de Atenas era rodeada por diversos edifícios públicos, uma lista sempre crescente com o passar do tempo. Foi apenas com a doação e construção da stoa de Átalos no século II que uma divisão entre “espaço cívico” e “espaço comercial” passou a ser de fato institucionalizada. Sendo, no período clássico, considerada, além de praça do mercado, também o centro cívico da cidade, havia estátuas, homenagens, afixação de leis e decretos por escrito, bem como a exposição para desonra dos escudos daqueles que eram considerados traidores da cidade por terem abandonado o campo de batalha. Era um espaço no qual milhares de pessoas podiam circular ou mesmo se concentrar para assistir à passagem de algum cortejo, como acontecia durante o festival das Panatenéias. Algumas reuniões da assembleia chegaram a ocorrer na própria agora ao longo da democracia, bem como outros encontros, especialmente com arautos de outras comunidades.

[...]

A praça do mercado era também o coração da comunidade ateniense, não apenas dos cidadãos, mas de todos os habitantes da cidade. Embora em alguns eventos políticos ocorridos na agora apenas fosse permitida a presença de cidadãos, no dia-a-dia era possível encontrar pessoas de todos os status sociais circulando pela área e por seus arredores.

[...]

MELO, Gabriel da Silva. **Mercadores e comerciantes na democracia Ateniense: 431-322 a.C.** Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015, p. 95, 96, 97, 98, 100, 107, 157, 168, 203, 204. Disponível em: < <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1955.pdf> > Acesso em 10 de fev. de 2021.

INDÍGENAS BRASILEIRAS

Comércio entre as tribos indígenas brasileiras

[...]

Como não têm nem querem ter comércio com os franceses, espanhóis e portugueses, nem com outros povos transatlânticos, ignoram em que consistem as nossas mercadorias.

Entretanto, conforme vim a saber de um intérprete normando, quando seus vizinhos os procuram e eles concordam em atendê-los, assim procedem: o margaiá, o caraiâmou o tupinambá (assim se chamam as nações vizinhas), sem se fiar no uetacá mostra-lhe de longe o que tem a mostrar-lhe, foice, faca, pente, espelho ou qualquer outra bugiganga e pergunta-lhe por sinais se quer efetuar a troca. Em concordando, o convidado exhibe por sua vez plumas, pedras verdes que coloca nos lábios, ou outros produtos de seu território. Combinam então o lugar da troca, a 300 ou 400 pés de distância; aí o ofertante deposita o objeto da permuta em cima de uma pedra ou pedaço de pau e afasta-se. O uetacá vai buscar o objeto e deixa no mesmo lugar a coisa que mostrara, arredando-se igualmente, a fim de que o margaiá ou quem quer que seja venha procurá-la. Enquanto isso se passa são mantidos os compromissos assumidos. Feita, porém a troca, rompe-se a trégua e apenas ultrapassados os limites do lugar fixado para a permuta procura cada qual alcançar o outro a fim de arrebatá-lhe a mercadoria. E parece-me inútil dizer quem leva a melhor o mais das vezes, sendo os uetacá como se sabe excelentes corredores (...).

LÉRY, Jean de. Do descobrimento e primeira vista que tivemos da índia Ocidental ou terra do brasil, bem como de seus habitantes Selvagens e do mais que nos aconteceu até o trópico de Capricórnio. In: **Viagem à Terra do Brasil**. Trad. Sérgio Milliet. Biblioteca do Exército Editora, 1961, p. 63-64. Disponível em: < <http://fortalezas.org/midias/arquivos/1713.pdf> > Acesso em: 12 de fev. de 2021.

2.2.3. Vídeos

Egito Antigo. Duração: 20min01seg. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=xHbzII0NoIY> > Acesso em 02/12/2020.

Mesopotâmia. Duração: 20min00seg. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=3iGlwcyDCyY> > Acesso em 02/12/2020.

Grandes Civilizações: Grécia Antiga parte 1 e 2-. Duração: 20min17seg. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=bsPvEsg2iqE> > Acesso em 02/12/2020.

Grandes Civilizações - Roma Antiga (Monarquia - República - Império). Duração: 21min07seg. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=5OOPc7Rum3U> > Acesso em 02/12/2020.

Astecas. Duração: 19min51seg. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=chMMPXtk2gs> > Acesso em 02/12/2020.

O Império Inca. Duração: 21min37seg. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=E2_9WKKrd1I > Acesso em 02/12/2020.

Os Maias, parte 1. Duração: 11min21seg. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=HWSvO0HXbBI> > Acesso em 02/12/2020.

Os Maias, parte 2. Duração: 11min05seg. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=v4wasMpo_ok> Acesso em 02/12/2020.

Índios no Brasil - Quem são eles? Duração: 17min37seg. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=SAM7IazyQc4>> Acesso em 02/12/2020.

2.2.4. Atividades

Objetivo:

Conhecer o processo histórico dos povos da antiguidade, dos pré-colombianos e dos indígenas brasileiros e suas contribuições para a sociedade atual, dando ênfase o seu legado cultural, como a embrionária feira que resiste ao tempo.

Metodologia:

Discussão em sala de aula sobre o legado dos povos da Antiguidade para a nossa sociedade. Estimulá-los a dizer quais os legados podem estar na feira local.

Tempo estimado:

8 aulas de 50 minutos.

Em que momento deve ser trabalhado:

Essa sequência didática pode ser trabalhada com os conteúdos temáticos tanto no Ensino Fundamental (6.º ano) quanto no Ensino Médio (1.º ano), guardada as devidas proporções, nos temas voltados aos Povos da Antiguidade: na África, o Egito; no Oriente, a Mesopotâmia; no Ocidente, Grécia e Roma, povos pré-colombianos (Astecas, Maias e Incas) e, por fim, os povos Indígenas do Brasil.

Desenvolvimento:

Módulo 1:

Como primeiro passo, proponho ao professor lançar uma discussão sobre os termos Antiguidade e Civilização ao iniciar os conteúdos sobre os povos da Idade Antiga ou debate dos termos pré-colombianos e indígenas ao introduzir os temas sobre as civilizações antigas da América e os indígenas brasileiros. É importante que os alunos construam os seus conceitos sobre os temas a partir das discussões em sala de aula. Em seguida o professor deve

apresentar os conceitos trabalhados nas aulas propostas nesta sequência didática. Após isso, solicitar que o aluno escreva no caderno o que é cada termo após a discussão durante a aula.

Módulo 2:

O professor deve iniciar esta aula questionando aos alunos, sobre o surgimento da feira local e o que é lá comercializado. Após, essa discussão, introduzir os textos propostos nesta sequência didática para discutir sobre o surgimento das feiras na antiguidade ou os referentes aos povos pré-colombianos e indígenas, como eram, quem comprava, quem vendia, formas de pagamento, produtos comercializados, etc. Destacar para os alunos que esses escritos são fontes históricas e como tais, nos ensinam como essas sociedades se relacionavam a partir da feira e o que podemos apreender para o presente, estabelecendo uma conexão entre a feira nesses períodos e a local. Propor a pesquisa sobre o surgimento da feira local aos alunos em grupo ou individualmente (fica a critério do professor).

Módulo 3:

Nessa etapa, comece apresentando o mapa para mostrar onde ficam as civilizações antigas ou os povos pré-colombianos e indígenas que serão tratadas em sala de aula. Apresentar a importância dos rios para esses povos, o que produziam e o destino desses produtos. Após, assistir aos vídeos sugeridos na sequência didática sobre os temas propostos em sala de aula. Após, estimule os alunos a falar sobre suas percepções dos povos.

Módulo 4:

Nessa etapa, a discussão se dá pela organização política, social, cultura e econômica dos povos estudados e estabelecendo conexões com a feira. Questionar os alunos, para a discussão seria uma boa estratégia para abrir o debate sobre as relações político-administrativo e econômico tanto na Antiguidade ou dos povos da América quanto na atualidade. A feira na Antiguidade ou na dos povos da América tinham a intervenção do Estado? Como é realizada a administração da feira no município? Essa discussão introduzirá os alunos no estudo desses povos e estabelecerá conexões entre o presente e o passado. No término, o professor e alunos devem debater sobre a construção do conhecimento histórico produzido por eles.

Avaliação:

1. Descreva as contribuições dos povos antigos estudados para os grupos sociais atuais.

2. Elabore um quadro comparativo dos produtos comercializados e a forma de pagamento dos povos estudados e na atualidade na feira local.

2.2.4. Para saber mais sobre o tema:

Na feira de Itabaiana, no Sergipe, o visitante encontra um pouco de tudo: tomate, alface, batata, farinha. Duração: 3min36seg. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=AEKGXFlenXw>> Acesso em: 03/12/2020.

Feira de Itabaiana, a maior feira livre do interior sergipano - Itnet News. Duração: 4min51seg. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=zfZOSoCmMAc>> Acesso em: 03/12/2020.

Achamos no Brasil: feira livre que vende até vestido de noiva. Duração: 11min25seg. Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=Pd1REYjU_HQ> Acesso em: 03/12/2020.

2.2.5. Conclusão

Esta sequência didática se propõe em discutir a prática da feira em algumas civilizações antigas: os gêneros vendidos, a comercialização dos produtos, a forma de pagamento, etc. e compará-los com a feira local. Para essa discussão propõe textos e vídeos. Nessa sequência o aluno poderá a partir da orientação da aprendizagem histórica experiência desenvolver a “capacidade de aprender a olhar o passado e resgatar sua qualidade temporal, diferenciando-o do presente” (RÜSEN, 2011, p. 59). Nesta operação o aluno será levado a confrontar o passado e distingui-lo do presente e produzir caminhos que o identifique. Já que “o passado somente será apreendido quando for experimentando historicamente e quando for distinguido o passado do presente” (Idem, 2012, p. 87). Por isso, propomos que o professor trabalhe tal distinção com o aluno a fim do desenvolvimento de sua aprendizagem histórica.

2.3. SEQUÊNCIA DIDÁTICA: Feira de ontem e as de hoje

2.3.1. Conceitos

A Idade Média, segundo a periodização histórica vigente, é o período que corresponde a Queda do Império Romano do Ocidente no século V e a Queda de Constantinopla no século XV. É um longo período que alimentou e alimenta inúmeras discussões entre os historiadores ao longo do tempo. Entre elas, a de ser intitulada, segundo Le Goff como uma Idade das Trevas ou uma Idade Média idealizada (LE GOFF, 2005, p. 22). Segundo o historiador,

A primeira dessas tradições, a negra, remonta ao humanismo, ao autodenominado Renascimento (o primeiro a ‘envolver em trevas a Idade Média’ é Petrarca), e foi infelizmente retomada, como num revezamento, pelas Luzes. (...) A segunda versão, ‘catedrais’, constrói-se, por sua vez, depois da Revolução Francesa, quando Chateaubriand, contestando as Luzes, redigiu seu *O gênio do cristianismo* (1802), com o elogio da natureza e do gótico, da simplicidade, do ideal (Idem, 2005, p. 23).

Desde o século XIV, Petrarca vem influenciando muitas pessoas a pensarem a Idade Média como um período sem expressão, sem nada a contribuir para a sociedade e a cultura, por isso usou o termo *tenebrae*. No século seguinte, o bispo Giovanni Andrea, usou o termo *media tempestas* para expressar a Idade Média como um período de flagelo e ruína. Já no século XVI, numa obra biográfica de grandes artistas do seu tempo, Giorgio Vasari, usou o termo Renascimento para a sua época e para a anterior o termo *media aetas*, *media antiquitas* e *media tempora*, impondo dessa forma, um pensamento hostil, degradante, depreciativo ao período medieval (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 10).

Durante a Idade Moderna muitos intelectuais se levantaram contra a Idade Média, entre eles, os ligados as monarquias absolutistas por considerar o período de reis fracos, sem controle que possibilitou a fragmentação política. Já os comerciantes, em virtude de ter passado um grande período de baixa atividade comercial. Agora, as críticas dos racionalistas e filósofos se fundamentam na forte presença da religião na cultura, na economia, na sociedade e política pela Igreja Católica. Já Idade Contemporânea, pelos idos do século XIX, o romantismo enxergava a Idade Média como um período de nostalgia romântica e de valorização da identidade nacional (principalmente a partir da Revolução Francesa). E em contraposição aos renascentistas e iluministas, os românticos viram como positivo a fé, a tradição e a autoridade no período medieval, como também enalteceram a arte medieval, a

gótica (termo pejorativo renascentista). E no século XX, os historiadores e estudiosos medievais procuraram estudar o período a partir dela própria. Para isso, buscaram novas metodologias, novas fontes, técnicas, rever conceitos. Assim, o estudo medieval deu um salto quantitativo e qualitativo e passou a ter grande prestígio no meio acadêmico com no seio popular (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 11-13).

Não podemos afirmar que a Idade Média tenha sido um retrocesso no desenvolvimento da Europa. Por isso, é inaceitável o conceito de Idade das Trevas, mesmo que os historiadores considerarem que foi um período em que a Igreja Católica exerceu forte controle sobre a cultura e outras organizações sociais e políticas. Para Lucien Febvre, apud Le Goff, o controle pesado da Igreja Católica sobre o medieval foi importante para o futuro da Europa já que sua ação

fez sem cessar passar por cima das fronteiras mal estabelecidas de reinos caleidoscópicos grandes correntes de civilização cristã desligadas do solo, contribuiu para dar aos ocidentais uma consciência comum, acima das fronteiras que os separam, uma consciência que, laicizada pouco a pouco, tornou-se uma consciência européia (2007, p. 12).

O conceito de Idade Média, segundo Le Goff, é bastante diferente dos conceitos pregados e difundidos pelos humanistas renascentistas e pela maioria esmagadora dos iluministas. Ele não vê no medieval nenhum vazio cultural, social e/ou científico ou que foi um período de retrocessos ou que atrapalhou o desenvolvimento humano. Segundo ele, a Idade Média foi

o momento da criação da sociedade moderna, de uma civilização moribunda ou morta sob as formas camponesas ‘tradicionais’, no entanto viva pelo que criou de essencial nas nossas estruturas sociais e mentais. Criou a cidade, a nação, o Estado, a universidade, o moinho, a máquina, a hora e o relógio, o livro, o garfo, o vestuário, a pessoa, a consciência e, finalmente, a revolução (1979, p. 12).

A subordinação a Igreja Católica não foi total, já que os universitários medievais deixavam claro os conhecimentos adquiridos pelas leituras e pesquisas, vendiam informações/conhecimentos que deviam ficar no segredo, segundo a Igreja Católica, como a ciência e o tempo. Por tal comportamento, eram comparados aos mercadores e considerados pela Igreja como pecadores e como tal, para os clérigos dos séculos XII e XIII não podiam “agradar a Deus nem conseguir a salvação” (Idem, 1979, 13). Foram esses estudiosos medievais que legaram muito do conhecimento desenvolvido neste período para as sociedades futuras.

Além dos mais, foi graças ao medievo que a Europa nasceu e conduziu silenciosamente e ao mesmo tempo de forma dinâmica a sua organização social, política, cultural, econômico e científica até que findasse seu período em favor da chamada Idade Moderna. Foi durante o medievo que se constituiu os alicerces para o que é a Europa hoje. Para Marc Bloch, citado por Le Goff,

O mundo europeu, enquanto europeu, é uma criação da Idade Média, que, quase ao mesmo tempo, rompeu a unidade, pelo menos relativa, da civilização mediterrânea e lançou desordenadamente no crisol os povos outrora romanizados junto com os que Roma nunca tinha conquistado. Então nasceu a Europa no sentido humano da palavra (2007, p. 13).

Então, a Idade Média é um período em que se deram muitas transformações na Europa. Não foi nem de trevas nem tampouco de luz pura e inquebrantável. A Idade Média não teve nada de estático ou negro a ponto de ser negligenciada, pelo contrário, durante todo o seu período houve rupturas e continuidades, mudanças e permanências, conflitos e alianças, exclusão e inclusão, religião que dominava e laicismo. O tempo durante esse período foi enérgico, dinâmico.

Um espaço valorizado que relega ao segundo plano a oposição antiga entre o direito e o esquerdo para privilegiar a oposição entre o alto e o baixo, entre o interior e o exterior. Um espaço construído como a realização de uma identidade coletiva, as que gera, ao mesmo tempo espaços de exclusão em seu seio para o herético, para o judeu e também para aqueles cristãos nos quais a sociedade dominante identificava modelos desviantes - o andarilho transformado em vagabundo, o pobre transformado em mendicante, o leproso identificado como envenenador, o folclore revelando por trás de suas máscaras carnavalescas sua verdadeira face, a de Satã. Um tempo marcado pela disputa entre os sinos dos clérigos e os dos laicos, entre o tempo escatológico das rupturas marcado pelas conversões, milagres, aparições diabólicas e divinas, e o tempo contínuo da historicidade construído laboriosamente pelos compositores de anais e crônicas, entre o tempo circular do calendário litúrgico e o tempo linear das histórias e narrativas, o tempo do trabalho, o tempo do descanso, e a lenta emergência de um tempo divisível em partes iguais medidas mecanicamente, o tempo dos relógios que é também o do poder unificador, do Estado (Idem, 2005, p. 13).

A Idade Média não significa feudalismo. Digo isso, em função de muitos pensarem que são sinônimos, ou melhor, o mesmo conceito ou ainda designa a mesma coisa. A pouco discutimos, sucintamente o conceito de Idade Média e agora vamos adentrar no conceito de feudalismo que é um outro conceito bastante polêmico entre os historiadores.

A palavra feudo como a conhecemos hoje, é oriunda da antiga língua germânica feu (significava algo móvel, no caso, o gado) usada por volta do século IX. Por volta do século

XI, se tem conhecimento do uso de feos (que se referia ao uso de bens imóveis como vestuário, armas, documentos diversos e móveis como o cavalo ou víveres). Mas tarde, em 1614 foi encontrado em vários documentos o uso da palavra feodum ou feudum (do latim significando a concessão de bem, propriedade posse e/ou domínio, que no caso seria a terra). Dessa última e o seu mais recorrente que derivou o termo feudo (LOYN, 1997, p. 352).

O uso da palavra feudalismo e governo feudal para indicar um estado de uma nação foi referenciado em um trabalho do Conde Boulainvilliers em 1727 intitulado *Lettres Historiques sur les Parlemntes*. E provém dele e de Montesquieu e no final do século XVIII o primeiro conceito de feudalismo ao exprimirem que seria “a fragmentação da soberania entre uma multidão de pequenos príncipes ou até de senhores de aldeia, era a singularidade mais impressionante da Idade Média” (BLOCH, 1982, p. 13-14).

O economista Adam Smith, século XVIII, utilizou o termo feudo não para tratar juridicamente, mais sob o ponto de vista econômico. Para ele, apud Pais (1978, p. 51), o feudo “passa a indicar uma sociedade caracterizada por um amplo contraste entre rico e pobres: uma minoria de privilegiados usufruindo os benefícios proporcionados pelo trabalho forçado da maioria da população”. No mesmo tempo, Montesquieu e Voltaire viam no feudalismo “um regime que beneficiava a aristocracia em detrimento do campesinato”. No curso do Iluminismo e da Revolução Francesa a conceituação de feudalismo se encher de controvérsias até hoje. Ainda nesse período, o feudalismo é conceituado como “um sistema de governo de lei e de organização militar que englobava somente a classe governante livre e guerreira. Dessa forma, ter um feudo seria de exclusividade da aristocracia. Os servos se manteriam presos a terra pelas obrigações (Ibidem, 1978, p. 50).

O feudalismo pode ser definido de diversas formas a depender do olhar do historiador ou interessado no assunto. Sendo assim, como demonstrado por Lenalda e Bruno (2012), o feudalismo pode ser conceituado sob o viés social, político, econômico e ou jurídico. Dessa forma, a primeira compreensão seria que

o feudalismo como um tipo de sociedade cujos caracteres determinantes são: um desenvolvimento, levado até muito longe, dos laços de dependência de homem para homem, com uma classe de guerreiros especializados a ocuparem os escalões superiores dessa hierarquia; um parcelamento máximo do direito de propriedade; uma hierarquia dos direitos sobre a terra provenientes desse parcelamento e correspondendo à hierarquia dos laços de dependência pessoal a que se acaba de fazer referência; um parcelamento do poder público, criando em cada região uma hierarquia de instâncias autônomas, que exercem, no seu próprio interesse, poderes normalmente atribuídos ao estado e, em épocas

anteriores, quase sempre da efetiva competência deste (Santos, 2012, p. 9).

Na Europa, o feudalismo não se dá da mesma forma e características. Cada região tem as suas particularidades no desenvolvimento, como também, o feudalismo como se deu na Europa não houve nas demais partes do planeta. Por exemplo, a mão-de-obra preponderante no sistema feudal foi a serva. Então, em todas as sociedades onde existiu a servidão existiu a experiência feudal? A resposta é não, já que a servidão existiu em várias sociedades em diferentes épocas e regiões.

O feudalismo, como dito, pode também ser conceituado por um viés jurídico. Sendo assim, o feudalismo é

um conjunto de instituições que criam e regulam obrigações de obediência e de serviço – sobretudo militar – da parte de um homem livre, chamado vassalo, para com outro homem livre, chamado senhor, e obrigações de proteção e sustento da parte do senhor para com o vassalo; a obrigação de sustento tem como efeito, na maior parte dos casos, a concessão pelo senhor ao seu vassalo de um bem chamado feudo (SANTOS, 2012, p. 9).

Esses dois entendimentos do feudalismo se ligam a um terceiro que trata de explicitar o sistema de relação de direito sobre a terra entre suserano e vassalo. Entretanto, essa relação não foi única no sistema feudal. Estas que nomeiam todo o regime feudal independente da região na Europa em que ela se desenvolveu.

Para Le Goff o feudalismo

é o conjunto de laços pessoais que unem entre si, hierarquicamente, os membros das camadas dominantes da sociedade. Tais laços apóiam-se numa base "real": o benefício que o senhor concede a seu vassalo em troca de um certo número de serviços e de um juramento de fidelidade (2005, p. 84).

Marc Bloch definiu dessa maneira o feudalismo:

Um campesinato mantido em sujeição; uso generalizado do serviço foreiro (isto é, o feudo) em vez de salário...; a supremacia de uma classe de guerreiros especializados; vínculos de obediência e proteção que ligam homem a homem e, dentro da classe guerreira, assumem a forma específica denominada vassalagem; fragmentação da autoridade — levando inevitavelmente à desordem; e, em meio a tudo isso, a sobrevivência de outras formas de associação, família e estado (apud LOYN, 1997, p. 353).

Nessas acepções o feudalismo é um ato político e social. Sendo assim, o feudalismo se apoia em um laço de direitos e deveres e/ou dependência entre o vassalo e o suserano celebrado por um ritual em que se comprometem mutuamente em respeitar o juramento. Estes nobres tinham como subordinados aos seus serviços e presos a terra o servo que pelo seu

usufruto deveriam dar parte da produção do seu trabalho e executar outras atividades assim que fossem requisitados.

Para Monteiro, apud Schipanski, o feudalismo deve entendido como um

modo de produção no qual as relações sociais de produção estão baseadas na servidão; a propriedade dos meios de produção está dividida entre a classe dominante, a nobreza feudal, e a classe dominada, os servos, cujo objetivo fundamental da produção é o valor de uso (2009, p. 43).

As relações sociais estabelecem a divisão social do trabalho. Os nobres, detentores das terras e guerreiros e do outro lado os servos presos a essas terras e nelas produzem e mantêm as suas famílias, obrigados a entregar grande parte da sua produção aos senhores das terras em forma de impostos e taxas pelo uso de suas terras.

Esses são alguns conceitos de feudalismo que difere de outros sistemas econômicos, por descentralização política, concentração da maioria da população no campo em virtude do declínio populacional das cidades, as relações de fidelidade, predominância de um grupo de guerreiros e ao mesmo tempo detentores das terras e em sua maioria, a servidão coletiva que é a principal mão-de-obra do sistema.

2.3.2. Textos

134 A FORMAÇÃO DE UM MERCADOR (S. XI)

“Quando o rapaz, depois de ter passado os anos da infância sossegadamente em casa, à idade varonil, principiou a seguir meios de vida mais prudentes e a aprender com cuidado e persistência o que ensina a experiência do mundo. Para isso decidiu não seguir a vida de lavrador, mas antes estudar, aprender e exercer os rudimentos de concepções mais sutis. Por esta razão, aspirando à profissão de mercador, começou a seguir o modo de vida do vendedor ambulante, aprendendo primeiro como ganhar em pequenos negócios e coisas de preço insignificante; e então, sendo ainda um jovem, o seu espírito ousou a pouco e pouco comparar, vender e ganhar com coisas de maior preço [...] nas terras onde encontrava certas mercadorias raras e por isso mais preciosas, transportava-as para outras partes onde sabia que eram menos familiares e cobiçadas pelos habitantes a preço de ouro” [...] (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, p. 152-153).

Maria Guadalupe Pedrero-Sánchez. **História da Idade Média: textos e testemunhas**. São Paulo: Editora Unesp, 2000

Os feirantes de Itabaiana/SE

“[...] No município de Itabaiana, do total de feirantes, 68% estão inseridos num grau de escolaridade que alcança no máximo o fundamental, apenas 16% conseguiram terminar o ensino médio, 4% desses feirantes possuem o ensino superior – mas, preferem continuar trabalhando na feira – e outros 12% não informaram seu grau de escolaridade.

[...]

Os feirantes de forma geral têm idade bastante diferenciadas, desde as crianças que ajudam os pais, até os idosos que não abandonam essa ocupação.

[...]

Em Itabaiana predomina o feirante que está na faixa de idade entre 21 a 60 anos (80% dos feirantes), ou seja, aqueles que têm responsabilidades pelo sustento da família, mas, não deixam de usar a força de trabalho dos filhos e/ou dos pais, estes podendo ou não serem aposentados [...]. Em relação aos outros feirantes [...] têm-se 10% com até 20 anos e 10% acima de 60 anos, sendo possível encontrar feirante com 89 anos de idade em plena atividade. Na verdade, não se tem idade para começar nem para parar de trabalhar nas feiras livres nordestinas. A idade não é um empecilho para os feirantes, pelo contrário, é justamente a força de trabalho que conta, seja o mais novo ou o mais velho

[...]

As mercadorias adquiridas pelos feirantes chegam aos mesmos de várias formas. De acordo com as respostas dos entrevistados na feira de Itabaiana, 54% afirmaram comprar de intermediários, 34% compram diretamente do produtor, 6% compram de intermediário e do próprio produtor, outros 6% compram direto do produtor e também produz seus próprios produtos.

FIRMINO, Paul Clívilan Santos; MAMIGONIAN, Armen. **Arapiraca/AL e Itabaiana/SE: a feira livre como gênese e desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste brasileiro**. 2015. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23032016-133946/> >. Acesso em 14 de ago. de 2020.

Feiras regulares, como hoje

Sob sua forma elementar, as feiras ainda hoje existem. Pelo menos vão sobrevivendo e, em dias fixos, ante nossos olhos, reconstituem-se nos locais habituais de nossas cidades, com suas desordens, sua afluência, seus pregões, seus odores violentos e o frescor de seus gêneros. Antigamente eram quase iguais: algumas bancas, um toldo contra a chuva, um lugar numerado para cada vendedor, fixado de antemão, devidamente registrado e que é necessário pagar conforme as exigências das autoridades ou dos proprietários; uma multidão de compradores e uma profusão de biscateiros, proletariado difuso e ativo: debulhadoras de

ervilhas que têm fama de mexeriqueiras inveteradas, esfoladores de rãs (que chegam a Genebra e a Paris em carretos inteiros, de mula), carregadores, varredores, carroceiros, vendedores e vendedoras ambulantes, fiscais severos que transmitem de pais para filhos seu mísero ofício, mercadores varejistas e, reconhecíveis pelas roupas, camponeses e camponesas, burguesas em busca de algo para comprar, criadas que são hábeis em passar a perna (dizem os ricos) nos patrões quanto ao preço (“ferrar a mula”, dizia-se então), padeiros que vão à feira vender grandes pães, açougueiros com suas várias bancas atravancando as ruas e praças, atacadistas (mercadores de peixe, de queijo ou de manteiga por atacado), coletores de taxas... E depois, expostas por toda a parte, as mercadorias, barras de manteiga, montes de legumes, pilhas de queijos, de frutas, de peixes ainda pingando, de caça, carnes que o açougueiro corta na hora, livros que não forma vendidos e cujas folhas impressas servem para embrulhar as mercadorias. Dos campos chegam ainda a palha, a lenha, o feno, a lã, até o cânhamo, o linho e mesmo tecidos dos teares de aldeia.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV – XVIII: os jogos da troca**. Vol. 2. Trad. Telma Costa. 2ª ed. São Paulo. Martins Fontes, 2009, p. 15-16.

O surgimento do Comércio Medieval XI

[...]

Remontamos ao passado, até o século XI, a produção agrícola atendia modestamente às necessidades da população européia. As técnicas e os instrumentos utilizados na agricultura eram simples e primitivos.

A partir do século XI, melhoraram consideravelmente as condições gerais do mundo rural, e aperfeiçoaram-se técnicas que aumentaram a produtividade. Neste cenário de expansão, houve crescimento demográfico por toda a Europa, sendo que, como havia abundância de terras, uma população maior pôde ser alimentada.

Essa população aumentada produzia bem mais alimentos do que necessitava, e o excedente pôde ser usado para alimentar a crescente população urbana que liberada do trabalho agrícola, tornou-se capaz de produzir bens de consumo, principalmente tecidos, trocando-se por alimentos um maior número de pessoas nas cidades podia abandonar a agricultura e dedicar-se inteiramente à produção de consumo. O comércio ganhou significativo impulso com a melhoria dos meios de transporte, o desenvolvimento do artesanato urbano e o maior contato com os povos orientais, além disto, no decorrer dos séculos XI houve a reabertura dos portos europeus através do mar Mediterrâneo, antes sob o controle dos árabes, possibilitando o comércio de produtos raros e exóticos.

Além do comércio local, desenvolveram-se grandes rotas comerciais internacionais, a rota comercial do norte e a rota comercial do sul, realizada principalmente através do mar mediterrâneo, tendo como portos mais importantes os de Barcelona, Marselha, Gênova, Veneza, Tunis, Trípoli e Constantinopla.

No mar do Norte e no Báltico, os navios corriam de um ponto a outro para apanhar peixe, madeira, peles, couros e peliças e etc. Um dos centros desse comércio nos mares do Norte era a cidade de Bruges, em Flandres, e ao Sul, Veneza.

E assim constituía o elo, na planície de Champanha, era o centro comercial dessas rotas de comércio, aos poucos, numa série de cidades, onde se estabelecem as famosas e grandes feiras, sendo a mais importantes em Lagny, Provins, Barsur-Aube e Troyes, que, até ao fim do séc. XIII, desempenharam, na Europa medieval, o papel de bolsa e de clearing house.

Os mercadores dirigiam-se para elas, porque estavam situadas na grande via de trânsito, e porque os príncipes territoriais dotavam de franquias e privilégios. Essas feiras, eram pontos de reunião e lugares de troca, onde se encontravam mercadores e vendedores, algumas feiras fixaram-se no local, onde continuou um aglomerado mercantil, assegurando o desenvolvimento da cidade. Foi assim, por exemplo, com Lille, Ipres e Troyes, etc.

Foi, portanto, desta maneira, o comércio a longa distância, que foi a característica do renascimento econômico da Idade média, essas travessias de longo curso, era para os cercadores o único meio de realizar altos lucros, era necessário ir procurar longe os produtos que aí se encontravam com abundância, a fim de, em seguida os poderem revender com lucro, tais como especiarias, perfumes, jóias e sedas, muito procurados em tal época.

Estes produtos começaram a ser vendidos nas feiras que surgiam nas cidades que renasciam. Essas novas cidades foram chamadas burgos, em virtudes de seus muros fortificados, os seus habitantes tornaram-se os burgueses, termo que posteriormente se aplicou somente aos comerciantes enriquecidos com sua prática.

É importante observar a diferença entre os mercados locais semanais dos primeiros tempos da Idade Média e essas grandes feiras do século XII ao XV. Os mercados eram pequenos, negociando com os produtos locais, em sua maioria agrícolas.

As feiras, ao contrário, eram imensas, e negociavam mercadorias por atacado, que provinham de todos os pontos do mundo conhecido. A feira era o centro distribuidor onde os grandes mercadores, que se diferenciavam dos pequenos revendedores errantes e artesãos locais, compravam e vendiam.

As mercadorias estrangeiras vindas do Oriente e Ocidente, Norte e Sul.

Com o decorrer do tempo, as formas de se comercializar sofreram várias transformações, da troca de uma mercadoria por outra, denominada economia de escambo, passando para moeda corrente, hoje com a modernidade, são feitos através de cartões de créditos e tickets, dessa forma esse novo serviço, amplia o leque de pagamentos e oferece comodidade e segurança para consumidores e feirantes.

[...]

LACERDA, Sueli Pereira; NEDER, Marco Antonio Villarta. **O surgimento do Comércio Medieval XI**. XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2007/trabalhos/sociais/epg/EPG00293_01O.pdf> Acesso em: 12 de fev. de 2021.

Taís Cristina

A feira de Itabaiana é considerada a maior e melhor feira do estado de Sergipe. Ela recebe pessoas de toda a parte do estado toda quarta e sábado.



Fotos: Taís Cristina

A Feira de Itabaiana é considerada a maior feira ao ar livre do estado de Sergipe. São cerca de 1.100 feirantes, distribuídos em aproximadamente 800 barracas, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, todas as quartas-feiras e sábados. Na feira, se encontra os mais variados produtos; têm verduras, frutas, roupas, artesanato, produtos de limpeza, utensílios domésticos, tecidos, doces, enfim, é uma infinidade de produtos. A feira é um dos aspectos culturais importantes para a história e identidade do município serrano, e quem trabalha nela transborda sorriso no rosto e satisfação, coisa popular do itabaianense, que se orgulha pela boa fama que tem de saber negociar.



O feirante Dernival Batista Maciel tem 65 anos de idade, e começou a trabalhar na feira quando tinha 20 anos. Ele é nascido e criado em Itabaiana, e se orgulha da sua terra e do seu emprego; ele vende banana e afirma, com todas as letras, que a Feira de Itabaiana é a melhor do Estado.

Dernival não é o único a falar isso. Esse é um fato que a maioria dos feirantes faz questão de dizer “de boca cheia”, que a feira serrana se destaca em todo Sergipe e é diferenciada, não só pelos produtos, mas pelo povo que a compõe, que acorda cedo para trabalhar, sempre com um sorriso no rosto de satisfação. Maria Ilde é uma dessas feirantes que não hesita em colocar um sorriso no rosto na hora de trabalhar. Ela tem 37 anos de idade, e desde que tinha cinco anos trabalha como feirante.

Maria Ilde vende caranguejo, coco, milho, verdura, de tudo um pouco. Ela se orgulha da sua profissão, pois é através dela que consegue o sustento de sua família; e também da sua terra, que para ela, não há melhor. “Eu moro na zona rural de Itabaiana, e gosto muito do meu lugar, porque tudo de bom a gente encontra um pouco por aqui. O itabaianense é de bom coração, gosta de trabalhar e ajudar os outros. Tudo de bom que há se encontra um pouquinho em Itabaiana”, conta ela.

A Feira de Itabaiana surgiu no ano de 1888. No início ela acontecia somente aos sábados, na Praça Fausto Cardoso, onde atualmente está localizada a Igreja Matriz do município; depois, com o tempo, ela foi transferida para o Largo Santo Antônio, onde está até os dias atuais. Com o crescimento e sucesso da feira, que atraía gente de todas as regiões, ela passou a acontecer também nas quartas-feiras, e assim persiste até hoje.



Atualmente, a Feira ocupa as principais ruas do centro do município, os Largos Santo Antônio e José do Prado Franco (este criado mais tarde para dar suporte à Feira), dois mercados conhecidos pelos itabaianenses como “Mercado da Carne”, pois somente este produto é comercializado, e um mercado ainda maior, conhecido como “Mercadão”, onde diversos produtos são comercializados.

É tanta gente, pessoas de Itabaiana, da zona rural, pessoas de outros municípios do Agreste sergipano, tanta mercadorias espalhadas pelas passarelas estreitas que se criam entre as barracas, que fica até difícil circular pelo local. E olhe que o que não falta na Feira é movimentação de gente fazendo compras! A maioria dos produtos comercializados na feira, como alimentos, hortaliças, frutas e verduras, são produzidos no município mesmo, outra parte vem de outros estados, principalmente produtos irrigados, como morango e melancia.

Outro aspecto importante na feira é o jeito itabaianense de saber negociar, parece que o povo nasceu com esse dom “nas veias”. O feirante tenta sempre satisfazer o cliente, fazendo com que este não saia da banca (como são conhecidas popularmente as barracas na feira), sem levar ao menos um produto; e quando o desconto é bom, o cliente sempre leva mais; e em Itabaiana então, onde “se encontra tudo”, é difícil sair sem levar nada. “Você vem à feira pra comprar fruta e verdura, mas aí você lembra que tá faltando um produto de limpeza, então já compra por aqui mesmo. Passa por uma barraca e vê um vestido bonito com preço bom, compra também. Não tem como não levar nada, porque aqui tem de tudo”, conta a itabaianense Rafaella Menezes Lima, que vai à feira todos os sábados e as vezes vai na quarta também.



E se tem uma coisa que não tem na maior feira ao ar livre do estado é concorrência. Tem espaço para todos venderem os seus produtos, e tem clientes para todos também, porque o jeito do feirante itabaianense é um só, todos trabalham em busca da satisfação dos clientes. Seu Antônio Carlos trabalha como feirante há 10 anos. Ele vende sapatos, e diz que em Itabaiana, não só na feira, tudo é grandeza. “O povo daqui é guerreiro, gosta de trabalhar, por isso tem emprego pra todo mundo e espaço na feira também. Eu mesmo vendo sapatos, não sou o único, tem muita gente que vende também, mas tem espaço para todos”, salienta ele. É por fatores como estes que a feira da cidade serrana é um verdadeiro sucesso, é a maior feira ao ar livre do estado e atrai muitas pessoas de “todo canto” de Sergipe, todas as quartas-feiras e sábados, porque de tudo se encontra nela e os feirantes se orgulham da profissão e a fazem com um sorriso no rosto, sempre. Sabe aquela música de Luís Gonzaga, Rei do Baião, que diz assim: “Na Feira de Caruaru, de tudo a gente vê”!? Pois é, em Itabaiana “a gente” vê de tudo e mais um pouco.



CRISTINA, Taís. **Especial Itabaiana 129 anos: na feira de Itabaiana, de tudo a gente vê...** Portal Itinet, 26 de ago. de 2017. Disponível em: <<http://itnet.com.br/noticia/33812/especial-itabaiana-129-anos-na-feira-de-itabaiana-de-tudo-a-gente-ve...>>. Acesso em: 15 de ago. de 2020.

A Feira de Itabaiana I: A feira das feiras

Vendíamos na feira de Itabaiana todas as quartas-feiras e sábados, na Feira de Areia Branca aos domingos e na Feira de Carira todas as segundas-feiras. No meu caso essa rotina

perdurou até os 29 anos de idades e no caso da minha mãe até a aposentadoria. Mas vou falar especificamente sobre a feiras de Itabaiana que era a maior e mais movimentada de todas. As outras feiras, além de serem menores, tinham uma grande parte dos vendedores provenientes da Feira de Itabaiana (que era o meu caso).

A feira de Itabaiana era dividida de duas maneiras: uma divisão era feita pela extensão e a outra era feita pelos produtos vendidos.

A divisão por extensão (tamanho) era pelo lugares ocupados, que eram: O Largo Santo Antônio (era chamado Pedra da Feira), Largo José do Prado Franco (não sei por que ninguém chama de Pedra da Feira) e dois mercados de carne. O mercado maior ficava ao lado do largo Santos Antônio (que na realidade não vendia somente carne) e o menor (que só vendia carne) fica entre o mercado maior e o Largo José do Prado Franco.

A divisão por produtos não respeitava os limites por extensão e era dividida em várias feiras com os devidos nomes de acordo com os produtos vendidos. Na única feira tínhamos as seguintes feiras: feira da farinha, dos sapatos, das miudezas (corresponde os atuais camelôs), das verduras, dos fatos, das moringas (hoje se chama Feira de Artesanato), feira das carnes, feira dos peixes, feira dos passarinhos, feira dos jogos, feira dos manuês (bolos) e já existia a feira das trocas.

Não existia uma linha divisória separando cada feira e era normal encontrar algum comerciante vendendo em feiras trocadas ou mesmo um único comerciante vendendo produtos das chamadas várias feiras. Neste caso, a localização para se efetuar a compra era feita usando o nome do comerciante, a exemplo: tonho da farinha, Zé do feijão, João da Rede, etc.

Essas pequenas feiras aumentavam e diminuía, durante o decorrer do ano, de acordo com a época de alguma tradição, período de safra de inverno ou de algum produto em moda. No período da coesma a Feira dos peixes, (que geralmente era um ou dois vendedores) aumentava em algumas bancas, no período junino era a vez da invasão dos produtos da safra e nesta época surgia uma feira temporária que era a Feira do Fogos de São João (fogos de artifício), no Natal a Feira da Roupas (no início se vendia tecidos nesta feira) e das miudezas eram as que aumentavam de tamanho. Um fato interessante é que durante todo o ano tinha a chamada feira dos jogos e que sumia justamente no período das festas natalinas. No período natalino era criada a Feira das Festas de Natal (feita na Praça Santa Cruz e depois transferida para o lado do campo de futebol) e estranhamente, em se tratando de uma festa religiosa, era composta por uma grande quantidade de bancas de jogos!! Um fato interessante é que, na época, ainda se vendia os produtos (feijão, farinha, etc.) usando medidas feitas de madeira, embora já estavam começando aparecer as balanças usando pesos. As medidas feitas de madeiras e os pesos utilizados sempre causaram desconfiança por ocasião das compras!!!!



Medidas em madeira para a venda de feijão, grão, milho e outros grãos.



Primeiros modelos de pesos que apareceram

Endereço das fotografias:

<http://mariosilvatecnicoindustrial.blogspot.com.br/2014/06/maquinas-de-empacotar-e-envolver.html>

VIEIRA, Antônio Carlos. **A Feira de Itabaiana I: A feira das feiras**. Blog Os ceboleiros: causos e fatos. Itabaiana, 14 de jun. de 2016. Disponível em:< <https://carlos-itabaiana.blogspot.com/2016/06/a-feira-de-itabaiana-i-feria-das-feiras.html>> Acesso em: 12 de ago. de 2020.

2.3.3. Vídeos

2.3.3.1. Vídeos sobre a Idade Média

Reinos Bárbaros: os francos - Idade Média ep. 01. Duração: 6min13seg. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=wAq-kvYqaVw>> Acesso em: 02/12/2020.

A estruturação do Feudalismo - Idade Média ep. 02. Duração: 6min13seg. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=o-DbNBzdXOY>> Acesso em: 02/12/2020.

Baixa Idade Média: Revolução Agrícola - Idade Média ep. 04. Duração: 7min20seg. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=BJ_LdDGAtG4> Acesso em: 02/12/2020.

Baixa Idade Média: Renascimento Urbano e Comercial - Idade Média ep. 05. Duração: 4min38seg. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=gtQPdnSjVbo>> Acesso em: 02/12/2020.

Baixa Idade Média: Peste Negra - Idade Média ep. 06. Duração: 5min25seg. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=J3CXMYc2na4>> Acesso em: 02/12/2020.

O Comércio Medieval Europeu. Duração: 4min13seg. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=5Ve4OAA13VI>> Acesso em: 02/12/2020.

7.3.3.2. Vídeos sobre a história da feira de Itabaiana-SE

A Feira nas Raízes de Itabaiana - Episódio 01. Duração: 5min06seg. Disponível em:<

https://www.youtube.com/watch?v=2BC5w-_sWW8&t=244s> Acesso em: 02/12/2020.

A Feira nas Raízes de Itabaiana - Episódio 02. Duração: 4min50seg. Disponível em:<
<https://www.youtube.com/watch?v=nod1s2tPk14>> Acesso em: 02/12/2020.

A Feira nas Raízes de Itabaiana - Episódio 03. Duração: 6min45seg. Disponível em:<
<https://www.youtube.com/watch?v=mFAEJ51oN2I&t=22s>> Acesso em: 02/12/2020.

A Feira nas Raízes de Itabaiana - Episódio 04. Duração: 5min53seg. Disponível em:<
<https://www.youtube.com/watch?v=GDzeMiLn4do&t=59s>> Acesso em: 02/12/2020

2.3.4. Atividades

Objetivos:

Discutir a organização social, econômica e cultural da Europa Medieval Ocidental.

Conhecer a história da feira, surgida no medievo e suas práticas econômicas, culturais e sociais que se molda com as mudanças temporais.

Analisar imagens das feiras medievais e local.

Metodologia:

Discussão dos conceitos de Idade Média e feudalismo, análises dos vídeos e dos textos, atividade escrita, exames das imagens da feira medieval e a local.

Tempo estimado:

8 horas/aulas (8 aulas de 50 minutos, cada).

Em que momento deve ser trabalhado:

Esta sequência didática pode ser trabalhada professor no 6º ano do Ensino Fundamental e/ou 1º ano do Ensino Médio. Sendo incluída no conteúdo do currículo escolar quando se trata da formação da Europa Medieval e do feudalismo, período em que se consolida a feira na Europa Ocidental, cujo modelo será levado pelos europeus para América, África e Ásia a partir das Grandes Navegações.

Desenvolvimento:

Módulo 1:

O primeiro passo nessa sequência didática é partir do que o aluno sabe sobre o medievo. Instigá-lo a falar como é o medievo, como chegou a essa conclusão. Em seguida, sugerir

filmes que tratam sobre esse tempo histórico, vejam alguns indicados nesta sequência. Após, o professor deve tratar dos conceitos sobre o tema a ser tratado em sala de aula Idade Média e feudalismo. Primeiro, deixar que os alunos falem. Após a exposição dos alunos, trabalhar os conceitos trabalhados nesta sequência didática. Por fim, solicitar aos alunos que escrevam no caderno sobre a visão de Idade Média a partir do filme assistido.

Módulo 2:

Nesta etapa, o professor deve abordar sobre a feira local e estabelecer conexões com a feira medieval, utilizando os textos sugeridos nesta sequência didática. Além dos textos, o professor deve utilizar os vídeos que tratam sobre a feira local e a Idade Média a fim de estabelecer relação presente-passado entre ambas. Conhecer os objetivos, os propósitos, a prática e a compra e venda de produtos nas feiras medievais pelos mercadores e estabelecer conexões com as práticas dos feirantes locais deve ficar claro para o aluno que após a análise dos textos, ter assistido aos vídeos irá expressar em um pequeno texto em seu caderno.

Módulo 3:

Nesse módulo, o professor utilizando textos e os vídeos desta sequência didática, debater com a turma sobre as causas do surgimento da Idade Média, as características da Alta e Baixa Idade Média, os regimes de trabalho no medievo, o renascimento das cidades e do comércio, sempre estabelecendo conexões com a feira.

Avaliação

1. Como adentraram na vida de mercadores medievais ou feirantes na atualidade? Quais os propósitos dos feirantes medievais e os atuais?
2. De onde vinham as mercadorias a serem comercializadas pelos mercadores medievais e os feirantes locais?
3. Com que idade e em que condições tanto os mercadores medievais e os feirantes locais ingressaram nessa atividade?

2.3.5. Para saber mais sobre o tema:

BISPO, José de Almeida. **Itabaiana, nosso lugar: quatro séculos depois**. Aracaju: Infographics, 2013, 268p.

CARVALHO, Vladmir Souza. **A República Velha em Itabaiana**. Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2000, 718p.

CARVALHO, Vladmir Souza; SANTOS, Robério Barreto. **Álbun de Itabaiana**. Itabaiana: [s.n.], 2013, 172p.

PIRENNE, Henri. **História econômica e social da Idade Média**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1966, 248p.

Feira Do Município De Itabaiana Atrai Gente De Todo Canto. Duração: 3min14seg. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=_Es74ODzT3I > Acesso em: 03/12/2020.

CAMINHOS DE SERGIPE- ITABAIANA b101 02. Duração: 13min05seg. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ML5loTBPJT8> > Acesso em: 03/12/2020.

Isto é Sergipe – ITABAIANA. Duração: 28min11seg. Disponível em: 28min11seg. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=0kEp4sTFX20> > Acesso em: 03/12/2020.

O NOME DA ROSA (Der Name der Rose – filme original). Direção: Jean-Jacques Annaud. Produção: Bernd Eichinger, Jake Eberts, Tomas Schuly. Roteiro: Andrew Birkin et al. Elenco: Sean Connery, Christian Slater, F. Murray Abraham, Michael Lonsdale, Valentina Vargas et al. 1986. Ingles. Color. 130 min.

MONTY PHYTON. Graham Chapman, John Cleese, Eric Idle, Terry Gilliam, Terry Jones, Michael Palin Monty Python e o Cálice Sagrado. Imagens de Python (Monty)Ltda. (1975), (91 min.), Filho, cor.

O Incrível Exército Brancaleone (*L'armata Brancaleone* – filme original). Direção: Mario Monicelli. Produção: Mario Cecchi Gori. Roteiro: Agenore Incrocci, Furio Scarpelli, Mario Monicelli. 1966. Itália, França, Espanha. Color. 120 min.

2.3.6. Conclusão

Esta sequência didática se propõe em discutir a feira no medievo. Nesse período histórico, a feira se consolida como importante mercado para suprir as necessidades da população das cidades. Este modelo de feira europeia foi desenvolvido nas diversas colônias dos continentes da América, África e Ásia. Então, essa sequência, possibilita ao aluno uma reflexão sobre as mudanças e permanências no tempo histórico da feira no cotidiano e a feira no medievo. Segundo Seffner, é tarefa importante do ensino de história possibilitar que os alunos reconheçam, nas diferentes conjunturas históricas, os esforços de mudança e permanência (2019, p. 169). Sendo assim, é importante que se veja a feira no ensino de história como um objeto que o professor pode discutir com os seus alunos estes dois processos do tempo histórico que agem em sincronia.

2.4. SEQUÊNCIA DIDÁTICA: Quem abastece a feira de cada dia

2.4.1. Conceitos

Antes de abordarmos aos conceitos de comércio, vamos conhecer a sua etimologia. Do ponto de vista etimológico, a palavra comércio tem sua origem no latim, mais especificamente nas raízes “cum” que significa juntamente com “merx” “mercadoria” (CONCEITOS.COM, 2021) Ainda, Segundo Denis Ferreira, “a palavra comércio possui diferentes origens, sendo a grega a m is conhecida, originada do latim commercium, sendo ela a junção das palavras “com” que significa algo como junto ou conjunto e “merx /merc” que é algo como mercado, local de troca” (FERREIRA, 2017).

Desde os primórdios da humanidade, os humanos realizavam atividade comercial. As primeiras experiências aconteceram ainda quando eram caçadores-coletores.

O bando era economicamente independente; apenas alguns itens raros que não podiam ser encontrados localmente – conchas, pigmentos, obsidianas e coisas do tipo = precisavam ser obtidos com estranhos. Isso podia ser feito por meio de escambo simples: ‘Nós trocamos belas conchas do mar por sílex de boa qualidade (HARARI, 2020, p. 182).

As mudanças se deram a partir da Revolução Neolítica, quando as comunidades aos poucos foram descobrindo como cultivar cereais⁴⁴ e domesticarem animais⁴⁵. Esta revolução favoreceu o aumento populacional e uma organização social mais complexa. Entretanto, a atividade comercial continuou sendo feita pelo escambo.

Na Antiguidade, iniciada com a invenção da escrita por volta de 3.500 a. C., ocorreu a formação das civilizações que diante da sua organização, complexidade e necessidades para a sua manutenção e desenvolvimento, necessitava de produtos que não tinham em seu território. Diante disso, o sistema comercial dessas civilizações era mais complexo e o escambo não

⁴⁴ Isto aconteceu por volta de 9.500 a.C., como exemplo, os natufianos do Oriente Médio que de caçadores-coletores, aos poucos começaram a cultivar cereais depois que começaram a observar como os cereais cresciam ao longo de sua aldeia, descobriram o momento ideal de plantio, como plantar, quando colher, proteger das ervas daninhas, etc. O que ocasionou mais tempo dedicado ao cultivo dos cereais do que a caça e coleta. Aos poucos se tornaram agricultores (Idem, 2020, p. 95).

⁴⁵ O homem se tornou pecuaristas caçando os animais. A primeira possibilidade para tal, foi a caça seletiva, ou seja, os homens separavam os animais velhos e poupar os mais novos e as fêmeas para proteger a vitalidade do rebanho. Estes seriam protegidos dos seus predadores pelos homens, para facilitar eram encurralados em um desfiladeiro. Daí os mais agressivos eram abatidos e aos poucos as gerações seguintes tornam-se mais dóceis. Outra possibilidade seria a captura e adoção desse animal para engorda e abate. Entretanto, foram mantendo um maior número de animais que começaram com o tempo a procriar e aumentar mais o rebanho, sendo os mais agressivos os primeiros abatidos (Idem, 2020, p. 101).

atenderia de forma satisfatória, tendo em vista que essa forma de comércio não funcionaria uma grande população e um número cada vez maior e diverso de produtos.

Para resolver o problema causado pela atividade comercial que envolvia uma grande diversidade de produtos para atender uma grande população, o ser humano em diferentes grupos humanos e época inventaram o dinheiro. Este “não se resume a moedas e cédulas. Dinheiro é qualquer coisa que as pessoas estejam dispostas a usar para representar sistematicamente o valor de outras coisas com o propósito de trocar bens e serviços” (HARARI, 2020, p. 185).

O comércio é considerado com uma loja, um armazém, um supermercado, uma feira e/ou outro local que se realizem compra e venda de produtos. Durante a Antiguidade, o comércio era realizado em locais públicos, como exemplo, na Civilização Asteca.

O principal centro comercial da cidade situava-se em Tlatelolco. Sobre uma imensa praça rodeada de arcadas e próximo a uma pirâmide, existia um mercado, ao qual compareciam diariamente de 20 mil a 25 mil pessoas, e de 40 mil a 60 mil pessoas a cada cinco dias. Enormes quantidades de mercadorias, cada qual com uma localização determinada, eram aí trocadas: tecidos e vestimentas, plumas e jóias, peles e plumagens, milho, vagens, pimentas, legumes, frutas e ervas, pássaros e caça, peixes, rãs, vasos, utensílios de sílex, obsidiana e cobre, madeira, tabaco e cachimbos, móveis e esteiras. Havia lojas de boticários, cabeleireiros, vendedores de bolos de milho e guisados assados. Uma polícia especial zelava pela boa ordem do tianquiztli (mercado), e um tribunal composto de três magistrados estava permanentemente a postos para resolver os litígios (SOUSTELLE, 1987, 46).

Também, Atenas (Grécia Antiga) usava a Ágora e em Roma Antiga, o Fórum Cupedino. Noutras civilizações o comércio se davam nos Templos, como exemplo, a Civilização Hebraica: “Jesus entrou no templo e expulsou dali todos aqueles que se entregavam ao comércio. Derrubou as mesas dos cambistas e os bancos dos negociantes de pombas” (BÍBLIA, EVANGELHO SEGUNDO SÃO MATEUS, 21,12).

O comércio independentemente do local, não é apenas uma troca de produtos. Ele é uma “atividade socioeconômica que consiste na compra e na venda de bens, seja para usufruir dos mesmos, vendê-los ou transformá-los” (CONCEITO.DE, 2011).

Quanto ao conceito de comércio, cunhado por um historiador, Raymond de Roover, apud Reis, diz que “o termo se refere ao grande desenvolvimento das atividades de compra e venda, das técnicas comerciais, dos serviços, das feiras, da oferta de moedas, das rotas de comércio e das instituições urbanas vinculadas ao mundo dos negócios de forma geral” (2015, p. 4).

O comércio acontece mediante a um conjunto de fatores que engloba consumidor, vendedor, produto e dinheiro que pode ser qualquer objeto que emita um valor de compra ou venda de uma determinada mercadoria ou serviço numa determinada sociedade.

Durante boa parte da Idade Média, quase não existia dinheiro tanto em circulação quanto investido em negócios que dessem lucros, isso devido a raridade das atividades comerciais, por exemplo. Por isso, a Igreja Católica (detentora de grande fortuna) mantinha seu dinheiro em cofres fortemente protegidos e o único investimento sem retorno financeiro eram em adornos para os altares de seus templos. Enquanto isso, os nobres que obtinham o dinheiro via as cobranças de impostos e multas e também guardavam sua fortuna em cofres.

Diante da pouca atividade comercial no início da Idade Média, o dinheiro era pouco utilizado na Europa, salvo nas poucas compras de sal e de ferro quando necessário. Visto que, muito das necessidades do povo se resumiam praticamente em vestuário e alimentação. Sabendo-se que muitos outros produtos eram produzidos nos feudos, por isso considerados praticamente autossuficientes. Assim, a pouca relação comercial que se dava nos primeiros séculos da Idade Média não usava dinheiro em sua maioria e, sim, na troca in natura (produto por produto).

A autossuficiência dos feudos não foram o único fator para o retrocesso do comércio. Outros fatores foram a reduzida procura de produtos, as péssimas condições das estradas, o grande número de ladrões, a escassez de moeda e o grande número de diferentes moedas utilizadas nas regiões da Europa.

A partir do século XI na Europa verificou-se mudanças nas estruturas sociais ocasionadas pelo aumento populacional que em sua maioria não possuíam terra para sobreviverem. A alternativa visível para estas pessoas foi participar do movimento cruzadistas, era naquele momento, a única possibilidade de melhorarem de vida.

Muitos desses cruzadistas, além de guerrearem, foram influenciados pela cultura dos povos por onde passavam, estabeleceram relações comerciais (entraram em contato com novidades que poderiam ser comercializados na Europa, como alimentos e vestuários) que motivou o renascimento do comércio europeu. Por isso, fica evidente que as Cruzadas

Ajudaram a despertar a Europa de seu sono feudal, espalhando sacerdotes, guerreiros, trabalhadores e uma crescente classe de comerciantes por todo o continente; intensificaram a procura de mercadorias estrangeiras; arrebatarem a rota do Mediterrâneo das mãos dos muçulmanos, e a converteram, outra vez, na maior rota comercial entre o Oriente e o Ocidente, tal como antes (HURBERMAN, 1981, p. 30).

Aos poucos a atividade comercial crescia e com ela novas oportunidades de trabalho para muitas pessoas que confluíam do campo em busca dessas oportunidades. Entretanto, o comércio, ou melhor, os comerciantes requeriam uma maior liberdade que os levou a se organizarem nas corporações ou ligas. Seriam, estas que organizariam os seus membros, estabeleceriam regras e preços.

Além das oportunidades de trabalho, os comerciantes representados por suas ligas buscavam avidamente por privilégios e a influenciar as decisões das cidades onde atuavam em seu benefício. Entretanto, tinham a Igreja Católica como principal empecilho ao contestar os seus lucros excessivos. Ademais, a instituição religiosa se colocava contrária a todos que poupassem dinheiro acima do necessário para a sua sobrevivência.

Todavia, a Igreja Católica não conseguiu impedir o crescimento dos empréstimos para as atividades comerciais, agrícolas e indústrias que passaram a ser monopolizados pelos bancos.

O crédito, o banco, sobretudo na Itália, generalizaram-se neste momento. A Igreja em face do surto do comércio, tanto de mercadorias como de moedas, não mais podia permanecer condenando simplesmente a usura. Acabou permitindo que os cristãos — e o Direito Canônico consagrou êsse princípio --auferissem lucro sob o pretexto de reparação à perda do capital duma maneira eventual (**damnum emergens**), ou por falta e perda de lucro (**lucrum cessans, periculum sortis**, etc.) (PAULA, 1964, p. 287).

Diante dos acontecimentos e da impossibilidade de reversão, abrandou as proibições de usuras. Aliado a essa flexibilidade, a centralização do poder nas mãos dos reis que obteve o apoio dos comerciantes e das cidades foi primordial para a quebra de entraves impostos pelos senhores feudais. Foram as cidades que acolheram e deram as condições necessárias para que o comércio viesse a se desenvolver.

A formação das monarquias nacionais, o apoio dos comerciantes (burgueses) e a perspectiva de chegar ao Oriente em busca das especiarias, metais preciosos e outros produtos levaram as nações europeias a se lançaram ao mar. Esta atitude transformou a visão que tinham de mundo e interligou comercialmente os povos. Esse conjunto de ações, ocasionou a chamada Revolução Comercial.

REVOLUÇÃO COMERCIAL. Conjunto de transformações ocorridas nas relações de troca entre a Europa e o resto do mundo no período que vai do século XV ao XVII. Decorreu da formação dos mercados nacionais e do desenvolvimento do comércio no continente europeu, a partir do século XI. Incrementando a economia monetária e o comércio com o Oriente, dominado até fins do século XV por genoveses e venezianos, a Revolução Comercial foi o fator determinante da destruição

do feudalismo. O ponto culminante da Revolução Comercial foi a descoberta do caminho das Índias através do Atlântico por Vasco da Gama (1498), o que acabou com a hegemonia das cidades italianas que dominavam as rotas comerciais entre o Ocidente e o Oriente pelo Mediterrâneo. Com esse feito e a descoberta do Novo Mundo por Colombo, Portugal e Espanha e, mais tarde, Inglaterra, Holanda e França ascenderam a potências comerciais. Abriram-se para a Europa as fontes fornecedoras de especiarias da Ásia e da África, além das riquezas minerais do Novo Mundo (SANDRONI, 1999, p. 528).

Entre as diversas atividades comerciais, destacamos o conceito de feira. Esta é uma atividade comercial realizada em áreas livres que tem como objetivo vender produtos a baixo custo. Nela são ofertados diversos produtos como cereais, frutas, verduras, carnes, animais vivos, comida diversas, brinquedos, roupas, tecidos, móveis, artesanato, utensílios domésticos, ferramentas diversas, entre tantas outras coisas.

Em quase todos os lugares do planeta, a feira livre é uma das manifestações econômicas mais ativa dos humanos. É uma das primeiras organizações de comércio, e resiste ao tempo e às transformações. A feira é palco, de diversão, manifestações de sabedoria e culturas populares, servindo também de ponto de encontro sociais de pessoas que escolhem um dia para reunir ao redor dos múltiplos significados da mesma (FERREIRA, 2002, p. 16).

As feiras acontecem desde a Antiguidade. Civilizações como o Egito, Mesopotâmia, Grécia, Roma, Astecas, Incas, por exemplo, realizavam feiras, como já dito anteriormente, para a comercialização de diversos produtos com a finalidade de atender à necessidade local.

Geralmente as feiras na Antiguidade eram realizadas em praças e/ou mercados e templos. Como exemplo de uma civilização que usava a praça para a realização das feiras, destacamos os Astecas.

(...) O principal centro comercial da cidade situava-se em Tlatelolco. Sobre uma imensa praça rodeada de arcadas e próximo a uma pirâmide, existia um mercado, ao qual compareciam diariamente de 20 mil a 25 mil pessoas, e de 40 mil a 60 mil pessoas a cada cinco dias. Enormes quantidades de mercadorias, cada qual com uma localização determinada, eram aí trocadas: tecidos e vestimentas, plumas e jóias, peles e plumagens, milho, vagens, pimentas, legumes, frutas e ervas, pássaros e caça, peixes, rãs, vasos, utensílios de sílex, obsidiana e cobre, madeira, tabaco e cachimbos, móveis e esteiras. Havia lojas de boticários, cabeleireiros, vendedores de bolos de milho e guisados assados. Uma polícia especial zelava pela boa ordem do tianquiztli (mercado), e um tribunal composto de três magistrados estava permanentemente a postos para resolver os litígios. (SOUSTELLE, 1987, p. 46.).

Na Idade Média, entre os séculos V e XI, as feiras como toda a atividade comercial sofreu um retrocesso enorme em função da configuração de uma nova situação

sócio-econômica-política que se configurou durante esse período. Eram poucas as atividades comerciais, haja vista os feudos produzirem praticamente tudo daquilo que os indivíduos precisavam, eram autossuficientes. Só com o renascimento comercial a partir do século XI que as feiras também ressurgem com mais vigor.

Sob sua forma elementar, as feiras ainda hoje existem. Pelo menos vão sobrevivendo e, em dias fixos, ante nossos olhos, reconstituem-se nos locais habituais de nossas cidades, como suas desordens, sua afluência, seus pregões, seus odores violentos e o frescor de seus gêneros. Antigamente eram quase iguais: algumas bancas, um toldo contra a chuva, um lugar numerado para cada vendedor, fixado de antemão, devidamente registrado e que é necessário pagar conforme as exigências das autoridades ou dos proprietários; uma multidão de compradores e uma profusão de biscateiros, proletariado difuso e ativo: debulhadoras de ervilhas (...), esfoladores de rã (...), carregadores, varredores, carroceiros, vendedores e vendedoras ambulantes, fiscais (...), padeiros que vão a feira vender grandes pães, açougueiros com suas várias bancas atravancando ruas e praças (...) E depois, expostas por toda a parte, as mercadorias, barras de manteiga, montes de legumes, pilhas de queijos, de frutas, de peixes ainda pingando, de caça, carnes que o açougueiro corta na hora, livros que não foram vendidos e cujas folhas impressas servem para embrulhar as mercadorias. Dos campos chegam ainda a palha, a lenha, o feno, a lã, até o cânhamo, o linho e mesmo tecidos dos teares de aldeia (BRAUDEL, 2009, p. 14-15).

A feira, portanto, não mudou muito com afirmou Braudel. Ela permanece com muitos traços da época medieval quando ela se desenvolveu e tornou-se universal. Isto porque a feira “é um espaço que conseguiu unir tradição e modernidade, uma vez que prevalece na dinâmica das cidades desde as mais provincianas até as mais dotadas de serviços, comércio, delivery e fast food, fast life” (LUCENA; GERMANO, 2016. 30).

Desde os tempos medievais a feira é um grande espaço de cores, barulhos, sons, cheiros e gostos. Segundo Sato,

Os diversos temperos, os pescados, as frutas, as flores estimulam nossos sentidos quando para ela estamos a caminho. Os sons, a depender do horário, já anunciam as boas oportunidades de compra. Visualmente, somos fisgados pela diversidade de cores, formas e texturas e somos chamados a interagir continuamente com os feirantes (SATO, 2012, p. 25).

Ao passar pelas fileiras de bancas da feira, observamos sim, o grande número de frutas, verduras, raízes, legumes, por exemplo, e seus formatos e cores. Ouvimos os apelos dos feirantes para nos vender seus produtos e as barganhas dos consumidores. Sentimos os cheiros exalados pelos produtos, cada um pode ser identificado por ele. Por isso,

(...) as feiras são espaços privilegiados de sociabilidade, de trocas de elementos diversos, muito além das econômicas. Há muita memória,

muito conhecimento e saberes que circulam nos processos interativos de compra e venda nas feiras. Há também trânsitos entre o mundo rural e o mundo urbano como construções simbólicas que se encontram fisicamente no espaço das feiras, nas relações entre feirantes e clientes (ZANNI; SANTOS, 2017, p. 8).

Nos locais onde ocorrem as feiras são observadas interações sociais e econômicas entre os seus usuários. Mas, além das influências sociais e econômicas, temos as relações culturais que ocorrem enquanto a feira ocorre durante o dia.

(...) a feira constitui-se num grande cenário de expressões culturais do povo, por possuir características revitalizadoras e reforçadoras da cultura popular. Nesse espaço, podem ser identificados e visualizados aspectos definidores de uma região ou localidade, que evidenciam valores, costumes, formas de viver, laços de sociabilidade e convivência (BARBOSA, 2013, 43).

Então, podemos observar, vivenciar as representações culturais numa feira, como o saber e o jeito de vender, o conhecimento sobre os produtos que cada um vende, os jargões locais dos feirantes como dos consumidores, as trocas culturais entre feirantes e indivíduos oriundos de outros locais, a produção artesanal, a culinária da feira, entre tantos outros eventos que demonstram que a feira é também um local cultural.

A feira é este lugar de vivência, de memória, de saberes e fazeres que se agregam ao dia a dia com todas as suas contradições e ao mesmo tempo apresenta-se descompromissada com o peso da estrutura socioeconômica, que se torna um pouco mais leve, mais solta, livre de amarras, abrindo espaço para manifestações culturais e outras formas de comercialização, como o uso de medidas como bacias, latas, copos, potes, redinhas e saquinhos (LACERDA, 2019, p. 162).

A feira se constituiu em um local de memórias, aprendizados, ensinamentos, histórias e de vida. Um lugar onde muitos se conhecem, fazem amizades, namoram, separam, entre outras ações. É um fervilhão de acontecimentos que se dão em um só dia e em um só lugar.

2.4.2. Textos

Comércio atacadista de hortifrutigranjeiros de Itabaiana/SE

[...]

Os “pequenos intermediários” são visualizados nos comerciantes que tem ação local, isto é, são atores sociais desprovidos de veículos e normalmente adquirem os produtos nos povoados do município e depois repassam para feirantes ou para outros intermediários. Tais atores se caracterizam por serem conhecedores das práticas de cultivos, pois trabalham nelas

alguns dias da semana ou meses do ano, ao tempo em que dedicam outros dias da semana ou meses do ano, ao tempo em que dedicam outros dias da semana ou especificamente o período de verão, a comparar à produção de seus vizinhos e comercializá-las no mercado de Itabaiana, tanto para feirantes, quanto para o consumidor final ou para outros intermediários.

[...]

Os “intermediários médios”, possuidores de veículos e depósitos, são identificados pelos atores sociais que percorrem maiores distâncias para adquirir o produto. Além disso, são pessoas que costumam comprar o produto com outro intermediário e promover o seu transporte do espaço de cultivo para depósitos na cidade ou mesmo para o Mercado de Hortifrutigranjeiros de Itabaiana, como ocorre com a laranja produzida na região de Boquim (SE) e Rio Real (BA), ou ainda de frutas advindas de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), além de outros.

[...]

Os “grandes intermediários” são identificados pela ação ampla, com a promoção da importação e exportação, em caráter regional, nacional e internacional, auferindo assim, os maiores lucros com a produção. Em Itabaiana eles são reconhecidos pelo número de caminhões e pelo número de pessoas com contrato formal de trabalho na compra e venda de hortifrutigranjeiros. Esse tipo de intermediação pode ser visualizado na comercialização de batata-doce, da microrregião de Itabaiana para o Rio Grande do Sul (RS), Argentina, Paraguai e França e na importação de frutas, como ameixa, maçã, pêra, quiuí e uva e, de alho e outros produtos típicos de sua região, que por vezes são adquiridos na CEAGESP (SP).

[...]

CARVALHO, Diana Mendonça de. **Comercialização de hortifrutigranjeiros em Itabaiana/SE.** São Cristóvão, 2010, p. 107 – 109.

Itabaiana/SE: Principais produtos comercializados na feira e suas origens -2015

Produtos comercializados	Nº de Feirantes	Origem dos Produtos
Vestuário, calçados, bijuterias e outros produtos industrializados	24 feirantes	Zona Urbana de Itabaiana, Itabaianinha, Aracaju, Tobias Barreto/SE, Caruaru, Toritama e Recife/PE, Feira de Santana/BA, Arapiraca/AL, Nova Serrana/MG e São Paulo/SP
Serviços de alimentação, laticínios, biscoitos, bolos e afins	2 feirantes	Zona Urbana e Rural de Itabaiana/SE, AL
Frutas, verduras, hortaliças e tubérculos.	12 feirantes	Zona Rural de Itabaiana/SE, Cacorobó, Pedrinhas/SE, Juazeiro/BA, PE, PR, RS,

		Argentina, Chile e Minas Gerais
Cereais, grãos, condimentos e produto alimentício industrializado.	1 feirante	Zona Urbana e Rural de Itabaiana/SE, Bahia e SP
Ferragens, artefatos de couro e arreios em geral e fumo.	4 feirantes	Zona Urbana de Itabaiana, Aracaju, Tobias Barreto, Lagarto, Carrapicho, Neópolis/SE, Cachueirinha e Caruaru/PE e São Paulo/SP
Peixes e carnes	2 feirantes	Zona Rural de Itabaiana, Aracaju/SE
Artesanatos e produtos de casa: cozinha, cama, mesa e banho.	3 feirantes	Tobias Barreto/SE, PE
CD's, DVD's e eletrônicos gerais	2 feirantes	Zona Urbana de Itabaiana/SE e Aracaju/SE, Caruaru/PE e Feira de Santana/BA

FIRMINO, Paul Clívilan Santos. **Arapiraca/AL e Itabaiana/SE: a feira livre como gênese e desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste brasileiro**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, p. 158.

- A origem de produtos comercializados na feira da Europa na Idade Média

TERRITÓRIO, MERCADO E ESTADO: UMA CONVERGENCIA HISTÓRICA

[...]

Podemos pensar no sistema de intercâmbios existentes na bacia do mar Mediterrâneo no mundo romano. Tecidos de Constantinopla, de Odessa, de Antioquia, de Alexandria, vinhos, azeites e especiarias da Síria, papiros e trigos do Egito, da África e da Espanha, vinhos da Gália e da Itália circulavam, unindo as duas grandes regiões do Império, o Oriente e o Ocidente

[...]

Já no decorrer do século XIII, toda a Europa, do Mediterrâneo ao Báltico e do Atlântico à Rússia, achava-se aberta ao grande comércio. Lãs finas da Inglaterra, vinhos do Reno, especiarias e sedas do Oriente, armas da Lombardia, açafrão e prata da Espanha, couros da Pomerânia, tecidos acabados de Flandres, ícones religiosos e objetos devocionais de vários centros de arte circulavam por rotas marítimas e fluviais avançando para o interior do continente. Este comércio está sempre ligado à vida urbana, com a atividade dos mercadores

dinamizando o mundo dos negócios
[...]

ARROYO, Mônica. **Território, mercado e estado: Uma convergência histórica.** Revista GEOgraphia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense v. 6 n. 12 (2004): GEOgraphia. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2004.v6i12.a13479>> Acesso em 12 de jan. de 2021.

A Conjuntura Europeia à Época dos Grandes Descobrimentos

Nos séculos XV e XVI o Velho Mundo descobriu o Novo. As façanhas náuticas desses duzentos anos levaram os europeus a quase todas as regiões que tinham acesso marítimo, e deram origem a uma nova concepção geográfica do pequeno mundo até então conhecido, centralizado no Mediterrâneo, - Europa, parte do Oriente Próximo, Norte da África - para o mundo como o conhecemos hoje e cuja integridade geográfica fora então revelada.

[...]

Não se tratava somente da incorporação de novos continentes e ilhas, cuja descoberta foi muitas vezes fortuita e algumas vezes até inoportuna, mas do contato direto com regiões até então apenas imaginadas. As informações sobre África e Ásia chegavam à Europa graças aos relatos dos viajantes. Eram, no entanto, informes atrasados e, em boa parte, confusos e fantasiosos.

Os europeus não tiveram acesso direto aos relatos dos viajantes árabes, os únicos que poderiam fornecer dados precisos sobre o interior da África e especialmente sobre sua costa oriental. As poucas informações disponíveis foram fornecidas por um grupo de cartógrafos judeus de Maiorca que assinalaram, em mapas do final do século XIV, a localização mais ou menos exata de Tombuctu e dos rios Senegal e Níger, no noroeste do continente negro.

Em compensação, os relatos de viagens à Ásia eram numerosos e detalhados. As descrições criteriosas de Marco Polo gozavam de grande popularidade, eram as mais completas e mais ricas, porém referiam-se ao mundo sino-asiático do final do século XIII, época em que fizera suas viagens. Igual prestígio desfrutavam os relatos de Oderico de Pordenone, outro viajante europeu fascinado pelos costumes e curiosidades chinesas.

[...]

A ideia da esfericidade da Terra foi amplamente divulgada pelo erudito inglês John Hollywood, em seu livreto *De Sphaera Mundi*, de tal forma que toda pessoa culta do século XV sabia que o mundo era redondo. Por outro lado, o *Imago Mundi* do cardeal Pierre d'Ailly, escrito por volta de 1410, apresentava a África rodeada pelo mar, o que abria a possibilidade de acesso ao Oceano Índico pela extremidade sul do continente.

Portanto, às vésperas dos grandes descobrimentos geográficos, a Europa dispunha de ideias confusas, incompletas, às vezes antagônicas, outras vezes imaginárias ou enganosas sobre o resto do mundo, desconhecendo por completo a existência de outras terras que não aquelas genericamente denominadas de índias e que compreendiam a própria Índia, a China e o Japão. Perto de realizar os grandes feitos marítimos e de esquadrihar o mundo, os europeus

não possuíam os dados, nem a certeza sobre um mínimo de conhecimentos que pudesse assegurar o sucesso da expansão. Possuíam, no entanto, os motivos.

Por volta do século XV, a Europa já havia alcançado a maturidade econômica. O Mediterrâneo centralizava as relações marítimo-comerciais de um continente cuja produção respondia pelo atendimento da maior parte da demanda, representada por cerca de 60 milhões de consumidores, se levarmos em consideração apenas os países localizados nas suas margens. Os negócios envolviam vultosas transações com produtos alimentícios de primeira necessidade, como cereais, sal, pescado, azeite, vinho e queijo. A esses somava-se o fornecimento de matérias-primas, principalmente lã, cobre, estanho e chumbo, além dos manufaturados, em especial têxteis, armas e armaduras. O norte da Itália apresentava o maior e mais variado nível de atividade econômica, e suas famosas cidades destacavam-se como grandes centros mercantis. Gênova e Veneza eram respeitadas potências navais, e seus barcos circulavam em todos os sentidos, dominando a navegação de cabotagem desde os portos do Mediterrâneo Oriental até a Península Ibérica e daí, ultrapassando o Estreito de Gibraltar, até o Mar do Norte, atingindo a Europa Setentrional. Florença possuía a maior casa bancária da Europa, a dos Médicis, e, junto com Milão, a mais promissora manufatura de exportação.

As dimensões desse mercado cresciam imensamente quando se passava do comércio interno para o externo, e neste se encontrava a origem do predomínio econômico das cidades italianas. Por seu intermédio, a partir do século XIII, os europeus passariam a receber do Oriente algo de muito concreto: mercadorias. Tratava-se, na sua maioria, de especiarias e artigos de luxo, inexistentes na Europa ou de qualidade muito superior, como acontecia com as sedas persas e chinesas quando comparadas com a italiana. Eram artigos raros, procuradíssimos e apenas disponíveis no mercado após vencerem um longo, intrincado e perigoso trajeto do Oriente ao Ocidente, o que, em parte, justificava seus elevados preços. A raridade, o valor e a reconhecida qualidade faziam dessas mercadorias o principal veio do comércio externo europeu, e a demanda insaciável delas era promessa segura de negócios vantajosos e lucros inigualáveis. Daí a invejável prosperidade econômica das cidades italianas, em especial Veneza e Gênova, cuja riqueza advinha do monopólio de oferta desses artigos.

O que havia de sofisticado e exótico no mercado europeu vinha do Oriente. Eram pedras preciosas, como esmeraldas da Índia, safiras e pérolas do Ceilão e rubis de Burma; sedas, damasco e musselinas; ervas medicinais e as famosas especiarias. Este termo genérico referia-se a uma quantidade enorme de produtos, desde os condimentos usados no preparo, aromatização e conservação dos alimentos, até as drogas, tintas, perfumes, cosméticos e unguentos. A variedade era tão grande que um catálogo comercial do século XIV chegou a listar nada menos que 288 especiarias diferentes, entre as quais, onze tipos de açúcares, variadas ceras, borrachas e cola - a goma arábica.

De todas as especiarias, os condimentos eram os mais importantes, mais caros e também os mais difundidos. A pimenta encabeçava a lista dos artigos mais procurados. Vinha do oeste da Índia, e Sumatra produzia a de melhor qualidade. Em segundo lugar aparecia a canela, procedente do Ceilão, seguida da noz-moscada das ilhas de Banda e, por fim, o cravo, produzido exclusivamente nas Molucas. O mais curioso é que o preço elevadíssimo das especiarias, especialmente dos temperos, não impedia seu consumo generalizado, pois, ao contrário das mercadorias de luxo, podiam ser adquiridas em pequeninas quantidades,

expediente através do qual se tornavam acessíveis até aos grupos sociais menos favorecidos. Através desses produtos e do lugar privilegiado que ocupavam na economia ocidental, o Oriente, embora longínquo e misterioso, tornou-se parte integrante do cotidiano europeu. Mais do que qualquer informe literário ou científico, a riqueza prometida pelo comércio de suas mercadorias fomentava a busca de um acesso direto às regiões produtoras. Tratava-se, a um só tempo, de uma necessidade, uma alternativa e um desafio.

Livrar-se dos extorsivos preços cobrados pelos italianos era uma necessidade, e substituí-los no fornecimento desses artigos ao mercado europeu seria a sonhada recompensa de todo o esforço despendido em busca do Oriente. Essa busca impunha somente uma alternativa: a marítima, e esta exigia o enfrentamento dos oceanos.

O Mediterrâneo estava nas mãos dos comerciantes genoveses e venezianos, últimos elos de uma longa cadeia de intermediários, que começava no Extremo Oriente e estendia-se até os portos do Mediterrâneo oriental. Os chineses controlavam o comércio no Pacífico, entregando seus próprios produtos e os da Índia Oriental no porto de Málaca. Daí até a costa leste da Índia, o tráfico ficava nas mãos de indianos, malaios e árabes. Novamente revendidos nos portos de Calicute, Cochim, Cananor e Goa, as mercadorias passavam quase exclusivamente para as mãos de mercadores árabes, que praticamente monopolizavam o comércio desses portos e de todos os outros entre a costa malabar e a África oriental. Obedecendo à periodicidade das monções de noroeste e de sudeste, os árabes cruzavam o Índico e levavam suas preciosas cargas até os portos da Pérsia, da Arábia e das costas leste da África, de onde partiam para o Mediterrâneo, chegando finalmente a Constantinopla, Alexandria, Antioquia, Trípoli e Beirute. Daí até a distribuição por toda a Europa, as mercadorias orientais caíam no bem-estabelecido e bem-guardado monopólio italiano.

Além dessa rota tradicional, não restavam outras senão as que pudessem ser imaginadas sobre o Atlântico. O apetite comercial do velho continente, concentrado na Península Ibérica, transformaria esse oceano, de limite da cultura ocidental em veículo de conquista e poder, abrindo aos europeus os caminhos da supremacia mundial.

A extremidade ocidental da Europa naturalmente avança sobre o Atlântico e, por si só, isso predispunha portugueses e espanhóis a considerar as águas oceânicas nas suas perspectivas de expansão econômica. Caberia a eles a iniciativa da expansão marítima e, pelo menos durante cerca de 70 anos, praticamente em todo o século XV, essa expansão seria um empreendimento exclusivamente português.

[...]

BASTOS, Maria Malvina Gomes e Souza. A Conjuntura Europeia à Época dos Grandes Descobrimentos. In: **As Grandes Navegações Portuguesas e a Conquista das Águas Profundas pelo Brasil**. Economia & Energia, Rio de Janeiro, Ano XVI, nº 87, p. 5-14, outubro/dezembro 2012. Disponível em:< <https://ecen.com/eee87/eee87p/navegacoes.htm>> Acesso em: 15 fev. 2021.

2.4.3. Vídeo

Grandes Navegações - Comércio de especiarias. Disponível em: <<https://www.sabermais.am.gov.br/odas/grandes-navegacoes-comercio-de-especiarias>> Acesso em 12 de fev. de 2021.

2.4.4. Objetivo:

Identificar as descobertas científicas que promoveram à expansão marítima e comercial na Europa.

Reconhecer os fatores que explicam o pioneirismo de Portugal e dos demais países europeus nas grandes navegações.

Conhecer as razões e as consequências que levaram à expansão marítima e comercial dos países europeus.

Estabelecer conexões entre a comercialização dos produtos pelos países europeus na Idade Moderna e a origem dos produtos comercializados na feira local.

Metodologia:

Discussão em classe sobre os conceitos de comércio e feira, análises dos vídeos e dos textos, atividade escrita, pesquisa em grupo.

Tempo estimado:

6 horas/aula (6 aulas de 50 minutos cada uma)

Em que momento deve ser trabalhado:

Essa sequência didática pode ser trabalhada no 7º ano do Ensino Fundamental e/ou 1º ano do Ensino Médio, guardadas as devidas proporções, já que fazem parte do currículo escolar. O professor trabalha o tema da expansão comercial e marítima europeia, levando a discussão a respeito dos produtos que são comercializados pelos países europeus com os povos colonizados em vice-versa em conexão com os produtos comercializados na feira local e de onde procedem.

Desenvolvimento:

Módulo 1:

No primeiro momento, o professor deve lançar uma discussão sobre os conceitos de comércio e feira, estimulando a construir o conceito a partir dessa discussão. Em seguida, discutir os conceitos dados e apresentar os conceitos tratados desses termos nesta sequência didática.

Após, a discussão, o passo seguinte é utilizar os textos que tratam da chegada desses produtos (quais são esses produtos) a ser comercializados na feira local, de onde vem, por quem passam até chegar a mão do consumidor. Em seguida comparar com a atividade comercial na Europa a partir da expansão comercial e marítima, utilizando o texto sugerido nesta sequência.

Módulo 2:

Nessa etapa, o professor deve inicialmente apresentar as rotas empreendidas em direção ao Ocidente pelos navegadores e fazendo uso do vídeo sugerido nesta sequência. Depois, abordar o conteúdo sobre a expansão comercial e marítima europeia, ocasionada pela formação dos Estados Nacionais, desenvolvimento do conhecimento científico e outros fatores. E retornar a comentar com os alunos a respeito dos produtos comercializavam tanto na Europa quanto no continente americano, africano e asiático e estabelecer comparações e diferenças na chegada dos produtos na feira.

Módulo 3:

Nessa etapa, o professor proporá um trabalho para a turma a fim de conhecerem a origem dos produtos comercializados nas feiras. Sendo assim, a turma será dividida em grupo de 5 alunos (ou mais, de acordo com o número de alunos na sala de aula) e lhes atribuído as atividades e/ou demais temas que porventura seja do interesse do professor. Os grupos colherão informações sobre a origem dos diversos produtos comercializados e poderão ser realizadas pesquisas nos meios digitais, em órgãos públicos municipais para terem acesso a informações científicas e oficiais, respectivamente. Por fim, os alunos e professores farão a sistematização das informações obtidas e elaboração de um mural demonstrativo da origem dos produtos comercializados em produtos.

Avaliação:

1. Os grupos deverão apresentar os dados colhidos e sistematizados a comunidade escolar.

2.4.5. Conclusão

Nesta sequência didática o professor vai discutir com seus alunos a origem dos alimentos negociados na feira. Estes produtos da feira tanto no cotidiano quanto no passado têm origens diversas segundo o tempo histórico e, isto deve ser discutida mediante os textos selecionados e propostos. Assim, professor e aluno vão desenvolver a aprendizagem histórica ao

perceberem que as origens dos produtos a serem comercializados na feira têm em um dado momento diferenças. Essa discussão “pode aprofundar a consciência de que os dias de hoje se passam de outra forma do que no passado, porque as condições da vida prática de cada um são historicamente específicas” (RÜSEN, 2010, p. 113). Assim, contribui para o desenvolvimento da experiência histórica do aluno. Desta feita, o aluno segue a primeira operação da aprendizagem histórica, segundo Rüsen, a experiência.

2.5. SEQUÊNCIA DIDÁTICA: O primórdio da feira de Itabaiana

2.5.1. Conceito

A palavra colonização é derivada de o verbo colonizar que significa “transformar em colônia” (PRIBERAM DICIONÁRIO), “promover a colonização de” (FERREIRA, p. 161). Assim dessa forma, colonizar é ocupar uma terra, em espaço como o intuito de cultivar, produzir, explorar, morar. Essa ação do ser humano teve seu início desde os primórdios da humanidade: a ocupação do homem pré-histórico sobre a América, a ocupação da Grécia de terras na região do mar Egeu, no Mediterrâneo, a ocupação dos europeus no século XV dos continentes asiáticos, africanos e americanos.

A colonização de territórios na América, África e Ásia se deram após ao grande período medieval que se deu entre o século V e o século XV, que deu início a um novo período histórico denominado de Idade Moderna que compreendeu os séculos XV ao século XVIII. E neste período que os europeus se lançaram ao mar, tendo como pioneiro Portugal, seguido da Espanha e tempos depois os demais países europeus, a que chamamos de Expansão Comercial e Marítima ou Grandes Navegações que os levou para os territórios americanos, africanos e asiáticos. Segundo Caio Prado Júnior, essa expansão marítima europeia no século XV “deriva do desenvolvimento do comércio continental europeu, que até o século XV é quase unicamente terrestre, e limitado, por via marítima, a uma mesquinha navegação costeira e de cabotagem” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 9).

Dentre as consequências dessas Grandes Navegações temos a colonização por parte dos europeus desses territórios de forma distinta a cada localidade.

A presença europeia no Oriente, na África e na América obedeceu a padrões diversificados desde as **feitorias** até a ocupação territorial sistemática, como na América, após 1530. Em muitos casos, a presença superficial dos portugueses se desdobrou em relações políticas e econômicas com as sociedades locais, sem destruí-las, pelo menos nos primeiros anos, como foi o caso das primeiras incursões na África e nas sociedades tradicionais do Oriente (OLIVEIRA; et al, 2011, p. 52).

A forma de colonização imposta pelos europeus sobre a América deixa claro que a relação metrópole-colônia foi de conquista com total subordinação a metrópole, violência, controle econômico-social-político, imposição da cultura, da religião, da moral, dos valores, do modo de ser e viver dos colonizadores sobre os colonizados. Deste modo, a colonização

imposta é “um conjunto específico de relações de dependência e controle político e econômico que as metrópoles impuseram a suas colônias” (SILVA; SILVA, 2009. p. 68).

A relação política na colônia era exercida por representantes da metrópole e de modo opressora. A prática econômica se dava pela forte exploração do território colonizado com o objetivo de extrair o máximo de produtos da colônia para a sua comercialização na Europa. Segundo Sandroni, a relação metrópole-colônia corresponde a um

Conjunto de relações econômicas e políticas que subordinavam a colônia à metrópole. No plano político, a dominação era exercida por meio da presença de autoridades civis nomeadas pela metrópole e cujo desempenho era assegurado pela ocupação militar. No campo econômico, o Pacto Colonial significava uma série de obrigações de compra e venda da colônia para com a metrópole, sendo os mecanismos desse comércio controlados de forma monopolista pelas companhias de comércio, formadas por capitais privados em associação com o Estado ou totalmente controladas por este (1999, p. 440).

Em relação ao Brasil, a colonização se inicia quando os portugueses representados pela esquadra de Pedro Álvares Cabral abordaram nessa terra, isso em 22 de abril de 1500. Entretanto, a Coroa Portuguesa passou os primeiros trinta anos recebendo os navios portugueses para a prática de escambo, principalmente do pau-brasil, fazendo reconhecimento do seu litoral e criando feitorias. Por isso, a “colonização é um processo ligado essencialmente aos desdobramentos da expansão comercial; portanto, as fortalezas, feitorias e outras formas de presença europeia (...)” (OLIVEIRA, et al, 2011, p. 57).

É a partir de 1530 que os portugueses vão iniciar um novo modelo de colonização para a sua colônia na América.

Considerações políticas levaram a Coroa Portuguesa à convicção de que era necessário colonizar a nova terra. A expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1533) representou um momento de transição entre o velho e o novo período. Tinha por objetivo patrulhar a costa, estabelecer uma colônia através da concessão não-hereditária de terras aos povoadores que trazia (São Vicente, 1532) e explorar a terra, tendo em vista a necessidade de sua efetiva ocupação (FAUSTO, 2006, p. 24).

De acordo com Alfredo Bosi, “a colonização é um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do colo: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais” (BOSI, 1992, p. 15). Tanto a colonização na América como nos outros continentes ela teve efeitos devastadores para os nativos, o mais cruel de todos, se existe um mais cruel que outro, a escravidão e a imposição da cultura do colonizador sob a do colonizado. Não se importando em momento algum com o modo de vida, com a organização

social, política, cultural e religiosa, impuseram a sua vontade e seus interesses à força usando como uma das justificativas a fé católica.

No Novíssimo Dicionário de Economia, colonização vem conceituada como um “Processo de ocupação efetiva e prolongada de determinado território por meio de atividades agrícolas, pastoris, extrativas e comerciais” (SANDRONI, 1999, p. 108 – 109). Os interesses dos países colonizadores é tão somente extrair, explorar, tirar os bens das terras (ouro, prata, madeira, etc.; produzir lavouras no sistema de plantation, como a cana-de-açúcar, entre outras atividades) usando a força coercitiva para impor a sua forma de trabalho (que na maioria dos casos foi a escrava, caso do Brasil; da América pré-colombiana se aproveitaram do sistema de repartimiento ou encomienda que já fazia parte da prática Inca sobre os povos dominados e também escrava, por exemplo).

A colonização americana não se deu apenas no controle dos bens de produção visando o comércio exterior, mas também no controle político e no controle total sobre o espaço colonizado, por isso Moraes definiu o termo colonização como “uma exploração contínua e sistemática da terra, com a apropriação do espaço pela metrópole e com a formação de territórios coloniais” (SILVA; SILVA, 2009. p. 68).

Conforme Prado Júnior, o principal interesse da colonização europeia se resume ao comércio. Já que

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 19-20).

A exploração econômica por séculos no território americano, sobretudo no Brasil, corroborou para a formação de uma sociedade em que se conserva a divisão social, poucos com muito e a maioria praticamente sem nada. Também, a colonização deixou marcas profundas na relação social, visto que ainda se mantém forte sentimento de discriminação, preconceito e desrespeitos aos grupos nativos da terra que resistem bravamente as incursões do capital sobre as suas terras, como também ao negro, em sua esmagadora maioria, que após a escravidão permaneceu à margem da sociedade sem direitos, sem oportunidades, sem trabalho e sofrendo todo o tipo de preconceito.

2.5.2. Texto

Breve Histórico sobre a Feira de Itabaiana

O povoamento de Itabaiana se iniciou a partir de doações de sesmarias a colonos entre o final do século XVI e início do século XVII. A povoação foi elevada à condição de vila pela portaria de 20 de outubro de 1697. Itabaiana tornou-se vila sob nome de Santo Antônio e Almas de Itabaiana. Durante o século XVIII e XIX, era a maior de Sergipe, ocupava grandes porções dos atuais agreste e sertão sergipano e terras do atual sertão baiano. Em 28 agosto de 1888, pela resolução 1331, foi elevada à condição cidade. Devido ao desenvolvimento econômico e processo de divisão administrativa, Itabaiana se desmembrou em diversos municípios, mas tornou-se o mais importante município do interior sergipano.

Os itabaianenses do século XIX comercializavam nas mais importantes feiras da Província de Sergipe (Laranjeiras, São Cristóvão, Maruim, Propriá), Bahia, Ceará e Pernambuco. Itabaiana ainda não tinha em sua sede uma feira bem estruturada, apesar de ser uma terra com grande produção agrícola. Desde tempos idos a feira de Itabaiana é realizada aos sábados. O local da antiga feira de Itabaiana era a Praça da Matriz. Comercializavam-se as mercadorias em pequenos botecos confeccionados com varas e esteiras. Assim se procedia por facilitarem a tarefa de desarmamento tão logo a feira fosse encerrada, no final da tarde. As mercadorias pagavam impostos. Desde essa época grande era a variedade de produtos comercializados (carne, cereais, açúcar, café, bebidas, remédios caseiros, tecidos, couro e etc.).

Grande impulso ganhou a feira de Itabaiana com a edificação de um Mercado Municipal no final do século XIX, situado atualmente num prédio vizinho à atual Prefeitura. Devido às rivalidades políticas da República Velha, a cidade passou a ter dois mercados (Mercado dos Pebas e Cabaús). Em 1926, foi edificado o Mercado Municipal e a feira passou a funcionar no atual Largo Santo Antonio. Com o crescimento da cidade, especialmente nas décadas de 50 e 60 do século passado, a cidade passou a ter dois dias de feira livre, o tradicional sábado e quartas-feiras. Nessa época também a extensão da feira foi sensivelmente ampliada com a ocupação do atual Largo José do Prado Franco. Mais recentemente, o município edificou o atual “Mercadão”, outrora Tanque do Povo, o que impulsionou de forma decisiva o progresso da cidade. Atualmente, a feira de Itabaiana ocupa um espaço físico considerável do centro da cidade e é frequentada por milhares de pessoas das mais variadas cidades.



Foto: Acervo João Teixeira Lobo. Foto do Mercado dos Cabaús

Itabaiana é nacionalmente conhecida terra de empreendedores graças à sua feira que é, indubitavelmente, a mais importante do Estado de Sergipe e uma das mais destacadas do Norte e Nordeste, chegando até a ser cenário do romance “Vidas Perdidas” do escritor Carvalho Neto e homenageada com a canção pelo cantor Nill Cacho.

MENEZES, Wanderlei de Oliveira. **Breve histórico sobre a feira de Itabaiana**. Blog Cultura de Itabaiana/SE, 2 de jun. de 2010. Disponível em: <<http://culturaitabaiana.blogspot.com/2010/06/breve-historico-sobre-feira-de.html>> Acesso em: 12 de ago. de 2020.

Feira no Brasil e no Nordeste

As feiras chegam ao Brasil com os Portugueses, baseadas nas feiras européias. Constituindo uma inovação em nossas terras, já que para o nativo esta forma de comércio é totalmente estranha, pois estava acostumado à troca¹. As primeiras feiras no Brasil são originadas das necessidades da população colonizadora que aqui chegou para apropriar-se e ocupar imensos espaços decorrentes da conquista portuguesa; como nossa colonização foi baseada na exploração, e que uma das primeiras formas de colonização que fez uso do solo foi a plantação de cana-de-açúcar, já citada por seu exclusivismo, os colonizadores vão buscar formas de trazer os alimentos e utensílios para esta população.

A primeira referência das feiras no Brasil data de 1548, quando o Rei D. João III na tentativa de evitar que os colonos se dirigissem às aldeias, ordenou que se fizesse um dia de feira para que os gentios viessem à cidade comerciar seus produtos e comprar o que necessitassem (MOTT, 1976, p. 83). Partindo do princípio que os mesmos já estavam acostumados a reunir seus artigos de troca na praia para a posterior negociação, estas feiras acabaram por não se realizar. Por este motivo não se realizaram feiras na colônia durante os séculos XVI e XVII, não sendo registrados qualquer ocorrência das mesmas nos documentos oficiais ou relatos de viajantes (MOTT, 1975, p. 307).

As partir do século XVII, surgem com mais intensidade as feiras de gado, que abasteciam as cidades com seus produtos. O gado era trazido da zona rural onde era engordado e para a futura comercialização nas cidades, destacando-se que:

No Brasil havia, por esta época, dois tipos de feiras. A Feira de Mercado, realizada aos sábados para o abastecimento alimentar da população da cidade e das redondezas e a Feira Franca, realizada anual ou bi-anualmente destinada à comercialização de bens regionais como o gado e por isto atraíam grande número de compradores e vendedores das mais distantes regiões. (negrito do autor) (PAZERA, 2003. Pag. 26).

Exemplos dessas feiras são: a feira de burros de Sorocaba (SP), a feira de Santana (BA), Laranjeiras (SE) e Goiana (PE), feira essa que teve origem em Igarassu, como citamos anteriormente e por coincidência se localizava no mesmo espaço onde atualmente a feira livre de Igarassu.

[...]

TREVISAN, Emerson. **Feira no Brasil e no Nordeste**. In: A feira livre em Igarassu: uma análise a partir os dois circuitos da economia; a convivência do formal e o informal. 2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008, p. 45-46. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/6327/1/arquivo3537_1.pdf> Acesso em: 17 fev. 2021.

Viagem à Terra do Brasil

(...). Antes de se separarem de nós os homens, principalmente dois ou três velhos que pareciam os mais notáveis da freguesia, afirmaram que em suas terras se encontrava o melhor Pau-Brasil da região e prometeram ajudar-nos a cortar e carregar a madeira, e ainda a nos fornecer víveres, e todo esforço fizeram para persuadir-nos a carregarmos o nosso navio. (...)

Assim, depois que os margaiás admiraram as nossas peças e tudo mais que desejaram no navio, pensando em outros franceses que por acaso lhes caíssem nas mãos, não os quisemos molestar nem reter; e pedindo eles regresso à terra tratamos de pagar-lhes os víveres que nos haviam trazido. Mas como desconhecemos o pagamento em moeda, foi o mesmo feito com camisas, facas, anzóis, espelhos e outras mercadorias usadas no comércio com os índios. Essa boa gente que não fora avara, ao chegar, de mostrar-nos tudo quanto trazia no corpo, do mesmo modo procedeu ao partir, embora já vestisse camisa.

(...)

Como não têm nem querem ter comércio com os franceses, espanhóis e portugueses, nem com outros povos transatlânticos, ignoram em que consistem as nossas mercadorias. Entretanto, conforme vim a saber de um intérprete normando, quando seus vizinhos os

procuram e eles concordam em atendê-los, assim procedem: o margaiá, o caraiá ou o tupinambá (assim se chamam as nações vizinhas), sem se fiar no uetacá mostra-lhe de longe o que tem a mostrar-lhe, foice, faca, pente, espelho ou qualquer outra bugiganga e pergunta-lhe por sinais se quer efetuar a troca. Em concordando, o convidado exhibe por sua vez plumas, pedras verdes que coloca nos lábios, ou outros produtos de seu território. Combinam então o lugar da troca, a 300 ou 400 pés de distância; aí o ofertante deposita o objeto da permuta em cima de uma pedra ou pedaço de pau e afasta-se. O uetacá vai buscar o objeto e deixa no mesmo lugar a coisa que mostrara, arredando-se igualmente, a fim de que o margaiá ou quem quer que seja venha procurá-la. Enquanto isso se passa são mantidos os compromissos assumidos. Feita, porém a troca, rompe-se a trégua e apenas ultrapassados os limites do lugar fixado para a permuta procura cada qual alcançar o outro a fim de arrebatá-lhe a mercadoria. E parece-me inútil dizer quem leva a melhor o mais das vezes, sendo os uetacá como se sabe excelentes corredores. Não devem, portanto meter-se em negócios com esses selvagens, os coxos, os gotosos, o mal empernados de qualquer espécie que tenham amor aos seus bens. Entretanto, como afirmam que os biscainhos têm muita lábia e são, como sabemos, facetos e ágeis, reputando-se os melhores lacaio do mundo, creio que podem ser comparados aos uetacá e capazes de com eles disputar um jogo de barras.

LÉRY, Jean de. **Viagem à Terra do Brasil**. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Livraria Martins Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 1972, p. 61-64.

2.5.3. Leis

Categoria: Lei

Nº: 74

Publicação: 10/07/1952

Aprovada: 10/07/1952

Atualizado: 10/07/1952 00:00

De 10 de julho de 1952.

Cria uma feira livre.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITABAIANA:

Faço saber que a Câmara de Vereadores do Município de Itabaiana, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado uma feira livre, nos dias de 4ª feira, no Largo Santo Antonio, das 6 às 12 horas.

Art. 2º - Ficam isentos de impostos, taxas e licenças todos que expuserem os seus produtos à venda no referido dia.

Art. 3º - Fica determinado que a vigência da feira livre será até a última quarta-feira do mês

de dezembro do corrente ano.

Art. 4º - A partir do dia 1º de janeiro de 1953, passará o Município a cobrar todos os impostos, taxas e licenças.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Itabaiana, 10 de julho de 1952.

Euclides Paes Mendonça
Prefeito

Tênisson Melo de Oliveira
Secretário

FONTE: <https://cmitabaiana.se.gov.br/lei/828/cria-uma-feira-livre>

2.5.4. Música

“Índios”

Quem me dera ao menos uma vez
Ter de volta todo o ouro que entreguei a quem
Conseguiu me convencer que era prova de amizade
Se alguém levasse embora até o que eu não tinha

Quem me dera ao menos uma vez
Esquecer que acreditei que era por brincadeira
Que se cortava sempre um pano de chão
De linho nobre e pura seda

Quem me dera ao menos uma vez
Explicar o que ninguém consegue entender
Que o que aconteceu ainda está por vir
E o futuro não é mais como era antigamente

Quem me dera ao menos uma vez
Provar que quem tem mais do que precisa ter
Quase sempre se convence que não tem o bastante
Fala demais por não ter nada a dizer

Quem me dera ao menos uma vez

Que o mais simples fosse visto como o mais importante
Mas nos deram espelhos
E vimos um mundo doente

Quem me dera ao menos uma vez
Entender como um só Deus ao mesmo tempo é três
E esse mesmo Deus foi morto por vocês
E sua maldade então, deixaram Deus tão triste

Eu quis o perigo e até sangrei sozinho, entenda
Assim pude trazer você de volta pra mim
Quando descobri que é sempre só você
Que me entende do início ao fim

E é só você que tem a
Cura pro meu vício de insistir
Nessa saudade que eu sinto
De tudo que eu ainda não vi

Quem me dera ao menos uma vez
Acreditar por um instante em tudo que existe
Acreditar que o mundo é perfeito
E que todas as pessoas são felizes

Quem me dera ao menos uma vez
Fazer com que o mundo saiba que seu nome
Está em tudo e mesmo assim
Ninguém lhe diz ao menos obrigado

Quem me dera ao menos uma vez
Como a mais bela tribo
Dos mais belos índios
Não ser atacado por ser inocente

Eu quis o perigo e até sangrei sozinho, entenda
Assim pude trazer você de volta pra mim
Quando descobri que é sempre só você
Que me entende do início ao fim

E é só você que tem a
Cura pro meu vício de insistir
Nessa saudade que eu sinto
De tudo que eu ainda não vi

Nos deram espelhos e vimos um mundo doente

Tentei chorar e não consegui

Legião Urbana. Índios. Compositor: Renato Russo. Intérprete: Legião Urbana. In: **Mais ou Mesmo**. Manaus: EMI Records, 1998. 1 CD, faixa 6 (4 min 23 s).

2.5.5. Vídeos

Colonizado. Porta dos Fundos, s/d. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ViIBcsGdYDM>>. Acesso em: 15 de ago. de 2020.

Antes do Brasil, Cabo Frio, 1530 - Histórias do Brasil (1/10). TV Brasil, s/d. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IIVU79GTsw4&list=PLrzL8F15KKjH_CnWIC0A-OD9IVxiHPigm&index=1>. Acesso em: 15 de ago. de 2020.

Colonização - Histórias do Brasil (2/10). TV Brasil, s/d. Disponível em: <. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ViIBcsGdYDM>>. Acesso em: 15 de ago. de 2020.>. Acesso em: 15 de ago. de 2020.

A Feira nas Raízes de Itabaiana - Episódio 02. Duração: 4min50seg. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nod1s2tPk14>> Acesso em: 02/12/2020.

A Feira nas Raízes de Itabaiana - Episódio 03. Duração: 6min45seg. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mFAEJ51oN2I&t=22s>> Acesso em: 02/12/2020.

2.5.6. Atividades

Objetivos:

Demonstrar o processo de ocupação e a concretização do domínio português na América.

Entender o processo de colonização da América Portuguesa.

Refletir sobre as consequências para os povos indígenas que habitavam o continente antes da chegada dos europeus.

Caracterizar a economia colonial durante a chamada pré-colonização.

Interpretar fontes históricas sobre a economia colonial nos primeiros séculos.

Conhecer a política administrativa implantada por Portugal nos primeiros séculos do Brasil Colonial.

Metodologia:

Discussão em classe sobre os conceitos de colonização, análises de fotos, imagens, vídeos e dos textos, atividade escrita e pesquisa em grupo.

Tempo estimado:

6 horas/aulas (6 aulas de 50 minutos cada aula)

Em que momento deve ser trabalhado:

Essa sequência didática pode ser trabalhada no 7º ano do Ensino Fundamental e/ou 1º ano do Ensino Médio, guardadas as devidas proporções, já que fazem parte do currículo escolar. Nessa sequência, o professor trabalha em sala de aula os conteúdos referentes a colonização portuguesa no Brasil: a administração, economia e sociedade colonial, fazendo conexão com a feira local no Brasil Colonial.

Desenvolvimento:

Módulo 1:

Nesta etapa, o professor deve trabalhar o conceito de colonização com a turma, sempre partindo do conhecimento do aluno, instigando-os a expor seus pensamentos a respeito de ser colonizado, causas e suas consequências. Apresentar alguns conceitos de colonização para que reelaborem seus conceitos. Em seguida, sugerimos que assista com a turma ao vídeo “Colonizado”. Por fim, sugerimos que escrevam no caderno o que é colonização para cada um.

Módulo 2:

Apresentar aos alunos trechos de obras de estudiosos serranos, sugeridos nesta sequência didática, que trataram do desenvolvimento da feira serrana no período colonial do Brasil. O texto deve ser analisado e discutido no chão da sala de aula e, entre as discussões levantar a questão de como era a feira nesse período a partir das poucas informações obtidas pelos pesquisadores serranos. Um outro passo é assistirem aos vídeos sobre a feira de Itabaiana, documentários da feira no passado em direção a atualidade. Os textos e os vídeos são fundamentais para entenderem o desenvolvimento da feira ao longo do tempo, suas mudanças e permanências. Por fim, pedir que escrevam um pequeno texto que retratem a feira local no passado e o que observam de mudanças e permanências ao longo do tempo.

Módulo 3:

Neste módulo, damos continuidade as aulas sobre a colonização do Brasil, discussão que deve ser estimulada após a leitura do texto do livro didático. Em seguida, sugerimos o segundo

vídeo da sequência didática. Assistido ao vídeo, professores e alunos são convidados a pontuar quais informações têm no vídeo que não foram tratadas no livro didático, em vice-versa. Dependendo da discussão e dúvidas que surjam, seria uma boa hora para propor uma pesquisa sobre a determinada dúvida.

Módulo 4:

Neste novo passo da sequência didática, tratamos dos primeiros contatos entre o colonizador e o índio. Sugerimos que o professor estimule aos alunos a falar sobre esse contato, as impressões que têm. Após as manifestações dos alunos e a fala do professor, este propõe que leiam o texto de Jean de Léry, assistam juntos o primeiro vídeo e ouçam a música proposta nesta sequência. Após assistirem, é claro que é o momento da discussão sobre o vídeo e a música. A discussão deve girar em torno do olhar de quem produziu o vídeo e de quem compôs a música e o (s) autor (es) do livro didático com relação ao encontro entre o colonizador e o índio. Terminada esse passo, sugira que o aluno faça no caderno um parágrafo sobre o tema o encontro entre o colonizador e o índio.

Módulo 5:

Nesta etapa, o professor trata da administração colonial, sociedade e economia usando os recursos disponíveis. Nessa etapa da economia e da sociedade colonial, o ideal é que se faça uma conexão entre o tema no geral com a economia local nesse mesmo período, tratada pelos textos propostos nessa sequência didática. Ao término, proponha a produção de um texto sobre a economia e a feira local no Brasil Colonial.

Avaliação:

1. Produção de um texto sobre o desenvolvimento da feira local durante o Brasil Colônia.

2.5.4. Para saber mais sobre o tema:

BISPO, José de Almeida. **Itabaiana, nosso lugar: quatro séculos depois**. Aracaju: Infographics, 2013, 268p.

CARVALHO, Vladmir Souza. **A República Velha em Itabaiana**. Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2000, 718p.

CARVALHO, Vladmir Souza; SANTOS, Robério Barreto. **Álbum de Itabaiana**. Itabaiana: [s.n.], 2013, 172p.

MENDONÇA, Carlos. A importância da feira livre para o comércio de Itabaiana. In: **A evolução comercial de Itabaiana: pioneirismo, tradição e prosperidade, através do empreendedorismo e da criatividade de seu povo**. Aracaju: Gráfica Infographics, 2015.

2.5.5. Conceitos

Nesta sequência didática o professor vai discutir com seus alunos a origem da feira no Brasil. Esta discussão passa por textos sobre a atividade de escambo entre os próprios nativos, o surgimento da feira no Brasil, Nordeste e em Itabaiana-SE. Para tratar desse tema, a sequência traz propostas de vídeos, textos, leis e música. Destarte, o professor deve instigar a discussão e a interpretação dos textos, da música, da lei e da música para que o aluno desenvolva sua crítica, reflexão e argumentação. A interpretação desse passado se dá de forma autônoma e individual mediante as experiências históricas de cada discente adquirida ao longo do estudo e selecionadas pelo aluno. Conforme Rüsen, a competência interpretativa “trata-se da capacidade, de todos os que têm interesse na história, de transpor sua contemporaneidade para novos pontos de vista e novas perspectivas, nas quais podem fazer e interpretar as experiências históricas” (2010, 116). A isso se deve a busca de conhecer o passado e entender o presente. Portanto, a consciência histórica de interpretação, dá um sentido histórico as experiências dos alunos.

2.6. SEQUÊNCIA DIDÁTICA: A presença do negro (a) na feira de Itabaiana/SE

2.6.1. Conceitos

A escravidão até hoje é presente nas sociedades de muitos países pelo mundo, a exemplo do Brasil que no ano passado, segundo dados “ *942 pessoas foram resgatadas do trabalho escravo em todo o país. Pandemia vem agravando cenário propício para exploração trabalhista e fortalecendo a subnotificação* ” (LIMA, 2021). A situação de poucos em impuser a outros a perda de sua liberdade, de sua dignidade e de sua identidade em proveito de seus interesses egoístas e de cunho unicamente capitalista. Então, a escravidão na sociedade atual é mais presente do que se imagina nas cidades e, principalmente, nas zonas rurais. No Brasil,

Nos últimos 25 anos, os municípios com maior incidência de pessoas resgatadas encontram-se nos estados do Pará e do Maranhão, ao passo que em 2020, ano do início da pandemia da Covid-19, as unidades federativas com maior número de resgates foram Minas Gerais (351), Distrito Federal (78), Pará (76), Goiás (75) e Bahia (70) (OIT, 2021).

A escravidão desde antiguidade persiste até hoje nas sociedades ditas civilizadas, cada uma com suas especificidades e, em comum, a perda da humanidade do indivíduo. Por isso, a escravidão é uma “instituição secular caracterizada pela situação de indivíduo juridicamente considerado um objeto, do qual outra pessoa pode dispor livremente, exercendo direitos de propriedade” (AZEVEDO, 2012, p. 178).

A escravidão se tornou presente na vida de muitos indivíduos ao longo da história devido ao surgimento da propriedade privada, da dívida, da divisão social, gerando ricos, diversos tipos de governo e, no outro extremo, o pobre, subalterno, o desprovido da sua própria vida e de sua liberdade.

No Oriente Próximo, povos como o Egito e a Mesopotâmia tiveram escravos, sabendo-se que a principal mão-de-obra era a serva. Esses escravos desempenhavam funções em diversos setores da economia e da cultura.

Vejamos a situação do escravo na Mesopotâmia que não se diferencia do escravo do Egito:

Na antiga Baixa Mesopotâmia havia seres humanos que chamamos de escravos, pois pertenciam a pessoas que podiam vendê-los, legá-los ou alugá-los, bem como castigá-los fisicamente, marcá-los com signos de propriedade e fazê-los trabalhar. Com algumas exceções – sob a III Dinastia de Ur, por exemplo, os prisioneiros de guerra escravizados (*narma*) careciam de *status* jurídico –, tais escravos, porém, podiam

casar-se com pessoas livres, ter bens, intentar ações em justiça; e pagavam impostos. De certa forma eram “propriedade” de seus donos (CARDOSO, 1986, p. 43).

Mesmo na situação de escravos e propriedade do Estado ou individual, dispunham de direitos jurídico e, de certa forma, participavam da vida social e econômica ao poderem casar-se com pessoas livres, pagar impostos, impetrar ações na justiça e ter bens.

Na Antiguidade Clássica, o conceito de escravo difere das duas civilizações do Oriente Próximo, Egito e Mesopotâmia. As civilizações clássicas, Grécia e Roma Antiga trazem as suas especificidades. Na Grécia, a escravidão era vista como algo necessário, natural dentro de sua sociedade. Portanto, a existência de escravo não era um atentado à liberdade e nem tampouco acabava com o sentimento de humanidade e de identidade do indivíduo escravizado. Para os gregos, os instrumentos podem ser inanimados (como uma enxada, lápis, entre outros) e animados. Por conseguinte, para os gregos, o escravo era um instrumento animado. Assim, tanto o instrumento inanimado como o animado devem servir ao ser dono, devem ter uma finalidade prática.

Os escravos eram pessoas que deveriam servir aos cidadãos, por terem sido conquistados durante as batalhas. Quem não prestava um bom serviço como escravo, era eliminado. Eles representavam a maioria absoluta da população. Alguns possuíam trabalho especializado (artesãos, pintores, atores). Os que tinham educação mais refinada, eram até professores dos filhos dos ricos gregos. Porém, a maioria era enviada às minas de chumbo ou pedreiras; rastejavam em galerias baixas e mal ventiladas, cavavam de joelhos ou deitados durante 10 a 12 horas/dia.

Aristóteles, filósofo grego (384-322 a.C.), argumentava que existiam duas classes de máquinas: as animadas (escravos) e as inanimadas. Não eram só os escravos os estigmatizados por trabalharem com as mãos; também os artesãos (KNAPIK, 2005, p. 41).

Em Roma o indivíduo escravizado tem o mesmo conceito de um animal ou considerado um objeto, uma coisa. O escravo era uma

(...) res ou coisa, o escravo não era sujeito de direito, mas apenas objeto deste. Destituído assim de personalidade jurídica, o escravo-coisa era, ao menos do ponto de vista do direito civil, um ser nulo (...).

(...) o escravo-coisa podia ser submetido a qualquer ação que fosse definida como sendo direito de seu proprietário (...).

(...) o escravo é uma coisa (res), um animal de que o proprietário pode dispor à vontade, tendo sobre ele o poder de vida e morte (...). Sendo apenas uma coisa, um animal, o escravo não tem personalidade (...), o escravo não podia ter família e a união entre escravos ou de escravo ou escrava com pessoa livre de outro sexo era fato puramente material (...).

Não pode tampouco possuir patrimônio (...), nem deixar herança (PEIXOTO, apud VASCONCELOS, 2012, p. 139).

Contraditoriamente, o Direito Romano também reconhecia o escravo como uma pessoa ao admitir “a face humana do escravo ao puni-lo por delitos e ao reconhecer um mínimo de proteção contra o assassinato e danos corporais graves por parte do poder arbitrário de seus senhores” (SILVA; SILVA, 2009, p. 111-112). Para Claude Meillassoux, apud Silva; Silva (2009, p. 110)

a escravidão é um modo de exploração que toma forma quando uma classe distinta de indivíduos se renova continuamente a partir da exploração de outra classe. Ou seja, a escravidão aparece quando todo um sistema social se estrutura com base na exploração e na perpetuação de escravos continuamente reintroduzidos seja por comércio ou reprodução natural.

O escravo tanto na civilização grega quanto na civilização romana, muitos adquiridos na guerra, eram considerados uma coisa, um produto, um animal que é usado pelo seu dono, seu proprietário. Sendo assim, tem o poder de fazer o que quiser e até o poder de vida ou morte. Por isso, a escravidão é “um fenômeno de degradação da pessoa humana, de redução do ser humano à condição de mera força de trabalho, alienada de seus laços familiares, de seu espaço, de sua autonomia, de sua liberdade e de sua dignidade enquanto ente humano” (VASCONCELOS, 2012, p. 132).

No continente africano, onde existiram diversos reinos e tribos, também existiu escravidão que tem as suas peculiaridades de acordo com o pensamento cultural, social e político de cada uma. Como exemplo, tomemos o reino Dongo.

O reino do Dongo, formado pelo grupo étnico ambundo, no qual o idioma era o quimbundo, cujo soberano do reino se chamava Ngola (o que deu origem ao nome do país Angola). O Ngola era a autoridade máxima dentro de todo o reino. Mas o reino era dividido em várias regiões e cada região tinha um líder local, chamado soba. O soba era o chefe da aldeia, representava a liderança máxima dentro de seu espaço de domínio e exercia poder sobre todas as pessoas que residiam naquele território. Dentro das aldeias, havia os membros oficiais das famílias, chamados de crianças da “murinda”; e aqueles que eram chamados de quijicos, servos obtidos através de guerra, mas que não poderiam ser vendidos. Os quijicos eram uma extensão dos bens do soba e do Ngola. E, por fim, havia no Dongo a categoria social dos mubicas. Os mubicas eram escravizados obtidos em guerra que poderiam ser vendidos e eram muitas vezes usados como moeda de troca. Os mubicas estavam abaixo dos quijicos, que estavam abaixo das crianças da murinda, que estavam abaixo dos sobas, que por sua vez estavam abaixo do Ngola. Todas são categorias sociais distintas, divididas em hierarquias extremamente organizadas e baseadas nos valores dos ambundos. Percebiam, os quijicos não eram livres e detentores de direitos, mas não poderiam ser vendidos,

ao contrário dos múbicas. Isso porque a lógica de escravidão dentro dos valores abundos é completamente diferente da escravidão que se desenvolve no continente americano (OLIVEIRA, 2020).

A escravidão entre os povos africanos se dava pelas rivalidades, disputas territoriais e as guerras que condicionavam os capturados pelos vencedores a situação de escravos. Entretanto, a situação do escravo africano em nada se compara ao da civilização grega ou romana. Pelo contrário, os povos africanos não viam seus escravos como objetos ou animais e não tinham o propósito de explorá-los economicamente. Os africanos davam aos seus escravos certa liberdade, passavam a integrar com a sociedade que o escravizou e os filhos dos escravos seriam libertos e com direitos dentro da comunidade em que os seus pais eram escravos (CARDOSO, 2020).

Na Idade Moderna e com as Grandes Navegações que conhecemos a pior face da escravidão no mundo. Os países europeus viram na comercialização da mão-de-obra escrava uma forma de encher os cofres dos Estados com os impostos advindos dessa prática e, em particular, dos mercadores ou traficantes da mão-de-obra escrava em busca de vultosos lucros. Para o Estado inglês, o comércio de escravo foi um dos elementos que a favoreceu para o pioneirismo na Revolução Industrial no século XVIII.

O comércio de escravos não era controlado por nenhum Estado ou governo. Foi uma iniciativa puramente econômica, organizada e financiada pelo livre mercado de acordo com as leis da oferta e da demanda. As empresas privadas de comércio de escravos vendiam ações nas bolsas de valores de Amsterdã, Londres e Paris. Europeus de classe média à procura de um bom investimento compravam essas ações. Contando com esse dinheiro, as empresas compravam navios, contratavam marinheiros e soldados, compravam escravos na África e os transportavam para a América, onde vendiam escravos aos donos das plantações, usando a receita para comprar produtos como açúcar, cacau, tabaco, algodão e rum. Eles regressavam à Europa, vendiam o açúcar e o algodão por um bom preço e então navegavam para a África para começar outra rodada (,,). A longo do século XVIII, o rendimento sobre os investimentos no comércio de escravos foi de cerca de 6% ao ano – eram extremamente lucrativos (...).

(...) a ânsia por aumentar os lucros e a produção cega as pessoas para qualquer coisa que possa estar no caminho (...). O capitalismo matou milhões por pura indiferença unida à ganância. O comércio de escravos no Atlântico não derivou do ódio racista para com os africanos. Os indivíduos que compraram as ações, os corretores que as venderam e os administradores das empresas de comércio de escravos raramente pensavam nos africanos (HARARI, 2020, p. 341).

No continente americano a escravidão também foi presente e continua, como já assinalado acima, no Brasil. Mas, não só aqui, a escravidão foi presente em outras partes da América do Sul, a exemplo da Colômbia e em parte da Venezuela; na América Central, a

exemplo de Cuba e na América do Norte, nos Estados Unidos. Nestes, a escravidão se configurou a partir da chegada dos europeus ávidos de lucros na intensa expansão comercial e marítima, impondo aos nativos e, de forma rápida e em grande número, aos africanos que foram levados à força para diversos lugares naquela época. A respeito da escravidão no Brasil, Alberto da Costa e Silva (2015) nos diz:

A escravidão transatlântica, da África para as Américas, a nossa, tem uma diferença básica: pela primeira vez era uma escravidão racial. Era um especial aspecto da perversidade dela. No início não, mas a partir de certo momento, passa a ser exclusivamente negra. Foi o maior deslocamento forçado de gente de uma área para outra que a história já conheceu, e o mais feroz.

O Brasil foi o último país das Américas e do Ocidente a abolir a escravidão. O último do mundo foi a Maurítânia (na África), em 1981

A abolição da escravidão no Brasil se deu em 13 de maio de 1888. As primeiras levas de pessoas de diferentes povos que forçados vieram da África para o Brasil no século XVI em situação escrava que durou por mais de três séculos e foram mais de quatro milhões de africanos na situação de escravos em todo o território, exercendo diversas atividades na sociedade colonial e imperial, como barbeiros; escravos de ganho; marceneiros; trabalhadores das minas, nas plantações cafeeiras, nos canaviais e noutras atividades agrícolas; entre tantas outras atividades.

Após a abolição da escravidão, a vida da população negra não teve melhora nenhuma. Já que não houve por parte do rei brasileiro e tampouco dos governos republicanos (a partir de 15 de novembro de 1889, quando foi Proclamada a República) nenhuma medida para inserir a população liberta dos grilhões da escravidão na sociedade e, nem tampouco facilitaram o acesso à moradia, à educação, à saúde, à terra ou a um trabalho de forma digna para a maioria dos negros libertos. Em relação a este último, foi dificultado pela sua antiga situação de escravo, pela presença da mão-de-obra estrangeira e branca e a lei de acesso a terra.

As oportunidades de trabalho apartavam os negros sob argumentos da falta de capacidade psicológica de exercer atividades intelectuais e, até mesmo, de atividades manuais, as quais foram a principal força de trabalho durante os anos da escravidão, como a agricultura e o extrativismo. Se reproduz socialmente um comportamento em que os negros são considerados indivíduos inferiores, portanto incapazes de exercer atividades com boa remuneração e com destaque social. Esse pensamento atende aos anseios de parte dos brancos que tentavam manter seus privilégios econômicos e sociais através da apartação do negro ao mercado de trabalho e em outras dimensões da vida social, como a lei não atendia mais essa arbitrariedade, na medida em que reconheceu os negros como sujeitos de direitos após a abolição da escravatura, passaram a exercer a discriminação de forma velada.

O negro não foi incorporado à sociedade de classe, por meio de políticas públicas que o incluíssem no exercício de direitos, socialmente ele foi admitido como mão de obra disponível no mercado de trabalho, ou em atividades similares a que exercia quando escravo ou mantido em atividades que exigem pouca qualificação profissional, o que consequentemente proporcionou a construção da desigualdade entre negros e brancos na sociedade de classe (MONTEIRO, 2014, p. 12-13).

O racismo tem seu princípio no século XVI com o propósito de justificar a superioridade do europeu branco sobre os povos por eles colonizados e justificados em teorias científicas.

(...) com o chamado darwinismo social, que lastreada na teoria da evolução e na seleção natural afirmava não só a diferença de raças humanas, mas a superioridade de umas sobre as outras e, ainda, que a tendência das raças superiores era submeter e substituir as outras. A partir da Frenologia e do darwinismo social (muitas vezes chamado de spencerismo, pois a transposição dos argumentos darwinistas para o campo do social não se deveu ao próprio Darwin, mas a Spencer), desenvolveu-se a eugenia, que enaltecia a pureza das raças, a existência de raças superiores e desacreditava a miscigenação (SILVA; SILVA, 2009, p. 347-348).

Assim, para essa teoria deveria naturalmente uma raça superior dominar, governar, controlar o mundo enquanto que outras raças deveriam se subordinar, obedecer. Caso contrário, poderão estas serem rechaçadas pelos grupos superiores. Por isso que o racismo “é a aplicação prática dessas teorias, que acredita em raças superiores e cria mecanismos sociais e políticos para reprimir as raças consideradas inferiores” (Ibidem, *ibid.*, 2009, p. 348).

As primeiras concepções racistas modernas surgem na Espanha, em meados do século XV, em torno da questão dos judeus e dos muçulmanos. Até então os teólogos católicos limitavam-se aqui a exigir a conversão ao cristianismo dos crentes destas religiões para que pudessem ser tolerados. Contudo, rapidamente colocam a questão da "limpieza de sangre" (limpeza de sangue). Não basta convertê-los, "limpando-lhes a alma", era necessário limpar-lhes também o sangue. Só que acabam por chegar à conclusão que este uma vez infectado por uma destas religiões, permaneceria impuro para sempre. A religião determina a raça e vice-versa. No século XVI esta concepção é estendida aos índios e negros (CALDAS, 2015, p. 3).

O racismo também é conceituado como “Discriminação que um grupo ou pessoa faz contra outro em função da cor, raça, etnia e nacionalidade diferente, submetendo a soberania de um sobre o outro” (OLIVEIRA, 2015, p. 34). Os indivíduos de diversos povos africanos, asiáticos e americanos sofreram racismo em virtude de sua cor. Como se a pele revelasse o caráter, a inteligência, a moral, a ética, valores, etc. Com relação a escravidão africana tem como justificativa a sua cor, Santos diz que

(...) com a moderna expansão colonial europeia, sobretudo a partir do século XVI, a escuridão e a claridade foram sendo progressivamente utilizadas para distinguir entre seres humanos, para os classificar e hierarquizar. Foi então que a escuridão e a claridade foram mobilizadas como fatores identitários, para definir as cores da pele dos humanos, transferindo para essa definição significados antigos. Se antes tais significados partiam da ideia da condição comum dos humanos, a partir de então a cor da pele vai constituir um dos vectores fundamentais da linha abissal que distingue entre humanos e sub-humanos, a distinção que subjaz ao racismo. Uma vez aplicada à pele humana como fator determinante, a cor passou a designar características “naturais” que definem à partida trânsitos sociais permitidos e proibidos. O “natural” passou a ser uma construção social concebida como fator extra-social da legitimidade da hierarquia social definida a partir das metrópoles coloniais (SANTOS, 2021).

Além da cor como fator do racismo a origem étnica é outro fator para diminuir um indivíduo ou grupo em relação a outro que se impõe pelo poder coercitivo e baseados em justificativas falsas e absurdas. Assim, os racistas têm um outro indivíduo ou grupo como possuidores de uma cultura e uma organização social inferior. A título de exemplo, a discriminação e o olhar negativo as religiões afro como o Candomblé e a Umbanda.

Por isso, o racismo é “uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural” (MUNANGA, 2003, p. 8). O uso do termo é de total interesse eurocêntrico com o propósito de justificar as atrocidades cometidas com a escravização dos povos africanos, principalmente, mas também, dos povos americanos e asiáticos. A estes impondo e os submetendo à cultura europeia, as suas práticas sociais, a sua língua e os seus costumes e tradições em detrimento da cultural local.

O racismo não é uma discriminação que ocorreu apenas no passado. Ele permanece nas sociedades atuais e no Brasil, tentam ocultá-lo numa crença de um país onde existe uma democracia racial. O racismo no Brasil, ele é o racismo cordial, isto é,

uma forma de discriminação contra os cidadãos não brancos (negros e mulatos), que se caracteriza por uma polidez superficial que reveste atitudes e comportamentos discriminatórios, que se expressam ao nível das relações interpessoais através de piadas, ditos populares e brincadeiras de cunho “racial” (LIMA; VALA, 2004, p. 407).

Ele é disfarçado, muito presente em instituições, como a escola; na vida social do indivíduo, como no shopping, ou no trabalho, ou ainda na rua, por exemplo.

Não é só no olhar de discriminação, nas frases que ferem a igualdade racial ou em atitudes desrespeitosas que grupos negros são segregados por sua raça ou cor. O preconceito permeia outras esferas do cotidiano dessa população, que ainda enfrenta dificuldades para ocupar cargos de

chefia e comando, ter acesso à educação, a posses e a salários equivalentes aos valores pagos aos brancos. Foi o que ficou evidenciado na semana que se encerrou com um caso emblemático ocorrido na rua, em Belo Horizonte, quando a historiadora e professora Luana Tolentino, que é negra, foi vítima de preconceito racial. Ela foi abordada por uma senhora e questionada se fazia faxina. “Ativa e segura, respondi: Não. Faço mestrado. Sou professora”, descreveu Luana em uma rede social (PORTAL GELEDÉS, 2017).

O racismo é presente no Brasil como no restante dos países do mundo, uns mais outros menos. Ninguém nasce racista e nem tampouco preconceituoso. Então, o racismo é construído na sociedade no dia-a-dia. Muitas vezes, no seio familiar, na rua, nos grupos de amigos. Então, o combate ao racismo deve partir da mudança de comportamento de cada indivíduo, partindo de cada um e através de ações, campanhas oficiais por parte dos governos e o trabalho pedagógico nas escolas.

2.6.2. Textos

Racismo: como essa prática é estruturada no Brasil

Falar sobre **racismo** geralmente gera bastante debate em rodas de conversa, sala de aula, ambiente de trabalho e por aí vai. Algumas pessoas acreditam que esse preconceito permanece na sociedade, outras defendem a sua inexistência.

O fato é que sim, ele existe e se mostra cada vez mais presente em nossa sociedade. Quem aí não está acompanhando as polêmicas do **Big Brother Brasil**, com participantes do programa sendo acusados por racismo? O próprio **Oscar 2019** trouxe o tema à tona, dando destaque para filmes com essa temática como *Infiltrado na Klan*, *Green Book* – O Guia e *Pantera Negra*.

Racismo: definição

O termo racismo não possui uma definição concreta e predominante, contudo, algumas instituições o definem e, quase sempre, os conceitos convergem. Segundo o dicionário *Michaelis*, racismo é:

- “Teoria ou crença que estabelece uma hierarquia entre as raças (etnias).
- Doutrina que fundamenta o direito de uma raça, vista como pura e superior, de dominar outras.
- Preconceito exagerado contra pessoas pertencentes a uma raça (etnia) diferente, geralmente considerada inferior.
- Atitude hostil em relação a certas categorias de indivíduos.

Já a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, tratado internacional de direitos humanos adotado pela Assembléia das Nações Unidas, define discriminação racial como:

“toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública”.

Mito da democracia racial

A teoria da democracia racial, embora antiga, foi apresentada formalmente ao Brasil pelo sociólogo Gilberto Freyre, em seu livro **Casa-Grande & Senzala**. A obra busca compreender o surgimento da formação familiar, bem como as características que definem o povo brasileiro. Assim, com a teoria sistematizada pelo autor, o mito acaba por ser reforçado. Tanto que, escravizados de outros países, ao terem conhecimento sobre essa possível democracia, tinham vontade de fugir para o Brasil.

A ideia de que negros, brancos, indígenas e tantas outras raças e etnias vivem em paz e possuem direitos iguais no Brasil começou com a obra, porém, com o passar dos anos, ela acabou sendo negada. Um marco para a desmistificação da teoria democracia racial foi a própria Constituição de 1988, que tipifica racismo como crime, isto é, **confirma a existência do racismo e a realidade desigual entre pessoas brancas e negras**. Caso não existisse racismo, como a legislação brasileira iria criar medidas para combatê-lo (seria contraditório combater algo que não existe)?

Racismo reverso existe?

Novamente, o racismo é caracterizado pela opressão de uma etnia com mais “poder” sobre a outra. Quando se fala de racismo reverso, parte-se da ideia de que o grupo desfavorecido está oprimindo seu opressor. Um grupo étnico que sofreu mais de 300 anos de escravidão, fazendo parte de um dos últimos países do globo a abolir a escravidura – fato que tem apenas 130 anos -, certamente não teria a mesma força que seu opressor. Além de que existe o conceito de escravidão moderna – relações de trabalho em que pessoas são forçadas a exercer uma atividade contra a sua vontade mediante formas de intimidação.

Confira esse infográfico que preparamos para você!

Como é ser negro no Brasil?

Se o racismo é um sistema de opressão, é necessário existir um oprimido e um opressor, caracterizando uma relação de poder. Neste caso, seria uma determinada etnia se considerar superior à outra. Por isso que, quando nos deparamos com o termo “racismo”, a primeira coisa que vem à mente é o tipo de racismo cometido contra a população negra.

Mas o que é ser negro, de fato?

Brasil x EUA

Primeiramente, é interessante elucidarmos alguns conceitos. No Brasil, o racismo ocorre baseado no **fenótipo**. Ser negro no Brasil é diferente de ser negro nos Estados Unidos, por exemplo. No Brasil, por mais que uma pessoa possua fisionomia característica da população negra, como lábios mais carnudos, nariz mais achatado, cabelo crespo/cacheado e afins, se a cor de pele dela for branca, ela é considerada branca pelo senso comum. Mesmo que um de seus progenitores seja negro. Contudo, se a mesma situação acontece nos Estados Unidos, você pode ser chamado de negro e, portanto, estar sujeito a sofrer racismo. Cada país teve um processo de colonização diferente.

Colorismo

Chamado também de pigmentocracia, o termo colorismo foi criado em 1982 pela escritora Alice Walker. O colorismo acredita, basicamente, que quanto mais pigmentada a pele de uma pessoa, mais racismo ela irá sofrer. Usando aqui a classificação do IBGE, em que pretos e pardos se enquadram como negros, uma pessoa que se enquadra como parda irá sofrer menos

racismo do que uma pessoa considerada preta. *Veja bem*, o racismo atinge todo o grupo étnico negro, porém, de formas diferentes.

No imaginário social, pardos nem sempre são considerados negros. Até as próprias pessoas possuem dificuldade de se encaixar socialmente em algum grupo étnico. Um dos motivos para este fato é que o Brasil é um país com grande miscigenação. Miscigenação essa que foi imposta – fruto de estupros -, desde o período da escravidão, além de ter sido medida política no início do século XX.

No final do século XIX, a população negra que havia acabado de sair do período de escravidão estava sem amparo social, muitos deles nas ruas. A elite começou a se preocupar sobre o que seria do país, afinal, a imagem do negro na sociedade não era das melhores. Decidiram, então, abrir as portas do país para imigrantes europeus, na maioria italianos e alemães, na tentativa de embranquecer o país. Nisso, surge a **teoria do embranquecimento**. João Batista de Lacerda foi um dos principais defensores da tese. Médico e cientista brasileiro, Batista levou ao Congresso Universal das Raças (1911) o artigo *Sur les métis au Brésil* (Sobre os mestiços do Brasil, em português). O documento defendia, basicamente, a miscigenação como algo positivo, em vista da sobreposição de traços da raça branca sobre a negra e a indígena. Além disso, também defendia que, em virtude do grande fluxo migratório europeu e às condições precárias que a população negra vivia, em aproximadamente um século, seria extinto todo e qualquer traço negro no Brasil. O que agora sabemos que não é verdade.

Tipos de racismo

Assim como o racismo acontece de formas diferentes para cada tipo de grupo e/ou indivíduo, também existem diferentes variações para essa prática. Aqui, vamos explicar brevemente cada uma delas.

- **Racismo cultural:** O racismo cultural defende que uma cultura seja superior à outra. Pode ser exposto por meio de crenças, músicas, religiões, idiomas e afins, tudo que englobe cultura;
- **Racismo comunitarista:** Também conhecido como preconceito contemporâneo, esse tipo de racismo acredita que a raça não é biológica e sim, vinda de uma etnia ou cultura;
- **Racismo ecológico (ou ambiental):** praticado contra à natureza (“mãe terra”), afetando comunidade e grupos;
- **Racismo individual:** parte de atitudes, interesses e pensamentos pessoais, inclusive de estereótipos;
- **Racismo institucional:** praticado por instituições e comprovado por números, dados e estatísticas. Acontece em lugares que os negros são marginalizados – trabalho, educação -. Um exemplo é a porcentagem de vereadores negros eleitos nas eleições de 2016 em relação aos brancos. São 29,11% contra 70,29%, respectivamente;
- **Racismo primário:** não conta com justificativas, acontece de forma mais psicológica e emocional.
-

O que a lei brasileira prevê para o crime de racismo?

Na lei brasileira existem punições diferentes para os crimes de racismo e injúria racial. O crime de racismo se configura quando alguém se recusa ou impede o acesso de uma pessoa a estabelecimentos comerciais, bem como entradas sociais, ambientes públicos, e também quando nega um emprego. O crime de racismo é inafiançável e imprescritível, ou seja, quem praticou pode ser punido independente de quando cometeu o crime. Além disso, a Constituição Federal, em seu artigo 4º, rege-se pelos princípios de:

“I – independência nacional;

II – prevalência dos direitos humanos;

III – autodeterminação dos povos;

IV – não-intervenção;

V – igualdade entre os Estados;

VI – defesa da paz;

VII – solução pacífica dos conflitos;

VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X – concessão de asilo político.”

Já a injúria racial acontece quando a honra de alguém é ofendida usando de elementos como raça, cor, etnia, religião ou origem. Está associada ao uso de palavras com teor depreciativo e/ou ofensivo referentes à raça ou cor.

O crime de injúria está previsto no Código Penal. O condenado deve cumprir pena de detenção de um a seis meses ou multa. Contudo, se a injúria conter elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou deficiente, a pena aumenta para reclusão de um a três anos.

Movimento negro

Assim como todo movimento social, o movimento negro possui suas pautas e as defende. Ele surgiu, primeiramente, no período de escravidão e, hoje em dia, ainda com os reflexos deste período, busca, acima de tudo, políticas públicas para que a população negra tenha equidade em todos os sentidos. Além disso, visa a obter medidas de fiscalização e a efetiva aplicação das leis contra racismo e injúria racial.

Somente com a união, e não com a segregação dos povos, é possível lutar para a conquista de direitos. Vamos nos lembrar de que o racismo, além de uma prática desnecessária e que fere os direitos humanos, é **crime**.

CHAGAS, Inara. **Racismo: como essa prática é estruturada no Brasil**. Politize!, 6 de abr. de 2021. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/racismo-como-e-estruturado/> >. Acesso em 12 de jul. de 2021.

Mulheres negras no espaço da feira

Por muito tempo as mulheres não tinham representação, identidade própria nem espaço na história, tidas como personagens do espaço privado sem acesso ao mundo como um todo. As mulheres negras já se encontravam no âmbito público desde o período da colonização do Brasil, muitas dessas mulheres negras trabalhavam nas ruas vendendo quitutes para seus supostos donos, ou para elas próprias, no intuito de comprarem sua liberdade, no período da escravidão. Segundo Soares, conhecidas como escravas de ganho elas saíam pelas ruas das cidades negociando, gozando de certo empoderamento. (1994, p.48).

O costume de mulheres e seus escravizados negociarem gêneros alimentícios é bastante antigo nas aglomerações urbana do Brasil colonial e imperial. Para Dias esta

atividade era exercida pelas mulheres, pois “roceiros, quitandeiros, vendilhões eram atribuições com conotações pejorativas de menos preço social. (VIEIRA FILHO, 2009 p.145).

Sabemos que as mulheres são consideradas membros fundamentais na construção de uma família, mas a proposta desse estudo é mostrar a importância dessas mulheres negras em outros espaços para além do ambiente doméstico.

Atualmente pode-se perceber que não ocorreram muitas mudanças, pois nota-se que a maioria das mulheres que trabalham nas feiras, são mulheres negras, as mesmas vindas de classe social considerada baixa, e que estão nesse ramo de vendedoras por falta de oportunidade e a procura de adquirir o sustento.

[...]

Podemos perceber a existência de uma mudança ao analisarmos o mercado de trabalho, as mulheres estão ocupando espaços que tinham pouco acesso, saindo do âmbito privado e indo a procura de trabalho para ajudar no sustento da casa, sendo que as mulheres negras já eram obrigadas a trabalhar desde muito cedo. Em relação ao mercado de trabalho, infelizmente ocupando cargos menos remunerados, às vezes produzindo mais que os homens e ganhando menos.

Em relação à divisão do trabalho entre homens e mulheres feirantes podemos dizer que durante muito tempo era desenvolvido igualmente, ambos cultivavam juntos para que o que fosse produzido fosse vendido (...).

[...]

Algumas começaram tomando conta das barracas de suas mães enquanto as mesmas faziam a feira e comercializavam com as demais feirantes. Dessa forma, adquirindo conhecimento para que pudessem abrir seu próprio negócio.

Boa parte das feirantes afirmou que seus companheiros não as acompanhavam e no trabalho desenvolvido na feira, deixando dessa forma sobre responsabilidade das mulheres a venda de alguns produtos e a compra de outros para a sobrevivência da família. Muitas relatam que através do que vendem nas feiras conseguem tirar o gasto para produção e um lucro para comprar os suplementos para alimentar seus entes (...)

[...]

Interessante ressaltar as relações de poder estabelecidas por essas mulheres, assim destacamos as interações dadas entre as vendedoras e seus clientes. Através do seu trabalho na feira a mulher deixar de ser submissa de seus supostos companheiros e passam a serem autoras de sua própria história.

[...]

Nota-se que no Brasil existe uma divisão racial do trabalho compartilhada e legitimada pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Durante muito tempo a economia brasileira se desenvolveu num modelo de modernização conservadora excludente. Estudos sobre a disparidade de renda têm sido muito importantes para denunciar a desigualdade pautada no gênero e na raça, o que constitui prática discriminatória.

[...]

Quando falamos da desigualdade relacionada à cor de pele, o preconceito que existente em nosso país é muito grande, as mulheres negras ocupam o último lugar na escala social, elas são vistas pela sociedade como a categoria mais baixa. Ao compararmos com mulheres brancas, as negras são consideradas, incapazes de terem carreiras profissionais bem-sucedidas.

CRUZ, Sabrina Silva da. **Vivências de Vendedoras Negras da Feira Livre de Miguel Calmon-Bahia (1970-2000)**. Monografia (Graduação em História) - Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Jacobina/BA, 2018, 45p. Disponível em:< <http://www.saberaberto.uneb.br/bitstream/20.500.11896/964/1/TCC%20Sabrina%20Silva.pdf>> Acesso em: 12 de fev. de 2021.

O itabaianense: Elementos de formação étnica

O negro

É relativamente pequena a participação do negro na matriz racial itabaianense. Quando esse grupo afluiu à área em que está assentado o município atualmente, o foi sob a forma de escravo fugido, logo recapturado; ou como escravo fixo. Contudo, neste caso, e por pouco tempo, já que seu ingresso ocorreu basicamente na era da expansão algodoeira, entre 1860 e 1880, e, já em 1875, grande parte deles havia sido vendida para outras províncias do Império, notadamente São Paulo.

[...]

BISPO, José de Almeida. **Itabaiana, nosso lugar: quatro séculos depois**. Aracaju: Infographics, 2013, p. 27.

2.6.3. Vídeos

BUENO, Eduardo. **Luís Gama e Antonio Bento: os heróis da abolição**. Duração: 10min. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=Lx7kuLMjrSg>>. Acesso em: 12 de fev. de 2021.

_____. **Silva Jardim e José do Patrocínio**. Duração: 20min23seg. Duração: 10min. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=FfGItrebDrI>>. Acesso em: 12 de fev. de 2021.

_____. **Dragão do mar: o jangadeiro da abolição**. Duração: 20min23seg. Duração: 24min35seg. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=GxOSZHyuIDk>>. Acesso em: 12 de fev. de 2021.

CANAL PRETO. **As oportunidades que o branco teve, o negro não teve – Cotas**.

Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=jVbK5qUV6j8>>. Acesso em: 12 de fev. de 2021.

ALESP. **Desafios atuais da população negra no mercado de trabalho.** Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=yDHs_YiTW84>. Acesso em: 12 de fev. de 2021.

CANAL PRETO. **Entenda o mito da democracia racial.** Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=d775DrTsgqM>>. Acesso em: 12 de fev. de 2021.

SCHWARCZ, Lili. **A ladainha da democracia racial.** <https://www.youtube.com/watch?v=KIZErDa1jIc> >. Acesso em: 12 de fev. de 2021.

2.6.4. Objetivos:

Conceituar escravidão e racismo.

Discutir sobre a resistência dos negros escravos e o processo de abolição da escravidão no Brasil.

Debater sobre o racismo na sociedade atual.

Reconhecer a presença e a atividade do negro (a) na feira local.

Metodologia

Discussão em classe, análises de vídeos e textos, atividade escrita e pesquisa em grupo ou individual.

Em que momento deve ser trabalhado:

Esta sequência didática pode ser trabalhada no 8º ano do Ensino Fundamental e/ou 2º ano do Ensino Médio, guardadas as devidas proporções, já que fazem parte do currículo escolar. Nessa sequência, o professor trabalha em sala de aula os temas referentes ao fim da escravidão e a situação do negro após abolição, como o racismo.

Tempo estimado:

6 horas/aulas (6 aulas de 50 minutos cada)

Desenvolvimento:

Módulo 1:

Neste momento inicial o professor deve estimular os alunos a falarem sobre o seu conceito de escravidão. Em seguida, apresentar os conceitos de escravidão e discutir este tema com a turma. Em seguida, debater sobre a luta dos abolicionistas e a resistência à escravidão. Para

tanto, exibir vídeos sobre estas pessoas importantes na luta contra a escravidão, sugeridos nesta sequência didática.

Módulo 2:

Nesta etapa, o professor deve lançar uma discussão sobre o termo racismo. Em seguida, discutir apoiado no texto da sequência sobre o tema. Em seguida, assistir com os alunos os vídeos propostos sobre racismo. Após mobilizados o conhecimento sobre resistência, abolição, a situação imposta ao negro liberto e o racismo, os alunos devem investigar a presença dos negros na feira local, como local de resistência. A pesquisa deve ocorrer por meio de entrevistas e pesquisas para o levantamento de informações sobre a atividade dos negros na feira.

Módulo 3:

Dando continuidade ao tema, o professor deve tratar sobre as leis abolicionistas no Brasil e o fim da escravidão. Em seguida provocar a turma: a escravidão acabou? Após as tempestades de respostas dos alunos, tratar de expor sobre a situação do negro liberto no Brasil, analisando com a turma os textos propostos na sequência didática.

Avaliação

1. Os grupos devem organizar as entrevistas, pesquisas e fotos para a produção de texto descrevendo a presença dos negros na feira como local de resistência.

2.6.5. Para saber mais sobre o tema:

AGUIAR, Maria Carolina. **População negra no mercado de trabalho**. ComCiência Revista Eletrônica do Jornalismo Científico, Campinas/SP, 1o de nov. de 2003. Reportagens. Disponível em:< <https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/negros/creditos.shtml>> Acesso em 02 de mar. de 2021.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. Disponível em:< <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/uma-historia-do-negro-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 12 de fev. 2021.

Nunes, Sylvia da Silveira. **Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita**. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/pusp/a/kQXPLsM8KBkZYSBTnTGhvmj/?lang=pt> >. Acesso em: 12 de fev. de 2021.

PAIM. Márcia Regina da Silva. **Do Sete a São Joaquim: o cotidiano de "mulheres de saia" e homens feirantes em feiras soteropolitanas (1964 - 1973)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2005, 149p.

OLIVEIRA, Alexsandra Flávia Bezerra de. **Feira livre de Bodocó: memória, africanidades e educação**. 2013. 151f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2013. Disponível em:< <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7551>>. Acesso em: 12 de fev. 2021.

SANTOS, Maria Nely. **A Sociedade Libertadora. “Cabana do Pai Thomaz”, Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias**. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1977, 182p.

2.6.6. Conclusão

Esta sequência didática discute o pós-abolição e toda a sua implicação na vida dos negros libertos. Para o seu debate em sala de aula foram selecionados textos e vídeos sobre o tema. Nessa sequência espera-se que o aluno tome posição, defenda seu ponto de vista. O estudo do passado nessa sequência didática, faça escolhas. Dessa forma, estará atingindo a competência histórica de orientação que é quando o aluno, mediante as experiências e interpretações do passado, cumpre a função de tomar decisões, propor ações e idealizar um futuro. Essa competência histórica dá ao aluno a condição de “correlacionar os modelos de interpretação, prenhes de experiência e saber, com seu próprio presente e com sua própria vida, de utilizá-los para refletir e firmar posição própria na vida concreta no presente” (RÜSEN, 2010, p. 116). O aluno torna-se participativo e agente de mudanças da sociedade.

2.7. SEQUÊNCIA DIDÁTICA: Na feira, tem espaço para a cultura afro-brasileira?

2.7.1. Conceitos

O termo “Cultura afro-brasileira é o conjunto de manifestações culturais predominantes no Brasil, formada a partir da **junção de elementos da cultura dos povos africanos** que foram trazidos como escravos para o país durante o período colonial” (SIGNIFICADOS, 2021).

Da África para o Brasil do século XVI ao XIX foram trazidos à força milhares de africanos de diversos povos e regiões para trabalharem em diversas atividades em um território desconhecido, haja vista não ser à terra natal. Muitos dos que vieram, não chegaram ao destino e morreram durante o percurso nos porões dos navios tumbeiros e os seus corpos jogados ao mar.

(...) os primeiros negros da Guiné vieram em 1538 trazidos por um navio pertencente a Jorge Lopes Bixorda, arrendatário da colônia. Também, Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, se interessava na importação de tais peças e a El-Rei escrevera em 1539, rogando isenção de direitos para aquela “mercadoria” (MENDONÇA, 2012, p. 46).

Depois dessa primeira vez, o tráfico se multiplicou e com ele o número de escravos traficados para o território brasileiro e de outras mais regiões, territórios africanos, como Angola, Costa da Mina, Congo, Cabindas, Moçambique, Quilemane, Malambo, Ajudá, Bissau, Camerum, Guiné e Benguela, entre outras (Idem, *ibid.*, 2012, p. 59–60).

Esses povos trouxeram para o Brasil todo o seu conhecimento, sua língua, cultura, modo de ser e agir. No Brasil, participou da formação de uma futura nação a partir da colonização até hoje. Por isso, a cultura afro-brasileira é um “conjunto de manifestações culturais do Brasil que sofreram algum grau de influência da cultura africana desde os tempos do Brasil colônia até a atualidade” (PORTAL DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA, 2021).

A presença da cultura afro-brasileira não foi recebida e nem bem-vinda para formar com outras culturas de forma pacífica, pois, por eram marginalizadas e discriminadas pela sociedade brasileira.

(...) O imenso contingente de escravizados, africanos e seus descendentes, sofreram um violento processo de dominação física e cultural. Um traço marcante desta dominação foi a estratégia das classes dirigentes de hierarquizar as culturas para justificar o tráfico, a escravidão e o racismo. O ocidente branco e cristão tem sido tomado como paradigma de

desenvolvimento para, partindo dele, classificar as demais sociedades. O estágio técnico-econômico deste ocidente branco seria o sinal da sua superioridade cultural. E se esta cultura era superior, as raças que a elaboraram também o seriam. Este ocidente é o modelo que as nossas classes dirigentes tanto se esforçam para reproduzir. O evolucionismo social, que hierarquiza as culturas e que considera o outro, o diferente, como inferior ou, pior ainda, não-humano, revela-se aqui com nitidez (CONCEIÇÃO, 2012, p. 346).

A cultura africana foi tolhida pelos colonizadores. Eram claras as imposições para inibir a expressão cultura dos escravos, por isso as perseguições aos que contrariavam as ordens eram frequentes, açoites era um dos castigos. O pior era o castigo cultural, a proibição das suas manifestações culturais e a ideia negativa passada sobre o negro a população local desde o início do tráfico negroiro.

Povos de culturas distintas, muitas vezes inimigos, foram afastados dos referenciais formadores de suas identidades, para serem misturados e transformados, todos, indistintamente em negros e africanos. Eram então vistos como sinônimo de maldade e feiúra, associado ao demônio e ao pecado. Somando-se a isto a noção de ruindade, maldade, hostilidade e esterilidade do clima ardente da terra de origem, estava firmada a idéia de inferioridade que justificava a escravização (Idem, *ibid.*, 2012, p. 347).

Todavia, a resistência dos mesmos, em manter a sua cultura, a sua identidade foi maior que a imposição da cultura do colonizador e da sua religião cristã. Sabendo-se que, muito desta última, foi incorporada nos rituais religiosos dos povos africanos aqui no Brasil para dirimir as perseguições e maus tratos, ato constante na vida dos escravos. Sendo assim,

a única maneira de continuarem a praticar sua cultura advinda de sua terra de origem foi de forma clandestina. Mesmo perseguido, o povo afro-brasileiro não se desfez de seus hábitos e costumes, apesar de ter seus cultos e suas crenças menosprezados por muito tempo aqui no Brasil. Uma das formas encontradas pelos negros para não deixar de praticar suas crenças foi misturar as religiões de matriz africana com o cristianismo europeu, dessa forma eles agradavam os brancos por estarem praticando o Catolicismo e, ao mesmo tempo, fortaleciam suas tradições trazidas da África transmitindo-as às gerações mais jovens (JESUS, Construir Notícias, 2016).

Mesmo com todas as dificuldades, perseguições, proibições e limitações da situação em que viviam

Os africanos, apesar dos percalços da vida escrava, dos maus tratos, jamais abandonaram seus costumes e sua religião. Não obstante o trabalho estafante, o pequeno ciclo de vida, o escravo teve seus momentos de diversão. Organizavam suas festas, os adornos no corpo e esquecendo temporariamente seus desencantos com a sorte, em festas, lembravam suas origens. Uma das mais típicas e interessantes era a do

Rei do Congo, também conhecida por Congada, festa ao mesmo tempo profana e religiosa.

Na sua música, os sons e as expressões eram carregados de sofrimento e faziam um curioso contraste com os raros momentos de alegria. A língua de origem sobressaía no canto. Com autorização dos senhores, os escravos organizavam pequenos desfiles em torno da casa grande, dançando e cantando. A Congada tinha um rei, eleitos pelos companheiros, uma rainha, os príncipes, os fidalgos e os embaixadores. Sobre a cultura dos escravos sabe-se que a arte de cantar e dançar fez parte de sua alma sofrida. Outra dança muito apreciada era o batuque, batidas de tambores e demais primitivos instrumentos de percussão que acompanhavam as danças (BRASIL, 2010, p. 14).

As poucas oportunidades de sua manifestação cultural marcavam um momento de nostalgia, sentimento de identidade com o que deixou para trás de forma violenta e desumana. Foram esses momentos que, mesmo com todas as restrições e perseguições, os povos africanos mantinham e legavam de forma definitiva a sua cultura.

Mesmo por estarem numa terra desconhecida e numa mesma senzala com povos antagônicos, tentaram, resistiram e muitos obtiveram a sua liberdade por alforria, ou suicídio provocado pelo banzo, ou via fuga. Contudo, uma forma clara de resistência foi não abandonar a sua cultura e influenciar os seus “donos”.

No Século do Ouro (XVIII), alguns escravos conseguiam comprar sua liberdade ao adquirir a carta de alforria. Juntando alguns "trocados" durante toda a vida, conseguiam tornar-se livres. Porém as poucas oportunidades e o preconceito da sociedade acabavam fechando as portas para essas pessoas. O negro também reagiu à escravidão, buscando uma vida digna. Foram comuns as revoltas nas fazendas em que grupos de escravos fugiam, formando nas florestas os famosos quilombos. Eram comunidades bem organizadas, onde os integrantes viviam em liberdade, numa organização comunitária aos moldes do que existia na África. Nos quilombos, podiam praticar sua cultura, falar sua língua e exercer seus rituais religiosos. O mais famoso foi o Quilombo de Palmares, comandado por Zumbi (SOUZA, 2018, p.1).

A escravidão persistiu até as últimas décadas do século XIX no Brasil. Ao tempo que a Inglaterra pressionava o Brasil para o fim da escravidão, desde as primeiras décadas do século XIX, tínhamos brasileiros na luta incansável com o mesmo propósito, os chamados abolicionistas. As pressões dos ingleses obrigaram o império brasileiro a criar leis abolicionistas que concorreram para a aprovação da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, marcando o fim da escravização no Brasil.

Entretanto, a libertação dos escravos não significou respeito, melhoria das condições de vida e igualdade de direitos na sociedade brasileira, por exemplo. Pelo contrário, criou-se um estereótipo do negro liberto que o macula até hoje, ficariam à margem da sociedade, sem

emprego, sem moradia, sem assistência e tampouco apoio do governo para recolocá-los no mercado de trabalho. As portas aos negros foram fechadas e a oportunidade de uma vida digna, livre e feliz foi trocada por sofrimento, perseguições, abandono, maltrato e rótulos cruéis e infundados.

Não existindo industrialização que suporte a transição do trabalho servil para o trabalho assalariado, o que se nota é uma brusca subversão, um hiato tremendo, um traumatismo profundo, ocasionado por uma massa enorme de indivíduos que necessitam, de certo momento em diante, assegurar a própria subsistência e a da prole, medicando-se e vestindo-se. A lenta assimilação pela coletividade dessa massa de desaproveitados e de deserdados é um dos fenômenos mais curiosos da nossa formação social e tem consequências profundas que ficaram na consciência da gente brasileira. Surge, então, o mito da vadiagem do negro, da sua indolência, do seu primitivismo, da sua desambição, que o tornariam um peso morto na sociedade brasileira, um elemento inércia. Por toda a parte ouvem-se palavras amargas contra o preto (...).

Que esse desequilíbrio resultasse em um erro de visão, fazendo com que o branco olhasse o negro liberto como elemento perturbador, foi consequência do modo brusco de como a emancipação se produziu. O negro passou a ser fonte de todos os males. O símbolo da preguiça brasileira, da sua falta de aplicação ao trabalho, da sua ausência de perseverança, da sua desambição individual, que refletia numa sociedade como uma inércia, como uma corrente, como um peso, a impedir-lhe o desenvolvimento (SODRÉ, 1998, p. 54).

Associada a discriminação e ao preconceito sofrido pelos negros libertos de um passado de escravidão, temos uma sociedade alimentada por ideias descabidas, sem sentido, abomináveis, racistas que afirmar que um país para alcançar o desenvolvimento deveria ser constituído de uma população branca. Em virtude dessa ideia, políticos, parte da sociedade e intelectuais passaram a defender o branqueamento da população brasileira como propósito para o seu desenvolvimento.

A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes pelo uso dos eufemismos raças “mais adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição, juntavam-se mais duas: Primeiro - a população negra diminuiria progressivamente em relação à branca. Segundo - a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o *gene* branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros [...] (SKIDMORE, apud SANTOS; SILVA, 2018, p. 257).

A cultura brasileira tem muitas contribuições dos povos africanos. Entre elas, segundo Gilberto Freyre, estão no folclore brasileiro.

No mato, o saci-pererê, o caipora, o homem de pés às avessas, o boitatá. Por toda parte, a cabra-cabriola, a mula-sem-cabeça, o tutu-marambá, o negro do surrão, o tatu-gambeta, o xibamba, o mão-de-cabelo. Nos riachos e lagoas, a mãe-d'água. À beira dos rios, o sapo-cururu. De noite, as almas penadas (FREYRE, 2008, p. 411).

Na linguagem brasileira, os povos africanos também deixaram a sua contribuição, entre elas, Gilberto Freyre, expôs que:

A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida: machucou-as, tirou-lhes as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino banco as sílabas moles. Daí esse português de menino que no norte do Brasil, principalmente, é uma das falas mais doces deste mundo. Sem *rr* nem *ss*; as sílabas finais moles; palavras que só faltam desmanchar-se na boca da gente. A linguagem infantil brasileira, e mesmo a portuguesa, tem um sabor quase africano: *cacá, pipi, bumbum, tentem, neném, tatá, papá, papato, Lili, mimi, au-au, bambanbo, cocô, dindinho, bimbina* (...). Os nomes próprios foram dos quais mais se amaciaram, perdendo a solenidade, dissolvendo-se deliciosamente na boca dos escravos. As Antônias ficaram Dondons, Toninhas, Totonhas; as Teresas, Tetés; os Manuéis, Nezinhas, Mandus, Manés; os Franciscos, Chico, Chiquinho, Chicó; os Pedros, Pepés; os Albertos, Bebetos, Betinhos, Isto sem falarmos das Iaiás, dos Ioiôs, das Sinhás, dos Manus, Calus, Bembens, Dedés, Marocas, Nocas, Nonocas, Gegês (Idem, 2008, p. 414).

A culinária brasileira tem uma importante contribuição da cultura dos povos africanos.

No regime alimentar brasileiro, a contribuição africana afirmou-se principalmente pela introdução do azeite-de-dendê e da pimenta-malagueta, tão característicos da cozinha baiana; pela introdução do quiabo; pelo maior uso da banana; pela grande variedade na maneira de preparar a galinha e o peixe (...), alguns dos pratos mais caracteristicamente brasileiros são de técnica africana: a farofa, o quibebe; o vatapá.
(...)

Vários são os alimentos pura ou predominantemente africanos em uso no Brasil. No norte especialmente: na Bahia, em Pernambuco, no Maranhão (...)

Desses três centros de alimentação afro-brasileiros é decerto a Bahia o mais importante (...) quitutes feitos em casa e vendidos na rua em cabeça de negras mas em proveito das senhoras – mocotó, vatapás, mingaus, pamonhas, canjicas, acaças, abarás, arroz-de-coco, feijão-de-coco, angus, pão-de-ló de arroz, pão-de-ló-de-milho, rolete de cana, queimados, isto é, rebuçados, etc (...)
(...)

Mas os dois pratos de origem africana que maior triunfo obtiveram na mesa patriarcal brasileira foram o caruru e o vatapá, feitos com intima e especial perícia na Bahia (ibid, op. cit., 2008, p. 542-543).

A animação contagiante do brasileiro também é graças ao legado dos povos africanos.

(...) Ele que deu alegria aos são-joões de engenho; que animou os bumbas-meu-boi, os cavalos-marinhos, os carnavais, as festas de Reis. Que à sombra da Igreja inundou das reminiscências alegres de seus cultos totêmicos e fálicos as festas populares do Brasil; na véspera de Reis e depois, pelo carnaval, coroando os seus reis e as suas rainhas; fazendo sair debaixo de umbelas e de estandartes místicos, entre luzes quase de procissão seus ranchos protegidos por animais – águias, pavões, elefantes, peixes, cachorros, carneiros, avestruzes, canários – cada rancho com o seu bicho feito de folha-de-flandres conduzido à cabeça, triunfalmente; os negros cantando e dançando, exuberantes, expansivos (FREIRE, 2008, p. 551).

A influência dos povos africanos na música e na dança brasileira são marcantes. Na música destacamos o Maracatu, a Cavalhada, a Congada, a Capoeira, o Samba, entre outros. Na dança a capoeira que atualmente é Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

Não só nos citados acima os povos africanos influenciaram e deixaram a sua marca na cultura brasileira. As religiões, como o Candomblé contribuiu com a Macumba para a formação de outra religião de matriz negra que é a Umbanda. Estes são exemplos da religiosidade africana legada para o Brasil. Em relação à última religião negra

a Umbanda teria surgido da Macumba, uma religião afro-brasileira originada no Rio de Janeiro a partir dos negros bantos eu migraram do Estado da Bahia. A mudança da capital do Brasil de Salvador-Bahia para o Rio de Janeiro, em 1763, provocou um intenso desenvolvimento político e econômico e com isso a necessidade de mão de obra escrava. Com a vinda destes povos para a nova capital, o Rio de Janeiro passou a abrigar diversas manifestações religiosas que, aliada ao Catolicismo e ao Kardecismo, deram origem à Macumba (...). Os primeiros registros aparecem no final do século XIX (BORGES, 2014, p. 28-29).

Essas religiões em todo o território nacional nas primeiras décadas do século passado foram perseguidas e reprimidas por policiais. Estes fechavam os terreiros, apreendiam os objetos dos rituais, prendiam os pais e mães de santos. A situação de perseguição as religiões negras só diminuíram na segunda metade do século XX, quando foram reconhecidas oficialmente pelo Estado.

O legado dos povos africanos no nosso cotidiano é notório. Ele se expressa na nossa identidade cultural, já que inserindo ou justapondo com as culturas indígenas e portuguesas formaram a base da cultura brasileira. A presença negra não está só presente na nossa culinária, música, dança, folclore, linguagem, arte, bem como na nossa formação genética, cor e nos traços físicos, compondo a maioria da população brasileira.

A pós-abolição não significou o fim das lutas e reivindicações por direitos e respeito, os negros continuam a luta até hoje pela igualdade, oportunidade, garantir o seu espaço que

lhe é de direito na sociedade brasileira. Além disso, procuram a efetividade e a aplicabilidade das leis contra o racismo, preconceito e a manifestação de sua cultura.

É inegável que nas últimas décadas algumas conquistas foram alcançadas em prol das manifestações socioculturais e religiosas no Brasil no que se refere ao povo afrodescendente. O art. 5º, Inc. VI, da Constituição Federal assegura ao povo brasileiro a “inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, assim como o livre exercício dos cultos religiosos [...]”. Esta é a Lei de Liberdade de Culto criada pelo então deputado federal Jorge Amado em 1946. Isso se deu em reação às inúmeras agressões sofridas pelas religiões de matriz africana no Brasil. Em 2010, foi instituído o Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/10, que assegura à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Ainda segundo o art. 20 dessa mesma Lei (JESUS, Construir Notícias, 2016).

O termo pós-Abolição “é um espaço vasto de tempo marcado pela resistência ao cerceamento dos direitos” (SILVEIRA, 2019, p. 1), ou seja, compreende o momento em que os livres iniciam a sua luta na sociedade brasileira em busca de respeito, oportunidades, cidadania, igualdade e inclusão social.

A luta contra a escravidão era intensa e sem descanso para negros, demonstradas nas fugas, revoltas, trabalhos mal-executados, atividades não cumpridas, formação de quilombos e mocambos que foram cerceados com as reações violentas. Só a partir da segunda metade do século XIX que o Brasil toma medida legal para conter a entrada de negros escravizados. Esta foi a Lei Eusébio de Queirós, em 1850, que poria fim ao tráfico de escravos.

A participação dos negros na Guerra do Paraguai daria mais um motivo para os escravos continuarem a luta pela liberdade, ao passo que novas leis ventilavam o desejado momento, a saber: A Lei do Ventre Livre em 1871, Lei Saraiva em 1881, Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe em 1885 e a Lei Áurea em 1888 dando liberdade aos negros ainda em cativeiro.

Além das leis, campanhas abolicionistas tomaram os locais públicos e privados em várias partes do país e a criação de sociedades nas últimas décadas do século XIX que defendiam a liberdade dos escravos, como, por exemplo, Sociedade Brasileira Contra a Escravidão em 1880, criada por Joaquim Nabuco no Rio de Janeiro e em Sergipe tivemos a Sociedade Aracajuana Libertadora Cabana do Pai Thomaz, fundada por Francisco José Alves em 1882.

O caminho para a abolição da escravidão no Brasil já estava traçado e era irreversível, já que muitos estados brasileiros, já tomaram essa decisão após pressão popular, antes da Lei Áurea.

Uma intensa pressão popular resulta na libertação dos negros no Ceará, em 1884. Uma aguda crise na lavoura e reflexos da seca de 1877, além da ação de grupos urbanos, inviabilizaram o regime de cativeiro na região. Incentivado por esse desenlace, o abolicionismo toma ares de movimento em diversas províncias, como Rio Grande do Sul, Amazonas, Goiás, Pará, Rio Grande do Norte, Piauí e Paraná (MARINGONI, IPEA, 2011).

A pós-Abolição não é exclusividade dos negros e negras brasileiras. Essa luta de inserção na sociedade fez parte da realidade de todos os libertos na América. A luta e a organização dos negros em cada país onde foram libertos tem as suas características próprias, visto que os libertados vão ao pós-Abolição lidar com “os problemas que surgem com a emancipação e as estratégias utilizadas pelas pessoas na luta pela cidadania e liberdade plena em um momento multifacetado, mas que tinham em comum a falta de políticas públicas de reparação e de inclusão social” (SILVEIRA, 2019, p. 2).

Os libertos vão desenvolver estratégias com objetivo de unir forças entre os seus pares na busca por cidadania, participação social, entre tantas outras finalidades. Entre essas estratégias estão a formação de clubes e associações para congregar, ser um local onde os negros possam discutir, divertir-se, estar entre os seus pares. Estas associações datam do fim do Império e adentra à República. Haja vista, a sociedade ter uma atitude de exclusão, racismo, preconceito que perdura até os dias atuais, essas associações e clubes serão um reduto onde poderão vivenciar e sentir um pouco de alegria, companheirismo, liberdade, dignidade e igualdade. Além, de reivindicar o direito pela “terras, escolas, trabalho, moradias, salários e participação política” (GOMES, apud SANTOS, 2020, p. 28). Entre os clubes que surgiram para agregá-los está

o clube social negro Esporte Cruzeiro do Sul, de Novo Hamburgo que surgiu em 1922 com a proposta de ser um time de futebol, mas que com a passar do tempo passa a desenvolver outras atividades como bailes, concursos de beleza e quermesses para arrecadar fundos visando o sustento do clube (ibidem, 2019, p. 2).

Outro clube criado também no Rio Grande do Sul foi o “Négo Foot-Ball Club. Este também é um clube social negro fundado em uma cidade de colonização alemã”. Como foram criados tantos outros para unir os negros, dá-lhes força e fôlego para resistirem, persistirem e garantirem o seu lugar na sociedade. É um lugar de renovação de forças para a luta contra a

perseguição, as taxações maldosas, a exclusão e fortalecerem o sentimento de unidade e de identidade (Ibid., op. Cit., 2009, p.3).

Entre as diversas associações fundadas no Brasil, em São Paulo foi fundada a sociedade de preto, 28 de setembro em homenagem à Lei do Ventre Livre. Esta era comandada pelo negro Benedito Cunha que exercia várias profissões como a de limpador de chaminé, pedreiro, pintor entre outras. A associação tinha o propósito de ter um momento de lazer entre os iguais, debater sobre racismo, perseguições, tratamentos desiguais e a defesa da cidadania (SILVA, 2001. p. 48–49).

Os libertos também reagiam às perseguições, maus-tratos, indiferenças, mentiras, entre tantas outras atitudes que criaram uma visão deturpada dos negros até hoje através da fundação de uma imprensa negra no combate à discriminação. Entre estas imprensas estão, como exemplo, duas de Campinas em São Paulo.

Fruto da necessidade de mobilização, em 1910, criou-se o primeiro periódico da comunidade negra, **O Bandeirante**. Ele tratava das questões raciais e divulgava notícias dos afro-descendentes. Em 1923 surge o jornal **Getulino**, que teve uma vida mais longa e uma grande importância pelo ato de discutir, e denunciar as manifestações de intolerância racial que ocorriam ali e, em outros lugares do estado de São Paulo (Idem, 2001, p. 55).

A discriminação racial pós-Abolição era notório para com o negro e a negra recém-liberta das amarras da escravidão. Em São Paulo, fins do século XIX em diante, a discriminação e o preconceito atingiam a capacidade e a vontade laborativa do negro e negra enquanto empregadores deixavam claro a preferência pelos trabalhadores imigrantes a do negro. Além disso, não eram todos os estabelecimentos comerciais que permitiam a entrada de negros, como “bares, hotéis, cinema, lojas, restaurantes” (SANTOS, 2000, p. 28).

No Rio de Janeiro, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, muitos negros migrantes de São Paulo se depararam com as perseguições policiais. Estes acusavam os afro-brasileiros libertos que circulavam na cidade de vadios, ébrios, desordeiros e as afro-brasileiras de prostitutas. A sobrevivência na cidade pelos libertos foi graças a alianças e amizades com os antigos moradores e imigrantes que acolheram e os ajudaram na busca de melhores condições de vida. Entretanto, muitas vezes, a relação entre negros e negras com os imigrantes poderiam ser de conflitos (SANTOS, apud., SANTOS, 2020, p. 77).

Entretanto, muitos negros conseguiram a ascensão profissional na sociedade brasileira do início do século passado. Os negros que fossem letrados obtiveram empregos em diversos setores do mercado de trabalho, tanto no público quanto no privado, como “cargos como

professores em escolas públicas, como funcionários do serviço postal, na coleta de impostos, nas companhias telefônicas públicas, dentre outros” (ANDREWS, apud SANTOS, 2020, p. 27).

Os obstáculos aos negros são enormes, a maioria continua sem acesso à moradia, a educação, a saúde e com empregos marginalizados socialmente. Ainda, o olhar de muitos sobre os negros e negras reforçam o preconceito, o racismo, o ódio, o desprezo e/ou o escárnio. Esse comportamento é mostrado constantemente nos noticiários dos jornais televisivos, revistas e internet. São diversas as denúncias repetitivas de intolerância racial, como, por exemplo, a recente contra um negro em uma rede de supermercado do Brasil e que foi manchete nos diversos meios de comunicação nacional⁴⁶ e outra que tomou proporções internacionais, ocorreu numa rua de Minneapolis, estado do Minnesota nos Estados Unidos⁴⁷.

Os negros continuam se mobilizando em jornais, associações e clubes. Também, as representantes dos negros se inserem aos poucos no cenário político do país na luta. Então, os negros têm se organizado e se reinventados cotidianamente e usado as ferramentas possíveis na atualidade para garantir os seus direitos.

O pós-abolição tem mais de 133 anos, entretanto, ainda se negam os direitos inerentes a quaisquer cidadãos brasileiros aos negros e negras. Mesmo, com leis que criminalizam o racismo no Brasil, leis que exigem a discussão em sala de aula da cultura afro-brasileira, a discriminação continua presente e forte, muitas vezes disfarçadas em piadinhas, frases e expressões. Por isso, a luta pelo respeito, cidadania e igualdade é uma luta que não tem data de término.

2.7.2. Textos

Principais Características da Cultura Afro-brasileira

⁴⁶ **MPT destaca "viés racista" em agressão e morte no Carrefour.** Correio Braziliense, 23 de nov. de 2020. Disponível em: < <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2020/11/4890227-mpt-destaca-vies-racista-em-agressao-e-morte-no-carrefour.html> >. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

⁴⁷ **Caso George Floyd: morte de homem negro filmado com policial branco com joelhos em seu pescoço causa indignação nos EUA.** Globo Notícias – G1, 27 de mai. de 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-jelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghml> >. Acesso em 28 de jun. de 2021.

Conheça os elementos que marcam as contribuições dos povos africanos

As principais características da cultura afro-brasileira estão expressas nos diversos aspectos e elementos culturais presentes em todo o território nacional. Contudo, apesar da enorme capilaridade que as contribuições dos povos africanos têm para a cultura brasileira, é importante ressaltar que ela não se apresenta da mesma forma em todo o território. Isso se deve ao fato de que o processo de exploração da mão de obra escrava não se deu de maneira igualitária em todo o país.

Bahia, Pernambuco, Maranhão, Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul foram os estados que mais receberam pessoas trazidas da África. Isso aconteceu durante o processo de exploração da mão de obra escrava nos diferentes ciclos econômicos do Brasil, como o ciclo da cana de açúcar, ciclo do café, ciclo do algodão e outros. Desse modo, é esperado que nesses locais as principais características da cultura afro-brasileira sejam mais fortes.

Dito isso, é importante destacar que esses elementos podem ser encontrados nas diversas expressões da cultura. Sendo assim, para apontar as principais características da cultura afro-brasileira, é preciso analisar a música, a dança, as crenças, as festas populares, a culinária e as religiões existentes no país. As contribuições dos povos africanos fizeram com que essas formas de expressões da cultura fossem carregadas de heterogeneidade e riqueza.

Quais são as principais características da cultura afro-brasileira?

É sabido que o Brasil foi um país que sofreu a interferência de diversos povos ao longo do processo de constituição da identidade cultural nacional. A nossa cultura possui influência dos indígenas que habitavam essa porção do continente, dos europeus que iniciaram o processo de exploração econômica das terras e dos povos negros trazidos de diferentes regiões do continente africano.

O processo de aculturação que se deu a partir do contato entre as diferentes culturas trazidas por esses povos, foi fundamental para construção da identidade cultural brasileira. Esse processo também pode ser observado ao analisar as principais características da cultura afro-brasileira, pois podemos afirmar que a influência de diferentes países da África, de Portugal e dos povos indígenas é um aspecto bastante presente em todas elas.



A feijoada é um prato da culinária afro-brasileira que exemplifica a miscigenação cultural. (Imagem: Pixabay)

Esse atributo pode ser visto de forma mais marcante ao observarmos as religiões. Nesse

elemento cultural, o sincretismo é uma das principais características da cultura afro-brasileira. Esse processo se deu como política estratégica para que os povos africanos pudessem continuar a cultuar suas divindades, o que era proibido. Para isso, eles precisavam fazer associações entre elas e os santos da igreja católica.

Um dos maiores exemplos desse sincretismo pode ser observado na festa do Senhor do Bonfim, que acontece em Salvador, na Bahia. Durante esse evento, as baianas e filhas de santo lavam as escadarias da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, que para elas é Oxalá. O sincretismo também foi responsável por atribuir características próprias às religiões de origem africana que são praticadas no país, a exemplo da Umbanda e do Candomblé.

Culinária

Na culinária afro-brasileira, destaca-se uma marcante miscigenação com elementos da cultura indígena e portuguesa. A tradicional feijoada brasileira, por exemplo, deriva de um prato português. Contudo, aqui ela ganha contornos próprios definidos pelas condições sociais, históricas e econômicas brasileira. Os povos escravizados adaptaram o prato, pois só recebiam dos senhores de escravos as carnes de porco que eram rejeitadas.

A culinária afro-brasileira também é marcada por apresentar sabor marcante. Isso se deve ao uso de substâncias fortes, como o azeite de dendê que está presente em pratos típicos, como caruru, vatapá e moqueca. O leite de coco, o quiabo e o feijão preto também são outros alimentos que ressaltam o sabor das receitas.

Música e Dança

Na música e na dança também encontramos algumas das principais características da cultura afro-brasileira. Aqui a corporeidade ganha destaque. Ela se faz presente em expressões como o Samba, o Jongo, o Carimbó, o Maxixe, o Maculelê e o Maracatu. Todas elas são extremamente dançantes e exigem a integração de movimentos de todo o corpo. Movimentos esses que, por vezes, são executados de forma lenta, por vezes, acelerada.

Também merece destaque a presença de instrumentos musicais únicos, frutos de produção artesanal e que empregam ritmo dançante às expressões musicais. Ressalta-se aqui o atabaque, o tambor e o berimbau. Esse último é fundamental para a prática da capoeira, uma arte marcial musicada reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

SENA, Ailton. Educa+Brasil, 2020. **Principais Características da Cultura Afro-brasileira.** Disponível em:< <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/antropologia/principais-caracteristicas-da-cultura-afro-brasileira>> Acesso em: 12 de fev. 2021.

A presença da cultura afro-brasileira na feira

[...]

A feira se constitui, então, em uma vitrine onde podemos ver as características do local em que ela é realizada, assim a produção do município é ali exposta com todos os seus

significados e processos históricos, assim quem é bom observador pode ver as africanidades e afrodescendências nessa produção que traz as tecnologias vindas da África (...) e, dessa forma aplicaram seus conhecimentos que foram transmitidos por gerações fato que propiciou a existência de produtos e técnicas afrodescendentes (...).

[...]

Há que se perceber, ainda, a riqueza cultural da feira, pois ela traz um grande espaço de exposição a céu aberto para as manifestações culturais da localidade em que se instala expressadas através de produções em barro, tecido, couro; produções culinárias e do campo, literárias, muitos desses conhecimentos trazidos da África, em fim, a feira acaba se constituindo em uma vitrine cultural aberta a todos com dia e horário marcados.

Porém, uma vitrine que reflete a comunidade local e que interage com quem vai ver, tocar, opinar, comparar.

Assim, podemos entender que a feira é um espaço que vai além da balbúrdia, do comércio e do abastecer a despensa (...).

[...]

OLIVEIRA, Alessandra Flávia Bezerra de; DOMINGOS. Reginaldo Ferreira. **História oral e memória: feira livre de Bodocó-pe como vitrine das africanidades e afrodescendências.** Disponível

em:<https://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1397179081_ARQUIVO_enchist_oral.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

2.7.3. Vídeos

Escravidão no Brasil: pós lei Áurea. Parte 2. Duração: 4min58seg. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=3zAIBH6niJQ>>. Acesso em: 15 de fev. de 2021.

O Negro no Brasil. Caminhos da Reportagem, TV Brasil. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=EadJFSGWfKc>>. Acesso em: 15 de fev. de 2021.

2.7.4. Música

A Mão da Limpeza

O branco inventou que o negro
Quando não suja na entrada
Vai sujar na saída, ê
Imagina só
Vai sujar na saída, ê

Imagina só
Que mentira danada, ê

Na verdade a mão escrava
Passava a vida limpando
O que o branco sujava, ê
Imagina só
O que o branco sujava, ê
Imagina só
O que o negro penava, ê

Mesmo depois de abolida a escravidão
Negra é a mão
De quem faz a limpeza
Lavando a roupa encardida, esfregando o chão
Negra é a mão
É a mão da pureza

Negra é a vida consumida ao pé do fogão
Negra é a mão
Nos preparando a mesa
Limpando as manchas do mundo com água e sabão
Negra é a mão
De imaculada nobreza

Na verdade a mão escrava
Passava a vida limpando
O que o branco sujava, ê
Imagina só
O que o branco sujava, ê
Imagina só
Eta branco sujão

GIL, Gilberto; BUARQUE, Chico. **A Mão da Limpeza**. Compositor: Gilberto Gil. Duração: 3min18seg. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=tzFxd4gxbpQ> >. Acesso em: 15 de fev. de 2021.

2.7.4. Atividades

Objetivos:

Conceituar pós-abolição e cultura afro-brasileira.

Discutir a importância da cultura afro-brasileira em nossa sociedade, sua influência sociocultural atualmente.

Reconhecer a importância da cultura do povo africano na formação da cultura e da identidade brasileira.

Identificar as influências africanas na cultura brasileira: culinária, música, religião, dança e vocabulário.

Discutir e pesquisar sobre a presença da cultura afro-brasileira na feira local.

Metodologia:

Discussão em classe sobre os conceitos de pós-abolição e cultura afro-brasileira, análises de vídeos e textos, atividade escrita e pesquisa em grupo ou individual.

Tempo estimado:

6 horas/aulas (6 aulas de 50 minutos cada)

Em que momento deve ser trabalhado

Esta sequência didática pode ser trabalhada no 9.º ano do Ensino Fundamental e/ou 3.º ano do Ensino Médio, guardadas as devidas proporções, já que fazem parte do currículo escolar. Nessa sequência, o professor trabalha em sala de aula os temas referentes a situação do negro após abolição e a cultura afro-brasileira. Também, pode ser trabalhado quando na comemoração da abolição da escravidão e/ou no dia da consciência negra.

Desenvolvimento

Módulo 1

Estimular a turma para expor o seu conceito de pós-abolição. Em seguida, o professor deve apresentar os conceitos trabalhados na sequência didática. Outro passo é debater em sala de aula sobre a pós-abolição, a vida dos negros e a negação do preconceito e do racismo no Brasil. Após, o debate passar os vídeos sobre a luta dos negros atualmente na sociedade. Por fim, solicitar que os alunos pesquisem as leis que tratam da defesa do negro na sociedade atual e a negação do preconceito e do racismo na sociedade atual.

Módulo 2:

Dando continuidade ao tema sobre a pós-abolição, trabalhar a música de Gilberto Gil em sala de aula, levando a discussão sobre a letra, as figuras de linguagem, que referências faz, qual o seu propósito, qual o interesse na produção, que sentimento o som nos transmite, qual o

contexto, data do seu lançamento, o que acontecia na sociedade, quem é o cantor e que ideias defende, entre outras. Mostrar ao aluno que a música é uma importante fonte histórica para o conhecimento de uma sociedade em determinado período. Propor aos alunos que pesquisem músicas que tratam da negritude: sua luta, sua cultura, sua história e fazer comentários sobre as mesmas.

Módulo 3:

Nesta etapa, questionar aos alunos sobre o conceito de cultura afro-brasileira, após as respostas, enriquece-la com os conceitos propostos nessa sequência didática. Em seguida, tratar de discutir apoiado nos textos da sequência didática e noutros, sobre a influência cultural do negro em nossa sociedade: vocabulário, culinária, dança, música, etc. e sua presença na feira local. Organizar os alunos em grupo de 5 discentes (ou mais, ou conforme a turma e a critério do professor) para realizar entrevistas com negros que trabalham na feira local, fazer levantamento de atividades ligadas a cultura afro-brasileira e a respeito de práticas de racismo, preconceito ou discriminações praticadas neste espaço.

Módulo 4:

Agora, o professor e a turma organizam murais com imagens e textos produzidos das entrevistas realizadas e dos levantamentos de dados sobre a práticas de racismo, preconceito ou discriminações praticadas sobre os negros na feira local e a exposição das leis que defende as vítimas de tais atos. Os alunos devem posicione com relação ao tema através da produção de texto de uma lauda.

Avaliação:

1. Produção de texto por cada grupo a partir das entrevistas realizadas.
2. Construção de um mural expositivo sobre a pesquisa e as entrevistas realizadas com os negros e as mulheres no labor da feira local.

2.7.5. Para saber mais sobre o tema.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/uma-historia-do-negro-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 12 de fev. 2021.

HEYWOOD, Linda M. **Diáspora negra no Brasil**. Org. Linda M. Heywood. Trad. Ingrid de Castro Vompean Fregonez, et. al. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2009, 223p.

MARCON, Frank; SOGBOSSI, Hippolyne Brice. **Estudos africanos, história e cultura afro-brasileira: olhares sobre a Lei 10.639/03**. São Cristóvão: Editora UFS, 2007, 108p.

2.7.6. Conclusão

Nesta sequência didática o professor e os alunos vão discutir sobre a pós-abolição, a cultura afro-brasileira, a sua manifestação na feira e o olhar da sociedade local. Pretende-se que os alunos observem, reflitam, discutam e posicione-se após as suas interpretações sobre a vida do pós-liberto após 1888 na sociedade atual e o legado da cultura afro-brasileira. Assim, desenvolvendo essa sequência didática espera-se que os alunos desenvolvam a terceira operação da aprendizagem histórica que correspondente a orientação. Pois, os alunos após conhecer e interpretar as experiências poderão “utilizá-los para refletir e firmar posição própria na vida concreta no presente” (2010, p. 116).

2.8. SEQUÊNCIA DIDÁTICA: Os confrontos políticos serranos na República Velha que respingavam na feira local

2.8.1. Conceitos

O termo oligarquia vem do grego oligoi, ou seja, pequeno grupo. Essa palavra grega é acompanhada dos termos arché ou kratos que designa poder, ou comando de poucos, ou oligoi. Em sua obra, “A República”, Platão vê a oligarquia como um governo voltado para poucos, hostil e enriquecimento destes em detrimento da maioria da população. Montesquieu, filósofo iluminista do século XVIII, corrobora com Platão ao afirmar que a oligarquia é um governo “uns poucos, que sucumbem à corrupção e não servem ao bem geral” (SILVA; SILVA, 2009.p. 316), cabendo a esta categoria de governo "a mácula da produção e do exercício desregrado do poder político” (LESSA, 2009, p. 1).

As primeiras experiências de regime oligárquico é o da Grécia Antiga. Entre outras cidades que tiveram o regime oligárquico, citamos a Atenas que ao passar pelo regime monárquico, adentrou ao governo oligárquico (período Arcaico, séculos VIII a VI a.C.) e durante a sua vigência realizou várias reformas legislativas de cunho popular. Entretanto, não foram suficientes, dando condições a instalação do regime tirânico que sucedeu ao democrático. Já Esparta sempre foi uma oligarquia, não evoluindo para outro regime. Outra civilização que experienciou um governo oligárquico foi Roma que durante a República (509 a.C. a 27 a.C.) esteve sobre o controle do Senado.

Portanto, segundo o Novíssimo Dicionário de Economia, o termo oligarquia quer dizer “regime político ou forma de dominação de qualquer tipo, em que o poder está nas mãos de um grupo pequeno de pessoas que dele se apossaram, exercido apenas por elementos desse grupo” (SANDRONI, 1999, p. 431). Esse grupo de pessoas, poucas no total de um país ou estado da federação de uma nação, é constituído pela elite que domina a sociedade pela política, cultural e/ou a economia.

A elite brasileira desde a independência do Brasil foi bastante unida, com ideias homogêneas. Mantivera-se assim no poder e não foi distinto após a Proclamação da República. Independentemente de quem estivesse no poder, seja civil ou militar, ela sempre articulava meios de se beneficiar, apoiar ou se colocar contra quando assim fosse oportuno e propício à ascensão ao mando político no país. Assim, ora no poder totalmente, ora nos bastidores, a elite brasileira sempre se beneficiou político e economicamente em detrimento

da maioria da população. Sendo assim, “as disputas ideológicas que marcaram os primeiros meses do regime republicano, travadas principalmente entre militares e civis, cujos projetos políticos divergiam, se consumaram favoravelmente a estes com a promulgação da carta constitucional em 1891” (VARES, 2011, p. 123). A constituição de 1891 beneficiou a elite brasileira ao privar os analfabetos do voto que seria a maioria da população, entre eles os negros libertos da escravidão que não tiveram nenhum reconhecimento e ajuda pelo trabalho árduo e sofrido em prol do desenvolvimento econômico da nação. A adoção do federalismo beneficiou as oligarquias estaduais, dando-lhes liberdade para tomada de empréstimos, criassem suas próprias leis civis, penais e eleitorais, controlassem as eleições, entre outras medidas. O povo, como sempre, ficou afastado das decisões políticas por não ter nem voz e, nem vez no Congresso Nacional.

A defesa das liberdades individuais, incutida em seus artigos, impediu que temas de interesse geral e que a própria cidadania tivesse centralidade na agenda política republicana. As discussões em torno dos problemas sociais e da participação política são praticamente abandonadas em detrimento dos interesses de pequenos grupos políticos. Em outras palavras, o povo viu-se alijado da participação nos processos decisórios, caracterizando o que alguns autores denominam de “liberalismo oligárquico”.

(...)

Na prática, o elitismo do sistema eleitoral do império persistiu, ainda que modificado, tendo em vista que a relação entre propriedade e liberdade continuou praticamente intacta durante toda a República Velha (Idem, *ibid.*, 2011, p. 124).

As oligarquias, portanto, passam a controlar o destino dos seus estados com firmeza, violência e ganância. Os poucos que a compõe, dominam e intervêm em todas as instituições públicas ao seu bel-prazer. Os aliados e obedientes serão recompensados de diversos modos; os opositores, perseguidos, maltratados e negando-lhes seus direitos.

Segundo Sílvio Romero, as oligarquias que governam os estados brasileiros são sanguessugas das finanças públicas, violentos, desonestos, perniciosos para o desenvolvimento do país. Além de explorarem a população dos seus estados com os impostos.

Com a sua divisão da população nos vinte Estados em dois grupos - o dos que governam, mandam, oprimem e dispõem para si e seus amigos ou apaniguados de todos os cargos, empregos e proventos das rendas públicas directa ou indirectamente, e - o dos adversários, verdadeiros Pariás, que ou trabalham mal ou vivem da mendicância ou da rapina; com a sua implacável política-meio-de-vida, política que não passa da symbolisação de reles e vil egoísmo, política de extorsão que fornece o gozo e o alimento a um vasto mandarinato de incapazes, cujo valor se reduz a manhas e traças para guardar as posições; com a emprego mania e

pendor para o gênero fácil e com modo de vida das carreiras officiaes, grave moléstia que de vasta a mocidade, annulla os talentos e deteriora os caracteres; com a sua incurável e devassa advocacia administrativa, sugadoiro de toda a vergonha dos governos; com as suas obras publicas, quasi todas de índole sumptuaria, decretadas pelo estado, com o duplo fim, já de calar as vociferações dum socialismo bastardo que se deixou medrar por inépcia, já de aparentar grandezas e prosperidades fingidas ao solhos das populações premidas pela miséria; com seus empréstimos repetidamente solicitados ao estrangeiro pela União, pelos Estados, pelas grandes Cidades; com suas roubalheiras chronicas na administração; com seus desfalques nos cofres das repartições fiscaes; com sua falsificação das eleições, o descaro com que os donos e senhores dos Estados oprimem os povos, sugam-nos com impostos, denegam com negregado desplante a justiça; com o dismantelo de todos os serviços públicos, nomeadamente os que se referem á instrucção, á educação e á applicação do direito; como seu abatimento geral de todas as forças ideaes, impulsionadoras da alma dos povos á segurança de altos destinos autônomos; como abatimento de tudo que não seja pedir dinheiro para gastar e mentir para fascinar, função única dos governos desta boa terra na hora 'presente, com todas essas máculas e mil outras que todas se calam por não poderem entrar num só período, o nosso querido e desventurado Brasil tem sido levado a não se parecer com povo algum da terra (ROMERO, 1910, p. 405-406).

A revolta de Sílvio Romero como se dá gestão política do país é compartilhada por outros brasileiros. Como, por exemplo, o irmão de Campos Sales, o deputado federal Alberto Sales, citado por Lessa, que se expressou assim na Câmara dos Deputados Federais:

A política divorciou-se inteiramente da moral. Governadores e Congressos firmaram entre si pactos reprováveis, esquecidos e desprezados os deveres constitucionais, para se entregarem à gatunagem e à licença, enchendo as algibeiras com o produto do imposto e afugentando os honestos com a perseguição política (LESSA, 2009, p. 3).

A crítica as oligarquias ao nível federal são direcionadas, principalmente, aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Estes, demonstraram as verdadeiras intenções dessas suas oligarquias no poder, resumidas em ganância, enriquecimento ilícito e o uso da máquina administrativa do estado para acomodar, beneficiar seus dependentes diretos, como familiares, e também amigos próximos e aliados. Os demais estados brasileiros são, em sua maioria, subalternas aos três estados citados, por ser consideradas menores e/ou pouco expressivos. Para Escobar, apud Carone, as oligarquias podem ser divididas em duas categorias: as

mais adiantados, cujas relações de produção, grupos e exigências são mais complexos, e cujos conflitos são amortecidos pelo mecanismo do partido dominante: a orientação da Comissão Central dos PRs. representa papel moderador e de combate às formas de desvio. Nos estados menos

ricos - a maioria - existem os PRs., mas o contrôle do grupo ou família é quase absoluto. O partido representa, nestas condições, vontade particular e não o equilíbrio de várias facções, o que conduz a formas políticas violentas e radicais (1972, p. 83).

Segundo Carone, apud Carone, deixa claro quem são as oligarquias que estão na primeira e na segunda categoria conforme a divisão de Escobar.

Assim, na primeira categoria, incluímos São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; na segunda, enfeixam-se todos os outros estados (...).

Apesar das diferenças existentes entre as duas categorias, certos traços são comuns ao fenômeno das oligarquias: formações de grupos mais ou menos impermeáveis; lealdade para com os chefes, companheiros e o partido; em certo grau, culto pela palavra empenhada; domínio sobre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; emprêgo de familiares e adeptos para melhor contrôle e segurança; a não-aceitação de neutralidade, obrigando todos a se definirem contra ou a favor (1973, p. 83).

Ao inserir o federalismo na Constituição, os constituintes pretendiam acabar com a centralização política que acontecera durante o Império no Brasil. Entretanto, isso não aconteceu devido à continuidade dos velhos políticos monarquistas no poder. Então, continuou no Brasil o domínio dos grandes proprietários rurais e dividindo o poder com os cafeicultores, novos agricultores, banqueiros e comerciantes paulistas. Na verdade, a Constituição foi desprezada em função dos interesses dos poucos que dominavam o poder político, não sendo assistida nem tampouco cumprida. Segundo Faoro,

a Constituição tem caráter puramente nominal, como se ela estivesse despida de energia normativa, incapaz de limitar o poder ou conter os titulares dentro dos papéis prévia e rigidamente fixados. Em lugar de contestar a federação, procura, no seu seio, conquistar a hegemonia para os Estados, dentro do esquema tradicional, servindo-se dos elementos dissidentes para reforçar suas hostes. Continuará a operar a mesma prática imperial, em que as ficções constitucionais assumem o caráter de um disfarce, para que, à sombra da legitimidade artificialmente montada, se imponham as forças sociais e políticas sem obediência às formulas impressas (...). Quem governa são as situações estaduais, as situações estaduais aptas a empolgar o poder central, as oligarquias, na voz de seus oponentes (FAORO, 2004, p. 468).

O domínio oligárquico tanto ao nível federal quanto estadual é consolidado no governo do presidente de Campos Sales (1898 – 1902) com a política dos estados como era por ele chamada. Está política, segundo Faoro, “servia, à feição, em hora oportuna, para consolidar a transferência de poder aos políticos da zona agrícola do sul e a chamada da Mata, com o afastamento do tradicional grupo da zona mineradora” (Idem, 2004, p. 565). O intuito da política dos estados ou política dos governadores, como é conhecida, dava ao presidente do

país o controle sobre o Congresso Nacional, indicar o seu sucessor⁴⁸ e as oligarquias aliadas apoiarem, minimizar a influência da oposição na política, não intervir nas questões locais dos estados e apoiar e subsidiar as oligarquias estaduais que o apoiasse. Então, a relação entre o presidente e as oligarquias de cada estado estabeleceria uma sensação de harmonia entre os poderes.

A “política dos governadores” é considerada a última etapa da montagem do sistema oligárquico ou liberalismo oligárquico, que permitiu, de forma duradoura, o controle do poder central pela oligarquia cafeeira. Esse domínio se manifestou na hegemonia política dos estados de São Paulo e Minas Gerais na indicação dos presidentes da República, a chamada “política do café-com-leite”, que vigorou até a Revolução de 1930 (DIAS, 2009, p. 1).

A intervenção por parte do governo federal em um estado, só se daria caso, segundo Rui Barbosa, citado por Faoro, “a quadrilha protegida a solicitasse, para ultimar, em nome da autonomia estadual, a servidão, a desonra e a pilhagem do Estado”. Segundo Faoro, “além do argumento extremo, as nomeações, a ajuda econômica com obras federais, os cargos ministeriais cativam as lealdades e suavizam o mundo” (2004, p. 569).

Os estados ou as oligarquias estaduais que comandam o seu estado e apoiavam o governo federal teria ajuda diante de suas necessidades, investimentos, apoio contra os políticos algozes, entre outros benefícios. Enquanto os estados que faziam oposição ao governo central não teriam ajuda nenhuma, suas representações não teriam voz e nem vez no Congresso, caso chegassem lá devido à degola e o bico de pena. Segundo Leal,

Das falsificações mais importantes dominavam as eleições da Primeira República: o *bico de pena* e a *degola* ou *depuração*. A primeira era praticada pelas mesas eleitorais, com funções de junta apuradora: inventavam-se nomes, eram ressuscitados os mortos, e os ausentes compareciam; na feitura das atas, a pena todo-poderosa dos mesários realizava milagres portentosos. A segunda metamorfose era obra das câmaras legislativas no reconhecimento dos poderes: muitos que ocupavam das ordálias preliminares tinham seus diplomas cassados na provação final (LEAL, 1997, p. 255-256).

Para se concretizar de forma prática o acordo entre as oligarquias federais (São Paulo e Minas Gerais) e as estaduais, Campos Sales alterou as regras do regimento da Comissão de Verificação dos Poderes que tratava do reconhecimento do candidato como eleito ou não.

⁴⁸ Neste caso, nos reportamos a Política do Café com Leite que foi a alternância na presidência do Brasil entre 1902 e 1930 de representantes dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Para saber mais: GUIMARÃES, José Carlos. **A política café-com-leite**. Universidade Estadual de Goiás, 18 de dez. de 2008. Disponível em: <http://www.ueg.br/noticia/6386_a_politica_cafe_com_leite>. Acesso em 15 de jul. de 2021.

Segundo o Regimento da Câmara dos Deputados, ao se instalar a nova legislatura, o candidato mais velho dos eleitos assumia interinamente a Presidência desta casa. Sua primeira medida era formar a Comissão de Verificação de Poderes. Esta se encarregava de examinar os resultados enviados pelas Juntas Eleitorais e decidir de sua legitimidade. Com a reforma introduzida pelo grupo de Campos Salles no Regimento, a Presidência Interina era ocupada pelo Presidente da antiga Câmara, se viesse a ser reeleito; do contrário, pelo mais velho deputado da antiga Legislatura. Este mecanismo garantia a vitória da situação e a “degola” dos inimigos (JANOTTI, 1981, p. 38).

A mudança do regimento que diplomaria ou não o deputado, dava ao presidente o controle daqueles que chegariam ao Congresso Nacional ou não. Sendo, é claro, que os eleitos que faziam oposição ao presidente e que não eram bem vistos, acabavam sempre “degolados”. As mesmas verificações eram feitas pela Câmara dos Deputados Estaduais, no que lhe concerne, cooptavam aqueles que apoiariam ou eram aliados das oligarquias que controlavam o estado. Sendo assim, os opositores em sua maioria “degolados”. O mesmo se davam nas Câmaras Municipais de cada município. Assim,

os governadores garantiriam a eleição para o Congresso Nacional de representantes dóceis do Presidente da República. Por sua vez, a Presidência não interferiria nas eleições estaduais. Os governadores escolheriam candidatos de sua confiança para comporem as Assembléias estaduais, garantindo a maioria situacionistas (Idem, 1981, p. 37).

Abaixo das oligarquias estaduais, ou melhor, subordinados a elas, estavam os coronéis, chefes locais que recebiam ordens, favores, ajuda para reprimir a oposição local (desde que essa também não estivesse ligada a oligarquia que estivesse no controle do estado) e investimentos para o município que impunha seu mandonismo. Estes coronéis, tiveram as suas raízes surgidas ainda na Colônia e para alguns historiadores permanecem até hoje, visto que se moldaram com as mudanças ocorridas no cenário político-social-econômico ao longo do tempo.

Segundo Nunes Leal, o termo coronelismo “é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra” (LEAL, 1997, p. 40).

A origem do coronelismo vem do poder dado pela Coroa Portuguesa as Câmaras Municipais das vilas, ou seja, aos homens bons (só a partir do século XVII que passou a se usar o termo vereador) que eram incumbidos de administrar, legislar e julgar. Sendo assim, cobravam impostos, realizavam a manutenção e limpeza da vila, faziam obras públicas, criavam regras para atividade comercial local, entre outras atribuições (idem, 1997, p. 81–86,

94) que lhes eram pertinentes e outras tantas que fugiam de suas funções devido à precariedade das comunicações e a ausência das autoridades portuguesas.

Os homens bons eram um grupo seletivo da região onde se constituía uma Câmara de Vereadores, pois, eram indivíduos ricos ou por terem cargos públicos (cargos que não impedissem o interessado de assumir um cargo na Câmara de Vereadores). Entretanto, a maioria desses eram proprietários de terras e tinham grande produção agrícola e um número expressivo de escravos em seus domínios. Segundo Janotti, “eram, pois, ‘homens de valor’, por possuírem riqueza, por conseguinte, ‘homens de posição’, por integrarem o governo das Vilas poderem dispor de um instrumento de repressão, como a Milícia” (JANOTTI, 1981, p. 17). Assim, permaneceu o senhor de terras, ou melhor, os senhores de engenho influenciando, controlando de forma autoritária e exigindo obediência de todos tanto em seus domínios quanto nas simples vilas onde exerciam suas influências políticas.

Entretanto, tal fato não é verificado nas regiões mineradoras do Brasil Colonial em função da forte presença da Coroa Portuguesa que regulava com firmeza os passos dos colonos, dos mineradores, a administração e tudo que envolvia a região onde se explorava o cobiçado metal.

Nas áreas de extração, o Estado se fazia mais presente, estabelecendo aí um rígido sistema de controle sobre a sociedade civil, com o objetivo de assegurar o monopólio sobre o ouro e diamantes. A rigorosa legislação então estabelecida exigia a presença permanente de funcionários da Coroa, impedindo a personificação do poder do Estado nos ricos minerados (Idem, 1981, p. 17-18).

Ao adentrar o Império no Brasil, os senhores de engenhos se aliam a comerciantes (que financiavam suas produções agrícolas e as exportações dos produtos de sua lavoura) e formam a futura classe dominante brasileira. Mesmo que a ascensão ao poder não tenha sido de imediato, a oposição a D. Pedro I e o interesse pelo controle político do Estado eram claros. Enquanto isso não acontecia, permaneciam controlando as eleições locais usando do seu autoritarismo, da violência e das decisões de quem seria eleitor ou não (ibid., op. cit., 1981, p. 19-20).

É somente no período regencial, com a abdicação de D. Pedro I, que proprietários de terras e/ou ricos comerciantes ganham o título tão almejado de coronel e, aí que começa a se configurar o termo coronelismo. Isto se deu a partir da criação da Guarda Nacional em 18 de agosto de 1831 por indicação do ministro da justiça Antônio Feijó.

O coronel recebe seu nome da Guarda Nacional, cujo chefe, do regimento municipal, investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre

pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe da sociedade. Ao lado do coronel legalmente sagrado prosperou o ‘coronel tradicional’, também chefe político e também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição (FAORO, 2004, p. 621-622).

O novo regime político a partir de 15 de novembro de 1889, a República, não mudaria praticamente as práticas políticas e econômicas dos pais. Primeiro, porque não extinguiria o coronelismo e, sim, alimentaria a sua continuidade e suas práticas nos municípios dos estados brasileiros. Esse continuísmo e de outras práticas, é perceptível ao sabermos que os grupos oligárquicos se manteriam no poder dos estados. A centralização das decisões, então, ficaria a cargo das duas oligarquias que comandariam os destinos a partir do governo do presidente Prudente de Morais (1894–1898) e se tornaria mais consolidado com o seu sucessor, Campos Sales (1898–1902) ao estabelecer a Política dos Governadores. Dessa forma, o povo continuou fora das decisões políticas, um grupo minoritário permaneceria no poder, apenas agregando novos grupos a minoria que tomava as deliberações políticas nos pais, a saber: os banqueiros e cafeicultores, principalmente os de São Paulo. Por fim, a economia permaneceria agroexportadora, tendo o café com carro-chefe das exportações.

Na política dos governadores, o papel dos coronéis era cooptar votos para eleger os candidatos indicados pela oligarquia estadual a qual era subordinado, obediente e dela dependia para trazer recursos financeiros, favores, investimentos, obras para o município em que dominava politicamente, solicita ajuda policial quando necessitado pelo município, auxilio as dificuldades dos agricultores e pecuaristas sejam pequenos ou grandes, entre outras relações.

O coronelismo se manifesta num ‘compromisso’, uma ‘troca de proveitos’ entre o chefe político e o governo estadual, com o atendimento, por parte daquele, dos interesses e reivindicações do eleitorado rural. As despesas eleitorais cabem, em regra, ao coronel, por conta de seu patrimônio. Em troca, os empregos públicos, sejam os municipais ou os estaduais sediados na comuna, obedecem às suas indicações. Certas funções públicas, não institucionalizadas, estão enfeixadas em suas mãos. Daí que o coronel, embora possa ser oposicionista no âmbito municipal, - coronel contra coronel – há de ser governista no campo estadual e federal (FAORO, 2004, p. 631).

O coronel, portanto, tem o apoio e a ajuda da oligarquia enquanto manter muitos eleitores sobre o seu controle, conservar a confiança e obedecer às ordens vindas da oligarquia estadual. Sobre conservar os eleitores fieis ao seu mando é importante ter uma boa relação entre ambos. Para isso, a

proteção e benevolência lhe são concedidas em troca de fidelidade e serviços reflexos (...). Não se imagine, entretanto, que entre o coronel e o simples eleitor impere a brutalidade, com o bacamarte engatilhado contra o rebelde potencial. O coronel, é, acima de tudo, um compadre, de compadrio o padrão dos vínculos com o séquito (Idem, 2004, p. 634).

A conquista e a permanência do eleitorado sob a tutela do coronel se dão, como dito, através de uma rede de favores que serão executados pela oligarquia estadual. Daí a dependência recíproca entre o coronel e as autoridades estaduais. Assim, os coronéis intermediam os pedidos de seus eleitores com os superiores, no caso, os chefes oligárquicos que controla o estado em estão os coronéis.

Os próprios funcionários estaduais, que servem no lugar, são escolhidos por indicação. Professores primários, coletor, funcionários da coletoria, serventuários da justiça, promotor público, inspetores do ensino primário, servidores da saúde pública etc., para tantos cargos a indicação ou aprovação do chefe local costuma ser de praxe (...). a influência do chefe local nas nomeações atinge os próprios cargos federais, como coletor, agente do correio, inspetor de ensino secundário e comercial etc. e os cargos das autarquias (cujos quadros de pessoal têm sido muito ampliados), porque também é praxe do governo da União, em sua política de compromisso com a situação estadual, aceitar indicações e pedidos dos chefes políticos nos Estados (LEAL, 1997, p. 65).

Estes cargos dados a muitos eleitores são, entre outros fatores e ajudas, os que mantêm a rede de relação de fidelidade entre os eleitores e os coronéis. É no período eleitoral que os eleitores retribuem esse assistencialismo, fazendo as inscrições como eleitor e no dia das eleições votando nos candidatos indicados pelo chefe local.

O processo eleitoral regulado pela Constituição estabelecia prazos para a inscrição dos eleitores. A cada eleição deveria ser feita nova lista de eleitores. Desde esse momento inicial configurava-se a influência do Coronel. Trazendo pessoas do campo para a cidade, oferecia transporte, almoços, roupas, calçados, etc. Promovia quermesses e diversões. Na impossibilidade trazê-las, enviava-lhes o formulário de inscrição, desrespeitando as normas estabelecidas (JANOTTI, 1981, p. 51).

No dia das eleições é o coronel com os seus cabos eleitorais que devem buscar o eleitorado, orientar, conduzir aos locais de votação, deixar claro que são os candidatos que devem votar. Eram os coronéis que “comandavam o ‘eleitorado de cabresto’⁴⁹ e, portanto,

⁴⁹ Nesse assistencialismo, os coronéis exigiam obediência total da população sob sua influência e esta exigência mantinha-se durante as eleições, quando os coronéis “controlavam um verdadeiro ‘curral’ eleitoral, um ‘depósito’, de votos, utilizando de acordo com os interesses do momento. Esse voto dirigido também é conhecido como o voto do cabresto, até porque não era raro o coronel recorresse à violência para ‘convencer’ o eleitorado a votar num candidato seu”. VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. História do Brasil. São Paulo: Scipione, 1997, p. 305.

eram os lédimos integrantes do pacto. Conseguiriam os votos e, em troca, reconheciam-lhes a autoridade política” (Idem, 1981, p. 37). Além disso, para garantir a eleição do seu candidato, os coronéis recorriam a diversas práticas como excluir eleitores da lista definitiva dos eleitores por saber que votariam no candidato da oposição; mandar que prendesse o eleitor por qualquer motivo banal alegando desacato, por exemplo; impor o medo com a presença dos seus capangas para intimidar os eleitores; incluir na lista de eleitores pessoas analfabetas, menores de idade, pessoas falecidas; anular as eleições; rasgar ou acrescentar votos nas urnas; destruir urnas e livros de registro, entre outras atitudes (Ibid., op. cit., 1981, p. 51-53).

No dia das eleições, muitas vezes, eram poucas às vezes que o pleito ocorria de forma pacífica. As ações, muitas vezes, truculentas dos coronéis eram constantes para garantir a vitória do candidato do grupo político ao qual pertencia.

A ação dos coronéis não se resume a zona rural e nem tampouco, como já dito, eram apenas proprietários rurais. Nas cidades, comerciantes, médicos, padres, advogados são também coronéis. Portanto, tanto na área urbana quanto na rural os coronéis agiam na captação de eleitores, como também na manutenção de seus interesses particulares. Por isso, Azevedo conceitua o coronelismo como “forma de domínio político, verdadeiro sistema, exercido principalmente no meio rural brasileiro, mas também em áreas urbanas” (AZEVEDO, 2012, p. 127).

2.8.2. Textos

As contendas políticas respingam na feira de Itabaiana¹

As disputas políticas em Itabaiana jazem desde a monarquia entre os conservadores e liberais serranos. Com o advento da República, mantêm-se as querelas entre os dois grupos políticos que se constituem no cenário tanto sergipano quanto no itabaianense: os pebas e os cabaús. “Os pebas e cabaús vieram trazer sal e pimenta à política sergipana, com reflexos em todo o Estado. Itabaiana não podia fugir do ambiente vivido” (CARVALHO, 2000, p. 215). As rivalidades desses dois grupos políticos pelo poder municipal respingavam constantemente na feira de Itabaiana, especificamente, quanto ao local de seu acontecimento. Tal situação, fica bem claro nos idos da primeira década em diante do século passado. Entre tantas ações demonstrações de poder, interesse pessoal e dos que os apoiavam, tanto por um grupo ou outro no município de Itabaiana, de vez ou outras as tomadas de decisões arbitrárias respingavam na feira local como demonstração de força contra o seu oponente que nada podia fazer, ao não ser protestar.

Desde a mudança de Itabaiana, de seu berço primário, para a nova sede, no sítio de Ayres da Rocha na segunda metade do século XVII que lentamente ao entorno da nova Igreja ao se formando um aglomerado urbano e, provavelmente, dando início a uma embrionária feira. Sabe-se que desde a monarquia, na Praça da Matriz, já se tinha um mercado de carne, onde hoje é a atual sede da Prefeitura Municipal. Segundo Carvalho (2000, p. 276), o Mercado Municipal “era de pau a pique, pequeno e abafado, proporcional ao número de habitantes que Itabaiana então possuía. Natural que nem todo mundo ficasse dentro. As demais pessoas em número não avançado, ficavam fora dele, em barracas ou debaixo de árvores”.



Fonte: CARVALHO, Vladimir Souza. A República Velha em Itabaiana, 2000, p. s/n.

Provavelmente, diante da deficiência estrutural do Mercado Municipal instalado na Praça da Matriz, o então intendente Manoel Baptista Itajahy tenha planejado a construção de novo Mercado Municipal na Praça Santo Antônio (Atual Largo Santo Antônio). Entretanto, a construção do novo mercado, também poderia ter sido pensado de modo a beneficiar o seu negócio, haja vista o mesmo gozar de um comércio em frente a referida praça. Todavia, a execução da obra só se dá no governo do intendente João Rodrigues Pereira, porém, todo o mérito é dado a Itajahy já que ele que mandava e João Pereira apenas assinava os papéis. É esse mercado erigido na Praça Santo Antônio, sob o comando do chefe político Itajahy que se deu início as contendas entre este, chefe do cabaús em Itabaiana, e o grupo político de oposição, os pebas lideradas por José Sebrão de Carvalho. Enquanto os cabaús insistiam na permanência da feira em um novo local, ou seja, na Praça Santo Antônio, as pebas queriam que a feira continuasse a funcionar no local de origem, na Praça da Matriz (hoje, Praça Fausto Cardoso).

A razão não se prendia a nenhum motivo de crescimento da cidade, nem de estratégia urbanística. Apenas os comerciantes pebas se localizavam, em maior número, na Praça da Matriz, enquanto que os comerciantes cabaús apareciam em maior escala na Praça S. Antônio, enquanto com um reforço importante: a farmácia de Itajahy ficava nessa praça, ao lado de sua casa. O tempo daria vitória aos cabaús, com a feira, de uma vez por toda, ficando no Largo Santo Antônio (Idem, 2000, p. 299).



1



2

1. ANDRADE, Percílio da Costa.. Mercado Municipal, na Praça da Matriz: década de vinte do século XX.. In: **Álbum de Itabaiana**. Org. Vladimir Souza Carvalho; Robério Barreto Santos. Itabaiana: [s.n.], 2013, p. 110.

2. CUNHA, Miguel Teixeira. Mercado Municipal, na Praça da Feira, hoje Largo Santo Antônio: primeira década do século XX.. In: **Álbum de Itabaiana**. Org. Vladimir Souza Carvalho; Robério Barreto Santos. Itabaiana: [s.n.], 2013, p. 23..

Em face da queda vertiginosa de Itajahy após anos de controle não só de Itabaiana, como nos fins da primeira década do século passado de todo Sergipe e, ascensão de Coronel Sebrão apoiado por Rodrigues Doria, o mercado dos cabaús foi demolido em 1918 em favor da construção de um novo Mercado Público na Praça da Matriz.



Demolição do mercado dos cabaús, na Praça Santo Antônio em 1918.

Fonte: **Álbum de Itabaiana**, 2013, p. 24

Na quebra de braço, os pebas demoliram o mercado erigido pelos cabaús e levantaram um novo, na Praça da Matriz, onde a feira passou a funcionar a partir de 1919 (BISPO, 2013, p. 140), representando o seu poder e os interesses de seu grupo político em detrimento dos interesses dos cidadãos serranos.



Mercado dos pebas, na Praça da Matriz nos fins da primeira década do século XX .

Fonte: Álbum de Itabaiana, 2013, p. 25.

Enfim, entre os anos de 1908 a 1927, as querelas políticas e o mandonismo imperaram em Itabaiana, e um exemplo clássico, como exposto acima, foi as insanas mudanças do local da atuação da feira em função dos interesses de determinado grupo no poder. Sendo assim, entre 1908 a 1918 a feira funcionou na Praça Santo Antônio, em “benefício” aos cabaús e de 1918 a 1927 a feira funcionou na Praça da Matriz em “benefício” aos pebas (Idem, 2013, p. 145).

Referências bibliográficas:

BISPO, José de Almeida. **Itabaiana, nosso lugar: quatro séculos depois**. Aracaju: Infographics, 2013, 268p.

CARVALHO, Vladmir Souza. **A República Velha em Itabaiana**. Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2000, 718p.

CARVALHO, Vladmir Souza; SANTOS, Robério Barreto. **Álbum de Itabaiana**. Itabaiana: [s.n.], 2013, 172p.

¹Esse texto faz parte dos resultados do trabalho de conclusão da dissertação de mestrado que será defendida em breve, a feira e o ensino de história: proposta de elaboração de caderno de sequências didáticas partir da feira de Itabaiana/SE, Mestrado Profissional em Ensino de História.

2.8.3. Vídeos

BUENO, Eduardo. **A República café com leite**. Duração: 21min42seg. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=coPUSFeO83E>>. Acesso em 12 de fev. de 2021.

Coronelismo: no passado e em novas formas. Duração: 25min11seg. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZXEFnSy2uzk&t=176s>>. Acesso em 12 de fev. de 2021.

NOVO TELECURSO. **O coronelismo e o mundo rural**. História - Ens. Fund. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NnEFzhMWOJc&t=168s>>. Acesso em: 12 de fev.

2021.

2.8.4. Atividades

Objetivos

Discutir o conceito de oligarquia e coronelismo.

Discutir as implicações das oligarquias na política durante a República Velha.

Conhecer como se davam os processos eleitorais nas esferas federais, estaduais e municipais durante a República Velha, evidenciando a política dos governadores e o coronelismo.

Refletir sobre a política local e os desmandos na feira local.

Metodologia

Discussão em classe, análises de vídeos e textos, atividade escrita e pesquisa em grupo ou individual.

Tempo estimado:

5 horas/aulas (5 aulas de 50 minutos cada)

Em que momento pode ser trabalhado:

Essa sequência didática pode ser trabalhada no 9.º ano do Ensino Fundamental e/ou 3.º ano do Ensino Médio, guardada as devidas proporções, já que fazem do currículo da disciplina de História. Nessa sequência o professor trabalha os conteúdos referentes a política na República Velha, as oligarquias e o coronelismo.

Desenvolvimentos:

Módulo 1:

Agora, o professor deve estimular os alunos a falarem o que entendem de oligarquia e coronelismo. Em seguida, apresentar os conceitos de oligarquia e coronelismo e discutir este tema com a turma. Em seguida, discutir na sala de aula sobre a política das oligarquias na República Velha representada ao nível nacional pelos estados de São Paulo e Minas Gerais e ação das oligarquias estaduais. Ambas ligadas pela política dos governadores consolidada pelo presidente Campos Sales. Após a discussão, exibir o vídeo sobre a República do Café-com-Leite. Enfim, debater com os estudantes sobre a política na República Velha e suas características.

Módulo 2:

Nesta etapa, o professor inicia a aula, apoiado no texto sobre as brigas políticas na República Velha em Itabaiana, dar a voz ao aluno para comentar sobre a política local nesse período, o que já ouviram falar, etc. O passo seguinte é expor para os alunos, fotos da época que retratam a feira de local na República Velha e, em seguida, a partir das fotos-documentos discutir sobre a ação da política sobre a feira e suas razões e consequências. Ao final, propor aos alunos que pesquisem sobre o coronelismo em Itabaiana.

Módulo 3:

Nesta etapa, começar a aula questionando aos alunos sobre o que foi o coronelismo. Após isso, apresentar os conceitos propostos nesta sequência didática e trata sobre a ação do coronel na política local e a sua importância para a permanência das oligarquias estaduais e a manutenção da política dos governadores. Em seguida, assistir aos vídeos sobre o coronelismo no passado e hoje. O passo seguinte, é discutir sobre as permanências e mudanças na política e, principalmente sobre o coronelismo atual. Por fim, pedir que o aluno tome uma posição sobre o tema, exposta numa lauda, trazendo críticas e sugestões para mudar ou permanecer a depender de suas conclusões.

2.8.5. Para saber mais sobre o tema:

DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação**. Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, PROEX/CECAC / Programa Editorial, 1987.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O coronelismo: uma política de compromisso**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, 85p.

MENDONÇA, Carlos. **A Itabaiana Grande de Euclides e Manoel Teles**. Aracaju: Info Graphics, 2014, 342p.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

SANTOS, Antônio Carlos dos. **Itabaiana: entre a atividade comercial e as paixões políticas**. Cadernos UFS: História/Universidade Federal de Sergipe – V. 4 Nº 5, (1997-2003), jan. /dez. São Cristóvão: Editora UFS, 2003, p. 23 – 42.

2.10.6. Conclusão

Esta sequência didática se propõe em discutir a política na República Velha no Brasil e, usando com exemplo, a intervenção nesse período do coronelismo na feira em Itabaiana-SE. Nessa sequência, vamos discutir o período histórico em que Brasil foi governado por

oligarquias ao nível nacional e estadual que se mantinham no poder pelo controle que exerciam sobre as eleições e alianças na chamada política dos governadores e subalternos as oligarquias estaduais estavam os coronéis que mantinham eleitores sobre o seu controle por diversas maneiras. Segundo Seffner, é tarefa importante do ensino de história possibilitar que os alunos reconheçam, nas diferentes conjunturas históricas, os esforços de mudança e permanência (2019, p. 169). Sendo assim, é importante que o aluno conheça o que mudou ou se mantém na política brasileira. Outrossim, a tomada de posição, argumentação e proposta sobre a situação atual é identificada em um aluno que desenvolve a aprendizagem histórica de orientação, haja vista ter a condição mediante a leitura do passado e do presente, assumir opinião e agir. Pois, para Rüsen “a competência histórica de orientação é a capacidade dos sujeitos de correlacionar os modelos de interpretações, premissas de experiência e saber, com seu próprio presente e com sua própria vida, de utilizá-los para refletir e firmar posição própria na vida concreta no presente” (RÜSEN., 2010, p. 116).

2.9. SEQUÊNCIA DIDÁTICA - A feira aderiu ao mundo globalizado?

2.9.1. Conceito

O termo globalização se atribui normalmente as mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais no mundo graças a revolução tecnológica nos últimos tempos. A rapidez na produção industrial, nas comunicações, nos transportes representa essa nova etapa das relações entre os povos. Sendo assim, fica mais comum a partilha de um mesmo pensamento, notícia ou de um produto. Por isso, Sandroni conceitua globalização como sendo “o fim das economias nacionais e a integração cada vez maior dos mercados, dos meios de comunicação e dos transportes” (SANDRONI, 1999, p. 265).

O conceito de globalização teve uso pela primeira vez, por volta de 1980 e já nos fins destas décadas e no início de 1990, o termo já era empregado em dois sentidos: “positivo: descrevendo o processo de integração da economia mundial e o segundo, prescrevendo uma estratégia de desenvolvimento baseado na rápida integração com a economia mundial” (Prado, 2006, p.2).

Barbosa, define globalização como “um sistema econômico nos quais muitos países estão integrados através de atividades produtivas, comerciais e financeiras, contando com amplas redes de comunicação, que dinamizam as decisões e os negócios” (BARBOSA, 2011, p. 88). Também, como olhar socioeconômico, Prado a define como um “processo de integração de mercados domésticos, no processo de formação de um mercado mundial integrado” (PRADO, 2006, p. 4).

A propagação desse termo advém da modernização dos transportes, da tecnologia, da comunicação e do desenvolvimento das relações comerciais que construiriam a ideia de tudo está na palma da mão de cada indivíduo independente do lugar em que se encontrar.

O comércio global está a cada dia mais desenvolvido do que os anos anteriores a década de setenta do século passado, abrindo as fronteiras dos Estados e a perda do controle dos governos sobre os acontecimentos advindos da mundialização. Entretanto, ela vai além da atividade financeira, pois, age sobre a sociedade (dentro dela, por exemplo, mudando a organização tradicional das famílias; as lutas por direitos, igualdade das mulheres e negros), a cultura e a política. Segundo Giddens, “trata-se de uma revolução global na vida corrente, cujas consequências se estão a fazer sentir em todo o mundo, em todos os domínios, do local de trabalho à política” (2000, p. 24).

A globalização fragiliza e, em simultâneo, fortalece os países inseridos na relação global. Problemas antes simples, podem tomar proporções gigantescas no país e, adversidades complexas, chegam a ter contornos fáceis. Ainda, ela reascende as identidades culturais e as lutas nacionalistas em diversos países.

Esta nova fase de integração dos povos, cria relações econômicas e culturais que agem dentro e fora das nações beneficiadas pela tecnologia, com número de empresas multinacionais que detém e que fundem a cultura de seus países de origem e, além de monopolizar as decisões neoliberais que desestabilizam a finanças dos países em desenvolvimento.

Essa nova maneira de contato entre os povos, gera a dominação de poucos países sobre a maioria restante do globo. Entre estes, estão os Estados Unidos que através das suas multinacionais, influenciam o modo de vestir, comer, viver, pensar, entre outras, representado por marcas como a Coca-Cola, McDonald's, CNN, Apple, IBM, Google, Johnson & Johnson, etc. Na Europa, podemos citar os países da Europa Ocidental (Nestlé – Suíça; Peugeot – França; Volkswagen – Alemanha; Danone – França; Fiat – Itália, etc.) e na Ásia, o Japão (Toyota, Sony, por exemplo). Esses países hegemônicos mantêm-se aliados “no chamado “Consenso Neoliberal ou Consenso de Washington, espécie de pacto dos Estados centrais da economia mundial que age de forma a poder emanar prescrições favoráveis a estes mesmos em relação dos demais Estados” (FILHO, 2005, p. 5).

Enquanto mantêm o controle e a supremacia do comércio global, os países hegemônicos do planeta afastam os países em desenvolvimento (Entre eles: Brasil, China, México, Índia, Cingapura, Coreia do Sul, Argentina, Turquia, Indonésia e Taiwan.), afastados das decisões referente ao mercado mundial,

A barreira tem por finalidade que estes permaneçam cada vez mais em situação de dependência econômica, social e cultural; pode-se citar como exemplo clássico os medicamentos onde os grandes laboratórios retêm a cura de doenças, a fim de manter vínculo de supremacia e superioridade com os países em desenvolvimento (caso da AIDS) (SOUSA, 2011, p. 5).

A incorporação de novas tecnologias de ponta para fabricar os produtos de maneira acelerada e bem-feita, essas multinacionais buscam sempre por novos lugares que lhe proporcione vantagens econômicas. Sendo assim, observa-se que essas empresas buscam em diferentes regiões do planeta, países que forneçam isenções fiscais e infraestrutura com condições de produzir muito com poucos gastos, com intuito de obter mão-de-obra e matéria-prima barata. Os países que recebem essas empresas estão em desenvolvimento que “passam

a produzir peças e componentes de produtos montados nas nações centrais do Capitalismo, criando, assim, uma desigualdade de tarefas e lucros em um mesmo sistema de produção” (SILVA; SILVA, 2009. p. 170).

Entretanto, os países em desenvolvimento exercem influências culturais, sociais e tecnológicas na aldeia global, contrariando a lógica de dominação implantada pelos países hegemônicos (já citados acima) que centraliza em suas mãos o controle das mudanças sócio-econômico-político-cultural. A respeito disto, Giddens, diz que

isto é verdade tanto em relação ao sistema financeiro global como às mudanças que afetam a natureza da própria governação. Pode-se-ia dizer que estamos perante uma ‘colonização ao contrário’, cada vez mais evidente. A colonização ao contrário quer dizer que há países não ocidentais que estão a influenciar o curso dos acontecimentos no Ocidente. Os exemplos abundam: a laticinização de Los Angeles, a emergência de um setor de alta tecnologia de orientação global na Índia, ou a venda de televisão brasileiro a Portugal (2000, p. 26.).

A globalização impõe nova organização trabalhista aos diversos países conforme os interesses e benefícios financeiros para as multinacionais e seus investidores. Entretanto, para os países em desenvolvimento “o livre mercado amplia o número de desempregados, de trabalhadores informais e de subempregados sem garantias sociais (...)” e “a anulação de benefícios salariais, a instabilidade salarial, os empregos temporários e a deterioração generalizada da qualidade de vida” (Ibid., 2009, p. 172).

Então, a globalização tem seus efeitos nocivos à sociedade mundial, principalmente àquelas que estão localizados nos países em desenvolvimento. Segundo, Souza, ela traz

consequências negativas, como o crime organizado, paraísos fiscais, tráfico de pessoas, de mercadorias, de entorpecentes e órgãos, e de baixos salários. Referidas características tornam-se mais presentes entre os países emergentes, onde o grau de dependência com países desenvolvidos pode levar sobremaneira a amplo desemprego, formação de grandes bolsões de ignorância e miséria, de grandes desigualdades sociais, acarretando sociedades desequilibradas econômica e socialmente (SOUZA, 2011, p.4).

Ainda, segundo Joseph Stiglitz, apud Souza, acrescenta outros pontos negativos da globalização, como

as regras impostas aos demais países que não como se fazer serem ouvidos, ficando cada vez mais excluídos de sua própria sociedade e país. Exemplificando, primeiro, têm-se o fato de que o único país no FMI que tem poder de veto são os EUA; segundo, todos os presidentes do Banco Mundial foram designados pelo presidente dos EUA, assim, resta claro, que a globalização é a forma maquiada dos EUA impor sua vontade soberana (2011, p. 6).

Ainda, segundo Souza, a globalização também traz elementos positivos para o globo. Entre elas “a diminuição de barreiras geográficas, políticas e econômicas, a criação de uma única moeda, maior fluxo de capitais, pessoas e mercadorias, aproximando sobremaneira as pessoas de diferentes regiões do mundo” (Ibid., 2011, p. 4). Entretanto, para Joseph Stiglitz, citado por Souza, o único ponto positivo da globalização são os “benefícios para as grandes potências” (ibidem, op. cit., 2011, p. 6). Para Filho, a “globalização seja positiva ou negativa para todas as nações, mas, já é certo que não é igualitária posto que as economias devem abrir-se ao mercado global e os preços locais passam a ser influenciados pelos preços internacionais” (2005, p. 3).

No entanto, apesar do crescimento da globalização econômica, por um lado, levar ao enriquecimento de determinados setores capitalistas, como as multinacionais e os investidores nacionais em cada país, por outro, gera camadas cada vez maiores de marginalizados, desempregados e subempregados, estando assim longe de integrar toda a população mundial nas vantagens da sociedade de consumo. Segundo Santos, apud Filho,

a globalização econômica, respeitante ao consenso econômico neoliberal, se estabelece sob três inovações institucionais:

- 1) restrições drásticas à regulação estatal da economia;
- 2) novos direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros, inventores e criadores de inovações susceptíveis de serem objeto de propriedade intelectual;
- 3) subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais tais como o Banco Mundial, o FMI e a Organização Mundial do Comércio (2005, p. 3).

Para Giddens, apud Filho, a globalização é “a intensificação das relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice-versa” (2005, p. 3–4). Dessa forma, a globalização não se concentra apenas na esfera econômica. Ela conecta todo o mundo e os acontecimentos locais se tornam globais. Todos agora passam a vivenciar o modo de vida, o jeito de ser e os problemas se tornam mundiais, ou seja, a globalização faz desaparecer as linhas fronteiriças. Tudo se torna próximo. Segundo Ortiz,

As oposições local/nacional, nacional/global, local/global, ancoravam-se nas existências de pólos antagônicos. Do ponto de vista da nação ou da região, a globalização seria algo exterior às suas fronteiras. Entretanto, ao dizer que as partes são atravessadas e redimensionadas pelo seu fluxo, essas antinomias se rompem. O cotidiano não se limita à esfera do local, ele é o pressuposto para a existência de qualquer cultura. Neste sentido, a modernidade-mundo somente se realiza quando se “localiza”. Para se materializar enquanto cultura mundializada, ela deve exprimir-se na cotidianidade dos hotéis, ferrovias, aeroportos, supermercados,

shopping-center, nos filmes e painéis de publicidade. Isso significa que o espaço no qual circulam as pessoas é atravessado por forças diversas. Local, nacional, mundial, não são unidades autônomas, elas se entrelaçam, determinando o quadro social das espacialidades (2009, p. 249).

Por isso, Brigagão e Rodrigues conceituam a globalização como sendo um “fenômeno que consiste em múltiplas e rápidas interações entre indivíduos, empresas, ONGs e Estados, facilitado pelas novas tecnologias, gerando novas realidades e alterando o curso do processo civilizatório mundial” (2004, p. 137).

A globalização consiste na criação de uma rede de mercado onde há a presença em toda parte do globo de produtos de diversos países, uns consumidos mundialmente, como a Coca-Cola, sanduíches e os sorvetes da McDonald’s e/ou ainda o iogurte Danone, entre outros. Muitos destes podem ser adquiridos em diferentes espaços de comercialização (Shoppings, lojas, supermercados, hipermercados, galerias, feira, etc.), facilitados pelas formas de pagamento, entre elas cartões de crédito, Pix, boletos, crediários, entre outros. A comercialização dos produtos hoje no mundo une o velho e o novo, eles coexistem e facilitam a venda e a compra de mercadorias segundo a necessidade e a escolha de cada indivíduo.

A economia globalizada segue os princípios do neoliberalismo que defende a liberação do comércio mundial, o fim do protecionismo, diminuição da intervenção estatal na economia e a privatização de empresas estatais. Enquanto essa política gera problemas sociais e econômicos nos países em desenvolvimento como desemprego, aumento da pobreza, diminuição salarial e perda de benefícios dos trabalhadores, elevação da desigualdade social. Estas consequências têm sido negligenciadas pelos Estados e, o pior, não tentam resolvê-las pela sua subalternidade, entre outras razões, aos países hegemônicos.

A ideologia do capitalismo na atual fase da globalização é o neoliberalismo.

Este propõe como políticas:

- a) a razão de ser da economia não é o desenvolvimento (de todos os aspectos), mas apenas o crescimento econômico;
- b) o Estado é despojado do poder de garantir o mínimo de bens que todo o cidadão necessita e merece pelo fato de ser pessoa;
- c) eliminam-se programas de oportunidades para todos, abrindo-os apenas a grupos determinados;
- d) privatizam-se empresas por se determinar que é melhor para todos;
- e) as fronteiras são abertas ao comércio e os pequenos produtores ficam sem proteção suficiente;
- f) corta-se o investimento social com o objetivo de pagamento da dívida externa;
- g) a gestão do dinheiro público é reduzida;

- h) eliminam-se os obstáculos que as leis que protegem os trabalhadores poderiam causar;
- i) tira-se o encargo tributário e a obrigação com o meio ambiente dos grupos poderosos que são protegidos para que seja acelerada a industrialização (SILVA, 2010, p. 1-2).

Também, a globalização influencia social e culturalmente os indivíduos nos diversos países do globo. Isto em virtude, principalmente do uso da tecnologia e, entre elas, a internet que conecta tudo a todos. Além da possibilidade de compras, conhecer pessoas, cultura, sociedade, modo de ser, agir e pensar de outros países. Há a troca de ideias. Facilita a discussão, manifestações de diferentes povos sobre temas globais, como desmatamento, efeito estufa, aquecimento global, doenças infecciosas, entre outros assuntos.

Por fim, a globalização apresenta um quadro em que os países ricos impõem suas mercadorias, influenciam na economia, na organização trabalhista e na política dos países pobres. Não observando se é prejudicial à população dessas nações. Estes, então, findam obrigados a acatar de forma incondicional.

2.9.2. Textos

Globalização e as feiras

A globalização é um fenômeno socioeconômico que atinge o mundo inteiro e evidencia intercâmbios entre os lugares no âmbito do capitalismo. Assim, refletir sobre a globalização é levar em conta a relevância de tal processo na transformação das localidades, sobretudo no que diz respeito a forças oriundas do sistema de mercado capitalista (...).

A título de contextualização, no entanto, podemos dizer que a globalização teve início com o advento das grandes navegações do século XV e XVI, não obstante ser símbolo relevante à sua compreensão a constatação da ampliação de mercados pelo mundo a partir da queda do muro de Berlim em 1989. Grandes empresas internacionais, de todo modo, encontraram liberdade para a expansão de seus territórios de atuação, especialmente impulsionadas na segunda metade do século XX (...).

(...) A economia e a cultura mundial passam a conduzir os interesses sociais dos diversos lugares do globo e a imprimir movimentos amplos de transformação da paisagem conforme determinações do mercado (...). Influencia, portanto, as escalas imediatas da vida social.

É nessa medida que nos deparamos constantemente com símbolos, marcas e contrastes da globalização, já que estamos sendo cada vez mais influenciados e dependentes das coisas, conteúdos e movimentos “globalizados” (...).

[....]

(...). Em suma, as transformações que ocorrem atualmente no espaço geográfico são devidas ao processo de internacionalização do capital (globalização) e/ou meio técnico-científico-informacional. A globalização está presente em todos os locais do mundo, disseminando a sua lógica capitalista e tornando, de certa forma, os lugares mais desiguais e competitivos. As empresas brigam pelos lugares, pelos consumidores e com grandes e pequenos comerciantes, dividindo os territórios e utilizando como ferramentas de atuação a modernização e a técnica.

[...]

(...) A feira, nesse caso, procura adaptar-se à contemporaneidade, aderindo às técnicas e organizações mais modernas para sobreviver à globalização (FIRMINO, 2016) (...).

[...]

A noção de feira está ligada em geral ao entendimento de um espaço tradicional de troca de mercadorias e de culturas. Nesse sentido, constitui-se historicamente como lugar de encontro para a realização da dinâmica econômica de uma região ou país. A feira, ou mercado periódico, é um lugar público onde as pessoas mostram e comercializam os seus produtos em um local aberto, sendo palco de movimentos que provocam grandes transformações na paisagem e no espaço geográfico, envolvida em fluxos de mercadorias, pessoas e informações advindos de várias regiões ou até mesmo de outros países.

No entanto, a feira pode incorporar ao mesmo tempo aspectos de trocas modernas e de trocas tradicionais. É nesse sentido que a regionalidade se apresenta do ponto de vista das identidades culturais – embora este não seja o nosso foco, vale alertarmos que antes de ser um espaço de trocas meramente econômicas, é também a feira um espaço de intercâmbios culturais.

[...]

A feira, então, é a integração de vários mercados, sendo organizados em um espaço em certo período do tempo reunindo as atividades humanas (culturais e econômicas), variando os seus fluxos as singularidades regionais.

[...]

A feira, então, é a integração de vários mercados, sendo organizados em um espaço em certo período do tempo reunindo as atividades humanas (culturais e econômicas), variando os seus fluxos as singularidades regionais (...).

[...]

(...). Hoje em dia, mesmo em tempos de globalização, a feira mantém a mesma essência, porém, estão mais envolvidas e dependentes de questões políticas, econômicas (global e local) e sociais, também estando presente em vários países do mundo.

[...]

(...) as feiras desempenham, além de uma importância local para a cidade, um papel de intercâmbio e integração (...).

O núcleo urbano da cidade possui relação com as feiras nela inseridas, pois se trata de uma relação de troca (...).

[...]

A globalização está nos nossos dias, palavras da moda, máquinas, roupas da moda, sendo um processo que afeta a todos na mesma medida. Podemos observar no setor D, várias roupas, bonés, bolsas, calçados que imitam grandes marcas internacionais e modelos que estão “na moda”. A globalização se insere, nesse caso, através da imitação dos produtos

onde, de acordo com Silveira (2004, p.6), os comerciantes do Circuito Inferior munidos de informações globalizadas, quase que instantâneas, tem uma maior possibilidade de exercer um consumo mais “sofisticado” através da imitação de produtos “da moda”.

[...]

A globalização está inserida nos espaços, no território e nos objetos técnicos construídos pelos homens (SANTOS, 2009) (...). Nesse sentido, os instrumentos de trabalho contam sobre a evolução histórica das técnicas no espaço, entre “tempos lentos e hegemônicos” que são resultados de modernizações seletivas que ocorrem no território (SANTOS, 2008a, p.95).

Os produtos importados e eletrônicos mostram uma ligação global-regional-local que as redes atualmente propiciam (...).

O sistema de medidas utilizados pelos feirantes também são variados através de seus instrumentos de trabalho (...).

Portanto, atualmente não há uma separação da rede global com a rede local no espaço, pois essa última sofre influência da rede global advinda da economia e da política que seguem a racionalidade da globalização, conforme afirma Santos (2009, p.279). Em meio a técnicas mais modernas, o setor tradicional sofre desvantagens quanto a isso. Porém, a feira se reinventa para se adaptar as novas realidades do meio técnico-científico-informacional, aparecendo novas normas de compras, objetos, mercadorias e tipos de fluxos que possibilitam mudanças sócio-espaciais.

[...]

A globalização está presente em todos os lugares e sua forma espacial é o meio técnico-científico-informacional; ela também modifica o espaço por meio da técnica e da informação. Os circuitos da economia urbana dividem os territórios entre o setor tradicional e o setor moderno e, no entanto, se articulam estes mesmos setores em direção à modernização capitalista. As feiras são pilares econômicos principalmente para as pequenas cidades, pois, são centros econômicos regionais, mas também usufruindo de objetos técnicos para se adaptarem a essa era de intensificação da globalização.

[..]

SANTOS, Emerson Lopes dos. **Globalização, feira livre e ensino de geografia em Delmiro Gouveia-AL**. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas. Delmiro Gouveia – Alagoas, 93p., 2017.

2.9.3. Vídeos

PETERLINI, Marlon. **Fim da Guerra Fria e Globalização**. 2020. (24:35). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8maUfBIYgRk>>. Acesso em: 03 de mar. 2021.

2.9.4. Atividades

Objetivos:

Conceituar o termo globalização.

Discutir com os estudantes sobre os efeitos da globalização na sociedade, dando ênfase aos resultados no trabalho.

Tratar sobre os argumentos que defendem e criticam a globalização.

Pesquisar sobre os efeitos da globalização na feira local.

Metodologia:

Discussão em classe, análises de vídeos e textos, atividade escrita e pesquisa em grupo ou individual.

Tempo estimado:

4 horas/aula (4 aulas de 50 minutos cada)

Em que momento pode ser trabalhado:

Esta sequência didática pode ser trabalhada no 9.º ano do Ensino Fundamental e/ou 3.º ano do Ensino Médio, guardadas as devidas proporções, já que fazem parte do currículo escolar. Nessa sequência, o professor trabalha em sala de aula o tema, globalização: conceitos, desenvolvimento histórico, pontos negativos, positivos e seus efeitos ao nível mundial, nacional e local.

Desenvolvimento:

Módulo 1:

Nesta sequência didática o professor deve iniciar a aula usando o método de tempestade de ideias. Dessa forma, o aluno deve escrever uma lista de cinco palavras que associe a globalização. Assim, terá uma ideia do que o aluno pensa o que é globalização. Essas palavras após citadas pelos alunos, deve ser escrita na lousa para que o aluno tenha uma visão geral do que pensam do tema. Em seguida, para começar a discussão sobre o tema, questioná-lo: Por que essas palavras representam a globalização? Você vive numa cidade globalizada? A feira local está globalizada? Onde podemos encontrar indícios da globalização na feira local? Após encerrada a discussão, debater o texto sugerido nessa sequência didática. Propor que escrevam sobre a sua nova visão da globalização.

Módulo 2:

Nesta etapa da sequência didática, o professor deve estimular os alunos a falarem sobre o seu conceito de globalização. Em seguida, apresentar os conceitos de globalização discutidos nesta sequência e após discutir com a turma. Em seguida, debater com a turma a respeito do desenvolvimento histórico da globalização, as ações de modo geral e individual da globalização na vida das pessoas, as consequências negativas, positivas e o controle de poucos países sobre o mercado globalizado. Por último, dividir a turma em dupla ou grupo (fica a critério do professor) deverá pesquisar e registrar os indícios da globalização na feira local. Enfim, questionar: o que vocês pensam da globalização? Quais os seus pontos positivos e negativos? Qual o seu impacto sobre cada um?

Avaliação:

1. Apresentar narrativas e fotos que evidenciam a presença da globalização na feira local.

2.9.5. Para saber mais sobre o tema:

CASTRO, Ramón Peña. **Globalização**. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Disponível em: < <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/glo.html#topo>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

7.9.6. Conclusão

Esta sequência didática se propõe em discutir a globalização: conceitos, atuação nos países, aspectos positivos e negativos, sua presença sobre a feira local. Sendo assim, ao aluno se posicionar sobre o tema, argumentar, criticar, expor suas ideias, estará reconhecendo a si como sujeito histórico e detentor de um saber histórico com condições de compreender a atualidade e atuar nas mudanças sociais necessárias com perspectiva de um futuro melhor. Esse posicionamento, é identificado no aluno pelo desenvolvimento da competência histórica de orientação a situação atual é identificada em um aluno que desenvolve a aprendizagem histórica de orientação, haja vista ter a condição mediante a leitura do passado e do presente, assumir opinião e agir. Pois, para Rüsen “a competência histórica de orientação é a capacidade dos sujeitos de correlacionar os modelos de interpretações, premissas de experiência e saber, com seu próprio presente e com sua própria vida, de utilizá-los para refletir e firmar posição própria na vida concreta no presente” (RÜSEN, 2010, p. 116).

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Mercado Municipal. CUNHA, Miguel Teixeira. Aspecto da Rua da Praça, depois Praça da Matriz, hoje Praça Fausto Cardoso: início do século XX. In: **Álbum de Itabaiana**. Org. Vladimir Souza Carvalho; Robério Barreto Santos. Itabaiana: [s.n.], 2013, p. 12.

A proposta deste caderno de sequências didáticas não se conclui aqui e nem tão pouco nessas sugestões refletidas sobre a história a partir da feira livre. Pelo contrário, é o pontapé inicial para ser pensada e trabalhada em sala de aula no ensino de história essa temática, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. A esta, cada professor interessado pode adaptar a sua realidade e a de seus alunos, sempre partindo do conhecimento trazido pelo aluno para a sala de aula. Deste conhecimento do aluno, da sua realidade que a conexão entre presente e passado se darão a partir da feira e de determinados conteúdos/temas dos exigidos no currículo da disciplina História. Além do uso da feira livre como objeto para a aprendizagem histórica do aluno, o professor poderá usar de outros meios como o livro didático, slides, filmes, fotos, monumentos, documentos e visitas à feira.

Essa proposta foi a maneira que pensamos em contribuir para o desenvolvimento da consciência histórica do aluno para a sua formação crítica e participativa na sociedade. Além de prover da condição de conhecer o seu presente e ainda, contribuir para uma relação de identidade e preservação com o seu patrimônio cultural imaterial e sentimento de pertencimento ao local.

REFERÊNCIAS

ALI, Vanessa Priscila Mamed. **As feiras livres associadas aos mercados públicos de Recife e os sistemas de organização**. 2013. 123 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. Disponível em: < <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/4671> > Acesso em: 02 de jun. 2020.

ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e. **Fazendo a feira: estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=158940> Acesso em: 02 de jun. 2020.

AQUINO, Silvia Lima de. **Considerações sobre o conceito de civilização em Norbert Elias**. 2012, Revista Espaço Acadêmico, 12(138), 138-148. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/17872>>. Acesso em 08 de jun. de 2021.

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. **Continuidade e descontinuidade no contexto da globalização: um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1986-2007)**. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/19709>> Acesso em: 02 de jun. 2020.

ARTE. **Dicionário Etimológico: Etimologia e Origem das Palavras**, 2021. Disponível em: <<https://www.dicionarioetimologico.com.br/arte/>>. Acesso em: 23 de jun. de 2021.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos**. Col. Rodrigo Lacerda. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lexilon, 2012, 923p.

BARBOSA, Andréia Cristina da Silva. **Riqueza que mexe com os sentidos: feira livre de Senhor do Bonfim**. Salvador, 2013, 136p. Dissertação (Pós-Graduação) Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12935>>. Acesso em: 12 de jun. de 2021.

BARBOSA, Marcos. **Atualidades para concursos públicos, ENEM e vestibulares**. São Paulo: Saraiva, 2011, 263p.

BARBOSA, Michele Tupich. **Do antigo Oriente Próximo a Roma: uma abordagem da antiguidade**. Guarapuava: Editora Unicentro, 2009, 91p. (História em Construção)

BARROS, José D'Assunção. **A historiografia e os conceitos relacionados ao tempo**. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/8336>> Acesso em: 28 de abr. de 2020.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas – uma introdução aos seus usos historiográficos**. Simpósio Temático sobre Fontes Históricas. ANPUH RJ, 2019, p. 1-17. Disponível em: <<https://sigaa.ufrj.br/sigaa/verProducao?idProducao=2301689&key=bbebbb06a6d3b12a83c173df02b98e3f>>. Acesso em 02 de jun. de 2021.

BASE CONCEITUAL DO ARTESANATO BRASILEIRO. BRASILIA, 2012, 66 p. Disponível em:< <https://manosdeartesano.files.wordpress.com/2013/06/base-conceptual-del-artesano-brasileiro.pdf>. >. Acesso em: 23 de jun. de 2021.

BELMONTE, Alexandre. Reflexões sobre a Antiguidade da América: o altiplano andino como caso paradigmático. **NEARCO: Revista Eletrônica de Antiguidade**, Volume X, Número I, 2018, p. 22-56. Disponível em:< <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/nearco/article/view/35346>>. Acesso em: 14 de jun. 2021.

BERNARDINO, Virgílio Manuel Pereira. **A mobilidade da força de trabalho e do consumo nas feiras de Maringá (PR-Brasil) e de Leiria (Portugal): a resistência do setor no contexto do capitalismo global.** Disponível em:< <https://sites.uem.br/pge/documentos-para-publicacao/teses/teses-2015-pdfs>. > Acesso em: 02 de jun. 2020.

BÍBLIA, Evangelho Segundo São Mateus. In BÍBLIA. Português. **Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos.** Trad. Centro Bíblico de São Paulo. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2020, p. 1619-1669.

BISPO, José de Almeida. **Itabaiana, nosso lugar: quatro séculos de história.** Aracaju: Infographics, 2013, 268p.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos.** 5ª ed., São Paulo: Cortez, 2018, 327p. (Coleção docência em formação: Série ensino fundamental).

BLOCH, Marc. O feudo. In: **A sociedade feudal.** Trad. De Emanuel Lourenço Godinho, São Paulo: Martins Fontes, 1982, p. 198-212. Disponível em:< <https://docero.com.br/doc/xs5ss>>. Acesso em: 17 de jun. de 2021.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 2001, 159p.

BONFIM, Ed. **Itabaiana (SE) e suas histórias.** Disponível em:< <https://edbonfim.wordpress.com/2016/10/18/itabaiana-se-e-sua-historia/>>Acesso em: 08 de jul. de 2020.

BORGES, Mackely Ribeiro. **Gira de escravos – a música dos Exus na Umbanda da Bahia.** São Cristóvão, 2014, 263p.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização.** São Paulo: Companhias das Letras, 1992, 412p. Disponível em:<<https://azdoc.tips/documents/dialetica-da-colonizao-bosi-alfredo-5c16e68e73248>>. Acesso em: 20 de jun. 2021.

BRASIL, Atdonno. **A trajetória do negro no brasil e a importância da Cultura Afro,** 2010, 25p. Disponível em:<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/monografia/3lima_miguel_nonografia.pdf>. Acesso em 28 de jun. de 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnologia. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias: História.** Brasília/DF: MEC/SEF, 1999, 41-56 p. (Parâmetros Curriculares Nacionais, Ensino Médio, 4).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: História**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1999.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV – XVIII: os jogos da troca**. Vol. 2. Trad. Telma costa. 2ª ed. São Paulo. Martins Fontes, 2009, 580p.

BRIGAGÃO, Clóvis; RODRIGUES, Gilberto M. A. **Globalização a olho nu: o mundo conectado**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2004, 144p. (Coleção Polêmica).

CALDAS, Louise Jar Pereira de Araújo. **O percurso histórico do racismo**. V ENID: Encontro de iniciação à docência da UEPB, 21 e 22 de agosto de 2015 - Campina Grande – PB, 25p. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/enid/2015/TRABALHO_EV043_MD1_SA14_ID1381_30072015220844.pdf>. Acesso em: 27 de jun. de 2021.

CANABARRO, Ivo dos Santos. **História da América Meridional**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010, 62p. (Coleção educação a distância. Série livro-texto).

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **América pré-colombiana**. São Paulo: Brasiliense, 1982, 57p.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Sociedades do Antigo Oriente Próximo**. São Paulo: Editora Ática, 1986, 94p.

CARDOSO, Igor Andrade. **Escravidão na África e no Brasil: saindo das comparações superficiais**. **Diário de Viamão**, 31 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.diariodeviamao.com.br/mobile/noticias/colunas/4018_sankofa-viamao-%7C-escravidao-na-africa-e-no-brasil:-saindo-das-comparacoes-superficiais>. Acesso em: 24 de jun. de 2021.

CARONE, Edgar. **Oligarquias: definição e bibliografia** Rio de Janeiro: Revista de Administração de Empresas, jan., /mar. de 1972, p. 81-92. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v12n1/v12n1a06.pdf>>. Acesso em: 29 de jun. de 2021.

CARVALHO, Diana Mendonça de; COSTA, José Eloízio da. **Comercialização agrícola em Itabaiana/SE: o caso da feira livre**. GeoNordeste, n. 1, 2019. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23032016-133946/>> Acesso em 10 de jul. 2020. >Acesso em 10 de set. 2020.

CARVALHO, Vladimir Souza. **Santas Almas de Itabaiana Grande**. Itabaiana: O Serrano, 1973, 170p.

_____. **A República Velha em Itabaiana**. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000, 718p.

_____. **Vila de Santo Antônio de Itabaiana**. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda., 2009, 288p.

CASO GEORGE FLOYD: morte de homem negro filmado com policial branco com joelhos em seu pescoço causa indignação nos EUA. Globo Notícias – G1, 27 de mai. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghml>>. Acesso em 28 de jun. de 2021.

CHESNEAUX, Jean. As armadilhas do quadripartismo histórico. In: **Devemos Fazer Tábula Rasa do Passado? – Sobre a história e os historiadores**. Trad. Marcos A. da Silva. São Paulo: Ática, 1995, p. 92-99.

COLONIZAR. In: **Priberam Dicionário**, 2020. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/coloniza%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

COMÉRCIO. In: **Conceito.de**. 2011. Disponível em: <<https://conceito.de/comercio>>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

COMÉRCIO. In: **Conceitos.com**. Editorial Conceitos. São Paulo, 27 de dez., 2015. Disponível em: <<https://conceitos.com/comercio/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

CONCEIÇÃO, Juvenal de Carvalho. **A ideia de África: obstáculo para o ensino de história africana no Brasil**. Projeto História, São Paulo, n. 44, pp. 343-353, jun. 2012, p. 346. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/8994/9829>>. Acesso em: 27 de jun. de 2021.

CONVENÇÃO para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial. In: **UNESCO**. Documento. Paris, 17 out. 2003. Disponível em: <<https://ich.unesco.org/src/00009-PT-Brasil-PDF>>. Acesso em: 02 de jun. de 2021.

COSTA, Maria Regiane da. **Dinâmica espacial da Feira Livre de São Bento em Cascavel/CE**. Disponível em: <http://www.uece.br/mag/dmdocuments/maria_regiane_dacosta.pdf> Acesso em: 12 de jan. 2020.

CRIAR uma feira livre. **Prefeitura Municipal de Itabaiana/SE**. Disponível em: <<https://cmitabaiana.se.gov.br/lei/828/cria-uma-feira-livre>>. Acesso em 12 de mar. de 2021.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. **Feira de Macaíba/RN: um estudo das modificações na dinâmica socioespacial (1960/2006)**. 2007. 209 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18854>> Acesso em: 12 de jan. 2020.

DIAS, Carlos Alberto Ungaretti. **POLÍTICA DOS GOVERNADORES**. Fundação Getúlio Vargas – Verbetes. 2009, 10p. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POL%C3%8DTICA%20DOS%20GOVERNADORES.pdf>>. Acesso em: 29 de jun. de 2021.

EVOLUÇÃO história da cultura afro-brasileira. **Portal da Cultura Afro-Brasileira**, s/d. Disponível em: <https://www.faecpr.edu.br/site/portal_afro_brasileira/3_III.php>. Acesso em: 27 de jun. de 2021.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Vol. 2. 16ª ed. São Paulo: Globo, 2004, 750p.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12º ed. São Paulo, Edusp, 2006, 688p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de. Colonizar. In: **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 161.

FERREIRA, Denis. **COMÉRCIO – ORIGEM E DEFINIÇÃO**. Admsemsegredos.com, 10 de jul. de 2017. Disponível em: < <http://admsemsegredos.com/comercio-origem-e-definicao/>>. Acesso em 20 de jun. de 2021.

FERREIRA, Jeane Rodrigues. **A feira livre de Itabaiana (1987-2002): como lugar de memória e metamorfoses identitárias**. Itabaiana/SE, 2002. 85 f. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Sergipe, Pólo Regional de Itabaiana, SE, 2002.

FERREIRA, Thales Brandão. **Comunicação e marketing: um estudo das interações comunicacionais entre feirantes e fregueses na feira livre de Paripiranga-BA**. 2017. 167f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017. Disponível em: < <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4031>> Acesso em: 12 de jan. 2020.

FILHO, Joaquim Fernandes. **Globalização: conceitos e consequências sobre o emprego**. THESIS, São Paulo, ano I, v. 3, 2º Semestre, 2005. p. 1-25. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/260595966>>. Acesso em: 12 de jun. de 2021.

FIRMINO, Paul Clívilan Santos. **Arapiraca/AL e Itabaiana/SE: a feira livre como gênese e desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste brasileiro**. 2015. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23032016-133946/>> Acesso em 10 de set. 2020.

FONSECA, Thais Nívea de Lima e. **História & ensino de História**. 2ª ed., 1º Reimp., Belo Horizonte: Autêntica, 2006, 119p. (Coleção História & reflexões, 6).

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade média: nascimento do ocidente**. 2ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 2001, 204p.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed. São Paulo: Global, 2008, 727p.

FUNARI, Pedro Paulo. História Antiga. In: **História em sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. Org. Leandro Karnal. 6ª. ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 95-108.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Cultura e sociedade no Brasil Colonial**. São Paulo: Atual, 2000, 96p. (Discutindo a História do Brasil)

GIDDENS, Anthony. **O Mundo na Era da Globalização**. Trad. Saul Barata. Lisboa: Editorial Presença, 2000, 48p.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Trad. Janaína Marcoantonio. 51ª ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2015. 464p.

HARTOG, François. Nós e os antigos. In: **Os antigos, o passado e o presente**. Org. José Otávio Guimarães, Trad. Sônia Lacerda, et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, p.97-204 (Coleção Pêrgamo).

HURBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Trad. Waltensir Dutra. 17ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, 318p.

IGLÉSIAS, Francisco. **A revolução industrial**. São Paulo: Brasiliense, 1981, 114p.

ITABAIANA inaugura Central de Abastecimento (Ceasa). **Prefeitura Municipal de Itabaiana/SE**. Disponível em:<<https://itabaiana.se.gov.br/noticia/7061/itabaiana-inaugura-central-de-abastecimento-ceasa-nesta-quinta-feira-25>>. Acesso em 12 de mar. de 2021.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O coronelismo: uma política de compromisso**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, 85p.

JESUS, José Raimundo de. **LEI Nº 11.645/08: Diversidade cultural no Brasil: do escravidão à assimilação de diversas manifestações humanas**. Cidadania é dever de casa, Construir Notícias, ed. 91, novembro/dezembro 2016. Disponível em:<<https://www.construirnoticias.com.br/diversidade-cultural-no-brasil-do-escravismo-a-assimilacao-de-diversas-manifestacoes-humanas/>>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

KNAPIK, Márcia Carneiro. **O trabalho humano: das sociedades comunais ao modo de produção feudal**. Curitiba: Escola de Formação Básica Multiplicadora da Economia Popular Solidária. - (História Social do Trabalho; Caderno n.2). Disponível em:<<http://bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/505>>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Trad. Markus Hediger. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014, 352 p.

LACERDA, Fernanda Ramos. **A feira como lugar de saberes e fazeres**. XIII Colóquio Nacional, VI Colóquio Internacional do Museu Pedagógico, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 15 a 18 de outubro de 2019, p. 164-164. Disponível em:<<http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/view/8546/8212>>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

LE GOFF, Jacques. **Para Um Novo Conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente**. Trad. Maria Helena da Costa Dias. Lisboa: Editorial Estampa, 1979, 392p.

_____. Antigo/Moderno. In: **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão, et al. 5ª. ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2003, p. 173-206.

_____. **A civilização do ocidente medieval**. Trad. José Rivair de Macedo. Bauru, SP: Edusc, 2005, 392p. (Coleção História).

_____. **Em busca da Idade Média: conversas com Jean-Maurice de Montremy**. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 222p.

_____. **As raízes medievais da Europa**. Trad. Jaime A. Clasen. Petropolis, RJ: Vozes, 2007, 384p.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997, 440p.

LESSA, Renato. **Oligarquia**. Fundação Getúlio Vargas, Verbetes, 2009, p. 1-7. Disponível em:<<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/OLIGARQUIAS.pdf>>. Acesso em 28 de jun. de 2021.

LIMA JÚNIOR, F. A. de Carvalho. **Monografia histórica do município de Itabaiana**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, v.2, n.4, 1914.

LIMA, Marcos Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. **As novas formas de expressão do preconceito e do racismo**. Estudos em Psicologia: Natal, 2004, p. 401-411. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000300002>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

LIMA, Mariana. Em 25 anos, 55 mil pessoas foram regatadas do trabalho escravo no Brasil, **Observatório 3º Setor**, 25 de fev. 2021. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/em-25-anos-55-mil-pessoas-foram-regatadas-do-trabalho-escravo-no-brasil/>>. Acesso em 24 de jun. de 2021.

LOYN, Henry R. Feudalismo. In: **Dicionário da Idade Média**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997, 859p. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/xx1xs>>. Acesso em: 18 de jun. 2021.

LUCENA, Thiago Isaias Nóbrega de; GERMANO, José Wellington. **Feiras livres: cidades de um só dia, aprendizados para uma vida inteira** [recurso eletrônico]. Natal: EDUFRN, 2016, 220p. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_30c77eebc1be99180489b9cb89c6aaaa>. Acesso em: 18 de ago. de 2020.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. 232 p. (Coleção Educação para Todos; 12)

MARINGONI, Gilberto. **O destino dos negros após a Abolição**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 70ª ed., 29 de dez. de 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28>. Acesso em 27 de jun. de 2021.

MARINHO, Heliana; VERGARA, Sylvia Constant. Organizações Artesanais – Um Sistema Esquecido na Teoria das Organizações. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, V. 6, nº 3, 2007, p. 32-38. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbpg/article/view/78956>>. Acesso em: 23 de jun. de 2021.

MASCÊNE, Durcelice Cândida; TEDESCHI, Mauricio. **Termo de referência: atuação do Sistema SEBRAE no Artesanato**. Brasília: SEBRAE, 2010, 64p. Disponível em: <<http://intranet.df.sebrae.com.br/download/uam/Pesquisa/Artesanato/Termo%20de%20Referencia%20Artesanato%202010.pdf>>. Acesso em: 23 de jun. de 2021.

MELLO, Leonel Itaussu A.; COSTA, Luís César Amad. **Revolução Industrial**. In: História Moderna e Contemporânea. São Paulo: Scipione, 1999, p. 195-210.

MENDONÇA, Carlos. **Na feira de Itabaiana tem?** Aracaju: Infographics, 2011, p. 8 (Literatura de Cordel).

_____. **A evolução comercial de Itabaiana: pioneirismo, tradição e prosperidade, através do empreendedorismo e da criatividade de um povo**. Aracaju: Gráfica Infographics, 2015.

_____. **A feira de Itabaiana: a mais importante, folclórica e tradicional feira do Nordeste**. Aracaju: Infographics, 2016, 32 p. (Literatura de Cordel).

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2012, 200p. Disponível em:< http://funag.gov.br/biblioteca/download/983-Influencia_Africana_no_Portugues_do_Brasil_A.pdf>. Acesso em: 27 de jun. de 2021.

MONTEIRO, Roberta Amanajás. **A inserção do negro na sociedade brasileira do século XIX e a questão da identidade entre classe e raça**, HISTÓRIA DO DIREITO I: XXIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa – PB, 05 a 08 de novembro de 2014, 17p. Disponível em:<<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=f87b7d1f666a0a1d>>. Acesso em: 26 de jun. de 2021.

MORAES, Luís Edmundo. A Revolução Industrial. **História contemporânea: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial**. 1ª ed., São Paulo: Contexto, 2019, p. 47-70.

MOTT, Luiz R. B. **Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil**. Revista de História, Univ. de São Paulo, v. 53, p. 81-106, 1976. Disponível em:<<https://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/105/a05n105op.pdf>>Acesso em:06 de jul. 2020.

MPT destaca "viés racista" em agressão e morte no Carrefour. In: **Correio Braziliense**, 23 de nov. de 2020. Disponível em:<<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2020/11/4890227-mpt-destaca-vies-racista-em-agressao-e-morte-no-carrefour.html>>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, Identidade e etnia**. Palestra no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação - PENESB -RJ, 05 de nov. de 2003, 17p. Disponível em:< <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

OLIVEIRA, Anderson José M. de; RODRIGUES, Cláudia; SANCHES, Marcos; CAVALCANTE, Paulo de. **História do Brasil I**, v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011, 260p. Disponível em:< <https://canal.cecierj.edu.br/recurso/3383>>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

OLIVEIRA, Antônio. **História breve (e um tanto cifrada) de uma paixão – Vários Escritos**. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2002, 197p.

OLIVEIRA, Guilherme. Por que é errado dizer que “os negros escravizaram os negros”? **Portal Geledés**, 4 de nov. de 2020. Disponível em:<<https://www.geledes.org.br/por-que-e-errado-dizer-que-os-negros-escravizaram-os-negros/>>. Acesso em: 25 de jun. de 2021.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. **Vocabulário Controlado sobre escravidão, abolição e pós-abolição: a representação dos conceitos**. Coord. Por Lucia Maria Velloso de Oliveira. – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, 49p. Disponível em:<<http://www.memoriaescravidao.rb.gov.br/pdf/VocabularioControlado.pdf>>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. Anacronismo. In: **Dicionário de ensino de história**. Coord. Marieta de Moraes Ferreira, Margarida Maria Dias de Oliveira. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, p. 19-23.

OLIVEIRA, Silvío. **Feira de Itabaiana (SE): Em se plantando tudo dá**. Infonet, 8 de mar. de 2017. Disponível em: <<https://infonet.com.br/blogs/feira-de-itabaiana-se-em-se-plantando-tudo-da/>> Acesso em: 06 de jul. 2020.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro IV. Universidade de Coimbra. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l4p1014.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2021. PEIXOTO, Jerônimo Nunes. *Memórias de um Cajueiro*. Aracaju: Infographics, 2004.

ORTIZ, Renato. **GLOBALIZAÇÃO: notas sobre um debate**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 1, p. 231-254, jan. /abr. 2009. Disponível em: <<http://ojs.bce.unb.br/index.php/estado/article/view/3429/0>>. Acesso em: 22 de jun. de 2021.

PATRIMÔNIO CULTURAL. In: **Unesco**. 2021. Disponível em: <<https://es.unesco.org/fieldoffice/santiago/cultura/patrimoni>>. Acesso em: 02 de jun. de 2021. (Tradução feita no google tradutor)

PATRIMÔNIO IMATERIAL. In: **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)**. 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 02 de jun. de 2021.

PAULA, Eurípedes Simões de. **Alguns aspectos da economia medieval do Ocidente**. Revista de História, V. 29 n. 60, 1964, p. 275-290. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1964.123133>>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009, 96p.

PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2013, 116p. (Coleção Primeiros Passo, 331).

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **História e História Cultural**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, 132p. (Coleção História & Reflexões, 5).

PESQUISA constata discriminação racial recorrente no mercado de trabalho. **Portal Geledés**, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pesquisa-constata-discriminacao-racial-recorrente-no-mercado-de-trabalho/?gclid=Cj0KCQjw0K-HBhDDARIsAFJ6UGjzJpk8J8r7z3flTW8GJcX8RvoPi87apf77_tMh57DbkAAHIWmZa40aAtAwEALw_wcB>. Acesso em: 26 de jun. de 2021.

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. **Manuais de civilidade, modelos de civilização**. Revista do núcleo de documentação histórica: História em revista, volume 9, 2003, 16p. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11719>>. Acesso em 09 de jun. de 2021

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. 25. Ed. São Paulo: Contexto, 2020, 125p.

PORTO MACHADO, J. **O conceito de artesanato: Uma produção manual**. Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais, v. 2, n. 2, 21 set. 2019, p. 52-72. Disponível em: <<https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/Missoes/article/download/1035/215/>>. Acesso em: 23 de jun. de 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. Sentido da Colonização. In: **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000, p. 7-21.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. **Globalização: notas sobre um conceito controverso**. Janeiro, 2006, 25p. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/237210628_GLOBALIZACAO_NOTAS SOBRE UM_CONCEITO_CONTROVERSO>. Acesso em: 12 de jun. de 2021.

REIS, Jaime Estevão dos. **Os manuais de mercadores da Idade Média: uma análise comparada do Zibaldone da Canale o la pratica della mercatura**. Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2015, p. 43-68. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/2350>>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

RESGATES de trabalhadores em situação análoga à de escravidão crescem em diversos municípios e regiões no ano pandemia da COVID-19. **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, Brasília, 11 de mai. de 2021. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_791134/lang-pt/index.htm#banner/>. Acesso em 24 de jun. de 2021.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo?** São Paulo: Editora Brasilense, 1984, 95p. (Coleção Primeiros Passos; 124).

ROMERO, Silvio. As oligarchias e sua classificação. In: **Provocações e debates: contribuições para o Estado do Brasil social**. Porto: Livraria Chardron, 1910, p. 401-416. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4992>>. Acesso em: 29 de jun. de 2021.

ROSA, Francis Mary Soares Correia da. A invenção do índio. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 257-277, jul./dez. 2015, p. 259. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/1982-6524.58523>>. Acesso em: 14 de jun. de 2021.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História III: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 194p.

_____. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Org: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Estevão de Rezende Martins. Curitiba: Ed. UFPR, 2011, 150p. (Série pesquisa; nº 168).

_____. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Trad. Peter Horst Rautmann, Caio da Costa Pereira, Daniel Martineschen, Sibebe Paulino. Curitiba: W.A. Editores, 2012, 232p.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. Barueri, São Paulo: Best Seller, 1999, 650p. Disponível em: <https://www.academia.edu/7406298/Dicion%C3%A1rio_de_Economia_Sandroni>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A política da cor: o racismo e o colorismo**. Sul 21, 5 de mai. de 2021. Disponível em: <<https://sul21.com.br/geral-1/2021/05/a-politica-da-cor-o-racismo-e-o-colorismo-por-boaventura-de-sousa-santos/>>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

SANTOS, Fernando de Oliveira dos. **Pós-abolição e a luta pela cidadania negra na cidade de São Paulo (1891-1930)**. Assis/SP: 2020, 148p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras.

SANTOS, José Erimar dos. **Feira livre e circuitos da economia urbana: um estudo da feira da Pedra, em São Bento (PB)**. 2012. 305 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Disponível em:< <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18933>> Acesso em: 12 de jan. 2020.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 16ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006, 91p. (Coleção Primeiros Passos).

SANTOS, Lenalda Andrade; ÁLVARO, Bruno Gonçalves. In: **História Medieval II**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2012, 22p.

SANTOS, Lenalda Andrade; OLIVA, Terezinha Alves. **Para conhecer a História de Sergipe**. Aracaju: Opção Gráfica, 1998.

SANTOS, Lourival Santana; ARAÚJO, Ruy Belém de. A Revolução Industrial. In: **História econômica geral e do Brasil**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2011, p. 36-49. Disponível em:< https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/10264518102016Historia_economica_geral_e_do_brasil_Aula_03.pdf>. Acesso em: 22 de jun. de 2021

SANTOS, Maria Nele dos. **A vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana no século XIX (1850-1888)**. 1984. [154] f. Dissertação (mestrado) -Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em:<<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279164>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

SANTOS, Paulo Cesar de Holanda. **Na feira livre tem muito mais do que se vê e do que se ouve: etnografia da feirinha do Jacintinho na cidade de Maceió-AL**. 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014. Disponível em:< <https://ri.ufs.br/handle/riufs/3157>> Acesso em: 12 de jan. 2020.

SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e. **Racismo científico no Brasil: um retrato Racial do Brasil pós-escravatura**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 68, p. 253-268, mar./abr. 2018 Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/er/a/cmGLrrNJzVfsKXbPxdnLRxn/?lang=pt>>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

SATO, Leny. **Feira Livre: Organização, Trabalho e Sociabilidade**. São Paulo: Editora da USP, 2012, 240p.

SCHIPANSKI, Carlos Eduardo; PONTAROLO, Luizangela Padilha. **História medieval: releitura de uma época**. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2009. 80p. (Coleção História em construção). Disponível em:< <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/915>>. Acesso em: 17 de jun. de 2021.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. 2ª ed., São Paulo: Scipione, 2009, 199p. (Coleção Pensamento e ação na sala de aula)

SEFFNER, Fernando. Mudança e permanência. In: **Dicionário de ensino de história**. Coord. Marieta de Moraes Ferreira, Margarida Maria Dias de Oliveira. Rio de Janeiro: FVG Editora, 2019, 168-178 p.

SERGIPE. Secretaria de Estado da Educação de Sergipe. **Currículo de Sergipe: ensino fundamental de história**. Secretaria de Estado da Educação de Sergipe. Aracaju: SEED, 2018.

SIGNIFICADO da Cultura afro-brasileira. In: **Significados**. 14 de jan. de 2021. Disponível em:<<https://www.significados.com.br/cultura-afro-brasileira/>>. Acesso em: 27 de jun. de 2021.

SIGNIFICADO de Banzo. In: **DICIO, Dicionário Online de Português**, 2020. Disponível em:<<https://www.dicio.com.br/banzo/>>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

SILVA, Alberto da Costa e. '**Descendentes precisam saber que história da África é tão bonita quanto a da Grécia**'. [Entrevista concedida a] Fernanda da Escóssia, BBC NEWS BRASIL, 20 novembro 2015. Disponível em:<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151120_entrevista_historiador_fe_ab>. Acesso em: 24 de jun. de 2021.

SILVA, Jorge Antonio de Queiroz e. **Globalização e história local**, 3p. Disponível em:<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/historia/globalizaca.o.pdf>. Acesso em: 26 de jun. de 2021.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009. 440p.

SILVA, Lucia Helena Oliveira. **Construindo uma nova vida: migrantes paulistas afro-descendentes na cidade do Rio de Janeiro no pós-abolição (1888-1926)**. 2001. 226 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em:<<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280225>>. Acesso em: 31 jul. 2021.

SILVA, Rogério Santana da. **Artesanato e território criativo: O caso de Maragogipinho - BA**. Monografia (Tecnólogo em Gestão Pública) - Centro de Artes Humanidade e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira: Bahia, 2019, 46p. Disponível em:<https://www.ufrb.edu.br/gestaopublica/images/phocadownload/20182_TCCconcluidos/SILVA_A_Artesanato_TerritorioCriativo.pdf>. Acesso em: 23 de jun. de 2021.

SILVEIRA, Helen da Silva. **A Construção dos Caminhos do Pós-Abolição em um Cidade do Interior do Estado**. 2019. IV COPENESUL, 16 a 19 de jul. de 2019, 17p. Jaguarão/RS: UNIPAMPA, Campus Jaguarão. Disponível em:<https://www.copenesul2019.abpn.org.br/resources/anais/11/copenesul2019/1567120640_ARQUIVO_f711551e66796c32100e6efc868c7028.pdf>. Acesso em: 29 de jun. de 2021.

SILVEIRA, Thais Elisa Silva da. **Identidades (in)visíveis: indígenas em contexto urbano e ensino de história na região metropolitana do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Rede Nacional PROFHISTÓRIA), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2016, 132p. Disponível em:<<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/174831>>. Acesso em: 14 de jun. de 2021.

SIMAN, Lana Mara de Castro. A Temporalidade Histórica como Categoria Central do Pensamento Histórico: Desafios para o Ensino e a Aprendizagem. In: **Quanto Tempo o Tempo Tem!** Org. Vera Lúcia Sabongi de Rossi e Ernesta Zamboni. Campinas: Editora Alinea, 2003, p. 109-143.

SOBRINHO, Sebrão. **Fragmentos da História de Sergipe**. Aracaju, 1972, 309p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Reinado**. 2º ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998, 350p.

SOUSA, Andréia Nádia Lima de. **Globalização: origem e evolução**. Caderno de Estudos Ciência e Empresa, Teresina, Ano 8, n. 1, jul. 2011, 15p. Disponível em: <<http://files.ibijus.webnode.com.br/200000930-46fff4854c/glob1.pdf>>. Acesso em 22 de jun. de 2021.

SOUSTELLE, Jacques. **A Civilização. Asteca**. Trad.: Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Zahar, 1987, 104p.

SOUZA, José Clécio Silva e. **História da África e cultura afro-brasileira: desafios e possibilidades no contexto escola**. Revista Educação Pública, 06 de nov. de 2018, 4p. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/22/histria-da-frica-e-cultura-afro-brasileira-desafios-e-possibilidades-no-contexto-escolar>>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

SOUZA, Márcio Nicory Costa. **A teia da feira: um estudo sobre a feira-livre de São Joaquim, Salvador, Bahia**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010, 252p. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11114>> Acesso em: 12 de jan. 2020.

SOUZA, Marcos Antônio de. **Memórias sobre a Capitania de Sergipe**. Aracaju, 2005, 99p.

TRAVASSOS, Antônio José da Silva. **Apontamentos históricos e topográficos sobre a Província de Sergipe**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2004, 129p.

VARES, Sidnei Ferreira de. **A dominação na República Velha: uma análise sobre os fundamentos políticos do sistema oligárquico e os impactos da Revolução de 1930**. Revista História: Debates e Tendências – v. 11, n. 1, jan./jun. 2011, p. 121-139. Disponível em: <<https://doi.org/10.5335/hdtv.11n.1.2491>>. Acesso em: 29 de jan. de 2021.

VASCONCELOS, Beatriz Avila. **O escravo como coisa e o escravo como animal: da Roma Antiga ao Brasil Contemporâneo**. Revista UFG, Ano XIII nº 12, julho de 2012, p. 137-153. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48427>>. Acesso em 24 de jun. de 2021.

ZANINI, Maria Catarina C.; SANTOS, Miriam. **Feiras, feirinhas e feirões: a “economia dos centavos” em foco**. Org. Maria Catarina Chitolina Zanini e Miriam de Oliveira Santos. São Leopoldo: Oikos, 2017, 140p. (E-book). Disponível em: <oikoseditora.com.br/files/Feiras%20Feirinhas%20Feir%C3%B5es%20-%20E-BOOK.pdf>. Acesso em: 21 de jun. de 2021.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. **Patrimônio, Cultura e processos educativos em História: percursos e reflexões**. Campo Grande, MS: Life Editora, 2018, 144p.